


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

CAROLINA GONÇALVES DA SILVA

UM OLHAR DIALÓGICO PARA A POLÊMICA
NA IMPRENSA: os sentidos de “maconha” nas capas de
revista



ARARAQUARA – S.P.
2017

CAROLINA GONÇALVES DA SILVA

**UM OLHAR DIALÓGICO PARA A POLÊMICA
NA IMPRENSA: os sentidos de “maconha” nas capas de
revista**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivo e textual

Orientadora: Marina Célia Mendonça

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2017

Silva, Carolina
UM OLHAR DIALÓGICO PARA A POLÊMICA NA IMPRENSA: os
sentidos de "maconha" nas capas de revista / Carolina
Silva – 2017
258 f.

Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Marina Célia Mendonça

1. Discurso polêmico. 2. Círculo de Bakhtin. 3.
Esfera jornalística. 4. Gênero discursivo. 5.
Maconha. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAROLINA GONÇALVES DA SILVA

UM OLHAR DIALÓGICO PARA A POLÊMICA NA IMPRENSA: os sentidos de “maconha” nas capas de revista

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivo e textual

Orientador: Marina Célia Mendonça

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 02/05/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Marina Célia Mendonça
UNESP/FCLAr

Membro Titular: Profa. Dra. Jauranice Rodrigues Cavalcanti
UFTM

Membro Titular: Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan
UNESP/FCLAr

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão aos que, de diversas formas, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho:

À família, pelo apoio, sempre.

À Marina, pela paciência, pela confiança, pelos diálogos.

Às professoras que compuseram as bancas de qualificação e defesa (Jaurance Cavalcanti, Luciane de Paula e Renata Marchezan), pela leitura atenta e pelas observações enriquecedoras.

Aos amigos, cujas vozes constituem tanto a autora quanto o trabalho.

Ao Rogério, pelo companheirismo, por tudo.

À CAPES pelo apoio financeiro fundamental.

RESUMO

O objetivo desta investigação é compreender, a partir de uma perspectiva bakhtiniana, a produção do discurso polêmico na esfera jornalística. Mais especificamente, observaram-se os sentidos em circulação na polêmica da maconha, tal como ela se manifesta no gênero discursivo capa de revista. O *corpus* é constituído por seis capas de publicações semanais brasileiras (*Veja*, *Carta Capital*, *Isto É* e *Época*), veiculadas entre 2012 e 2016. A análise desse material foi baseada no aporte teórico-metodológico do chamado Círculo de Bakhtin, Medviédev e Volochínov, que propõe uma abordagem dialógica do discurso. As reflexões se organizaram, principalmente, em torno dos conceitos de dialogia, signo ideológico, enunciado concreto, gênero discursivo, esfera de atividade humana e polêmica. Tal interpretação dialógica do discurso consiste em entender a linguagem enquanto produto da interação entre sujeitos históricos e socialmente organizados. Esse ponto de vista permitiu compreender o diálogo sobre a maconha na imprensa para além da polêmica aberta, geralmente reduzida a oposições como *proibir/legalizar*. A partir dessa perspectiva, verificou-se a existência de uma disputa velada pela legitimidade de enunciar sentidos para o signo “maconha” - em sua relação indissociável com outros signos, como “legalização”, “drogas” e “descriminalização”. As análises levaram, portanto, à identificação de um espaço de instabilidades na imprensa brasileira. Nesse campo, a polêmica insinuada se materializa sutilmente na articulação das dimensões verbal e visual dos enunciados e se faz presente, também, naquilo que não foi dito, mas que, ainda assim, os constitui. Tal recorrência da temática da maconha no gênero discursivo capa de revista - capaz de produzir relevâncias e debates públicos -, é entendida como indício de transformações sociais e conflitos ideológicos reais, em pleno e constante desdobramento. Esses embates colocam em jogo, além da significação da palavra (cristalizada na língua e no senso comum), avaliações socialmente compartilhadas sobre determinadas práticas e políticas históricas, bem como as imagens de sujeito, que também são produzidas e ressignificadas pelo/no discurso sobre a droga. Foi possível, ainda, notar como as estabilidades relativas do gênero discursivo e os valores constitutivos da esfera jornalística afetam a forma de refração dos acontecimentos, a construção das enunciações e a produção de realidades postas em circulação pela mídia. Finalmente, esta pesquisa buscou analisar a polêmica enquanto acontecimento discursivo, fenômeno histórico e social, como reflexo/refração de embates políticos, econômicos e ideológicos reais, produzidos na constante interação dialética entre infra e superestruturas. Espera-se, assim, que o trabalho contribua para apontar outras leituras possíveis do discurso polêmico, para além das dicotomias e discórdias declaradas.

Palavras-chave: Discurso polêmico; Círculo de Bakhtin; Esfera jornalística; Gênero discursivo; Maconha.

ABSTRACT

The purpose of this investigation is to understand, from a Bakhtinian perspective, the polemical discourse produced within the journalistic sphere. More specifically, we observe the meanings that have been negotiated inside the dispute over marijuana manifested on the cover of magazines, seen as a discourse genre. The corpus is composed by six covers of Brazilian weekly magazines (*Veja*, *Carta Capital*, *Isto É* and *Época*), published between 2012 and 2016. Its analysis was based on the theoretical and methodological approach proposed by the group of intellectuals known as the “Bakhtin, Medvedev and Voloshinov Circle”, who developed a dialogical approach to the discourse. Reflections were mainly centered on the notions of dialogue, ideological sign, concrete utterance, discourse genre, sphere of human activity and polemic. This dialogical interpretation of the discourse proposed by the Circle consists of understanding language as a product of the interaction between historical and socially organized subjects. That viewpoint allowed us to comprehend the dialogue about marijuana on the press beyond the explicit polemic, usually reduced to oppositions such as *prohibit it /legalize it*. From this perspective, we verified the existence of a latent dispute for the legitimate power of enunciating meanings for the sign “marijuana” in its unbreakable relation with other signs as “legalization”, “drugs” and “decriminalization”. Therefore, the analyses led us to the identification of a space of instability in the Brazilian press, where the hidden polemic is subtly materialized on the articulation between the verbal and visual dimensions of the utterances and also on its non-verbalized part, which yet constitutes them. The reoccurrence of the theme of marijuana in that discourse genre (which is able to produce relevant issues and public debate) is taken as a clue to understand social changes and real ideological conflicts in plain and constant development. This implicit polemic destabilizes not only the signification of the word (crystallized on the language and on the common sense), but it has also allowed the negotiation of social judgments concerning historical practices and policies, as well as the transformation of the images of subjects, which are produced and transformed by/on the discourse. Besides that, we could notice how the relative stabilities of the discourse genre and the constitutive values of the journalistic sphere affect the refraction of the facts, the construction of the utterances and the production of realities spread by the media. Finally, this research tried to comprehend polemic as a discursive event, a social and historical phenomenon, and as a reflection/refraction of real political-economic and ideological conflicts, produced by the constant dialectical interaction between infra and superstructures. As a result, this work is expected to contribute to point out possible ways of reading the polemical discourse beyond dichotomies and declared controversies.

Keywords: Polemic discourse; Bakhtin Circle; Journalistic sphere; Discourse genre; Marijuana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	<i>Corpus</i> : capas de 2012 a 2016	80
Figura 2	Capas cotejadas de 2013 a 2017	82
Figura 3	Pichações sobre a maconha: uma voz do cotidiano	85
Figura 4	<i>Corpus</i> : capa da revista <i>Veja</i> , outubro de 2012	88
Figura 5	<i>Corpus</i> : capa da revista <i>Veja</i> , dezembro de 2013	118
Figura 6	<i>Corpus</i> : capa da revista <i>Carta Capital</i> , maio de 2013	143
Figura 7	<i>Corpus</i> : capa da revista <i>Carta Capital</i> , dezembro de 2013	175
Figura 8	<i>Corpus</i> : capa da revista <i>Isto É</i> , maio de 2014	191
Figura 9	Imagens de sujeito na reportagem de <i>Isto É</i>	206
Figura 10	<i>Corpus</i> : capa da revista <i>Época</i> , agosto de 2015	214
Figura 11	Capa da revista <i>Galileu</i> , janeiro de 2013	233
Figura 12	Capa da revista <i>Superinteressante</i> , edição especial 2014	237
Figura 13	Capa da revista <i>Superinteressante</i> , outubro de 2014	240
Figura 14	Capa da revista <i>Isto É</i> , janeiro de 2017	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Enunciados verbais das capas do <i>corpus</i> (de 2011 a 2015)	81
Quadro 2	Material de cotejo: manchetes das capas de revistas fora do <i>corpus</i>	83
Quadro 3	Outras manchetes fora do recorte temporal do <i>corpus</i>	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PARA UMA ABORDAGEM DIALÓGICA DA POLÊMICA	20
1.1. Caminhos e procedimentos metodológicos	20
1.2. Conceitos bakhtinianos para pensar a polêmica dialogicamente	23
1.2.1. Linguagem e diálogo	24
1.2.2. Signo e ideologia (ou conflitos ideológicos)	26
1.2.3. Significação e tema	31
1.2.4. Enunciado concreto, gênero discursivo e esfera de atividade	33
1.2.5. Polêmica e heterogeneidade.....	36
2. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO DISCURSO SOBRE A MACONHA	39
2.1. A significação da palavra “maconha”: indícios de uma história do senso comum.....	40
2.2. Outras esferas, culturas e temas	44
2.2.1. O “ <i>bangue</i> ” na esfera religiosa: uma erva sagrada	45
2.2.2. O cânhamo na esfera literária: “ <i>Pantagruelion</i> ”, uma matéria-prima admirável.....	49
2.2.3. A “ <i>Cannabis</i> ” na esfera científica: da droga ao medicamento.....	53
2.2.4. A “ <i>marijuana</i> ”, a “ <i>diamba</i> ” e as imagens do sujeito “maconheiro”.....	57
3. O FUNCIONAMENTO DA ESFERA E DO GÊNERO DISCURSIVO	68
3.1. O conceito de esfera e a mídia	68
3.2. A esfera jornalística e a imprensa.....	71
3.3. O gênero capa de revista e a construção do <i>corpus</i>	75
4. PRIMEIROS INDÍCIOS: UMA POLÊMICA INTERNACIONAL	87
4.1. “Faz mal, sim!” A voz da medicina no discurso de <i>Veja</i>	88
4.1.1. O contexto extraverbal nas marcas do gênero discursivo.....	89
4.1.2. Dizendo e insinuando no verbal e no visual	100
4.1.3. O resgate da polêmica da maconha	106
4.2. O discurso do mercado em <i>Veja</i> : um futuro nebuloso.....	118
4.2.1. O tema no gênero discursivo capa	119
4.2.2. A elaboração verbo-visual da capa.....	126
4.2.3. Conflito ideológico em <i>Veja</i>	134
4.3. “Legalizem!” O discurso político de <i>Carta Capital</i>	143
4.3.1. Uma posição ideológica.....	144
4.3.2. Não-coincidência entre o verbal e o visual.....	157
4.3.3. Polêmica na esfera e entre esferas.....	166
4.4. O embate com <i>Veja</i> na capa de <i>Carta Capital</i>	175
4.4.1. A polêmica na verbo-visualidade.....	176
4.4.2. As formas de polemizar do gênero.....	181
5. DESDOBRAMENTOS DA POLÊMICA: O CONTEXTO BRASILEIRO	191
5.1. <i>Isto é maconha medicinal</i>	191
5.1.1. O modo típico de refração da esfera.....	192
5.1.2. O acontecimento e novas imagens de sujeito	199
5.2. Negociando o “tabu” de uma <i>Época</i>	214
5.2.1. Transformação social nos enunciados	215
5.3. Outras réplicas do diálogo	230

6.	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	247
-----------	-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O hábito de comprar revistas numa banca vai gradativamente se tornando menos comum com o desenvolvimento dos gêneros digitais. No entanto, periodicamente, capas “polêmicas”, que interpelam o leitor em diversos espaços, instigam sua curiosidade e, ao repercutirem assuntos controversos, considerados pela imprensa como “temas de interesse comum”, persuadem o público, se não à compra, a participar de uma discussão elevada ao status de “assunto de capa”. Foi justamente isso que nos levou de volta às bancas e que motivou esta pesquisa. O tema do trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC) ¹, concluído em 2013, voltou a ser capa de revista, em meados de 2014, reacendendo uma polêmica que, conforme nossas pesquisas, estende-se por décadas na imprensa: a questão da maconha no Brasil.

À época, o grande número de exemplares que traziam essa discussão à tona, em espaço de destaque, como as capas de revistas semanais, levava a crer que a recorrência temática produzia uma forma de “quebra de tabu” ². Naquela ocasião, investigamos o conflito ideológico instaurado entre as revistas *Carta Capital*, *Galileu* e *Veja* que, entre 2012 e 2013, produziram reportagens de capa sobre o tema. Analisando tais reportagens, pudemos identificar uma disputa pelos sentidos do signo maconha dentro da posição pré-estabelecida de cada um desses veículos na esfera jornalística.

No entanto, a brevidade da investigação que foi possível proceder no TCC e o constante destaque que a questão continuou a receber na imprensa até meados de 2015 revelaram que a amplitude do tema exigia aprofundamento. Por que este vem sendo considerado assunto relevante na imprensa, nos últimos anos - por que esta e não outras drogas, por exemplo? Quais sentidos se mostram ou se camuflam nessa polêmica? O que isso pode significar no contexto do Brasil contemporâneo?

Tanto destaque na imprensa possibilitou a coleta de um material considerável sobre o tema e nos motivou a dar continuidade à investigação durante o mestrado. Todavia, para esboçar qualquer resposta possível foram necessários vários movimentos de cotejo, que

¹ “O conflito ideológico no discurso sobre a maconha: uma abordagem dialógica de matérias impressas veiculadas na mídia brasileira”. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122998>

² Aqui, as menções à “quebra de um tabu” não se referem especificamente à ocorrência de um tabu linguístico, mas à suposição de que o discurso sobre a maconha no Brasil estaria deixando a condição de “silenciamento” - como sugere, por exemplo, o título do documentário *Quebrando o tabu* (2011). Nele, figuras públicas questionam as leis sobre drogas no Brasil e no mundo. Ao longo da pesquisa, porém, tanto a existência de um tabu quanto sua quebra foram questionadas, comprovadas ou refutadas, conforme avançavam os resultados das análises.

revelaram se tratar de um tema complexo, que atravessa (limitando-nos àqueles campos que são contemplados em nossa pesquisa) as esferas familiar, política, médica e jurídica, além da jornalística.

A recorrência do signo ideológico *maconha* nessas esferas e no gênero discursivo analisado, a capa de revista, já serviriam para apontar a existência de um problema cuja discussão é relevante, senão na sociedade brasileira em geral, pelo menos para alguns grupos que a compõem. No entanto, justificamos a realização desta pesquisa baseando-nos, ainda, na concepção bakhtiniana da linguagem, segundo a qual ela é percebida como produto da relação entre sujeitos inseridos em determinada forma de organização social. Perceber a língua como resultado da interação social permite a observação de fenômenos que não são apenas linguísticos, como o da recorrência da palavra “maconha” na imprensa, mas acontecimentos históricos e discursivos - que permitem antever possíveis transformações sociais refletidas e refratadas na linguagem (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006).

Assim, os principais questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa, e que esperamos ter respondido, ao final, podem ser resumidos em: o que fez da **polêmica** da maconha uma questão de destaque no **gênero discursivo** capa de revista, em meados de 2013? Isto é, quais fatos concretos, quais transformações sociais reais, motivaram tão ampla cobertura na imprensa semanal? Como esse gênero discursivo da **esfera de atividade** do jornalismo reflete e refrata tais acontecimentos em sua **materialidade verbo-visual**? Com quais **discursos** do passado esses **enunciados concretos** dialogam e quais respostas, ainda reservadas ao futuro, eles antecipam?

Perguntamo-nos, ainda, o que pode ser dito e polemizado na imprensa explicitamente, e o que segue circulando às margens dos discursos dominantes, na forma de **polêmica velada**. O que se mantém estável no discurso jornalístico sobre a maconha e o que é ressignificado e atualizado, em função das transformações sociais mais recentes? Quais **conflitos ideológicos** se mostram (ou se camuflam) na superfície discursiva dessa polêmica? Como os conceitos do Círculo de Bakhtin, Medviédev e Volochínov ajudam a compreender o discurso polêmico na imprensa para além das controvérsias mais evidentes, como fenômeno discursivo, portanto histórico e social?

De maneira geral, ao propor algumas respostas possíveis a tais questionamentos, o objetivo deste trabalho é lançar um olhar dialógico para o processo de produção de sentidos no discurso polêmico da imprensa, a partir da análise de capas de revistas semanais sobre a maconha, considerando as especificidades desse gênero discursivo verbo-visual, as particularidades da esfera jornalística e, principalmente, a singularidade do contexto

contemporâneo no qual ressurgiu essa polêmica. Com isso, acreditamos que seria possível compreendê-la para além das marcas explícitas de discórdia entre enunciados: como acontecimento discursivo, como fenômeno histórico e social, como reflexo e refração de conflitos ideológicos reais.

Para ser capaz de esboçar algumas respostas possíveis a essas questões, a análise do *corpus* não se deu com a “aplicação” automática de conceitos bakhtinianos. Na verdade, buscamos iluminá-lo à luz do aporte teórico oferecido pelo dialogismo do Círculo de Bakhtin, Medviédev e Volochínov, colocando-o em diálogo com a teoria - não o submetendo passivamente a ela, moldando-o segundo seus contornos, ou colocando-o numa “camisa de força” teórica, nas palavras de Paula (2013, p. 254). O que significa que o diálogo é, aqui, uma concepção de linguagem e, também, um princípio teórico-metodológico.

Conhecendo as particularidades dos trabalhos de cada autor e as questões de autoria que os envolvem - e evitando aprofundar as discussões sobre tão complexo aspecto da produção bakhtiniana -, as referências ao “Círculo” ou ao “pensamento bakhtiniano”, neste trabalho, são formas de remeter às obras produzidas entre o fim do século XIX e a segunda metade do século XX, pelos intelectuais russos Valentín N. Volóchinov, Pável N. Medviédev e Mikhail Bakhtin. Afinal, suas ideias, ainda que heterogêneas, se baseiam num mesmo princípio (o do dialogismo) e se organizam de acordo com os mesmos procedimentos metodológicos (o “método sociológico” de trabalhar a linguagem) - o que nos permite nomear o grupo de pensadores como um “Círculo”.

Entre as principais obras do Círculo que embasaram as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa, destaca-se *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, cuja autoria é atribuída à Bakhtin/Volochínov (2006). Deste livro, publicado pela primeira vez em 1929, vieram algumas das principais noções mobilizadas na pesquisa: a de signo ideológico, de linguagem/diálogo, a relação entre a infra e as superestruturas, além da relação entre o tema e a significação da palavra/enunciado.

Além de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, uma das principais obras de referência neste trabalho foi a coletânea *Estética da Criação Verbal*. Nela, foram relevantes, principalmente, as reflexões de Bakhtin (1997) reunidas no texto *Observações sobre a epistemologia das ciências humanas*, de 1974. Interessam-nos as discussões que o autor propõe acerca da construção do sentido, da compreensão dialógica do enunciado e do cotejamento de textos como processo que possibilita esse ato de compreensão ativa. Foram importantes, também, os célebres textos *Os gêneros do discurso* (1952-1953) e *O problema*

do texto (1959-1961), de onde vieram, principalmente, as noções de enunciado concreto, gênero discursivo e esferas de atividade humana.

Este estudo se baseou, também, no trabalho de Bakhtin (1981), apresentado em *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Interessam, nesta obra, as reflexões sobre a metalinguística e seu objeto de estudo, o discurso, e sobre as relações dialógicas que o constituem. Foram fundamentais, ainda, as noções de polêmica aberta e velada desenvolvidas nesse texto.

Também foram úteis para as reflexões acerca da história da maconha na sociedade ocidental as análises de Bakhtin (1987) sobre a obra rabelaisiana, reunidas em *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Afinal, além de discutir sobre a relevância do *pantagruelion* (cânhamo/maconha) na obra do autor medieval francês, Bakhtin faz considerações importantes para esta pesquisa sobre a cultura popular, à qual a história da maconha está atrelada, conforme mostra o capítulo dois.

Ademais, contribuíram para o embasamento teórico da pesquisa, as considerações de Medviédev (2012), em *O Método Formal nos Estudos Literários: introdução crítica a uma poética sociológica*, sobre o material e o signo ideológico, sobre a avaliação social do enunciado, sobre os gêneros discursivos e sobre as esferas de criação ideológica.

Finalmente, importa diretamente a nosso trabalho o pensamento desenvolvido por Volochínov (2013), nos textos *O que é linguagem* e *A construção da enunciação*, ambos de 1930, em que o autor reflete acerca da natureza social da linguagem, bem como acerca da importância do diálogo e da ideologia para compreendê-la. Além disso, são levadas em conta suas considerações sobre o enunciado, sua construção e seus sentidos, apresentadas no texto *Discurso na vida discurso e discurso na arte* (VOLOCHÍNOV, 1926).

Essas obras e conceitos passaram as reflexões desenvolvidas ao longo de todos os capítulos, ainda que cada um deles possa ter caráter mais ou menos analítico, teórico ou “histórico”. O primeiro deles se dedica a apresentar as principais noções teóricas desenvolvidas nessas obras do Círculo que fundamentaram as reflexões e análises desta pesquisa. Isto é, são discutidas, principalmente, as noções de linguagem e diálogo, de significação e tema, de ideologia e de signo ideológico, de enunciado concreto e de gêneros discursivos, de esferas de atividade e de polêmica (aberta e velada).

Além disso, nesse primeiro momento, são esclarecidos os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa: o método dialógico do Círculo e o cotejamento de textos. Além de serem apresentadas mais detalhadamente nesse primeiro momento, voltado apenas para reflexões de natureza teórico-metodológica, as noções também

são retomadas e aprofundadas no momento das análises, quando postas em relação dialógica mais evidente com as materialidades disponíveis.

Além dos conceitos fundamentais do Círculo de Bakhtin, Medviédev e Volochínov, recorreremos frequentemente aos trabalhos de Beth Brait (2005; 2009; 2013), sobre a verbo-visualidade, aspecto fundamental na construção de enunciados do gênero discursivo analisado; de Dominique Maingueneau (2004; 2005), sobre a análise de textos de comunicação e sobre a polêmica como “interincompreensão”; de John B. Thompson (1990) e de Jauranice Cavalcanti (2006), sobre o funcionamento da esfera jornalística; de Jacqueline Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), sobre as heterogeneidades enunciativas, entre outros pesquisadores das obras de Bakhtin ou estudiosos do discurso, das ideologias e das ciências humanas.

No capítulo dois, predominam os movimentos de cotejamento em diversas direções, numa tentativa de resgatar o já-dito histórico que não só contextualiza, mas que atravessa e constitui o discurso polêmico sobre a maconha no Brasil. Nesse momento, são trabalhadas com mais afinco as noções de significação e de tema: quanto à primeira, cotejamos alguns verbetes de dicionário, buscando verificar as estabilidades no discurso “cristalizado” sobre maconha naquele espaço; quanto à segunda, são contemplados textos de outras épocas, gêneros e esferas, na busca de traçar, ainda que de forma superficial, uma breve história da maconha no Brasil e no mundo. Com isso, tentamos resgatar alguns temas possíveis do signo maconha e seus “correspondentes” em outras culturas e cronotopos para, posteriormente, ver quais desses temas são atualizados no contexto do Brasil contemporâneo.

A prioridade na seleção desses textos auxiliares foi dada a enunciados da esfera jornalística (manchetes, notícias e outras capas de revistas, fora do recorte do *corpus*, por exemplo), mas também contemplamos textos das esferas que atravessam o discurso jornalístico e a questão da maconha: a científica, a política e a esfera da arte (como os campos da literatura e da música), principalmente no segundo capítulo. Referimo-nos, por exemplo, à obra *Gargantua e Pantagruel* (RABELAIS, 1991), e a enunciados do gênero discursivo canção, materializados na voz de Bezerra da Silva e de outros cantores brasileiros. Da esfera científica, recorreremos a livros, trabalhos acadêmicos e artigos científicos sobre a maconha.

Seguindo a ordem de organização dos capítulos, o próximo é dedicado a algumas breves considerações sobre o discurso jornalístico, sobre a imprensa, e sobre aquilo que temos chamado de “gênero discursivo capa de revista”, pois é de acordo com as coerções operadas por cada um desses aspectos que os enunciados do *corpus* são construídos.

De antemão, é preciso pontuar que, com base nas ideias de Bakhtin (1997), os enunciados do *corpus* são entendidos como enunciados concretos do mesmo tipo; ou seja, a capa de revista é tida como um tipo mais ou menos estável de enunciado, ou seja, um gênero discursivo próprio da esfera jornalística. Eles compartilham, portanto, alguns aspectos relativos à forma, ao conteúdo, ao estilo, e aos processos de produção, de circulação e de recepção que são específicos da imprensa. Cumpre salientar que a discussão sobre a pertinência dessa classificação não é aprofundada neste trabalho, para que ele não se desvie de seus objetivos principais. Afinal, para nós, interessam mais as relações entre o gênero, a esfera e a construção da polêmica do que as discussões sobre as especificidades formais, estilísticas e temáticas desse tipo de enunciado ou sobre as possibilidades de entendê-lo como gênero discursivo. Também é preciso lembrar que não vemos essa pertença ao mesmo gênero como fator homogeneizante dos enunciados. Pelo contrário, durante as análises, suas características se mostraram flexíveis e adaptáveis ao projeto de dizer e à unidade temática do enunciado.

Finalmente, o quarto e o quinto capítulos estão centrados na análise dos enunciados verbo-visuais do gênero discursivo capa de revista, que foram publicados em veículos semanais de grande circulação³, entre 2012 e 2016 (sempre em diálogo com outros enunciados, no interior da mesma esfera e no encontro com outras). No capítulo quatro, analisamos duas capas das revistas *Veja* e duas de *Carta Capital*, que foram assim agrupadas porque, além de terem sido publicadas em meados de 2013, motivadas por acontecimentos internacionais, elas caracterizaram uma disputa específica no interior da esfera jornalística (o que nos ajudou a compreender o modo de funcionamento desse campo de criação ideológica). O diálogo tenso estabelecido entre esses quatro enunciados parece suficiente para assegurar a existência de uma polêmica sobre a maconha na esfera, na medida em que eles disputam, ou melhor, negociam os sentidos desse signo e das práticas sociais que ele evoca.

Já no capítulo cinco, analisamos os desdobramentos da polêmica identificada no capítulo anterior. Na quinta etapa, o foco recai sobre capas de outras marcas que circulam semanalmente - uma da revista *Isto É*, publicada em 2014, e outra da revista *Época*, publicada em 2015. Além de serem publicados num outro momento, motivados por outros

³ Ainda que consideremos o fato de que a imprensa esteja passando por uma crise, diante da concorrência das mídias digitais, as revistas analisadas ainda são as de maior circulação no país e falam de um lugar privilegiado, para um público fidelizado por meio das assinaturas (digitais, inclusive). Além disso, também justifica nossa opção por esse gênero discursivo o fato de que são justamente enunciados fragmentados, “frases sem textos” completos, nas palavras de Maingueneau (2014), os que mais circulam na contemporaneidade. É o que acontece, por exemplo, com as frases que estampam as capas de revista e que circulam, ainda, em redes sociais, já distantes de seu “contexto original”.

acontecimentos, estes dois últimos enunciados ajudam a vislumbrar o desenvolvimento da polêmica da maconha segundo as especificidades do contexto brasileiro, e mostram a continuidade do processo de produção de sentidos do signo, ininterrupto, dialógico e indissociavelmente ligado às transformações sociais mais recentes. Nesse último capítulo, procedemos, ainda, um movimento de cotejo com outros enunciados do gênero capa, não contemplados nas análises do *corpus*, mas que contribuem para reforçar a natureza dialógica e dinâmica da polêmica.

Os três primeiros capítulos contextualizam o trabalho teoricamente (dentro da perspectiva bakhtiniana), historicamente (apresentando um breve resumo da história da planta no Brasil) e discursivamente (na esfera e no gênero discursivo específicos do *corpus*). Já os dois últimos capítulos (analíticos) pretendem verificar de que forma o discurso da imprensa reflete/refrata as transformações sociais mais recentes e as contradições ideológicas históricas do signo, atualizando seus sentidos também de acordo com as coerções do gênero e com os valores da esfera.

Finalmente, quanto à construção do *corpus*, cabe apontar que a adoção do dialogismo bakhtiniano como perspectiva teórico-metodológica significou, na prática, não trabalhar com um grupo fechado de enunciados, dados de antemão, já que a teoria do Círculo implica reconhecer “a infinitude do processo dialógico” (GERALDI, 2012, p.20). Tampouco tínhamos um grupo de conceitos e categorias claramente estabelecidas para serem automaticamente testadas nesse *corpus* em construção, já que ele mesmo determinaria as noções e conceitos mobilizados durante as análises.

Assim, até o encerramento da pesquisa, estariam abertos os limites do *corpus* e dele poderiam vir a fazer parte quaisquer enunciados que fossem do “gênero capa de revista”, que materializassem verbal ou visualmente o signo “maconha”, que tivessem sido publicados nos últimos cinco anos (de 2012 a 2016), em revistas semanais impressas de grande circulação no Brasil. Certamente, corríamos, com isso, o risco de ampliar o *corpus* para além daquilo que seria possível analisar no período de dois anos de uma pesquisa de mestrado. Assim, para garantir sua exequibilidade, seguimos o conselho de um dos debatedores deste trabalho,

(quando de sua apresentação num evento da área), e limitamos a análise aos enunciados do gênero capa, sem desprezar o constante cotejo com a reportagem da qual se originou⁴.

Sobre o *corpus* é preciso lembrar, ainda, que sua seleção se deu a partir do critério da verbo-visualidade, cuja relevância é determinada pela própria constituição do gênero capa, pois não há como desprezar os elementos visuais nesse tipo de enunciado, sem abrir mão de parte fundamental da construção dos sentidos. Por isso, ainda que, em algumas manchetes, o signo linguístico “maconha” não tenha aparecido, o signo visual (geralmente materializado na folha da planta ou, ainda, no cigarro feito com a erva) foi suficiente para enquadrar as capas nos critérios de seleção das materialidades analisadas.

Finalizando as considerações prévias sobre este trabalho, resta comentarmos sobre sua relevância do ponto de vista dos estudos discursivos e, mais especificamente, no campo dos estudos bakhtinianos. De forma geral, nossa contribuição é ajudar na organização de conceitos teóricos e procedimentos metodológicos para uma abordagem dialógica da polêmica, especialmente aquelas que são disseminadas nos meios de comunicação. Além disso, espera-se demonstrar algumas possibilidades de análise de enunciados verbo-visuais, de acordo com os princípios da Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Adaptadas às especificidades da esfera educacional, as reflexões aqui desenvolvidas sobre uma possível leitura dialógica de enunciados verbo-visuais da esfera jornalística poderiam, ainda, colaborar na formação de leitores mais críticos, que não se limitam a ver a superfície linguística dos enunciados ou o nível explícito das polêmicas tornadas públicas nos meios de comunicação; que sejam capazes de ir mais longe na tentativa de compreensão do processo de produção de sentidos de uma enunciação. Assim, espera-se chegar a outras possibilidades de dizer, outras potencialidades de sentido para o mesmo signo/objeto, que foi tantas vezes “falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, [que] é lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências” (BAKHTIN, 1997, p. 319).

Do ponto de vista de sua relevância social, este trabalho acaba apontando caminhos para compreender discursivamente as transformações sociais, mesmo aquelas em pleno acontecimento, uma vez que aprecem refratadas em enunciados que circulam nas esferas

⁴ Embora este não seja um estudo de um dado gênero discursivo, mas da polêmica que nele se materializa, para uma compreensão mais detalhada do processo de produção de sentidos do gênero capa, é fundamental relacioná-lo ao gênero reportagem (e aos outros gêneros que a constituem), o que tentamos fazer sempre que necessário em nossas análises, cotejando enunciados verbais ou visuais das respectivas matérias de capa. Assim, não descartamos o conteúdo das reportagens, mas elas não são propriamente analisadas aqui, uma vez que a relação entre os gêneros discursivos capa e reportagem, por si só, poderia ser objeto de uma outra investigação.

intermediárias da construção das ideologias, como se pode dizer que é a imprensa e a mídia, em geral.

Mediadora, como diz o próprio nome, da relação entre o público e os fatos que se dão principalmente em esferas oficiais (ciência e política, por exemplo), isto é, entre as ideologias cotidianas e o conhecimento simbólico produzido nas superestruturas, a mídia é hoje, certamente, um espaço privilegiado de observação dos fenômenos sociais. Por isso, olhar mais atentamente para as polêmicas que se explicitam em enunciados da imprensa possibilitaria, em nossa interpretação, identificar conflitos implícitos, polêmicas veladas, embates ideológicos históricos que ali se escondem e se revelam.

Com os conceitos e procedimentos da Análise Dialógica do Discurso, o discurso jornalístico pode ser, então, um lugar produtivo de compreensão dos jogos de sentido que se dão no interior da polêmica, assim como das negociações que ela instaura entre valores e ideologias conflitantes - mas que ao mesmo tempo se incorporam e se ressignificam mutuamente.

1. PARA UMA ABORDAGEM DIALÓGICA DA POLÊMICA

Neste primeiro capítulo, explicamos a postura teórico-metodológica adotada, as principais noções e categorias de análise mobilizadas nas materialidades disponíveis, na busca de um procedimento dialógico de análise da polêmica na esfera jornalística.

Nesse percurso, o diálogo é nosso eixo central: entre as obras do Círculo cujos textos embasaram a pesquisa; entre elas e *corpus*, bem como entre esse material de análise e o de cotejo; entre ambos e as pesquisadoras envolvidas; entre as esferas e pontos de vista que atravessam essa polêmica. Ao mobilizar as categorias e os procedimentos a seguir descritos na análise das materialidades apresentadas, pretende-se dar conta dessas múltiplas formas de diálogo, chegando ao diálogo constitutivo da linguagem e dos sentidos: entre sujeitos, grupos, classes e ideologias.

1.1. Caminhos e procedimentos metodológicos

Foi estabelecido, desde a introdução deste trabalho, que a análise dialógica do discurso polêmico proposta aqui deve ir além de controvérsias mais explícitas que venham a se manifestar nos enunciados concretos que compõem o *corpus* e, para que isso fosse possível, alguns procedimentos metodológicos foram adotados.

Esses procedimentos, bem como os conceitos e categorias, foram determinados pelo próprio *corpus*. Este deixa ver, por exemplo, a centralidade do signo ideológico (“maconha”) no processo de construção da polêmica (ver figuras, no capítulo 3), evidenciado a importância desse conceito para a pesquisa. O reconhecimento da centralidade de tal conceito implica, por sua vez, num estudo da polêmica para além da discordância linguisticamente evidenciada na superfície dos discursos - isto é, como produto da evolução social do signo e das contradições ideológicas que nele se materializam.

Para realizar esse tipo de estudo da polêmica, procuramos observar alguns princípios metodológicos gerais estabelecidos pelo Círculo, que caracterizam o que se pode chamar de abordagem sociológica da linguagem (aquela que é centrada no signo ideológico, como reflexo e refração das relações sociais):

1. Não separar a **ideologia** da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. Não dissociar o signo das **formas concretas da comunicação social** (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como

objeto físico). 3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infraestrutura). (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV 2006, p.43. Itálico original, negrito adicionado)

Essas orientações pressupõem que a linguagem é não apenas um sistema de signos linguísticos, mas de signos ideológicos. Seguindo-as, torna-se possível ultrapassar aquilo que o signo é materialmente para chegar àquilo que ele significa (BAKHTIN, 1997, p. 401), num contexto sócio-histórico específico, marcado por determinados conflitos ideológicos. Adotando essa perspectiva da linguagem que é, também uma abordagem metodológica, nos pareceu possível, com este trabalho, transcender os sentidos que a polêmica mostra e chegar àqueles que ela vela.

Segundo nossa interpretação da citação escolhida para ilustrar o método sociológico de análise de fenômenos da linguagem (fenômenos ideológicos), além de olhar para o signo considerando a ideologia e os conflitos ideológicos que o atravessam, é essencial analisá-lo junto às formas concretas da comunicação social (isto é, dos enunciados e dos gêneros discursivos) em que eles se materializam. Finalmente, uma análise que se pretende dialógica não deve separar os signos e os enunciados da base material da sociedade, a infraestrutura, em sua relação dialética com os sistemas ideológicos institucionalizados nas superestruturas, pois é esse contexto real de relações complexas entre sujeitos organizados socialmente que lhes atribui sentido.

Compreender ativa e dialogicamente esse processo de produção de sentidos de um discurso (de um enunciado, de um signo ou de uma polêmica) exige, portanto, que se leve em conta não um signo isolado, mas seu acontecimento em enunciados concretos, de dado gênero discursivo. Estes tampouco são suficientes sem que se considere, também, o contexto imediato de interação comunicativa que o gerou, bem como seu contexto sócio histórico e sua relação com outras enunciações.

Além de explicitar algumas noções fundamentais nesse tipo de abordagem (signo ideológico, enunciado concreto, gênero discursivo, ideologia, infra e superestruturas), essas instruções metodológicas do Círculo reforçam a necessidade de se considerar o enunciado um lugar de atualização dos sentidos do signo. Isto é, cada enunciado, é apenas um momento na existência histórica do signo ideológico, um elemento de uma cadeia enunciativa mais ampla e complexa.

Essa indissociabilidade do enunciado dos outros enunciados com os quais ele dialoga transformou o cotejamento de textos no principal método utilizado em nossas análises. Para Bakhtin (1997, p.40), o próprio ato de compreensão de um texto é o seu cotejo com os outros

textos⁵. Por isso, as análises realizadas aqui conduzem sempre para fora dos limites do enunciado analisado. Este deve ser tratado como um elemento de uma cadeia de enunciados que se ligam dialógicamente (BAKHTIN, 1997, p. 185).

Nesse contexto dialógico de interação entre enunciados, é preciso superar os limites do texto e tratá-lo como enunciado concreto, cotejando-o com outros, fazendo “emergirem mais vozes para uma penetração mais profunda no discurso” (GERALDI, 2012, p.27-28), o que resulta numa compreensão mais ampla desses sentidos. É essa ampliação do contexto de um texto que garante a compreensão de seus sentidos, como enunciado único e irreproduzível que é (BAKHTIN, 1997, p.331).

Nessa perspectiva, para que seja possível realizar um ato compreensivo realmente dialógico, é necessário resgatar, ainda que parcialmente, “a cadeia infinita de enunciados a que o texto responde, a que se contrapõe, com quem concorda, com quem polemiza, que vozes estão aí sem que explicitem porque houve esquecimento da origem” (GERALDI, 2012, p.33). Em outros termos é preciso resgatar o já-dito que lhe constitui.

É por isso que, nesta pesquisa, para compreender o *corpus*, tentamos recuperar uma memória do discurso em enunciados que excedem seus limites. Na perspectiva bakhtiniana, essa memória discursiva pode ser compreendida como o diálogo ilimitado que os enunciados estabelecem com outros discursos do passado e do futuro (memória do passado e do futuro). É ela que preserva sentidos aparentemente esquecidos, mas que, a cada novo contexto, são rememorados, ressignificados e atualizados. A palavra é, portanto, sempre carregada de uma memória, de um já-dito constitutivo que nela ressoa e de um porvir que ela instaura:

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. (BAKHTIN, 1997, p. 413-414)

Esse já-dito não funciona como mero “contexto histórico” ou como cenário onde se desenrola o processo de produção de sentidos que se analisa, mas como elemento constitutivo

⁵ Neste trabalho, o texto é sempre compreendido como enunciado concreto (o que será esclarecido adiante); por isso, aqui, os termos serão tratados como equivalentes.

desse processo de compreensão por cotejamento; é o exterior do discurso que também o constitui. Para Bakhtin (1997, p.405), “compreender é cotejar com outros textos e pensar num contexto novo (no meu contexto, no contexto contemporâneo, no contexto futuro)”. Nesta da pesquisa, a recuperação dos sentidos historicamente construídos para o signo *maconha*, com a intenção de compreender os discursos contemporâneos, caracteriza justamente essa tentativa de pensar num novo contexto para esse signo, atualizado segundo as circunstâncias mais recentes.

Afinal, por mais que um enunciado seja único, irrepetível e, portanto, novo, ele é sempre uma ressignificação daquilo que já foi enunciado sobre o mesmo tema/objeto. Esse interminável processo de cotejamento traz à tona indícios valiosos para a investigação e, a partir deles, é possível identificar outras vozes que ressoam nos enunciados, ainda que não estejam explicitamente marcadas em sua superfície.

Para que pudéssemos apreender pelo menos parte desse complexo processo de produção de sentido, nossas reflexões se organizaram, principalmente, em torno dos conceitos de signo ideológico, de gêneros discursivos e de polêmica (aberta ou velada), sobre os quais são tecidas algumas considerações a seguir. No entanto, essas noções não são isoláveis em capítulos específicos, nem separáveis de outras noções, como as de enunciado concreto e de esfera de atividade humana, pois se entrecruzam e se influenciam mutuamente no processo de produção de sentido que este trabalho se dedica a analisar.

1.2. Conceitos bakhtinianos para pensar a polêmica dialogicamente

Esta seção discute as principais noções do Círculo que foram mobilizadas nesta pesquisa e tenta deixar claro no que consiste a análise dialógica do discurso polêmico proposta aqui. É preciso ressaltar, no entanto, que na perspectiva do Círculo não é possível falar em categorias fixas e fechadas, mas daquelas que emergiram do próprio *corpus*. Assim, utilizamos os conceitos do Círculo para pensar em categorias adequadas às materialidades disponíveis.

Concordamos com Brait (2006, p. 9), quando a autora afirma que não é possível afirmar que o grupo de pensadores russos que compõe o Círculo tenha proposto “um conjunto de preceitos sistematicamente organizados para funcionar como perspectiva teórico-metodológica fechada”. No entanto, a autora defende que é possível apreender de suas obras uma proposta de abordagem teórico-analítica do discurso baseada no dialogismo (a chamada

ADD), com a qual este trabalho pretende estar de acordo. Nesse contexto, o que está sendo sugerido aqui é apenas uma abordagem possível da polêmica, especificamente na esfera e no gênero aos quais pertencem as materialidades analisadas.

1.2.1. Linguagem e diálogo

Segundo Bakhtin (1981 p. 209), “o discurso é a língua em sua integridade concreta e viva”. Sendo assim, ele deve ser estudado segundo os princípios de outra disciplina, que ultrapassa os limites da linguística, mas que é indissociável dela: a metalinguística (BAKHTIN, 1981 p. 210). Nesse campo, interessam os aspectos extralinguísticos, as relações dialógicas que constituem o discurso.

Essas relações não ocorrem entre elementos puramente linguísticos. Estes devem ser personificados, precisam “tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas” (BAKHTIN, 1981, p.212). As relações dialógicas produtoras de sentido são, portanto, não só entre signos, mas também entre enunciados e sujeitos, e somente se materializam na língua (ou outras manifestações da linguagem), sem se restringirem a ela.

No pensamento do Círculo, a **linguagem** é “o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou” (VOLOCHÍNOV, 2013, p.141). Por isso, nessa abordagem da língua, ou melhor, do discurso, a materialidade dos enunciados não é dissociada dos sujeitos dessa interação, tampouco das condições de produção, circulação e recepção dessa enunciação ou dos elementos sócio-históricos e ideológicos que determinam seus sentidos.

A postura adotada na pesquisa quanto às concepções de linguagem, diálogo e discurso, se aproxima da visão materialista da linguagem e da própria concepção filosófica do materialismo dialético. Por um lado, porque as análises partem das materialidades discursivas, de enunciados concretos. Por outro, porque concordamos que a enunciação é produto da interação de sujeitos reais e de suas condições materiais de existência (MARX; ENGELS, 1999, p.10-11). Na perspectiva marxista,

não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real (MARX; ENGELS, 1999, p. 21).

A contribuição bakhtiniana ao pensamento marxista foi, justamente, superar esse distanciamento entre a “atividade real dos homens” e aquilo que eles dizem. Afinal, na perspectiva do Círculo, as palavras também materializam valores, enunciam pontos de vista e concretizam o estar-no-mundo desses homens que produzem ideologia não só na atividade do trabalho, mas em qualquer ato comunicativo, nos seus mais diversos tipos (ou gêneros discursivos).

Ao propor que a linguagem é um sistema de signos ideologizados, a perspectiva bakhtiniana lança um olhar sociológico para a língua, baseado na concepção materialista própria do marxismo⁶. Isso implica considerar que a realidade fundamental da língua/linguagem é a interação verbal (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.125), ou seja, o **diálogo**, mas aquele que se dá entre sujeitos reais, socialmente organizados, historicamente situados, ideologicamente atravessados.

Nesse contexto, o termo “diálogo” não se refere apenas à “comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas [a] toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 125), que é sempre social, e ideológica. Afinal, a língua nasce da necessidade de comunicação e de compreensão entre sujeitos socialmente organizados (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 142), ideologicamente constituídos. Dessa forma, o diálogo é sua realidade fundadora, pois ela só serve à expressão de alguém para outro alguém, é um “acontecimento entre sujeitos” (MARCHEZAN, 2006, p. 117).

Sendo assim, quando se adota a perspectiva bakhtiniana do discurso a fim de proceder a uma **análise dialógica**, toma-se o diálogo como uma grande categoria e como realidade fundadora da língua e das relações sociais. O estudo de palavras, frases e textos, que se pode esperar em trabalhos da linguística, transforma-se, na metalinguística, no estudo dos signos, dos enunciados, dos contextos (sócio-históricos e político-econômicos).

A proposta apresentada neste trabalho, de uma análise dialógica do discurso polêmico, consiste, portanto, em: 1) **descrever** os aspectos observáveis nas materialidades discursivas (aspectos linguísticos, ou melhor, relativos à linguagem verbal e visual); 2) **relacionar** esses aspectos aos elementos extralinguísticos que lhes atribuem sentidos (sujeitos, contextos, história, outros enunciados); 3) **interpretar** essas relações (entre a linguagem e os elementos

⁶ É preciso esclarecer, no entanto, que o olhar bakhtiniano se distancia de algumas interpretações deterministas das ideias marxistas, por entender o processo de criação ideológica como uma interação dialética, e não apenas um processo inescapável de imposição da ideologia oficial e de alienação. Para o Círculo a ideologia é produto da interação mútua entre infra e superestruturas, o que permite enxergar uma saída para o sujeito, um espaço para que sejam ouvidas, também, as vozes do cotidiano.

exteriores que a constituem) em termos ideológicos - ou seja, identificando, por meio delas, conflitos ideológicos reais na sociedade contemporânea.

Dessa forma, ao analisar dialogicamente o discurso, o que interessam são as relações entre os **signos**, entre estes e o enunciado, entre o enunciado e a cadeia de enunciados outros aos quais ele responde; entre esses **enunciados** e o gênero discursivo ao qual pertencem, entre este e a esfera de atividade humana em que ele surge; entre as esferas e as estruturas socioeconômicas, grupos, classes e sujeitos que as integram. Enfim, é pela relação dialógica entre todos esses elementos que esta pesquisa se interessa, pois são elas que produzem sentidos e que colocam valores em conflito nessa **polêmica**, ressignificando a palavra em função da realidade concreta.

Em cada uma das próximas três seções são discutidas as principais noções mobilizadas nas análises: signo ideológico, enunciado concreto, gênero discursivo e polêmica (velada e aberta), além de vários outros conceitos fundamentais a estes atrelados.

1.2.2. Signo e ideologia (ou conflitos ideológicos)

Como demonstram os dados do Quadro1 (apresentado mais adiante), a recorrência da palavra “maconha” nos enunciados do *corpus* fez com que o signo fosse inegavelmente uma das categoriais principais de análise. Na perspectiva do Círculo, não só o signo linguístico, mas quaisquer corpos físicos, imagens artísticas, trabalhos científicos, instrumentos de produção, produtos de consumo, objetos naturais, sons, gestos, cores, corpos vivos, símbolos e cerimônias religiosas podem se tornar, também, signos ideológicos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006; MEDVIÉDEV, 2012). Assim, quando falamos do signo ideológico neste texto, nos referimos à palavra e à imagem que refletem e refratam a planta/droga.

Para Medviédev (2012, p. 50), “não há significado fora da relação social de compreensão”, pois é no ato comunicativo, na interação entre sujeitos, que um fenômeno se torna ideológico, que a palavra se torna signo. Assim, esses objetos/fenômenos só ganham sentido para além de sua existência material e tornam-se ideológicos quando inseridos no ato social da comunicação, num enunciado concreto, quando são revestidos de uma avaliação social (MEDVIÉDEV, 2012, p. 183). Entretanto, esses sentidos não são sempre os mesmos e as avaliações não são consensuais. Para Bakhtin/Volochínov (2006, p.45), “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se

desenvolve a luta de classes”⁷; o embate entre pontos de vista e formas distintas de perceber e interpretar o mundo.

Interessa, em nosso estudo da polêmica, justamente a evolução dessa disputa pelos sentidos do signo, que se revela na superfície dos enunciados, por meio da linguagem verbo-visual. Tal disputa é ideológica, entre grupos, classes e valores sociais, e, “na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 46).

De acordo com o pensamento do Círculo, para compreender os sentidos do signo ideológico, deve-se levar em conta que ele

resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.43. Itálico original).

Não se trata, vale enfatizar, do signo ou da significação “linguística”, pois fazer um reconhecimento da palavra/imagem e associá-la à realidade que ela “reflete”, reconhecendo sua significação estabilizada na língua não é suficiente numa análise dialógica do discurso. Neste trabalho interessa o **signo ideológico**, cujos sentidos são atualizados pelas relações sociais e pelas condições em que se deu a interação.

Para chegar até eles, é necessário ultrapassar a compreensão daquilo que o signo é para chegar àquilo que ele significa (BAKHTIN, 1997, p. 401), à avaliação que ele carrega. Posto de outra maneira, é preciso analisar o signo não como **reflexo** fiel da realidade, mas como uma **refração**. O termo, emprestado da física, se refere originalmente ao fenômeno óptico em que a luz, ao passar de um meio para o outro, sofre um desvio. É o que acontece, por exemplo, quando enxergamos a imagem distorcida de um objeto submerso na água.

Nas obras do Círculo, a refração pode ser entendida como uma propriedade do signo, por meio da qual ele pode “distorcer” (refratar) a realidade material que parece “refletir”, pois necessariamente a representa de um ponto de vista específico. Com isso, outras realidades são construídas, a partir de uma realidade também em constante (re)construção e, por isso, inapreensível integralmente.

⁷ Na releitura bakhtiniana desses conflitos ideológicos, não se trata de uma divisão rígida e binária de classes, do embate entre “a burguesia” e “o proletariado” (tal como se percebia no contexto em que a luta de classes foi pensada pelo marxismo), mas de um conflito heterogêneo, entre vários grupos sociais e visões de mundo, que se influenciam mutuamente.

Entendemos essa “distorção” da realidade por meio da linguagem, ou melhor, a refração própria dos signos, como fruto da passagem de uma palavra (e de forma mais ampla, do material/signo ideológico) de um meio sócio-histórico para outro, de uma esfera para outra, de um contexto e de um enunciado para outro. Isso resulta em alterações nos sentidos dos signos, afetadas pelos pontos de vista dos sujeitos⁸ de cada interação.

Nesse contexto, como afirma Volochínov (1926, p.5. Negrito adicionado), “de maneira alguma o discurso reflete a situação extraverbal do modo como um espelho reflete um objeto. Mais exatamente, o discurso aqui analisa a situação, produzindo uma **conclusão avaliativa**” sobre ela. São essas diferentes **valorações** que este trabalho pretende investigar, as posições avaliativas em embate no discurso polêmico sobre a maconha.

Pode-se dizer que “todo signo, além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um ‘**ponto de vista**’, pois representa a realidade a partir de um *lugar valorativo*” (MIOTELLO, 2005, p.170. Negrito adicionado). A análise do signo aqui proposta considera a relação entre esses aspectos físico-material e sócio-históricos (a capacidade da palavra/imagem de representar a realidade sócio-histórica, de refleti-la) e os pontos de vista e lugares valorativos a partir dos quais se dá essa representação (sua capacidade refrativa).

Assim, ao analisar o signo ideológico, portanto, não são palavras o que analisamos, parafraseando Volochínov, “mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um **sentido ideológico** ou vivencial*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 96. Negrito adicionado) e envolve, portanto, a vida real, os sujeitos, seus valores.

Resulta desse conflito ideológico a polissemia do signo - e a própria polêmica -. Afinal, a ausência de consenso deve ser um pressuposto, uma vez que não há apenas um sentido fixo ou uma **significação** estável, mas vários **temas**, vários sentidos possíveis a depender do contexto social, do posicionamento valorativo dos sujeitos, da esfera de atividade em que o signo circula. Na próxima seção deste capítulo, discutem-se essas questões relativas aos sentidos do signo, a partir, principalmente, das noções de **tema** e de **significação**. Antes, para finalizar as considerações sobre o signo, resta ampliar a discussão sobre sua natureza ideológica.

⁸ Neste trabalho, o sujeito não é indivíduo autônomo dotado de poder para atribuir à palavra (ao mundo e a si) o sentido que quer. O sujeito bakhtiniano é, segundo nossa interpretação, necessariamente integrante de um grupo social (na verdade, vários), portanto herdeiro de seus valores; mas negocia com o outro os sentidos do que diz, ouve e lê, os sentidos que atribui ao mundo e à própria identidade.

Para o Círculo, “sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.29). A **ideologia**, aqui, se refere às ideias e representações que os sujeitos fazem do mundo, de si mesmos e do outro, às formas de entender e “explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com outros homens” (FIORIN, 2011, p. 20).

Tais “visões de mundo” são, por sua vez, determinadas pelas relações sociais reais que se dão na base econômica:

A **produção de ideias, de representações da consciência** está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à **atividade material** e ao comércio material dos homens; é a **linguagem da vida real**, as representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas. (MARX; ENGELS, 1999, p.20. Negrito adicionado)

Ter em mente que essas representações do mundo não têm origem na cabeça dos indivíduos, no plano das ideias, mas na realidade concreta das relações sociais é importante para evitar que se reduza a noção de ideologia a um sistema de ideias abstratas. “A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico” (FIORIN, 2011, p.21).

Seria possível, então, resumir as ideologias como formas de apreensão e representação do mundo concreto - produto das condições materiais de existência - que se materializam nas práticas sociais, na linguagem, nos signos ideológicos. Essas representações se baseiam nas relações sociais concretas do cotidiano, que se dão na base socioeconômica, na **infraestrutura** – onde ocorrem as relações de trabalho e de classe:

O conjunto das relações de produção (que corresponde ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais) constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta [infraestrutura] sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (MARX, [1859] 2008, p.3)

São essas relações da infraestrutura que determinam a vida social e os sistemas ideológicos elaborados (como a ciência, a religião, a arte, a mídia). São elas que caracterizam as **superestruturas**, onde se elaboram intelectualmente formas de representação da sociedade, que se estabilizam e institucionalizam na forma de “discursos oficiais”,

convertendo-se em formas hegemônicas de interpretar e valorar o mundo, em ideologias dominantes (não necessariamente “oficializadas” formalmente).

No entanto, como já mencionamos, a contribuição do Círculo para a ressignificação dessa concepção marxista de ideologia consiste em propor que ela se constitui necessariamente na “relação recíproca entre a infraestrutura e as superestruturas” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 40), numa oposição dialética entre “dois conjuntos ideológicos antagônicos” (MIOTELLO, 2005, p.169): as **ideologias do cotidiano** e as **ideologias oficiais**.

As ideologias do cotidiano podem ser entendidas como toda a produção ideológica “que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida”, segundo Miotello (2005, p.169). Já os sistemas ideológicos institucionalizados (as ideologias oficiais) estabilizam representações (dominantes) de mundo, elaboradas intelectualmente e formalizadas na lei, na ciência, na literatura, na religião e, no caso do nosso *corpus*, no jornalismo.

Na perspectiva do Círculo, é fundamental considerar que, apesar de tentar implantar uma concepção de mundo única e verdadeira, as ideologias dominantes não agem sem a resistência da ideologia do cotidiano, pois ambas se constituem mutuamente:

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.121)

Dessa forma, o signo é ideológico na medida em que se constitui nessa relação dialética e conflituosa entre ideologias oficiais e do cotidiano. Nele, valores contraditórios se encontram, vozes de classes e grupos diferentes coexistem, atribuindo ao signo sentidos que não são jamais neutros ou únicos. Para ser capaz de contemplar minimamente essa “plurivalência social do signo ideológico” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.46), que acompanha o fluxo da história e do desenvolvimento da sociedade, o segundo capítulo é dedicado a uma contextualização histórica da evolução semântica da palavra “maconha”.

Nossa investigação quer mostrar, portanto, não como opera a ideologia dominante, mas como ela se constitui no contato com outras ideologias, produzindo nuances de sentido para um signo e uma prática que não foram simplesmente demonizados por um ou outro

grupo isolado, mas que foram negativamente valorados no percurso da história, refletindo a luta de classes e a organização da sociedade brasileira ao longo dos séculos.

No decorrer de todo o trabalho, portanto, o signo continua sendo uma das categorias principais em torno das quais se centram as análises. Ao mobilizar a noção de signo ideológico, a ideia é demonstrar que a palavra sofre as coerções dos valores da esfera em que circula, do gênero em que se materializa e dos grupos sociais que a evocam. Nesse cenário, embora os grupos e forças dominantes tentem “conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 46), não é sem resistência, sem ressignificação, negociação e polêmica que essa interação ideológica se dá. Isso resulta numa constante desestabilização da significação e na atualização dos temas de um signo/enunciado; assuntos centrais da próxima subseção.

1.2.3. Significação e tema

Quando se trata de analisar, na perspectiva do Círculo, o processo de produção de sentidos de uma palavra, entendida como signo ideológico, a distinção entre significação e tema é relevante. De acordo com a concepção dialógica da linguagem, a **significação** é apenas uma dimensão do signo (ou do enunciado), caracterizada por seus “elementos reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos”, e é fruto de uma convenção social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 132) - como a palavra e seu sentido dicionarizado.

No entanto, se “é a pluralidade de acentos valorativos que dá vida à palavra” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 109) e que a transforma em signo, a significação é apenas um sentido potencial, historicamente construído e reiterado até sua estabilização. Para Medviédev (2012, p.183), “entre a realidade da palavra isolada e seu significado há uma ruptura”, quando de sua dicionarização, por exemplo, pois esse signo perde sua ligação com a vida, torna-se fruto de uma convenção.

Também para Bakhtin/Volochínov (2006), a significação dicionarizada é de natureza normativa e se apresenta descontextualizada, como um recorte único da realidade, como uma tentativa de congelar os sentidos de um signo, restringindo suas possibilidades de significar. Na perspectiva do Círculo, é possível chamar esses sentidos possíveis (de um signo ou de um

enunciado) de temas e seus sentidos convencionais, relativamente estabilizados⁹, de significação.

Assim, a significação seria “um estágio inferior da capacidade de significar, e o tema, um estágio superior da mesma capacidade” (CEREJA, 2005, p.202). O **tema** é, ao contrário da significação, “individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 131) e, por isso, não se dissocia dela:

o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. [...] O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.132).

Os temas são, então, sentidos atualizados de acordo com as condições de produção de cada enunciado em que um signo se manifesta e, por isso, graças a seu caráter dinâmico e flexível, se diferenciam da significação (apesar de estabelecerem entre si uma relação de interdependência). Foi devido a essa interdependência entre o signo, o enunciado, a significação e o tema que, sempre que possível, foram trazidos neste trabalho enunciados concretos para que se pudesse observar o acontecimento dos signos e a atualização de seus valores em determinados contextos sócio-históricos.

Nesta pesquisa interessam ambos, já que, segundo Bakhtin/Volochínov (2006, p. 132) “a significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. [...]. Não há tema sem significação, e vice-versa”. A significação interessa, inicialmente, porque oferece uma visão geral sobre o processo de estabilização de sentidos e de construção de um senso comum, já que o léxico da língua, fixado no dicionário, estabelece não apenas os sentidos de uma palavra, mas os valores e as práticas discursivas dominantes numa comunidade linguística. Os temas também interessam porque é justamente a atualização (o reforço, a desconstrução, a reconstrução) desse senso comum na mídia que interessa diretamente às fases posteriores da pesquisa - principalmente, porque é o tema que constitui o todo de sentido do **enunciado**, entendido como acontecimento discursivo que materializa os significados potenciais de um signo.

⁹ Relativamente porque entendemos que os verbetes de um dicionário também são construídos a partir de textos que refletem/refratam a própria dinâmica social, apenas levam mais tempo para reagir às transformações na sociedade, já que se trata de um gênero discursivo mais estável.

1.2.4. Enunciado concreto, gênero discursivo e esfera de atividade

Conforme as orientações metodológicas contidas na seção 1.2., não se deve “dissociar o signo das formas concretas da comunicação social”, tampouco “dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infraestrutura).” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.43). Levando isso em conta, os capítulos quatro e cinco tratam da ocorrência do signo “maconha” dentro do acontecimento específico de cada enunciação. O estudo do signo se expande, então, para o estudo das formas concretas de interação social, ou seja, do **enunciado concreto** – que se materializa conforme as especificidades de um determinado **gênero discursivo** e este numa dada **esfera de atividade humana** (ou esfera de criação ideológica).

Nos capítulos finais, portanto, o foco das análises não é o signo isolado, mas o enunciado, sobre o qual se fazem necessários alguns esclarecimentos, dada a larga e não consensual utilização do termo nos estudos da linguagem. Para Bakhtin, o enunciado “é a unidade real da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p.293), aquilo que materializa a interação entre sujeitos reais, numa situação concreta.

Nessa perspectiva, fala-se em enunciado concreto como sendo aquele que “compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1926, p.6). Esta última é, aliás, o que distingue a noção de enunciado que adotamos aqui de outras concepções possíveis: “a característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o **contexto extraverbal** da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem quase toda a sua significação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1926, p.6).

Analisar o **enunciado concreto** significa, portanto, ultrapassar sua materialidade verbal, pois as palavras, as frases e os textos, isolados de seus contextos não são, numa perspectiva discursiva, suficientes para compreender seus sentidos. Se, “na vida, o discurso verbal é claramente não autossuficiente” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1926, p.4), para compreendê-lo é preciso considerar os elementos extraverbais que lhe dão sentido.

Entre esses elementos, o principal é a presença dos sujeitos ali circunscritos, pois é justamente na interação entre eles que o enunciado ganha vida e sentido. “Diferentemente das unidades significantes da língua— palavras e orações—que são de ordem impessoal, não pertencem a ninguém e não se dirigem a ninguém, o enunciado tem **autor** [...] e **destinatário**” (BAKHTIN, 1997, p. 320. Negrito adicionado).

Além de identificar quem enuncia e a quem se dirige a enunciação, uma compreensão ativa do enunciado concreto deve, para o Círculo, considerar que os interlocutores compartilham um horizonte espacial, o conhecimento e a compreensão comum da situação que gerou a enunciação e uma avaliação dessa situação (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1926, p.5). Esse “horizonte espacial comum” não necessariamente é um ambiente físico compartilhado e “pode se expandir tanto no espaço como no tempo: o ‘presumido’ pode ser aquele da família, do clã, da nação, da classe e pode abarcar dias ou anos ou épocas inteiras” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1926, p.6).

Dessa forma, para se proceder a uma análise do processo de produção de sentidos de um signo é essencial que se considere, também, o enunciado que o materializa e, para compreender esses enunciados, é necessário analisar as circunstâncias específicas da enunciação. Nesta pesquisa, isso inclui: a) identificar quem fala nesses enunciados e a quem se dirigem (a revista, como instituição; as vozes que legitimam os dizeres ali contidos; o leitor presumido); b) considerar, como parte constitutiva desses enunciados, a situação real que deu origem à enunciação, isto é, o contexto espaço-temporal em que esse enunciado foi produzido; c) identificar a leitura que cada um dos participantes da enunciação tem da situação que a gerou, bem como sua valoração sobre a mesma (seu conhecimento e seu posicionamento valorativo sobre o fato enunciado). Considerando todos esses aspectos, é possível compreender melhor a produção de sentidos nesses enunciados, incluindo nessa leitura o não-dito, aquilo que é presumido a partir daquilo do que se percebe na materialidade do discurso, na concretude verbo-visual do enunciado.

A **verbo-visualidade**, a propósito, tem papel fundamental na análise dos enunciados jornalísticos que compõem o *corpus*. Trata-se do enunciado

em que tanto a linguagem verbal como a visual desempenham papel constitutivo na produção de sentidos, de efeitos de sentido, não podendo ser separadas, sob pena de amputarmos uma parte do plano de expressão e, conseqüentemente, a compreensão das formas de produção de sentido desse enunciado, uma vez que ele se dá a ver/ler, simultaneamente (BRAIT, 2013, p. 44).

A relevância de considerar o aspecto verbo-visual do enunciado se justifica por seu papel constitutivo no gênero discursivo capa de revista, ao qual pertencem os enunciados do *corpus*. Nele, a linguagem verbo-visual é fundamental para compreender a produção de sentidos do signo “maconha”. Nesse gênero, “imagens (cores, figuras, lugar que ocupam no

espaço enunciativo etc.) e sequências verbais estão inteiramente articuladas, interatuantes, a partir de um projeto ‘gráfico’, de um projeto discursivo” (BRAIT; MELO, 2005, p.72).

Esse todo de sentido composto pela articulação das linguagens verbal e visual apresenta um tema e, ao mesmo tempo, instaura a posição axiológica que a reportagem de capa adotou sobre ele. No *corpus*, há casos em que a única referência explícita à erva na superfície do enunciado não é verbal, e se concretiza na representação visual da planta, ou do cigarro feito com ela.

Tais signos visuais ajudam o leitor (ou o transeunte, o internauta) que se depara com esses enunciados a reconhecer o assunto em discussão antes mesmo de iniciar a leitura do texto verbal. Este pode aparecer como um complemento, uma explicação, uma negação, das imagens, orientando a leitura e antecipando as posições axiológicas construídas na reportagem resumida na capa.

Neste momento, como já era previsto desde as explicações acerca do método sociológico do Círculo, o gênero se impõe como uma noção fundamental nas análises, pois assim como não se pode dissociar o signo da ideologia, não se dissocia o enunciado das “formas concretas da comunicação”, ou seja, dos gêneros discursivos. Estes são formas típicas do todo de um enunciado (MEDVIÉDEV, 2012, p.193) ou, de acordo com a célebre citação de Bakhtin (1997, p. 279), são “tipos *relativamente estáveis* de enunciado”, que se renovam e se multiplicam de acordo com o desenvolvimento da esfera em que circulam.

As discussões em torno dessa noção são tão produtivas quanto complexas e, por isso, extrapolam os objetivos e possibilidades desta pesquisa, pois acabariam por gerar mais dúvidas do que respostas. Por isso, aqui não são aprofundadas as questões relacionadas ao gênero, visto que há trabalhos suficientes que versam sobre o tema. No entanto, é claro que foi fundamental explicitar algumas questões relacionadas às capas de revista, pois durante as análises dos enunciados “o significado construtivo de cada elemento só pode ser compreendido em sua relação com o gênero” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 193).

Interessa-nos principalmente a função do gênero capa de revista na esfera jornalística e, para isso, deve-se observar a maneira como os enunciados desse tipo refletem as condições e finalidades e os valores da esfera no seu conteúdo temático, no seu estilo (na seleção de recursos lexicais, gramaticais, gráficos) e em sua estrutura composicional (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Essas especificidades do gênero no interior da esfera interessam, nesta pesquisa, mais do que análises exaustivas da forma composicional, do conteúdo e do estilo ou, ainda, do que

a classificação de enunciados como pertencente a um ou outro gênero discursivo. O mais importante aqui é levar em conta que “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.31). Queremos, então, perceber como a esfera jornalística e o gênero discursivo capa afetam as formas de refração da polêmica da maconha.

1.2.5. Polêmica e heterogeneidade

Tendo discutido as principais noções mobilizadas nos próximos capítulos, cabe ainda fazer alguns esclarecimentos sobre a noção de polêmica, já que o termo geralmente aparece, nos estudos discursivos, associado à ideia de “*interincompreensão*”, tal como discutida por Maingueneau (2005). Apesar de haver pontos de convergência entre ambas as formas de compreendê-la, há algumas divergências epistemológicas entre nossa concepção dialógica da polêmica e aquela que se alia aos princípios da chamada Análise do Discurso Francesa (ADF).

Para Maingueneau (2005, p.103), a rede de interação semântica estabelecida entre as **formações discursivas** (FDs) pode instaurar um processo de **interincompreensão generalizada** (termos estranhos à concepção dialógica da polêmica); ou seja, pode haver entre as FDs um desentendimento recíproco, que só permite que se traduza o enunciado do *Outro* de acordo com a posição enunciativa do próprio intérprete do discurso alheio, criando-se, portanto, um **simulacro** dele.

Segundo o autor, a polêmica não é uma controvérsia violenta, e não advém do exterior – por exemplo, de mal-entendidos usuais da comunicação entre os falantes. Trata-se de um aspecto interno das relações entre formações discursivas, necessário à sobrevivência de um discurso, que só encontra completude no *Outro*, naquele com quem polemiza e a quem se opõe, para anulá-lo e, assim, se reafirmar. Nesse contexto, um discurso responde àqueles que considera mais ameaçadores entre os que lhes são dirigidos, tentando mascarar sua própria vulnerabilidade (MAINGUENEAU, 2005).

O autor francês assume, portanto, a natureza constitutiva da polêmica na construção dos discursos (o que se assemelha à perspectiva bakhtiniana do discurso), mas distingue “um nível dialógico, o da interação constitutiva, e um nível *polêmico*”, onde a heterogeneidade se mostra (MAINGUENEAU, 2005, p. 112). É nesses termos, da heterogeneidade constitutiva e mostrada, que fala Jacqueline Authier-Revuz, cujos estudos partem do dialogismo

bakhtiniano e se consolidam na teoria das heterogeneidades enunciativas, que se debruça sobre as representações do discurso do outro (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Nesse ponto, já é possível fazer a aproximação entre a polêmica segundo os estudos da AD (aqui representados por Maingueneau e Authier-Revuz) e segundo um olhar bakhtiniano do discurso. É o dialogismo constitutivo da linguagem e dos sujeitos, tal como o compreende o Círculo, a “condição de constituição do sentido” (AUTHIER-REVUZ, 2004 p.36), tanto na polêmica como *interincompreensão* quanto nas *heterogeneidades enunciativas*.

Assim, para nós, essas formas de manifestação da heterogeneidade discursiva, em diferentes níveis, seja na superfície observável dos enunciados, seja no interdiscurso que os constitui, podem ser entendidas como diferentes formas de materialização das relações dialógicas constitutivas da linguagem, que instauram não apenas consenso, mas também polêmica. Para Faraco (2009, p. 68), as relações dialógicas são espaço de tensão e delas podem resultar convergência, acordo, adesão, complemento, fusão, mas também divergência, desacordo, embate, questionamento, recusa etc..

Enfim, são muitos os acabamentos discursivos que essas relações dialógicas podem adquirir, mas interessam-nos especialmente, as diferentes gradações de polêmica e nuances de sentido que ela produz. O próprio Círculo também propõe que se faça uma distinção, ainda que flexível (já que, às vezes, não é possível traçar uma separação nítida), mas entre polêmica aberta e velada. Para Bakhtin (1981, p. 229), a primeira se manifesta quando um discurso está diretamente orientado “para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto” e a segunda, quando “o discurso do autor está orientado para o seu objeto, como qualquer outro discurso”.

A polêmica aberta seria, numa leitura bakhtiniana, um enfrentamento direto entre discursos, conseqüentemente entre posições enunciativas e axiológicas, materializadas em enunciados concretos. Já a polêmica velada é entendida, neste trabalho, como uma disputa indireta pelos sentidos de um mesmo objeto ou signo ideológico. Nesse caso, só indiretamente um discurso ataca outro, porque ambos valoram de forma distinta um mesmo objeto:

Orientado para o seu objeto, **o discurso se choca no próprio objeto com o discurso do outro. Este último não se reproduz, é apenas subentendido;** a estrutura do discurso seria inteiramente distinta se não houvesse essa reação ao discurso subentendido do outro (BAKHTIN, 1981, p. 229. Negrito adicionado)

Dessa forma, enquanto a polêmica aberta pode se manifestar num enunciado concreto, na heterogeneidade mostrada, na citação do discurso do outro, a polêmica velada seria uma

disputa pelos sentidos de um signo, uma luta pelo direito de enunciar outros de seus múltiplos sentidos possíveis, outros pontos de vistas, outros juízos sociais de valor. Em ambos os casos, a polêmica discursiva seria o reflexo/refração de conflitos de cunho ideológico.

Interessa, principalmente, esse segundo tipo, a polêmica velada, pois a análise dialógica proposta neste trabalho deve partir da polêmica dada nas capas de revista, da heterogeneidade ali mostrada¹⁰, e caminhar em direção aos discursos “silenciados”, numa tentativa de atingir uma compreensão mais aprofundada dos conflitos ideológicos que atravessam o discurso da imprensa, ainda que implicitamente.

É esse movimento tenso entre discursos, vozes, enunciados, portanto, entre sujeitos, grupos e classes, que garante ressignificação constante do signo.

Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la. O resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.139)

É na polêmica que o conflito ganha espaço, os temas se entrecruzam, as significações se enfraquecem, os discursos se renovam, adaptando-se a novas formas de ver o mundo, não necessariamente mais livres ou justas, mas mais coerentes com as condições socioeconômicas de cada época/sociedade.

O próximo capítulo apresenta um apanhado geral desse percurso de ressignificação do discurso sobre a maconha no Brasil, que remete a discursos outros, distantes tanto no tempo quanto no espaço, mas que fazem parte dessa corrente dialógica interminável.

¹⁰ Apontamos, quando foi o caso, também os elementos que materializam a polêmica explícita, ou seja, as manifestações da heterogeneidade marcada no enunciado, dando exemplos baseados nos de Authier-Revuz (1998; 2004). No entanto, não utilizamos sua detalhada classificação dessas formas de heterogeneidade enunciativa, por ser a polêmica velada, mais próxima do dialogismo e da heterogeneidade constitutivos, a forma de relação dialógica que mais nos interessa observar no discurso da imprensa.

2. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO DISCURSO SOBRE A MACONHA

Este capítulo, de natureza histórica, tem por objetivo resgatar o já-dito do discurso sobre a maconha e, para isso, se vale, principalmente, de múltiplos movimentos de cotejo, com enunciados de diversos gêneros e esferas. Ao longo do processo de cotejamento, foi possível recuperar parte da polissemia da palavra e, junto com ela, os conflitos ideológicos que atravessam o signo “maconha” e a polêmica que se instaura em seu interior. O percurso de construção de sentido se iniciou, neste trabalho, com os indícios encontrados numa primeira observação, ainda superficial, dos enunciados verbo-visuais do *corpus*, observáveis no próximo capítulo.

Durante a análise desse percurso, interessa justamente essa disputa indireta pelos sentidos da palavra, ou seja, a polêmica velada que acontece no interior do signo, não suas marcas visíveis de embate entre enunciados. Participam do embate vozes oficiais, como as do Supremo Tribunal Federal (STF), da Anvisa (Agência Nacional Vigilância Sanitária), a do governo; enfim, o discurso do Estado; mas também “vozes do cotidiano”, na figura de pacientes, de crianças doentes e de suas mães, que ganham espaço apenas por meio dessas instituições oficiais e, só assim, adentram a esfera jornalística, como assunto de interesse público.

As contradições ideológicas históricas, daquelas que atravessam a própria constituição do signo na sociedade brasileira, só vêm à nota no cotejamento com enunciados do mesmo e de outros gêneros (menos sintéticos do que as capas de revista), e com textos de outras esferas, como a arte. Com isso, justificamos a necessidade de redigir um capítulo que visasse apenas a esse resgate de outros temas e valores possíveis para o signo. A intenção é fazer, a partir de um estudo da significação, um percurso histórico da construção do senso comum, identificando os embates que ele oculta, que atravessam o processo de produção de sentidos da palavra “maconha”.

Traçar um panorama da evolução social desse signo na imprensa, em diálogo com outras esferas, permite que se retorne ao *corpus*, no quarto e no quinto capítulos, com outro olhar, capaz de enxergar ali uma polêmica historicamente construída e os conflitos ideológicos refletidos/refratados, mais ou menos explícitos nos elementos verbo-visuais que constituem as materialidades analisadas.

2.1. A significação da palavra “maconha”: indícios de uma história do senso comum

As reflexões desta seção se debruçam sobre a significação da palavra “maconha” estabilizada no “gênero verbete de dicionário”. Esse movimento de cotejo com o dicionário possibilitou não apenas um estudo da significação da palavra e do senso comum que ela materializa, mas também resultou em novos indícios que apontaram rumos para os próximos movimentos de cotejo.

Imaginando que o dicionário seja o espaço onde o falante procura esclarecer suas dúvidas quanto aos sentidos potenciais de uma palavra (além, é claro, de sua ortografia), e que, geralmente, para ele, aqueles sentidos reconhecidos pela norma são os “corretos”, ao cotejar o dicionário é possível perceber quais são os sentidos consolidados socialmente para a palavra “maconha”:

Maconha ma·co·nha (sf) 1 **BOT V cânhamo**, acepção 1. 2 **Droga** que provoca **efeito entorpecente**, preparada com as folhas, ramos e flores do **cânhamo**, secos e triturados, **consumida como tabaco**. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. SIN: *aliamba, bagulho, bango, **bangue**, bengue, birra, chá, **diamba**, dirígio, dirijo, erva, fuminho, fumo, jererê, liamba, **marijuana**, massa, nadiamba, pango, rianza, tabanagira, umbaru*. ETIMOLOGIA: *quimb. makaña*. (MICHAELIS, 2016. Itálico original, negrito adicionado)¹¹.

Isolado no dicionário e separado de seu contexto, o signo se torna abstração e, quando é tratado apenas como unidade lexical, seus sentidos são redutíveis a duas acepções principais: 1) planta 2) droga. O primeiro sentido possível da palavra provém da área da botânica, mas sua definição é dada somente em outro verbete, conforme indica a letra **V**. Segundo as instruções de consulta do dicionário¹², a letra abrevia a palavra “veja” e é usada para direcionar o leitor para um termo sinônimo, ou um termo preferencial, quando não é o caso daquele que foi consultado.

De início já se nota, portanto, que a maconha, enquanto planta, como assunto de interesse da botânica, é preferencialmente chamada *cânhamo*, verbete reproduzido aqui para ajudar na compreensão dos sentidos do signo em diálogo com outros signos - ainda que ambos apareçam, por ora, abstraídos de seu acontecimento em enunciados:

¹¹ Seja na versão impressa do referido dicionário ou em outros que consultamos ao longo da pesquisa, poucas foram as variações encontradas.

¹² Disponíveis em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/como-consultar/organizacao-do-verbete/>

Cânhamo câ-nha-mo (sm) 1 **BOT Erva** centro-asiática da família das moráceas (*Cannabis sativa*), de folhas compostas, finamente serreadas, flores unissexuais e inconspícuas, frequentemente cultivada por ser **importante fornecedora de fibras têxteis, resistentes**, próprias para a fabricação de cordões e tecidos grossos. Os ramos, folhas e flores, cortados e dessecados, **são usados como droga alucinógena** (maconha e haxixe); banguê, bengue, cânave, cânhamo-da-índia, cânhamo indiano, cânhamo-verdadeiro, diamba, liamba, linho-cânhamo, maconha, marijuana, nadiamba, riamba. 2 **TECEL** Fio extraído dessa planta: ***“E a chorar, limpando, aflita, as lágrimas no avental de cânhamo, suplicou à Bruxa, pelas alminhas do purgatório [...]”*** (AA1). 3 **BOT** Designação que se dá a outras **plantas têxteis**, porém de famílias diferentes. ETIMOLOGIA *esp cânhamo*. (MICHAELIS, 2016. Itálico original, negrito adicionado).

Apesar de ser geralmente interpretado como espaço de “neutralidade”, vale notar que o gênero verbete de dicionário não é lugar livre de valoração. Por trás dos lexemas dicionarizados - que aparentam ser reflexos da realidade, quando nos fornecem descrições e definições aparentemente precisas de objetos e fenômenos do mundo real -, também há uma construção de sentidos que segue o curso da história, realizada por sujeitos, atravessada pelos valores de grupos e classes aos quais eles pertencem.

Em nenhum dos verbetes circula apenas a descrição neutra de uma planta; não se trata de seu reflexo na palavra, mas de valorações sobre ela, refrações que lhe atribuem sentidos para além de sua materialidade física de corpo natural, advindos da organização dinâmica da vida social. No caso do primeiro termo, o hiperônimo “droga” deixa claro que o valor que se atribui à palavra “maconha” de acordo com o senso comum não é o de uma planta qualquer.

O termo, recorrente no *corpus*, coloca sob a mesma classificação diferentes substâncias e homogeneiza seus sentidos, apagando suas especificidades, segundo algumas das definições amplamente difundidas da palavra “droga”:

1. **Denominação comum a todas as substâncias ou ingredientes usados em farmácia, química, tinturaria etc.** 2. V drogaria. 3. MED Qualquer substância que se possa usar no homem, para fins de alívio, diagnóstico, profilaxia tratamento ou cura de doenças. 4. **Termo genérico para qualquer substância alucinógena, entorpecente etc.** cujo uso, além de alterar o humor e o comportamento, pode levar à **dependência** e à tolerância. 5. **Termo genérico com que se associa o uso e o consumo de substâncias alucinógenas, entorpecentes, excitantes etc. à prática de diferentes modalidades de crimes: *A face mais cruel do submundo da droga*”.** (MICHAELIS, 2016. Itálico original, negrito adicionado).

Ainda que o termo possa se referir, também, segundo o mesmo dicionário, a quaisquer substâncias químicas, usadas na indústria farmacêutica e na tinturaria, por exemplo, quando

aparece na imprensa, é ao sentido genérico, consagrado pelo senso comum, que se refere o substantivo “droga”. Ele marca, portanto, uma posição avaliativa, segunda a qual a maconha é valorada negativamente, como substância alucinógena, que potencialmente leva seu consumidor “à dependência e à tolerância”, bem como “à prática de diferentes modalidades de crime” - ainda que apenas 10% dos consumidores de drogas sejam usuários problemáticos ou dependentes, secundo relatórios da ONU (UNODC, 2015).

Sendo assim, como foi construído, então, esse senso comum, registrado no dicionário, reproduzido pela mídia sobre as drogas e, mais especificamente, sobre a maconha e sobre o sujeito que a consome? Como a planta se transformou em droga na representação sógnica? Quais ideologias perpassam esse processo de construção de sentido?

Voltando às relações de sinonímia pressupostas pelo dicionário, há indícios valiosos na tentativa de apontar respostas possíveis a essas questões e de esboçar uma história do senso comum. Nele, alguns sentidos dos signos permanecem não ditos. Apesar de sinônimos, os termos “cânhamo” e “maconha” não são equivalentes; mais do que isso, as diferenças entre eles são significativas. Os dois signos em diálogo “representam” verbalmente o mesmo corpo físico, a mesma erva cientificamente chamada de *Cannabis*¹³. Porém, enquanto a palavra “maconha” se refere à planta que é droga, “cânhamo” se relaciona principalmente à planta que é matéria-prima.

Muito mais é dito sobre este último termo, mesmo que ele não seja o termo mais usado no cotidiano dos falantes de português brasileiro para designar a erva (que é massivamente conhecida como “maconha”). No verbete “cânhamo”, há informações a respeito da origem (centro-asiática) da planta, de seu nome científico (*Cannabis sativa*), de seus usos práticos - da fibra na indústria têxtil e das folhas, flores e ramos no preparo de “drogas alucinógenas”, como o haxixe e a maconha-, de sua descrição botânica (folhas compostas, serreadas, flores unissexuais). Além da etimologia (do espanhol, *cáñamo*) e de uma lista de quinze sinônimos, o verbete traz, também, uma citação de autor brasileiro célebre em que o termo ocorre, autorizando o uso da palavra, dado seu reconhecimento no contexto literário.

É possível dizer, portanto, que neste verbete se entrecruzam dizeres “oficiais” sobre a planta – investigada historicamente, nomeada cientificamente, explorada industrialmente, citada na literatura. “Cânhamo” é, então, o termo reconhecido oficialmente na “língua culta”, nos contextos formais e, não coincidentemente, também é o espaço em que é possível

¹³ É sabido que há diferentes espécies da planta, *Cannabis indica* e *Cannabis sativa*, por exemplo, mas no senso comum, assim como na imprensa, essas diferenças não são relevantes, portanto não foram consideradas quando utilizamos o termo.

valorar o signo positivamente, como fonte de uma matéria-prima útil e resistente, conforme mostram os destaques nos adjetivos (“importante” e “resistente”), usados para descrever a planta na primeira acepção do segundo verbete supracitado.

Já no verbete “maconha”, há pouco mais do que um link para a primeira acepção de “cânhamo” (que a classifica enquanto droga), e uma lista composta de mais de vinte outros nomes pelos quais ela é popularmente reconhecida. A palavra “maconha” seria, então, aquela que está mais diretamente ligada aos discursos cotidianos, à cultura popular¹⁴. A relação que o dicionário estabelece entre esses dois signos, inicialmente de sinonímia, revela, na verdade, uma relação de contrastes, de oposição: entre o oficial e o cotidiano, o popular e o científico, o lucrativo e o recreativo, o dito e o silenciado.

Outra relação importante que se estabelece na arena do signo é entre a palavra, a planta e os sujeitos que supostamente a utilizam. Isto quer dizer que a valoração de cada signo, “cânhamo” ou “maconha”, bem como as respectivas avaliações que eles produzem sobre a planta refletida/refratada, não estão ligadas apenas às aplicações práticas do vegetal – industrial ou entorpecente, respectivamente –, mas também a seus consumidores e supostos consumidores (sobre os quais também são produzidas valorações), e ao papel social que desempenham na base econômica da sociedade.

É possível sustentar essa afirmação com base nas informações complementares do verbete: “maconha”, do quimbundo (*quimb.*), e *cáñamo*, do espanhol (*esp.*). A primeira, originária da língua africana (falada em Angola, por exemplo), teria sido incorporada ao português brasileiro como resultado da presença do escravo africano no Brasil, durante o período de três séculos de regime escravista que determinou a formação socioeconômica e cultural do país que se constituía. Como qualquer produto ideológico da cultura africana no Brasil, a palavra parece não ter passado ilesa por esse longo período de estigma e marginalização social do negro e de suas práticas culturais.

A relação estabelecida entre a cultura africana e o signo “maconha” pode indicar que a consolidação das valorações negativas do termo, usado majoritariamente para se referir à droga, advém desse simulacro do escravo como consumidor da planta como entorpecente, ainda que o uso pudesse ser medicinal ou religioso, ainda que portugueses e navegantes também conhecessem tanto as fibras do cânhamo, quanto o narcótico dele derivado, graças ao

14 Neste trabalho, o termo “popular” se refere às manifestações discursivas/culturais de caráter extraoficial e que, numa apropriação das palavras de Bakhtin, oferecem “uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial” (1987, p.4-5). No entanto, se o oficial, na obra de Rabelais, no contexto da Idade Média/Renascimento, se materializava nas vozes da Igreja e do Estado, opõem-se à cultura popular contemporânea, por exemplo, os discursos da lei, da ciência e do mercado.

contato com civilizações orientais. No Brasil, portanto, foi à população afro-brasileira que se associou a erva (tão marginalizada quanto àqueles a quem se atribui seu consumo), desde o período colonial.

Cabe salientar, ainda, que no verbete “maconha”, o efeito daquilo que não é dito parece ser tão relevante quanto aquilo que foi verbalmente enunciado: não se explica a classificação da planta como droga (se é legal, ilegal, medicinal, estimulante, perturbadora, depressiva), tampouco são mencionados seus efeitos; não se diz que há outras maneiras de consumi-la; não se tem registro de ocorrência da palavra na literatura (como havia no verbete “cânhamo”). Mesmo que tudo isso esteja na dimensão do não-dito, é possível resgatar, no próprio verbete, vestígios dessa relação entre a palavra e os sujeitos, as classes, os grupos sociais, as ideologias (os aspectos extralinguísticos) que a atravessam, verificando esses aspectos, posteriormente, em enunciados concretos (cotejados nas próximas seções deste capítulo).

Originária da Ásia central, conforme se lê no verbete “cânhamo”, dali, a erva teria se espalhado por todo o mundo, tendo sido nomeada segundo termos de origem hindu, como *bangue* (do hindi, *bhang*); árabe, como *haxixe* (*ḥašīš*); africana, como *diamba* (do quicongo, *dyamba*) e *maconha* (do quimbundo, *makaña*); europeia, como *Cannabis* (do grego, *kánnabis*), *cânhamo* e *marijuana* (do espanhol, *cáñamo* e *marihuana*, respectivamente) – conforme apresenta a etimologia desses termos no mesmo dicionário.

Todos esses signos, produto de um breve esboço de “análise da significação”, provam que, para este trabalho, mesmo a palavra dicionarizada e seu sentido estabilizado podem fazer parte de um estudo dialógico do signo ideológico. Mesmo que o gênero verbete promova um recorte da realidade temporária do signo, limitando suas possibilidades de significar a alguns juízos de valor socialmente aceitos e cristalizados no senso comum, ele não consegue apagar a heterogeneidade constitutiva do signo, que se tentou recuperar na próxima seção. Afinal, foi nesse mesmo gênero discursivo que encontramos pistas para outros signos e outros temas relacionados à maconha, advindos de outras culturas, práticas e sujeitos.

2.2. Outras esferas, culturas e temas

Em cada subitem desta seção são cotejados enunciados concretos (de vários gêneros e esferas) em que se constroem sentidos para alguns dos termos supracitados, que estabelecem relação de sinonímia com o signo “maconha”: *bangue*, *diamba*, *Cannabis*, *cânhamo* e *marijuana*. Os textos em que esses signos se materializam são parte da cadeia de enunciados

que constitui o processo de construção de sentido da palavra, ainda que remetam a cronotopos aparentemente distantes. Com esses movimentos de cotejo, buscamos recuperar e reconstituir parte do que já foi dito em outras esferas às quais o discurso da imprensa responde (ainda que indiretamente).

2.2.1. O “*bangue*” na esfera religiosa: uma erva sagrada

As relações de sinonímia pressupostas nos verbetes “maconha” e “cânhamo” podem encobrir conflitos ideológicos não explícitos no discurso da imprensa, perdidos nas inúmeras ressignificações do signo ao longo da história e da evolução da língua/sociedade. Essas relações conflituosas são fundamentais para compreender mais profundamente a construção da polêmica, que começa nas contradições do próprio signo e nos embates que resultam de suas relações com outros.

O diálogo com esses outros signos começa com o termo *bhang*. No dicionário consultado, a definição da palavra *bangue* nos leva à segunda acepção do verbete *maconha* (aquela que a define como droga), e não diz mais do que a origem do termo: *bhang*, do hindustani, (língua falada no norte da Índia). No entanto, com alguma pesquisa, descobre-se que, no contexto hindu, o signo pode refletir/refratar verbalmente - pelo menos para alguns grupos hindus, como os *sadhus* (ROBINSON, 1999) - a imagem de uma erva sagrada e não necessariamente de uma “droga”, tal como se interpreta o termo no ocidente.

Na esfera religiosa, no contexto específico dessa vertente do hinduísmo, a erva é fumada em cachimbos, ou ingerida num preparado líquido, e seus efeitos narcóticos possibilitariam uma ligação com o sagrado, principalmente com a figura de *Shiva*, da qual são devotos os *sadhus* (ROBINSON, 1999, p.54).

O uso religioso da *Cannabis* na porção oriental do mundo não se restringiu, porém, à cultura hindu. Na África, por exemplo, a planta também era usada, tanto como sacramento quanto como remédio (ROBINSON, 1999, p.57). De lá que teria sido trazida a planta pra o Brasil, também conhecida por aqui como *bangue*, conforme documentos oficiais do século XVI (CARLINI, 2006, p.314).

Contudo, no contexto brasileiro, o uso da planta não foi tão associado a suas propriedades médicas e religiosas quanto ao uso inebriante, popularizado, principalmente, entre “camadas socioeconômicas menos favorecidas, não chamando a atenção da classe dominante branca” (CARLINI, 2006, p 315). Assim, a valoração da planta como “droga

perigosa”, “erva sagrada” ou “planta inebriante”, por exemplo, depende de cada região, cultura, do contexto histórico, do grupo e da classe em que a planta ganhou usos, funções e nomes distintos. A polêmica se dá, portanto, a partir da própria polissemia dos signos e da própria capacidade de cada língua e de cada grupo que a utiliza de refletir/refratar um mesmo objeto de formas distintas.

Ainda que o tema da maconha como erva sagrada não se manifeste no *corpus* deste trabalho, sua ocorrência na esfera religiosa se mantém em outros (con)textos e é possível recuperá-la a partir do cotejamento com enunciados da própria esfera jornalística, que circularam recentemente. Vejamos:

Glória Maria viraliza nas redes fumando maconha em reportagem. Programa da Globo foi à Jamaica e repórter não se furtou de experimentar a 'ganja': "Recusar nem pensar". (O ESTADO DE S. PAULO, 2016)¹⁵

Glória Maria se diverte com memes na Jamaica, mas acha reação 'careta'. Apresentadora leva na esportiva a repercussão de sua viagem ao país exibida no 'Globo Repórter' na sexta (O GLOBO, 2016)¹⁶

Glória Maria experimenta maconha em reportagem: "Fiquei totalmente tonta" (UOL, 2016)¹⁷

As manchetes dos noticiários online *O Estado de S. Paulo*, *Uol* e *O Globo* noticiam a reportagem transmitida no programa *Globo repórter*, do canal Globo de televisão, em 01 de julho de 2016 - ou, mais especificamente, registram sua recepção, principalmente nas redes sociais. Nela, a repórter Glória Maria viajou à Jamaica para mostrar, entre outros aspectos culturais do país, uma comunidade rastafári em que se faz uso da maconha em contexto religioso.

No primeiro enunciado, o valor da planta como erva sagrada aparece refletido/refratado no signo *ganja*, como é chamada a maconha no contexto do rastafarianismo. As práticas eucarísticas que envolvem o consumo da erva, vivas até hoje, na Jamaica (onde nasceu o movimento rastafári), fazem parte da aproximação da natureza, da cultura ancestral africana e da busca de seus adeptos pela elevação espiritual.

¹⁵ Disponível em: <http://emais.estadao.com.br/noticias/tv,gloria-maria-viraliza-nas-redes-fumando-maconha-em-reportagem,1000060588>

¹⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/gloria-maria-se-diverte-com-memes-na-jamaica-mas-acha-reacao-careta-19633853>

¹⁷ Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/01/gloria-maria-experimenta-maconha-em-reportagem-fiquei-totalmente-tonta.htm>

Naquele contexto, a *ganja* é “essencialmente espiritual, mas mais que uma religião, [pois] atua também como uma filosofia social, cultural e política”, (ROBINSON, 1999, p.59), para os seguidores da doutrina rastafári.

Apesar de ter sido mundialmente difundido na voz do cantor jamaicano Bob Marley (que, como alguns artistas brasileiros, também cantou a erva entre os temas de suas canções, na segunda metade do século XX), e de ter resistido à repressão oficial promovida contra a planta no mundo ocidental, no último século, o consumo da *ganja* associado a práticas religiosas, como as do movimento rastafári, ainda hoje não é enunciado sem polêmica (pelo menos em terras brasileiras). No primeiro enunciado cotejado acima, os advérbios de negação ressaltam que Glória Maria “*não* se furtou de experimentar a ‘*ganja*’” e que a repórter alegou que “recusar *nem* pensar”, e instaura uma outra conduta possível (aquela que foi negada pelos advérbios: furtar-se da experiência, recusá-la), talvez mais esperada de uma jornalista reconhecida, no momento da execução de seu trabalho, numa grande emissora de televisão.

A recepção da reportagem é marcada por um misto de humor e surpresa. No segundo enunciado, o assunto virou “meme”¹⁸; no primeiro, “viralizou” (se difundiu, se popularizou) na internet. Vale ressaltar, mais uma vez, que não foi sem polêmica que o assunto circulou por ali, conforme mostra o enunciado. Afinal, no contexto brasileiro, trata-se de uma droga entorpecente, como reforça o último enunciado. Nele, a voz da própria jornalista é evocada, num relato que ressalta os efeitos inebriantes (e negativos) da droga: “*fiquei totalmente tonta*”.

Potencialmente viciante e associada ao crime e à marginalidade, por aqui, como mostraram os verbetes brevemente analisados, a erva sagrada, na Jamaica, ainda é centro de disputas, no Brasil. Um dos comentários publicados na área reservada à opinião dos leitores da referida reportagem do Estadão *online* comprova:

Pior é que **acham isso normal**. O que vou falar pros meus **filhos e netos????? Péssimo exemplo.....** (O ESTADO DE S. PAULO, 2016)

O comentarista se distancia, com o uso da terceira pessoa, daqueles que “acham isso normal”, seriam os que produzem, os que veiculam, os que assistem ou, ainda, os que comentam a reportagem sem estranhamento? O autor do comentário a caracteriza como um “péssimo exemplo” para seus filhos e netos, responsabilizando a mídia pela dificuldade de

¹⁸ Enunciado geralmente verbo-visual com conteúdo cômico sobre assunto de grande abrangência, principalmente nas redes sociais.

dialogar com seus filho e netos sobre o tema, e insinuando que ela tem de zelar por seu papel pedagógico, de dar exemplos às crianças.

O signo *ganja*, valorado no rastafarianismo como erva sagrada, é refratado na TV, na notícia online e, finalmente, no comentário do internauta até adquirir o valor de erva que ameaça os valores familiares. A erva sagrada (naquele contexto jamaicano), no comentário da notícia volta a ser substância perigosa que, como qualquer droga, segundo a definição do dicionário, é potencialmente danosa para a saúde do indivíduo (causa dependência) e para seu convívio com a sociedade (leva à criminalidade).

Esse tipo de generalização serve muito bem à consolidação do senso comum, que se preserva há décadas, também, na imprensa, a qual não deixa de explorar em suas capas o tema da maconha associado ao medo da corrupção moral e física dos jovens, conforme enunciados do apresentados no capítulo a seguir:

(16) [...] Cientistas estudam efeitos em pacientes de câncer e Aids. Enquanto isso, a **droga** continua a **atrair jovens saudáveis** (GALILEU, 2001)

(18) **Maconha quase liberada**. A questão não é mais se um **jovem** vai experimentar a **erva**. A pergunta é quando ele fará isso? (VEJA, 2000)

A preocupação dos pais quanto ao perigo das drogas, principalmente da maconha, se deve à sua “tolerância social” (inclusive na TV aberta), que facilitaria o contato dos jovens com a erva. O problema deixou o âmbito familiar e se transformou em uma das questões mais relevantes da sociedade brasileira do ponto de vista da imprensa, nos anos 2000.

À época, não só capas de revistas, mas também telenovelas, como *O Clone* (2001), reservaram espaço para temas como as drogas, o consumo feito principalmente pelos jovens e as consequências para esses indivíduos e suas famílias. Cumpre salientar que o que justificava a inserção do tema das drogas entre os principais problemas da sociedade brasileira, tanto nessas revistas de grande circulação quanto nas telenovelas, não parece ser os “problemas sociais” associados às substâncias ilegais, mas a ameaça que elas configuravam ao bem estar do indivíduo usuário e à harmonia de sua família – ameaça viva até hoje, como mostram as palavras do leitor-comentarista preocupado com os exemplos a que são expostos seus filhos e netos.

Nesta seção, o cotejamento partiu da relação de sinonímia que o dicionário estabelece entre as palavras “maconha” e “banguê” (posteriormente, também, *ganja*) para trazer à tona o discurso religioso sobre a planta, que põe em jogo temas como o da “erva sagrada”. No entanto, quando refratado em enunciados da esfera midiática (TV, noticiário online,

comentário online), o senso comum atribui àqueles signos o mesmo valor genérico de “droga perigosa” para o indivíduo, para a família e para a sociedade.

Assim, só nesta seção se encontram no mesmo objeto discutido, ou seja, disputam indiretamente os sentidos do mesmo signo ideológico, o discurso religioso, o discurso familiar, o discurso da teledramaturgia e da imprensa, constituindo uma polêmica velada - entre esferas - em que estão em relação conflituosa temas como o da *erva sagrada* e da *droga perigosa*.

2.2.2. O cânhamo na esfera literária: “*Pantagruelion*”, uma matéria-prima admirável

Partindo da significação dicionarizada do signo “maconha” e da relação de sinonímia que estabelece com a palavra “cânhamo”, o cotejo com os verbetes do dicionário evidenciou que por trás da correspondência entre os termos, há conflitos que separam o signo que reflete/refrata a droga daquele que reflete/refrata a matéria-prima.

Apesar de o cultivo da planta para uso industrial como matéria-prima ter sido praticado no período colonial, no Brasil, para atender aos interesses comerciais da metrópole, (CARLINI, 2006, p.315), ele não se consolidou por aqui, como ocorreu com o uso recreativo. Para cada uma das práticas, industrial e recreativa, produziu-se um reflexo/refração na língua, respectivamente as palavras “cânhamo” e “maconha” - estando a primeira mais associada às fibras da planta e a segunda à droga dela extraída.

Na Europa, no entanto, a utilização de sua fibra como matéria-prima, principalmente das indústrias têxtil e naval, foi tão importante que fez da maconha um dos principais produtos agrícolas da época do Renascimento, merecendo, inclusive, registros detalhados no discurso literário de François Rabelais – e menção no trabalho de Bakhtin (1987) sobre o autor francês. Rabelais descreve o cânhamo ricamente, em quatro capítulos de sua obra, *Pantagruel*, em que ele aparece como valiosa fonte de matéria-prima para cordas e velas de navios rumo às explorações ultramarinas dos séculos XV e XVI.

A despeito de sua importância comercial/industrial, o nome verdadeiro da planta não é mencionado em nenhuma passagem do texto. Sua imagem se materializa verbalmente no signo *pantagruelion*, nome dado por Rabelais à planta, que só se reconhece como cânhamo devido à precisa descrição botânica feita pelo autor, como aponta o próprio Bakhtin (1987, p.329).

Investigar as razões pelas quais Rabelais se refere metonimicamente à planta foge dos objetivos deste trabalho, mas talvez seja produtivo pensar que a necessidade de manter em

sigilo o verdadeiro nome da erva advém das circunstâncias sócio-históricas da época. Nesse período, quando ainda eram praticadas perseguições de cunho religioso contra os que representavam algum tipo de “ameaça” ao pensamento cristão dominante na Idade Média, não eram enunciáveis os efeitos de uma erva com poderes curativos ou terapêuticos que é, também, causadora de efeitos psicoativos. Uma hipótese possível é a de que “curandeirismo” e a magia não poderiam ser ditos em espaços de privilégio como o trabalho literário de um clérigo, como havia sido Rabelais.

No entanto, o autor não cedeu a todas as coerções de sua época e sua obra não se adaptou aos “cânones e regras da arte literária vigentes desde o século XVI” (BAKHTIN, 1987, p. 2). Não se pode esquecer que Rabelais viveu numa época de crise do feudalismo e da teocracia, quando o oficial e o popular se misturavam, como nunca antes, numa mesma esfera de criação ideológica, a literatura (BAKHTIN, 1987). O renascimento cultural, econômico e religioso, abalava as hegemonias desses discursos dominantes e começava a dar espaço a outras formas de interpretar o mundo.

Nesse contexto, é possível pensar que o tema da planta enquanto causadora de efeitos psicoativos é um dos sentidos do signo *pantagruelion*, não dito explicitamente, ao contrário do valor da planta como fonte de valiosa matéria-prima, elogiada ao longo de toda a obra. Ambos os temas são recuperáveis nos enunciados concretos que seguem. O primeiro está no capítulo sobre o preparo e o aproveitamento do célebre Pantagruelion:

À sombra, decorticar [descortiçar] e separar **as fibras** (as quais, como temos dito, **constituem todo o seu preço e o seu valor**) [...] Assim é ela posta em suas **inestimáveis virtudes**, das quais **vos exporei parte** (pois **todas expor é para mim impossível**). (RABELAIS, 1991, p. 615-616 negrito adicionado)

No fragmento, vemos que o tema da planta enquanto matéria-prima é aquele que pode ser enunciado explicitamente e que recebe valoração positiva, já que é esse uso do cânhamo, das fibras e fios feitos delas, que constituía sua maior “virtude”, à época, dado seu valor comercial, “seu preço”. É a aplicação prática da planta na indústria têxtil e naval, principalmente, e seu valor de troca no mercado que autorizam esses sentidos, desde o início do capitalismo, que apenas despontava no contexto rabelaisiano, mas que já dava o tom dos discursos dominantes.

O tema da maconha enquanto erva provocadora de efeitos “transcendentais” não é explicitamente enunciado, mas parece não ser desconhecido para o autor. Talvez as razões que o impeçam de expor todas as “inestimáveis virtudes” da planta estejam relacionadas à

impossibilidade de enunciá-las, naquelas condições sócio-históricas, já que elas parecem não ser apenas comerciais/industriais, como se pode inferir no trecho: “Também no pantagruelion se reconhecem tantas **virtudes**, tanta **energia**, tantas **perfeições**, tantos **efeitos admiráveis**” [...] (RABELAIS, 1991, p. 619. Negrito adicionado).

Termos como *virtude*, *energia*, *perfeição* e *efeitos admiráveis* não parecem descrever apenas as propriedades e usos industriais/comerciais do cânhamo que, detalha o autor, são vários (no fabrico de cordas, sapatos e papel, por exemplo). Eles podem, é verdade, se referir, também, às propriedades médicas da erva, citadas por Rabelais (1991, p. 619), mas não parecem tão maravilhosas ou admiráveis quanto os termos destacados sugerem: trata dor de ouvido, cólicas, dores reumáticas.

Na versão em inglês do mesmo fragmento do texto rabelaisiano, há um indício a mais que nos permite a interpretação segundo a qual não só os temas da maconha medicinal ou industrial aparecem em Rabelais:

So in this Pantagruelion have I found so much **efficacy** and **energy**, so much **completeness** and **excellency**, so much **exquisiteness** and **rarity**, and so many **admirable effects** and operations of a **transcendent nature** [...] (RABELAIS, 2004, p. 334. negrito adicionado)

Nota-se, inicialmente, maior quantidade de substantivos com valor positivo na versão em inglês, além dos que foram mencionados no fragmento em português, como *completeness*, *exquisiteness*, *rarity* (em tradução nossa, “completude”, “primor” e “raridade”) e, principalmente, “natureza transcendente” (*transcedent nature*). A “transcendente planta”, assim descrita, poderia tanto ser uma referência ao papel fundamental do cânhamo na empreitada ultramarina das grandes navegações, cujas velas feitas com fibra de cânhamo possibilitaram a transcendência não psíquica, mas dos limites territoriais conhecidos até então, quanto constituir uma referência aos efeitos inebriantes (psiquicamente transcendentos) do cânhamo/pantagruelion

Se considerarmos a obra de Rabelais como um todo, esse sentido potencial do signo Pantagruelion, como planta causadora de efeitos transcendentais, também parece coerente com a obra do autor, dado seu caráter popular, não-oficial e carnavalesco. A planta que, conforme vimos no dicionário, é nomeada segundo vários termos informais, estaria, portanto, associada ao cotidiano, à cultura popular e viria carregada de um valor extraoficial.

Também seus efeitos inebriantes, comumente relatados, entre eles, o relaxamento, o riso, a tranquilidade e as alterações sensoriais, por exemplo, no paladar, intensificado

(ROBINSON, 1999, p.44), serviriam à construção da visão carnavalesca de mundo, característica do trabalho de Rabelais, em que os temas da embriaguez e do grotesco também recriam esses valores contrários à formalidade e a quaisquer formas de rigidez. Assim, até mesmo o ato de fumar e a famosa fome despertada pelo consumo da erva são imagens que se inseririam de maneira harmoniosa no todo da obra rabelaisiana, pois estariam associadas às imagens da boca, da deglutição, dos banquetes, elementos fundamentais no texto do autor (BAKHTIN, 1987).

Não é o objetivo deste trabalho esgotar os temas da maconha na obra rabelaisiana, pois por si só essa empreitada constituiria uma nova pesquisa. Interessa, aqui, apenas apontar alguns sentidos que se cruzam no interior do signo *Pantagruelion*. A intenção é, portanto, identificar outras formas de valorar a planta, tantas vezes controvertida, e de refratar o signo “maconha”, atribuindo-lhe outros temas.

Além dos temas da *erva de valor comercial inestimável*, abertamente louvada por Rabelais, da *erva com poderes curativos*, da *planta misteriosa de efeitos admiráveis*, ao *Pantagruelion* também se associa o tema da “planta revolucionária”, fonte do material a partir do qual se criou a vela, o que possibilitou a expansão marítima e o início da “globalização”, entendida como a dispersão do homem (BAKHTIN, 1987, p.322) e das culturas para além dos limites terrestres ou marítimos. Assim, o cânhamo, refletido/refratado na esfera literária, no signo *pantagruelion*, poderia ser associado a uma das mais profundas transformações da sociedade, que a marcaram definitivamente, no período das grandes navegações, instaurando um novo lugar para o homem numa sociedade posterior à Idade Média: o mundo além-mar.

É interessante apontar, ainda, como o signo maconha na imprensa contemporânea também reflete e refrata as transformações na base econômica da sociedade, como o signo *Pantagruelion* fez no início do Renascimento, ainda que sejam mudanças mais sutis, não tão “revolucionárias”. Trata-se do novo valor de troca que a planta adquire, hoje, para a indústria farmacêutica, para o mercado da saúde, como explicitam os enunciados do *corpus*, analisados nos capítulos finais. Em outros termos, são temas que se renovam a cada contexto: a planta curativa na Idade Média, a matéria-prima revolucionária no Renascimento, o remédio industrializado na contemporaneidade (sobre o qual falamos a seguir).

Nesta seção foi possível mostrar, a partir da relação de sinonímia entre os termos “maconha” e “cânhamo” e de sua relação com a palavra *pantagruelion* (revelada no cotejamento com os textos de Bakhtin sobre a obra de Rabelais), que “a planta de inestimável valor comercial”, “símbolo de toda cultura técnica do homem” (BAKHTIN, 1987, p.321) pode, em outros contextos, ser valorada segundo outros olhares, ser atualizada com outros

temas possíveis, alguns reconhecidos há séculos na literatura renascentista e nas críticas que Bakhtin faz sobre ela.

2.2.3.A “*Cannabis*” na esfera científica: da droga ao medicamento

Do signo *banguê*, na esfera religiosa, passando pelo signo *cânhamo* no campo da indústria/economia, e pelo signo *pantagruelion*, na esfera da arte, a expansão desse diálogo chega à esfera científica. Neste espaço, a maconha só recebeu o nome de *Cannabis sativa*, no século XVIII, com o trabalho de catalogação das espécies, feito pelo botânico Carolus Lianneus (FRANÇA, 2015, p. 7) - na onda da revolução científica, que dava início à concepção de ciência moderna.

O signo vinha refletir/refratar o interesse da ciência pela planta, que só floresceu, porém, no século XIX, quando a medicina ocidental passou a dar mais atenção às propriedades curativas do cânhamo, legitimando seu uso como matéria-prima, dessa vez, da indústria farmacêutica.

Até a primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto nos EUA e na Europa, já haviam sido comercializados diversos medicamentos preparados à base de cânhamo. Não é novo, portanto, o tema da maconha enquanto planta medicinal no mercado, tampouco no discurso da ciência - apesar de ele circular como novidade no discurso da imprensa contemporânea, como mostram os enunciados a seguir (ver Quadros 1, 2 e 3):

(5) Brasil **vai liberar o remédio de maconha**. [...] Conheça os **benefícios já comprovados para os doentes** que se tratam com **derivados da cannabis** [...] (ISTO É, 2014).

(9) **Maconha medicinal** (SUPERINTERESSANTE, 2014).

(16) Cientistas estudam efeitos em **pacientes de câncer e Aids** (GALILEU, 2001)

(20) **Maconha. Um remédio** proibido? (SUPERINTERESSANTE, 1995)

Estes enunciados mostram que nem mesmo na imprensa tradicional o tema da maconha medicinal é novo (o que leva à desconstrução da ideia de uma recente “quebra de tabu”), pois há mais de vinte anos já se enunciam as propriedades médicas da planta nas capas de revistas de grandes grupos, como em (20). Além disso, é interessante observar como o signo “maconha” é substituído por “cannabis” quando estão em foco suas propriedades

cientificamente comprovadas, como em (5); ou como é necessário restringir sua valoração positiva da planta à “maconha medicinal” (9), não recreativa, por exemplo.

A ênfase nos benefícios para “os doentes” (5), principalmente de doenças graves, como “câncer e AIDS” (16), deixa explícito que a valoração positiva da planta, esse “novo” juízo social de valor sobre ela, só é válido quando o usuário é o paciente que se trata com “derivados” da planta *Cannabis* (2) - não pessoas saudáveis que fumam a erva (maconha). Sobre isso falamos mais no capítulo cinco.

No entanto, apesar de a imprensa brasileira noticiar como novidade as propriedades medicinais da planta, (“novidade” na imprensa há, no mínimo, duas décadas) elas são conhecidas na cultura popular há ainda mais tempo. O fato de o uso farmacêutico da maconha ter se popularizado entre as camadas urbanas apenas no século XIX, de a ciência moderna e a mídia terem reconhecido as propriedades curativas da planta principalmente nos últimos cinco anos, não quer dizer que, antes disso, suas ações médicas e terapêuticas eram pouco conhecidas.

O poder medicinal da erva já era explorado em diversas culturas orientais, sendo os primeiros registros a respeito quase tão antigos quanto aqueles que documentam seu uso como matéria-prima de tecidos e cordas – anteriores a 2000 a.C. (FRANÇA, 2015). Os primeiros registros do tema da maconha como remédio apareceram em escritos da medicina milenar chinesa, mas as receitas à base de cânhamo para males diversos se espalharam na cultura hindu, árabe, ibérica, romana, inclusive na cultura medieval europeia (ROBINSON, 1999) - como o cotejamento com o texto de Rabelais pôde comprovar.

É verdade, portanto, que a *Cannabis* já era recomendada há milênios, na *cultura popular* e havia até se formalizado na linguagem escrita de determinadas civilizações – em que era percebida como tratamento para dores reumáticas, constipação intestinal, dor de cabeça, de dentes, nervosismo, problemas respiratórios, cólicas, falta de apetite e uma miríade de problemas do corpo e da mente (FRANÇA, 2015). Por outro lado, levou tempo para que ela fosse reconhecida como medicamento pela medicina formal e pelos discursos oficiais do ocidente, como o da lei e o da ciência e o da imprensa, como mostram nossas análises.

Esses discursos oficiais não só tardaram a reconhecer o valor medicinal da planta, mas também se esforçaram historicamente para coibir os seus usos, principalmente após o final do século XIX, no Brasil, após a Proclamação da República (1889). À época, em que a “ordem”

e o “progresso”¹⁹ tornaram-se metas para a nação brasileira em formação, a tentativa de consolidação da “democracia” nascente passava pela criação de leis, assim como o “progresso” da nação passava pelo discurso legitimador da ciência.

Para Barros e Peres (2011, p.8), a influência positivista no Direito Penal, no contexto pós-abolição fornecia as bases supostamente científicas para que o etnocentrismo se consolidasse como uma nova forma de dominação, mais sutil do que escravidão. Essa associação entre lei e ciência foi uma maneira eficiente para que os discursos dominantes explicassem e punissem os “desvios de comportamento” dos sujeitos por meio de suas características biológicas e, conseqüentemente, para que justificassem as condições de marginalidade às quais foram relegados os pretos e pardos do início do século XX - muitas das quais perduram até a contemporaneidade.

Já no século XX, parte desses esforços empreendidos oficialmente culminou numa “guerra às drogas” (ou a seu suposto usuário?), declarada em vários países do mundo - o Brasil inclusive - e liderada pelos EUA. Não eram dizíveis os temas que não estivessem de acordo com o *discurso oficial da lei*, segundo o qual a maconha era uma droga proibida e que deveria ser combatida; ou da *ciência* que, por muito tempo, afirmou os perigos da erva entorpecente.

Na esfera científica, a proibição atravancou o desenvolvimento das pesquisas, de remédios e tratamentos que só vem sendo superando atualmente; na lei, criminalizou vendedor e consumidor, contribuindo para levar o sistema carcerário brasileiro à atual situação penosa, reconhecidamente afetada pela forma como se lida oficialmente com a questão das drogas no país. No cotidiano, a criminalização dessas substâncias puniu principalmente o sujeito consumidor ou pequeno traficante de drogas integrante dos mesmos grupos étnicos historicamente marginalizados e das classes sociais já desprivilegiadas. Na língua, é possível dizer que houve uma tentativa de monologizar o signo “maconha” no português do Brasil, de forma a restringir seus sentidos na cultura brasileira, limitando-o ao tema *droga*, que passou a encobrir os outros temas associados à planta, em outras línguas e culturas (remédio, matéria-prima têxtil/naval, erva sagrada).

¹⁹ Incorporados inclusive à bandeira brasileira recém instituída, à época, como símbolo oficial da nação, os dizeres foram extraídos do lema positivista de Comte, “que proclama o amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim” (PAUL, 2000, p.258). Foram justamente essas ideias positivistas que levaram a associação do cientificismo do discurso médico ao oficialismo do discurso da lei, no século XX, após a abolição e a proclamação da República, na busca por um “novo e bem sucedido Brasil”. Essa busca incluía um processo de “higienização” da sociedade brasileira (do qual resultou a marginalização das populações negras), além da criminalização de substâncias (como a maconha) que ameaçassem a ordem e progresso dessa nação em desenvolvimento. Para ver mais sobre o tema, consultar o trabalho de Saad (2013), conforme referências.

Enquanto isso, durante um século de proibição oficial, para as vozes do cotidiano, a *maconha* provavelmente nunca deixou de ser um remédio, uma terapia, uma prática recreativa, espiritual, cultural ou social, já que até hoje é a droga ilícita mais consumida no mundo (UNODC, 2015). Em esferas menos coercivas, em gêneros discursivos de estilo mais livre, no entanto, sempre foi possível encontrar vestígios desses temas interditos (como o da maconha medicinal). Tomemos o gênero canção como exemplo.

Manifestações musicais da “cultura popular” como o samba e o rap, mais especificamente as composições que se materializam discursivamente na voz do sambista Bezerra da Silva, por exemplo, nunca deixaram de enunciar os temas polêmicos do signo maconha:

E se **Deus criou a natureza**, e também as belezas desta vida/ Então me explique doutor, **por que é que esta erva é proibida?**/ Olha aí, mas tem gente que diz todo prosa, **Esta planta é maneira e medicinal/ É só um chá da raiz faz milagre**, e quem beber fica livre do mal/ **Ela alegre, ela inspira, ela acalma, e ainda deixa a moçada de cuca legal** (BEZERRA DA SILVA, 1992)

Nesse enunciado da esfera da arte, do gênero canção, temas da maconha, geralmente não tão recorrentes na imprensa, podem ser enunciados. O trecho do samba de Bezerra, gravado em 1992, já trazia à tona vários temas polêmicos associados à maconha - ainda que de maneira velada, pois o nome da planta não é mencionado. O “tabu” que cercava a questão se deixa ver, por exemplo, no uso de termos eufemísticos, como “erva”.

Contudo, no próprio título da canção, *Garrafada do norte*, já se faz referência aos poderes medicinais da planta usada em preparados líquidos vendidos em garrafas, em feiras do norte e nordeste (SILVESTRIN, 2008, p.76).

É interessante apontar como essa forma de comercialização das plantas medicinais remete àquela utilizada nas feiras e praças públicas, no contexto de Rabelais (BAKHTIN, 1987, p.141). Isso acaba reafirmando a relação secular da maconha com a feira²⁰, a praça, a rua, a música e a cultura popular.

O compositor ressalta, ainda, o caráter natural da *planta*, assim criada por *Deus*, transformada em droga e em crime pelos homens. Bezerra questiona a proibição da droga enquanto defende as propriedades terapêuticas e medicinais da *erva*: um chá dela *faz milagre*; ela *alegra, inspira, acalma e deixa a moçada de cuca legale*.

Esses enunciados mostram que, enquanto os discursos hegemônicos da lei e da ciência atribuíam ao signo maconha o sentido de droga proibida, de substância perigosa, na esfera da arte e na cultura popular, temas como o da planta medicinal e da erva pacificadora nunca foram totalmente silenciados, apesar de terem circulado às margens dos discursos dominantes. Na imprensa, por exemplo, o discurso resistia em acompanhar as transformações da sociedade, e se alterava a passos lentos.

Foi principalmente a partir do início do século XXI que o tabu que havia perdurado em várias épocas e lugares, ao longo de quase todo o século XX, foi gradativamente dando lugar a alguns questionamentos. O silêncio de décadas foi transformado em perguntas que ressoaram, também na imprensa e nas capas de revista.

(12) Maconha. **Por que é preciso debater a legalização do uso da droga?** (ÉPOCA, 2009)

(13) Maconha. **É hora de liberar? [...] o Brasil está pronto para a descriminalização?** (GALILEU, 2007)

(15) Maconha. **Por que é proibida? O que aconteceria se fosse liberada? Como a ciência aumentou seus efeitos? Faz mal à saúde?** (SUPERINTERESSANTE, 2002)

Os enunciados cotejados nesta seção deram espaço a vozes que aprofundam as relações de sinonímia entre a palavra maconha e o termo científico *Cannabis*, revelando que, até o início deste século, a imprensa estava apenas começando a debater a possibilidade de outra abordagem que não fosse a proibição da maconha, já que dava espaço apenas às vozes legitimadoras de discursos hegemônicos, como a da lei e da medicina.

Enquanto isso, no campo da música, nas vozes da cultura popular, esses discursos dominantes eram refratadas de acordo com os valores da esfera da arte e com os discursos do cotidiano. Na próxima seção, apontamos um último diálogo entre signos – *maconha*, *marijuana* e *diamba* -, através de mais alguns movimentos de cotejo, apontando aspectos relevantes sobre “o sujeito maconheiro” que constituem a memória do discurso sobre a planta e os conflitos ideológicos que o fundamentam.

2.2.4. A “*marijuana*”, a “*diamba*” e as imagens do sujeito “maconheiro”

²⁰ É válida a menção a outra canção brasileira que faz referência velada à maconha através da imagem da feira, das ervas medicinais e que reforça a relação da droga com a música e a cultura popular, A Feira, da banda O Rappa (1996). Entre seus versos mais conhecidos estão: *É dia feira [...], quem quiser pode chegar [...]/ Tô vendendo ervas que curam e acalmam [...]/ Porque os remédios normais não amenizam a pressão [...]*.

Finalmente, os últimos termos da lista de sinônimos, *marijuana* e *diamba*, apontam para outros temas possíveis associados ao signo “maconha”, desta vez, relativos à imagem do sujeito “maconheiro”. Apesar de não aparecer na imprensa (pelo menos não em nosso *corpus*), o termo “maconheiro” é forma de expressão cotidiana do senso comum para se referir, às vezes, a quaisquer usuários de drogas. Assim, pode ser interessante notar, de antemão, que o sufixo utilizado na formação de substantivos que nomeiam ofícios, *-eiro*, como *caminhoneiro*, *pedreiro*, *açougueiro*, *coveiro*, *lixeiro* etc., pode aparecer associado a ocupações desprestigiadas, por exemplo, em oposição a outros nomes de profissões formados pelo sufixo *-ista*, como *jornalista*, *cientista*, *linguista*, conforme Alvares (2005). Pode não ser coincidência, portanto, que se chame “maconheiro” (e não “maconhista”) o sujeito que faz uso da maconha - quando a ele se quer associar valorizações negativas.

O termo *maconheiro* não deixa claro se o sujeito implicado no signo, “aquele cuja ocupação é a maconha”, é o sujeito traficante, aquele que vive da venda da droga, ou o sujeito usuário, que a consome. No senso comum, essa distinção também não existe, pois o termo é usado genericamente para se referir a ambos: como confirma o dicionário: “1. que ou aquele que é **viciado** em maconha; boqueiro, chincheiro, fumeiro. 2. que ou aquele que **tráfica** maconha” (MICHAELIS, 2016).

Essa generalização que nomeia vendedor e consumidor segundo a mesma palavra, atribuindo-lhes o mesmo valor negativo vigorou inclusive na lei e, por muito tempo até a última mudança a respeito (em 2006²¹), e foi responsável por criminalizar a ambos, contribuindo, num contexto mais amplo, para agravar a realidade do sistema prisional brasileiro – e, principalmente, dos detentos, em sua maioria, originários de grupos étnicos e socioeconômicos marginalizados²².

No campo discursivo, essa generalização consolidou a imagem negativa do “*maconheiro*” no discurso do senso comum. Exemplo disso é que, muitas vezes, a palavra é usada como sinônimo de “viciado”, “marginal” entre outras características associadas às imagens do sujeito consumidor. São várias essas imagens, que variam de acordo com as condições sócio-históricas e com os diferentes contextos e práticas culturais de grupos sociais diversos. A maconha, portanto, significaria diferentes coisas para diferentes grupos sociais, de

²¹ Lei nº 11.343, de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm

²² Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, no site do Infopen (sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro), do Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

trabalhadores camponeses em outros séculos, passando por moradores de favelas no Rio de Janeiro, a filhos das elites e camadas médias da sociedade.

Para enxergar algumas outras imagens construídas para o sujeito consumidor, mais uma vez, o cotejo com um enunciado da esfera artística pode ser produtivo. Ela dá espaço a essas vozes “marginais”, que não aparecem na imprensa, reservada aos discursos legitimadores de valores dominantes.

A “voz do maconheiro” aparece, dessa vez, nas canções da banda *Planet Hemp*. O grupo explicita, desde seu nome (*hemp*, em inglês, *cânhamo/maconha*), a posição ideológica adotada quanto à planta, confirmando-a nas próprias letras, conforme mostram os trechos destacados:

Me chamam de marginal só por fumar minha erva/ Porque isso tanto os interessa/ Já está **provado cientificamente/ O verdadeiro poder, que ela age sobre a mente/** Querem nos limitar de **ir mais além/** muito fácil criticar sem se informar/ Se informe antes de falar e **legalize ganja/ Legalize já, legalize já [...]** O álcool mata **bancado pelo código penal [...]** Estão ganhando dinheiro e vendo o povo se matar/ Tendo que **viver escondido no submundo/ Tratado como pilantra, safado, vagabundo/ Por fumar uma erva fumada em todo mundo/** É mais que seguro, **proibir que é um absurdo/** Aí **provoca um tráfico que te mata em um segundo/ A polícia de um lado e o usuário do outro [...]** (PLANET HEMP, 1995)

[..] Então por favor, **não me trate como um marginal/** Se o papo for por aí, já começamos mal/ **Quer me prender só porque eu fumo Cannabis sativa/ na cabeça ativa [...]** Não adianta **armadilha, mermão, eu não caio/** E muito menos **cabeça de pobre é pára-raio/ A mente aguçada, mermão, eu sei que isso te espanta/** Mas eu **continuo queimando tudo até a última ponta [...]** (PLANET HEMP, 1997)

Dentro do estilo, da forma e do conteúdo “mais livres” do gênero discursivo canção – em comparação, por exemplo, com os gêneros jornalísticos –, principalmente a “canção popular” (da qual são manifestações, por exemplo, o rap e o samba, cotejados aqui), é possível criar outras imagens para o sujeito maconheiro, construídas, por exemplo, pela voz daquele que se assume como tal, como nos enunciados supracitados. Ali, o enunciador assume explicitamente: “*me chamam de marginal só por fumar minha erva*”, “*eu fumo Cannabis sativa*”, polemizando com a lei, deafiando-a, mas rechaçando o título de marginal (“*não me trate como um marginal*”).

Esse consumidor de maconha, cantado nas letras de músicas do fim do século XX, é aquele que fuma a erva em busca de seus efeitos psicoativos, que segundo os enunciados supracitados fazem “ir mais além”, “mantém a cabeça ativa”, “a mente aguçada” - a despeito do que afirma o senso comum e a medicina, voz que ressoa predominante já no primeiro enunciado analisado no capítulo quatro.

Nos trechos, trata-se da erva natural (não da droga, proibida e perigosa), de valor quase sagrado, como sugere o signo *ganja*, retomado na música e comentado anteriormente. O fragmento é atravessado por polêmicas mais ou menos explícitas com vários outros discursos, além da medicina e do senso comum. Ele traz o discurso da própria ciência para polemizar com esses valores dominantes (“*está provado cientificamente o verdadeiro poder*”); traz o discurso internacional (“*uma erva fumada em todo mundo*”) para polemizar com a lei e com o discurso proibicionista (“*proibir que é um absurdo*”, “*provoca um tráfico que te mata em um segundo*”). As canções também colocam em cheque a legalidade de substâncias como o álcool (“*que mata bancado pelo código penal*”), polemizando com o mercado das drogas legais, e com a polícia, que se colocaria contra o usuário nessa polêmica que se materializa, também, no cotidiano, conforme as letras cotejadas (“*a polícia de um lado e o usuário do outro*”).

Ainda segundo as mesmas canções, é o tráfico, causado pela criminalização da substância, e não por ela em si. A esse discurso oficial da proibição a canção-denúncia vem opor o discurso da legalização (*legalize já!*) - vale lembrar, há mais de vinte anos.

O segundo enunciado, especificamente, tem tom de protesto e, mais uma vez estabelece uma disputa explícita com algumas vozes oficiais, como a da polícia. Ali, o sujeito que se coloca na posição daquele que fuma maconha polemiza com o discurso da criminalização, trazendo o discurso da desigualdade social para justificar o argumento da legalização. Segundo a canção, é o sujeito das classes desprivilegiadas que sofre as consequências de um modelo repressivo de combate às drogas (*cabeça de pobre é pára-raio*) e das perseguições judiciais/policiais, chamadas na canção de “*armadilha*”.

Esse enunciado é claramente uma resposta às acusações de apologia ao uso de drogas, que a banda sofreu naquele ano, de 1997. A “*armadilha*” à qual se referia a canção rendeu como fruto a prisão em flagrante dos músicos, seguida, em alguns dias, de sua soltura, conforme noticiou a imprensa, nos fragmentos a seguir. A mídia aproveitou os acontecimentos para reacender o debate na forma de polêmica - chamada de “conflito de opiniões”, em que se opunham o discurso oficial da lei e o discurso da arte:

Grupo Planet Hemp é solto em Brasília. Tribunal de Justiça encontrou erros técnicos no flagrante (FOLHA, 1997)²³.

Advogados **divergem** obre **caso Planet Hemp**. Leis causam **conflito de opiniões** (FOLHA, 1997)²⁴.

²³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/cult/cu13111.htm>

²⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/cult/cu13112.htm>

Transformada em fato jornalístico, detenção da banda, além de motivar discussões sobre a droga e de impulsionar a popularidade do grupo, principalmente entre os jovens, pode ter contribuído para dar um novo acabamento à polêmica na imprensa, nos anos que se seguiram. Ao contrário da repressão denunciada nas letras explícitas do Planet Hemp, a imprensa noticiava a tolerância da sociedade à droga, com tom de alerta e com algum apelo a emoções.

(18) **Maconha quase liberada.** A questão não é mais se um **jovem vai experimentar a erva.** A pergunta é quando **ele fará isso?** (VEJA, 2000)

(17) **Um número cada vez maior** de brasileiros ignora a lei e usa **a droga.** (ÉPOCA, 2001)

(16) [...]. Enquanto isso, **a droga continua a atrair jovens saudáveis.** (GALILEU, 2001)

No primeiro enunciado, por exemplo, coloca-se em jogo o medo da família classe média (um dos públicos-alvo das revistas) de que o jovem estivesse exposto à ameaça que, de tão tolerada socialmente (*“quase liberada”*), consumida por “um número cada vez mais de brasileiros” e “de jovens saudáveis”, já havia se tornado perigo iminente.

Há um contraste entre a tolerância afirmada pela revista e o tom de protesto e de queixa contra a criminalização da droga e contra a marginalização do usuário, adotado nos discursos do Planet Hemp, e de Bezerra da Silva. Segundo essas vozes, a repressão ainda era o tratamento recebido pelo usuário. Vejamos mais um enunciado que se popularizou na voz deste último cantor para refletir um pouco mais sobre essa suposta “perseguição” oficial ao usuário, respaldada pelo discurso da lei:

Vou apertar, mas não vou acender agora/ Se segura malandro, pra fazer a cabeça tem hora/ É que você não está vendo, que a boca tá assim de corujão/ Tem dedo de seta adoidado, todos eles a fim de entregar os irmãos/ Malandragem dá um tempo, deixa essa pá de sujeira ir embora/ É por isso que eu vou apertar, mas não vou acender agora / É que o 281 foi afastado, o 16 e o 12 no lugar ficou/ E uma muvuca de espertos demais deu mole e o bicho pegou/ Quando os homens da lei grampeiam, o coro come a toda hora/ É por isso que eu vou apertar, mas não vou acender agora (BEZERRA DA SILVA, 1985)

Aqui, de maneira velada, o sambista narra a história de criminalização da maconha, por meio da menção a artigos do código penal, (281, 16 e 12), evitando mencionar explicitamente o nome da droga - cuja proibição estava em alta à época da composição.

O refrão, que ficou famoso na voz do cantor (“Vou apertar, mas não vou acender agora”), serve como alerta quanto à repressão a que está exposto o malandro que quer “fazer a cabeça”, ou seja, avisa o consumidor sobre os riscos a que está exposto com a criminalização da substância. O trecho faz referência implícita ao cigarro feito com a erva, o “baseado”, que é confeccionado ao ser enrolado, “apertado”, mas que não deve ser aceso, dada a presença de delatores (“dedo de seta a fim de entregar os irmãos”). A estratégia de se referir metonimicamente ao discurso da lei é comum na obra do músico (SILVESTRIN, 2008, p.74) e caracteriza, no trecho citado, uma espécie de crítica velada a esse discurso oficial que, mesmo após alteração da lei²⁵, seguia criminalizando e punindo com violência (“quando os homens da lei grampeiam o coró come a toda hora”) o consumidor que era pego em flagrante (“deu mole o bicho pega”).

Repressão ou tolerância? As diferentes formas de lidar com o sujeito “maconheiro” variam não apenas com o estilo musical que reflete/refrata a realidade artisticamente, mas com a posição social ocupada por ele. De um lado, está a imagem construída na imprensa, entre os anos 90 e 2000, do jovem/adolescente de classe média (aquela classe à qual se dirigem as revistas), saudável e que, ignorando a lei, experimenta a droga por curiosidade, colocando a própria saúde e a harmonia da família em risco - mas cujo ato é tolerado socialmente. Do outro lado, está aquela imagem do “maconheiro” marginalizado, criminalizado, de classes desprivilegiadas, que busca os efeitos terapêuticos da planta, mas que sofre com a desigualdade étnica e social perceptível na criminalização massiva de certos grupos e classes. Essa imagem, construída na música popular dos anos 80 e 90, desde as canções de Bezerra da Silva às composições da banda Planet Hemp pode ser reveladora, ou melhor, refratora, da realidade periférica do Rio de Janeiro, contexto de produção dos músicos, onde podiam ser observadas as consequências da criminalização das drogas para grupos sociais marginalizados.

Na manchete e no fragmento a seguir, publicados no site de *Carta Capital*, fica claro que a criminalização das drogas (entre elas a maconha), não se dissocia da marginalização histórica, por exemplo, de pretos e pardos na sociedade brasileira.

²⁵ Segundo Silvestrin (2008), essa alteração separava em dois artigos distintos as condutas jurídicas quanto à utilização (artigo 12, de 1974) e quanto ao tráfico de drogas ilícitas (artigo 16, de 1974), reformulando o artigo 281, vigente desde 1935, que criminalizava ambas as condutas. Em 2006, nova mudança, inclusive no campo semântico – a lei *antidrogas*, se transforma em lei *sobre drogas* -, caracterizou o que parecia constituir uma transformação na abordagem da questão das drogas, no país já que estabelecia para o “usuário” apenas punições alternativas, ao invés da detenção, o que não se concretizou, conforme mostram as análises do próximo capítulo.

Mais de **60% dos presos** no Brasil **são negros**. Os números do Infopen mostram, ainda, que as penitenciárias brasileiras ganharam 40.695 presos no período de um ano. Além disso, cerca de 40% dos detentos são presos provisórios (aguardam julgamento) e **o tráfico de drogas é o crime que mais leva à prisão**. (CARTA CAPITAL, 2016)²⁶

A manchete anuncia que é o crime de tráfico aquele que mais leva brasileiros e brasileiras à prisão, e que são esses grupos étnicos específicos que engrossam as estatísticas sobre o sistema carcerário do país - quarto do mundo em maior número de detentos, segundo dados do Infopen (2014). A valoração negativa do signo maconha está, portanto, intrinsecamente associada à marginalização de determinados sujeitos consumidores da erva (ou das imagens que deles foram criadas), historicamente construídas, reformuladas, atualizadas conforme os contextos mais recentes.

No entanto, as marcas desses conflitos ideológicos históricos não podem ser apagadas da memória discursiva dos signos que, mais uma vez, é resgata aqui por meio do cotejamento de textos. Não só no Brasil, mas na história do Ocidente, de maneira geral, a valoração negativa do sujeito “maconheiro” está associada a conflitos entre sujeitos reais, de determinados grupos e classes sociais, que estabelecem entre si disputas de cunho ideológico.

Vejamos, a partir de uma breve reflexão sobre o signo *marijuana*, nomeado sinônimo da palavra *maconha*, no dicionário, como a imagem do “maconheiro” vem sendo historicamente construída com base na imagem de sujeito usuário construída pelos discursos dominantes. Para isso, observemos as manchetes transcritas a seguir, recortadas de capas de revistas internacionais de grande circulação:

The United States of **Amerijuana** (TIME, 2010)

Weed. The new Science of **marijuana** (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2015)

O termo *marijuana*, é um dos mais usados em inglês para se referir à planta e seria derivado da forma *marihuana*, em língua espanhola. A palavra teria entrado para o léxico do inglês estadunidense no século XIX, a partir do contato com o espanhol do México (COLLINS, 2016). No início do século XX, foi a mídia impressa dos EUA que popularizou o signo, associando-o a grupos marginalizados, como os imigrantes, em oposição a termos como *hemp*, já que esta distinção servia para separar a matéria-prima da indústria farmacêutica do entorpecente das classes desprivilegiadas (ROBINSON, 1999).

²⁶ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mais-de-60-dos-presos-no-brasil-sao-negros>

Com a construção do signo *Amerijuana*, junção de *America* e *marijuana*, a tradicional revista semanal *Time*, referência para na história das revistas semanais informativas brasileiras (PALOMINO, 2014, p.86), sugere que aquela que outrora fora uma droga associada à figura do imigrante havia, em 2010, invadido a “América” e se tornado produto nacional do país, referido no nome do continente.

Já o enunciado da revista mensal de geografia, ciência naturais, história e cultura, *National Geographic*, refrata as transformações sociais mais recentes, evidenciando a distinção entre o signo que designa a droga recreativa (*marijuana*) e os demais termos que a nomeiam.

Quando a revista se refere à erva cujos valores medicinais foram comprovados pela ciência e que já representam altíssimo potencial de lucro pelo mercado, não é mais o historicamente pejorativo e estigmatizado signo *marijuana* que reflete/refrata a imagem da planta. Em seu lugar, figura o signo *weed*, destituído da valoração negativa do primeiro que, no inglês, vem da construção de um “simulacro” de sujeito usuário de *marijuana*, baseada na marginalização do sujeito imigrante mexicano nos Estados Unidos.

Esses enunciados ajudam a perceber a gradual transformação na imagem do sujeito que fuma maconha e a variedade de identidades que ele pode assumir, no Brasil e no mundo, dependendo da posição social que ocupa (o marginal da favela, o viciado das ruas, o imigrante latino, o jovem da classe média, o paciente infantil em tratamento, o doente terminal em busca de alívio etc.). Neste trabalho, acreditamos na hipótese de que, no Brasil, as bases da construção da imagem do “maconheiro”, assim como a valoração negativa do signo, o tabu e a própria polêmica em torno do signo *maconha*, vem de tempos ainda mais remotos.

Os juízos sociais de valor sobre a maconha e o maconheiro estariam, conforme apontamos, intrinsecamente relacionados às condições marginalizantes às quais os negros e seus descendentes foram expostos desde o período colonial no Brasil, que se perpetuaram ao longo da história de três séculos de racismo institucionalizado no país - e outros tantos de discriminação mais ou menos velada. Essa história está refletida/refratada no próprio signo linguístico estabilizado no dicionário, conforme a definição apresentada no início do capítulo: é de origem africana a palavra que designa a planta de efeitos entorpecentes fonte da droga ilícita conhecida como “maconha”, mais especificamente da língua quimbundo, falada em Angola.

Dessa forma, o próprio verbete de dicionário, entendido como gênero de estabilização dos sentidos do signo, autoriza o tema da maconha como “droga dos africanos”, portanto dos negros e dos escravos brasileiros - “o vício dos pretos”, para França (2015). Presume-se,

portanto, segundo esse ponto de vista estabilizado no dicionário e na história, que foi pelas mãos dos escravos africanos que a maconha (entendida como droga, como inebriante, não como remédio ou elemento ecumênico de uma religião) foi introduzida em terras brasileiras, junto com suas tradições, língua e cultura. Conseqüentemente, teria sido dessa associação que se originou a valoração negativa do termo, da planta e de seu consumidor.

Mais uma vez o cotejamento com textos de outras esferas permite ouvir outras vozes e perceber esses outros sentidos. No enunciado a seguir, da obra de Gilberto Freyre (1967), *Nordeste: Aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*, também está registrada a relação entre a cultura africana e a maconha, no Brasil; principalmente, entre esta e as culturas populares “do litoral” e “da mata” e as comunidades agrícolas do norte e nordeste do país:

A terra mais macia do **litoral** e da “**mata**” do extremo **nordeste** e do recôncavo da **Bahia** parece ter influído sobre seus próprios senhores – como sobre as próprias **plantas terríveis no tipo da maconha, importada da África - amaciando homens do Norte agrário inteiro** [...] (FREYRE, 1967, p. 12).

Em outra obra do autor, a associação da maconha ao escravo africano é reafirmada. Contudo, diferente da forma como aparece no senso comum e no dicionário - valorada como droga, associada à embriaguez, à recreação e ao ócio, aos quais o negro escravo pouco ou quase nada poderia se dedicar - , no texto de Freyre (1936), *Sobrados e mucambos*, a erva tem valor sagrado:

Mas **essas tradições religiosas**, como outras formas de cultura, ou de **culturas negras**, para cá transportadas, junto com a sombra dos próprios irocos sagrados, com o cheiro das próprias **plantas místicas** – a **maconha ou a diamba**, por exemplo – é que veem **resistindo mais profundamente à desafricanização** (FREYRE, 1936, p. 363).

Na referida passagem, Freyre não só resgata o tema da maconha como erva sagrada ligada a práticas culturais e religiosas tradicionais do continente africano (não ao vício e à embriaguez), como também afirma que a permanência do costume até o século XX era sinal de que a *diamba* havia resistido bravamente às investidas contra tudo que estivesse associado ao negro e à sua cultura no Brasil. O signo *diamba*, no texto de Freyre, remete a uma outra imagem de usuário da planta: aquele que preserva, no Brasil, suas tradições ancestrais

(deixadas na África com a diáspora dos negros no período escravagista) por meio da queima e do fumo da planta místicas.

Entretanto, como mostra o verbete do dicionário, não foi esse o sentido, de *erva sagrada* que se estabilizou na língua, no senso comum, tampouco no discurso oficial sobre a maconha no país. O Brasil foi, aliás, “o primeiro país do mundo a editar uma lei contra a maconha: em 4 de outubro de 1830, no Rio de Janeiro” (BARROS; PERES, 2011, p.7):

É proibida a venda e o uso do **pito do pango**, bem como a conservação dele em casas públicas. **Os contraventores serão multados, a saber: o vendedor em 20\$000**, e os **escravos e mais pessoas, que dele usarem, em três dias de cadeia** (HENMAN; PESSOA JR., 1986).

Levando escravos (e outros possíveis usuários) à cadeia, mas vendedores ao pagamento de multa - portanto oficializando a criminalização daquele que consumia o *pito de pango*²⁷ - o discurso oficial da lei institucionalizava a perseguição ao negro e às práticas culturais a ele associada.

Tendo em vista esse complexo contexto histórico sobre a planta e seu consumidor, não importa se foram, portanto, portugueses ou africanos que introduziram a planta no Brasil; se originalmente o uso da erva era recreativo, medicinal, espiritual ou industrial. Importa que, no senso comum, a valoração negativa do signo *maconha*, foi historicamente construída a partir do valor que a sociedade atribuía aos sujeitos que a consumiam e a suas práticas. Seria esta uma daquelas avaliações sociais “mais estáveis e profundas que são determinadas pela situação econômica de uma classe em da época de sua existência” (MEDVIÉDEV, 2012, p.185)?

É o que sugere o percurso histórico de sentido do signo ideológico maconha traçado até aqui. Contudo, isso não quer dizer que apenas determinado grupo étnico ou classe social tenha sofrido com a criminalização da droga. Trata-se, na verdade, de diferentes valorações sociais mais ou menos negativas do signo *maconha*, determinadas pela posição que o consumidor (ou o simulacro dele, criado por discursos dominantes) ocupa na organização econômica da sociedade. Em cada enunciado circula uma avaliação social, instauram-se diferentes imagens de sujeito, constroem-se diferentes sentidos.

Basta ver mais um exemplo que, desta vez, remeta ao sujeito “maconheiro” de outro grupo/classe social, como o da apresentadora Soninha, autora do enunciado - reproduzido aqui em (17) -, que estampou a capa da revista *Época*, em 2001: “*Eu fumo maconha*”.

²⁷ Como também era chamada a maconha (ver sinônimos no verbete *maconha*, cotejados no início do capítulo).

Acompanhada da foto da entrevistada, na capa do exemplar, a declaração resultou na demissão da jornalista, hoje engajada na política. Repressão, prisão, demissão. Sofrem os efeitos da marginalização, portanto, vários sujeitos, de diferentes maneiras.

Foi nesse contexto de controvérsias que, as drogas se tornaram, no século XX e XXI, definitivamente, um problema que a sociedade deve encarar. Pelo menos é o que sugere a imprensa, que tem insistido na polêmica da maconha como assunto de capa; portanto, fato de interesse coletivo.

Ali, aos poucos, temas que antes não eram dizíveis, como as propriedades medicinais da planta, passam a ser oficialmente reconhecidos por discursos institucionalizados em esferas de poder. Gradualmente, ao longo de décadas (ou melhor, séculos), vozes marginalizadas conseguem se infiltrar nas superestruturas e desestabilizar os valores em jogo nessa polêmica, refratada na imprensa com suas especificidades, como tentamos mostrar no próximo capítulo.

Isso não se dá, como esperamos ter demonstrado nas análises dos próximos capítulos, na forma de uma revolução, ou de uma total renovação dos sentidos possíveis do signo (de proibido para legalizado, por exemplo). Trata-se de uma constante atualização de seus sentidos de acordo com os discursos dominantes: “essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.123).

Vejamos, nos próximos capítulos, como a imprensa tem incorporado e atualizado esses discursos sobre a maconha, de acordo com os valores da esfera jornalística e com os padrões do gênero capa. Conforme demonstrou este capítulo, as disputas pelo sentido do signo, entre diversos discursos, vozes e posicionamentos ideológicos, são, certamente, muito mais complexas do que sugerem as marcas de polêmica explícita identificadas nos primeiros olhares para o *corpus*.

3. O FUNCIONAMENTO DA ESFERA E DO GÊNERO DISCURSIVO

Se na perspectiva bakhtiniana da linguagem, a construção do enunciado é atravessada pelas especificidades de uma dada esfera da comunicação, seja em seu estilo, seu conteúdo temático e, principalmente, sua forma composicional (BAKHTIN, 1997, p. 280), não poderíamos dar início à análise do *corpus* sem, antes, discutir algumas das principais características da esfera jornalística e, mais especificamente, da imprensa.

Não faremos discussões aprofundadas sobre o campo jornalístico ou sobre as teorias da comunicação, para evitar desviarmo-nos de nossos objetivos principais, que não contemplam entender detalhadamente o modo de funcionamento da imprensa, mas identificar marcas de seus valores na construção do enunciado e da polêmica que analisamos. Também nos dedicamos a fazer algumas observações, ainda que breves, sobre o “gênero discursivo capa de revista”, sobre algumas de suas características e sobre sua função social. Lembramos que tampouco é nossa intenção traçar um modelo do gênero, pois interessa-nos mais, durante a análise, perceber de que forma a polêmica da maconha se materializa nele, de que forma esse tipo de enunciado afeta a construção do discurso polêmico.

3.1. O conceito de esfera e a mídia

Ao longo do trabalho tivemos que encarar questões metodológicas como a necessidade de especificar o que entendemos por mídia, por esfera jornalística e por imprensa, já que nosso *corpus* é composto por enunciados de mídia, de um gênero jornalístico, do tipo impresso. Antes de apontar as aproximações e distanciamentos entre uma e outra, convém lembrar o conceito de esfera que adotamos, apenas brevemente mencionado no primeiro capítulo.

Assim como na obra do Círculo, neste texto também usamos diferentes termos para retomar a ideia de “esfera”. Como aponta Grillo (2006, p.133), o conceito ora aparece na obra como esfera da comunicação discursiva, da criatividade ideológica, da atividade humana, da comunicação social. Em nossas leituras, encontramos outras variações, como “campo da criatividade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.31) ou “da criação ideológica” (idem, p.31), “esfera da comunicação verbal” (idem, p.126), “esfera ideológica” (idem, p.35) ou, ainda, “da cultura” (BAKHTIN, 1997, p. 284).

Para nós, o conceito de esfera designa um espaço de interação comunicativa entre sujeitos, dentro do qual são produzidos tipos mais ou menos estáveis de enunciados, e é importante para nossas análises porque, nas palavras do Círculo, para observar um fenômeno da linguagem, como a polêmica que tentamos compreender, é preciso situar os sujeitos da comunicação, assim como seu próprio produto (o enunciado), no meio social, numa “esfera de relação social organizada” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 69).

Neste trabalho, o conceito também é importante porque é no interior de uma mesma esfera que os enunciados se encontram, sejam eles do mesmo gênero discursivo (cada capa do *corpus*, por exemplo) ou de gêneros distintos produzidos no mesmo campo (como a capa e a reportagem). Cumpre salientar que os enunciados produzidos no interior de uma esfera são afetados não apenas por seus valores e leis próprias de funcionamento, mas também pelo diálogo intrínseco que estabelecem com os outros enunciados da mesma esfera. Na perspectiva bakhtiniana, o enunciado é apenas um elo de uma cadeia e não pode ser estudado ou compreendido fora dela (BAKHTIN, 1997, p. 376).

Tendo esclarecido o que entendemos por esfera/campo, podemos passar à distinção entre a esfera midiática, a jornalística e os gêneros impressos, produtos da imprensa, um dos grupos produtores de enunciados no interior dessa esfera. A nosso ver, a primeira é um espaço mais amplo de interação comunicativa entre sujeitos - entre a revista e o leitor, no caso de nosso trabalho, mas também entre a TV e telespectador, entre dois amigos ou desconhecidos que interagem via mídias sociais.

O ato comunicativo, na esfera midiática, é mediado por diversos meios de comunicação (sejam impressos ou digitais, sejam aqueles usados para comunicação institucional ou pessoal). Assim, o que os meios de comunicação oferecem são, no caso das revistas, enunciados (verbo-visuais) que, como quaisquer outros produtos ideológicos, não retratam a realidade, mas “permitem ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p.16). Nos termos do Círculo, os produtos ideológicos da mídia seriam refrações e não reflexos da realidade (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006).

Como aponta Mendonça (2006, p.51) - considerando os estudos do Círculo e de Foucault -, dado o poder que as mídias desempenham, hoje, na vida dos sujeitos, não é possível ignorar que, mais do que uma “representação” da realidade, a esfera midiática também produz “realidades”, que podem ser tomadas como verdadeiras, pelo menos, para o leitor (ou telespectador, ouvinte etc.). Nos termos da autora:

A realidade produzida pela mídia pode chegar a se constituir [como] a realidade do telespectador, em termos de valores compartilhados, comportamentos adquiridos etc. Mas perceba-se que se trata de *realidades*, no plural, visto ser esperado que elas, atravessadas por outras, não sejam as únicas, quer dizer, não sejam compartilhadas por todos (MENDONÇA, 2006, p.51).

Nesse contexto, ressaltamos que consideramos o poder de influência da mídia na forma de interação entre os sujeitos e entre eles e a realidade que os cerca, mas não de forma determinista, como se ela fosse uma redoma, um “círculo de ferro”, “uma realidade irreal”, que leva ao “aprisionamento” do sujeito (ABRAMO, 2003, p. 270). Apesar de apresentar ao leitor uma refração da realidade já afetada pelos seus próprios valores, não se trata de uma imposição inescapável por parte da mídia. Afinal, o sujeito, compreendido a partir de uma perspectiva bakhtiniana, não pode ser visto como um “fantoche das relações sociais, mas como um agente, um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo ao outro” (SOBRAL, 2005, p.24).

Assim, no caso de nosso trabalho, o leitor é entendido como sujeito que está em contato com mídias e discursos diversos; alguém capaz de articular dialogicamente as referências de mundo que adquire nas várias esferas de comunicação em que está inserido; um participante ativo do diálogo, que responde a ele. Por essa razão, evitamos utilizar termos como “*mass media*” ou “meios de comunicação de massa”, por entendermos que eles homogeneizam e apagam o papel ativo do sujeito em sua relação com a mídia. A homogeneização que acreditamos agir nessa esfera abarca, sobretudo, os produtos da imprensa, mas resta ao sujeito, conforme argumentamos a seguir, alguma possibilidade de resistência através da articulação de diversas vozes do cotidiano.

Tendo esclarecido alguns pontos sobre nossa compreensão da forma de funcionamento da mídia e de sua relação com a realidade e o sujeito, passamos para o caso específico da esfera jornalística, entendida como atividade profissional, exercida dentro de uma empresa jornalística e moldada por relações hierárquicas. Esse modo de refratar a realidade concreta é afetado por características desse campo às quais os enunciados dos gêneros jornalísticos não podem escapar.

Diferenciamos “esfera midiática” de “esfera jornalística” porque a primeira abarca outros gêneros, não jornalísticos, ou seja, que não são destinados à comunicação institucionalizada entre as empresas de comunicação e os consumidores de seus produtos. Assim, a esfera jornalística faria, segundo nossa interpretação, parte da grande esfera midiática, pois nem todos os gêneros produzidos nesta são gêneros jornalísticos. Estes

apresentam particularidades que devem ser observadas durante nossas análises. Algumas delas são apresentadas a seguir.

3.2. A esfera jornalística e a imprensa

Entendemos a esfera jornalística como um espaço de produção ideológica institucionalizada, composto por instituições que produzem e vendem seu discurso sobre a realidade como mercadoria. A opinião e a informação passam a ser, então, um produto. Esse campo é, portanto, atravessado por uma ideologia de mercado, pela concorrência entre os vários veículos que enunciam no interior da mesma esfera, pelas formas de organização do poder, principalmente econômico.

A “indústria da mídia”, da qual participa a esfera jornalística, desenvolveu-se muito, tanto no aspecto tecnológico quanto econômico, aponta Thompson (1990, p.258). Nesse último caso, sua expansão econômica levou à concentração das atividades dessa esfera e à formação de “conglomerados de comunicação”, detentores de grandes empresas e marcas e de “grandes interesses numa variedade de indústrias ligadas à informação e à comunicação” (THOMPSON, 1990, p.258). Para o autor, nas sociedades contemporâneas ocidentais, “as indústrias da mídia são, em muitos casos, organizações comerciais, ou quase-comerciais, operando num mercado competitivo e sujeito a pressões financeiras e a incentivos de vários tipos” (THOMPSON, 1990, p. 254). Assim, interesses econômicos e políticos mobilizam, juntos, o funcionamento dessa esfera.

No entanto, não se pode tomar essa influência da estrutura econômica na construção dos discursos dessa esfera como uma força determinante (ou determinista) em detrimento de outras especificidades que também a constituem. Para Medviédev (2012, p.44), mesmo que cada uma das esferas institucionalizadas (como o jornalismo, no caso de nosso *corpus*), como superestruturas que são, se organizem sobre a mesma base socioeconômica, suas especificidades não devem ser ignoradas.

Nesse sentido, é importante apontar que, mais do que apenas o lucro e sua sobrevivência no mercado da notícia, as empresas jornalísticas lutam, também, pelo que Mendonça (2006) chama de o “direito de dizer”. Assim, além das vendas e do lucro, um dos objetivos dos veículos midiáticos (mais especificamente, os jornalísticos) é convencer seu leitor de um ponto de vista que é político, ideológico. Afinal, a prosperidade financeira do veículo dependeria da fidelidade desse leitor-consumidor, que busca nos meios de

comunicação ajuda para compreender os acontecimentos do mundo e respaldo para a visão que constrói sobre ele.

Posto de outra forma, além de informar, educar e entreter (PALOMINO, 2014, p.79), vender e lucrar, a esfera jornalística também visa a convencer o leitor. Não se trata, no entanto, de convencê-lo quanto à forma de pensar, mas, no mínimo, convencê-lo sobre aquilo que se deve pensar. Nesse ponto, aproximamo-nos da teoria do *agenda setting*, pois concordamos que, “em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos” (SHAW 1979, citado por WOLF, 1985, p.130).

Sendo assim, mesmo que nas sociedades contemporâneas os gêneros jornalísticos impressos estejam perdendo prestígio ou migrando para o meio digital, como as capas de revistas analisadas neste trabalho, eles continuam a desempenhar sua função de colocar determinados temas em voga, uma vez que interpelam o leitor em vários espaços. Ao longo das análises tentamos mostrar como estão ligados os meios impresso e digital e como este último nos auxiliou na falta dos exemplares físicos, por exemplo. Dessa forma, parece-nos mais correto afirmar que, ao invés de serem substituídos pelos gêneros digitais, os gêneros impressos têm sido integrados aos primeiros e passam a circular em espaços ainda mais amplos, como a internet.

Nesse ponto, parece-nos relevante apontar alguns aspectos da construção da esfera jornalística enquanto campo de produção ideológica, ou melhor, do início da atividade comercial da imprensa, aproximando-nos cada vez mais de nosso *corpus*. Entendemos a imprensa como um espaço e uma técnica de produção de discursos (verbais ou verbo-visuais) registrados de forma impressa, não só na esfera jornalística, mas também científica, educacional, etc..

Seu desenvolvimento inicial era ligado ao exercício do poder político por parte de autoridades, como aponta Thompson (1990, p.232), detentoras dos meios de comunicação no início de seu desenvolvimento. Para o autor, ao longo do século XIX, no entanto, o caráter comercial da imprensa se intensificou, com a busca por aumento da circulação e da renda arrecadada com anúncios comerciais (THOMPSON, 1990, p.234). Daí vem outra importante característica da imprensa: sua relação de proximidade com a propaganda e sua relação de dependência financeira para com anunciantes e investidores.

Assim, defendendo sua credibilidade, de um lado é possível encontrar revistas que afirmam sua independência em relação a governos ou a grupos políticos específicos, por outro lado, há publicações que alegam sua independência financeira como prova de “isenção” e

confiabilidade – como mostram as análises do próximo capítulo. Com isso, vemos que, apesar de ser um campo que tem suas próprias especificidades, o jornalismo não é espaço de homogeneidade. Dentro dessa esfera há grupos que, não necessariamente, convivem em harmonia (pois são, também, concorrentes no interior de um mesmo campo).

O trabalho de Cavalcanti (2006) é um bom espaço de observação dessas heterogeneidades constitutivas do campo jornalístico. A autora identifica dois modos de fazer jornalismo, um que chama de “discurso romântico” e outro de “discurso tecnológico”. Apontamos as características dessas duas formas de exercer o jornalismo ao longo das análises, mas adiantamos que, no caso da primeira, trata-se de uma prática jornalística “combativa”, que diz lutar por “uma sociedade mais justa” (CAVALCANTI, 2006, p.92); já o segundo tipo de jornalismo é “voltado para o mercado”, é “moderno” e “objetivo”.

É importante ressaltar que nem na tese da autora, tampouco em nossas análises, esses dois discursos sobre o fazer jornalístico se opuseram antagonicamente. Ao contrário; trata-se de um diálogo constitutivo entre esses “dois jornalismo”, pois um se constrói a partir do outro (CAVALCANTI, 2006). Em nosso *corpus*, verificamos características tanto do jornalismo moderno, quanto do jornalismo romântico. Num mesmo veículo, em *Veja*, por exemplo, identificam-se traços do primeiro, quando a revista assume sua ambição de ser líder de mercado, e do segundo, quando ela propõe uma reforma, uma reformulação do país, conforme mostramos no capítulo quatro.

Para finalizar essa seção, consideramos que, tão importante quanto apontar os diferentes discursos jornalísticos no interior desse campo, é apontar as características que afetam todos os gêneros jornalísticos da imprensa, porque constitutivas dessa esfera. Resgatamos novamente o pensamento de Medviédev (2012), segundo o qual cada campo (a arte, a ciência, a moral, a religião e, entre eles, acrescentamos o jornalismo) tem suas especificidades, sua linguagem, forma, método, “suas leis específicas de refração ideológica da existência comum”.

Partindo desse pressuposto, é possível adiantar, graças ao próprio modo de constituição do jornalismo enquanto campo discursivo, algumas das principais características de seu funcionamento. Para nós, as especificidades desse campo afetam a construção do gênero discursivo e se deixam ver na materialidade verbo-visual do enunciado, como nos esforçamos para mostrar durante as análises.

Entre elas, apontamos como recorrentes no *corpus* (para que sejam observadas na sua concretude), a vontade de verdade e de polêmica, a necessidade de diálogo, de um furo

jornalístico e de um enunciador autorizado (que dê legitimidade ao que é dito), além da homogeneização de discursos e da tradução (que às vezes resulta numa simplificação) da realidade. Finalmente, entre as principais características dos gêneros jornalísticos da imprensa (ou, pelo menos, do gênero ao qual nos dedicamos neste trabalho) está sua construção verbo-visual. Falamos mais detalhadamente sobre cada um desses aspectos conforme eles se manifestam na superfície dos enunciados do *corpus*.

É importante identificar, de antemão, algumas características comuns aos enunciados da esfera apenas para evitar que se atribua a uma ou outra publicação um traço constitutivo de toda a esfera. Com isso, esperamos ter evitado a demonização ou o endeusamento de uma ou outra publicação em função de características que, na verdade, são constitutivas de todos os gêneros produzidos naquele campo de criação ideológica. Por ora, basta pontuar que tais características são historicamente atribuídas à esfera de atividade humana, conforme seu desenvolvimento – que acompanha o fluxo da história e o desenvolvimento da sociedade, seja o econômico, o tecnológico ou o social.

No caso do jornalismo, sua “vontade de verdade”, de “isenção”, o discurso sobre a transparência e sobre a produção do conhecimento, observáveis em nossas análises, são traços característicos do discurso científico atribuídos a esse campo. Afinal, desde sua constituição, a esfera jornalística busca a legitimidade e a credibilidade atribuídas socialmente à ciência. Assim,

ao tomar essas qualidades como suas, o jornalismo não apenas atribui a si traços do campo científico como também procura colocar-se em uma posição que dê a ele o *status* de intocável, como a ocupada pelas ciências exatas: um saber que seria **por natureza** isento e, portanto, confiável. (CAVALCANTI, 2006, p. 76)

Como já mencionamos, também é própria da constituição do jornalismo enquanto campo de criação da comunicação ideológica sua relação com a política. Conforme Thompson (1990, p. 233), o desenvolvimento da imprensa como atividade econômica e das publicações enquanto empresas capitalistas eram interligados ao “exercício do poder público pelas autoridades responsáveis pelos aparatos administrativos dos estados-nações emergentes”. Posteriormente, a “teoria liberal”, que vê na imprensa um instrumento de exercício da democracia, um “Quarto Poder da Nação”, atribuiu ao jornalismo o papel de fiscalizador do Estado (THOMPSON, 1990, p. 323), de defensor dos interesses públicos, resultando no mito da isenção - hoje descreditado inclusive pelas teorias modernas da

comunicação, mas ainda vivo no discurso da imprensa sobre si mesma, como mostram nossas análises.

Na nossa leitura, se por um lado a imprensa certamente prestou e presta serviços importantes à sociedade, no seu papel de informar, denunciar, ensinar, por outro lado, são, na maioria das vezes, empresas privadas, cujos interesses nem sempre são compatíveis aos interesses públicos. Por isso, parece-nos relevante considerar, além do papel ativo da imprensa na construção da democracia, seu pertencimento a um outro círculo de interesses, os econômicos. Nesse sentido, conforme aponta o trabalho de Cavalcanti, é interessante pensar na contradição que Chauí identifica numa carta em que fala sobre os interesses da mídia:

Marilena Chauí, em carta divulgada pela Internet a seus alunos em setembro de 2005, também aponta a relação entre os interesses da mídia e aqueles que não os da esfera pública: “na sociedade capitalista, os meios de comunicação são empresas privadas e, portanto, pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado; por conseguinte, não são propícios à esfera pública das opiniões, colocando para os cidadãos, em geral, e para os intelectuais, em particular, uma verdadeira aporia, pois operam como meio de acesso à esfera pública, mas esse meio é regido por imperativos privados. Em outras palavras, estamos diante de um campo público de direitos regido por campos de interesses privados. E estes sempre ganham a parada” (CAVALCANTI, 2006, p. 164).

Na questão específica da maconha, por exemplo, ao mesmo tempo em que as revistas tratam de assuntos de “interesse público” - como tratamentos à base da droga ou novas políticas de drogas como alternativas para o tratamento de questões sociais -, elas o fazem acompanhando a evolução dos interesses do mercado pela droga. Portanto, o que é vendável, o que desperta interesse no mercado (como a maconha vem fazendo) passa a ser de interesse, também, da imprensa – podendo figurar em espaços de destaque nesse campo, como o gênero capa.

3.3. O gênero capa de revista e a construção do *corpus*

Nesta última seção que antecede as análises, apresentamos algumas considerações sobre o gênero discursivo capa de revista e sobre a seleção das capas que compõem o *corpus*, além do material de cotejo que complementa as análises desses enunciados. Não listamos as características estáveis do que chamamos de “gênero discursivo capa de revista”, pois essas são apontadas durante as análises, mas algumas considerações prévias são necessárias.

Para Bakhtin (1997, p. 284), são as condições particulares da esfera que determinam as *relativas* estabilidades do gênero “do ponto de vista temático, composicional e estilístico”. Também se acumulam e se estabilizam nele, ao longo de seus séculos de existência, formas de pensar e de ver o mundo (BAKHTIN, 1997, p. 365). Nesse sentido, entendemos a capa de revista como gênero discursivo porque ela apresenta certas estabilidades formais, estilísticas e temáticas, e porque veicula formas específicas de valorar a realidade circundante, como todo gênero discursivo (MEDVIÉDEV, 2012, p. 198). Aprofundamos as reflexões sobre as formas de acabamento do gênero capa durante as análises, mas antecipamos que se trata de uma forma sucinta, dialógica e polêmica de refratar a realidade.

Inicialmente, também é preciso estabelecer que consideramos esse tipo de enunciado um gênero discursivo levando em conta que ele estabelece uma interação comunicativa e responsiva entre dois sujeitos: uma empresa jornalística e seu potencial leitor. Essa posição de leitor pode ser ocupada por diferentes sujeitos: desde os assinantes que recebem em casa o exemplar semanal, até aqueles que se distraem com a leitura pouco atenta dessas revistas em salas e saguões de espera, por exemplo. O leitor potencial do gênero capa passa, ainda, pelo sujeito que compra na banca um exemplar avulso sobre o tema de capa que lhe interessou e pelo transeunte cujo olhar repara, mais ou menos atentamente, de acordo com sua pressa, na capa exposta em bancas e lojas. Está aí incluso, também, o consumidor que aguarda em filas de supermercados e outros estabelecimentos comerciais, e que é tentado a comprar os últimos itens antes de sair da loja, entre os quais sempre há revistas diversas; os estudantes e outros frequentadores de bibliotecas em que as revistas têm circulação livre; e, é claro, o internauta que as vê reproduzidas nos sites das próprias publicações, mas também nas redes sociais, em blogs e em páginas de busca.

De um lado dessa interação comunicativa, está, portanto, a revista que tenta dizer ao público sobre quais temas discutir e com quais questões públicas se preocupar; de outro, esse leitor responde ao enunciado de capa de várias formas possíveis. Entendemos que são alguns dos produtos da interação estabelecida na capa: a efetivação da compra do exemplar (quando é o caso do produto estar exposto à venda); a leitura do gênero reportagem (que não depende necessariamente da compra, caso a revista circule em espaço público, como bibliotecas, por exemplo); e, principalmente, a mobilização do leitor para “a tomada de decisões” acerca do “grande tema” noticiado, conforme prevê a teoria do *agenda setting*, que comentamos no início do capítulo (ROSITI, 1982, citado por WOLF, 1985, p.146)

Assim, além de vender o produto revista, de comunicar resumida e atraentemente o conteúdo das principais reportagens daquele exemplar, o gênero capa tem entre suas funções

sociais, evidenciar temas supostamente “de interesse coletivo”, assuntos sobre os quais é urgente pensar (pelo menos, do ponto de vista de determinados grupos sociais), na busca de soluções para problemas públicos.

Nesse sentido, a capa de revista é entendida como um espaço discursivo produtor de relevâncias (MENDONÇA, 2006, p. 55), pelo menos para o leitor. Afinal, ainda que não efetue a compra ou não leia a reportagem, apenas a leitura da capa já é suficiente para que o ele identifique o problema apresentado pela publicação e, de uma forma geral, sua posição acerca de tal questão.

Não queremos, com isso, dizer que a leitura do gênero capa é suficiente para compreender o conteúdo da reportagem, mas que ela já estabelece um vínculo importante entre revista e leitor; aliás, geralmente é o primeiro vínculo, do qual dependem os outros (a compra ou a leitura aprofundada). Ao contrário da “completude” do gênero discursivo capa em si mesmo, o que encontramos, durante as análises, foi sua dependência em relação ao gênero reportagem. Foi este último que ajudou a preencher lacunas nos sentidos sugeridos nas capas, já que sua objetividade e concisão restringem aquilo que pode ou deve figurar na primeira página de uma revista. É a ela que cabe o papel de “iluminar o tema”, apenas rapidamente apresentado na capa, já que a reportagem é o “grande gênero jornalístico”, como mostra Cavalcanti (2006) ao discutir a supervalorização desse gênero no discurso do jornalista sobre sua própria prática.

Ao afirmar a relevância do gênero discursivo capa, não pretendemos defender sua autossuficiência, tampouco defender que o aparecimento recorrente de um tema nesse tipo de enunciado faz dele um assunto relevante. Afinal, “avaliar a importância de um assunto (e pressupor que essa importância seja captada), tendo por base apenas o número de vezes que é citado” parece-nos uma interpretação redutora da complexidade dos fenômenos discursivos, como aponta Wolf (1985, p. 149). Nesse contexto é que o gênero capa exerce papel fundamental, pois, na nossa interpretação não basta que um tema seja repetidamente abordado na mídia, mas que, entre outros fatores, que apareça em gêneros de ampla circulação, como é a capa de revista.

Além de seu papel social, o gênero discursivo capa também exerce papel importante no interior da esfera jornalística, uma vez que estabelece diálogo com as concorrentes, sempre que uma capa de revista noticia um assunto já abordado pelas demais. Entre os principais efeitos do diálogo estabelecido nas capas (e é isso que tentamos mostrar durante as análises) está a polêmica que, por sua vez, estabiliza e desestabiliza sentidos e valores, além de revelar

conflitos ideológicos insolucionáveis e de atualizar imagens de sujeito, como é típico da mídia em seu papel de construtora de identidades (GREGOLIN, 2007, p.13).

É importante ressaltar, no entanto, que a polêmica nesse gênero não se dá necessariamente na forma de uma controvérsia explicitada, pois como já mencionamos, nem tudo pode ser dito nesse espaço e muito fica reservado apenas ao gênero reportagem. Cabem, no gênero capa, apenas frases curtas e de impacto, além de imagens, cuidadosamente elaboradas para materializar dado projeto de dizer, o “querer-dizer do locutor, que determinado todo o enunciado”, inclusive a escolha por enunciar naquele gênero (BAKHTIN, 1997, p. 301).

É o próprio Bakhtin (1997, p.391) quem afirma que os gêneros jornalísticos, com sua força persuasiva, funcionariam como uma retórica contemporânea e, para nós, a capa também desempenha essa função retórica. Nesse ponto, parece-nos fundamental reforçar a importância do conceito de “verbo-visualidade” na análise do gênero discursivo capa de revista, pois se a capa, de alguma forma também “argumenta” sobre dado tema, só é possível perceber essa argumentação na complexa elaboração verbo-visual do enunciado. É na articulação dessas duas linguagens que percebemos o diálogo, a polêmica, os conflitos e os sentidos em jogo na negociação estabelecida entre os enunciados do *corpus*.

O *corpus*, aliás, foi construído ao longo da investigação, ao invés de ser delimitado definitivamente de antemão. Em um primeiro levantamento feito ainda no início da pesquisa encontramos vinte capas de revistas, semanais e mensais, publicadas nos últimos vinte anos. Certamente não poderíamos nos dedicar à análise de tão extenso material e, por isso, nos concentramos naquelas capas que circularam num período recente de cinco anos (entre 2012 e 2016)²⁸.

Ainda assim, teríamos em mãos um *corpus* muito extenso, de dez enunciados. Estabelecemos, então, como critério de seleção do *corpus*, além do recorte temporal, que só analisaríamos as capas de revistas semanais. Afinal, entendemos que elas seriam boas representantes do que entendemos por “grande mídia”, devido a seu público diversificado (dentro de um dado estrato socioeconômico, escolarizado e com razoável poder de consumo, tendo em vista a relação da revista com a propaganda), sua periodicidade e ampla circulação.

Apesar de também serem produtos de grandes “conglomerados de mídia”, as revistas mensais - como *Superinteressante*, da Editora Abril, e *Galileu*, da Editora Globo -, circulam

²⁸ Não contemplamos o ano de 2017 no recorte temporal porque já estaríamos numa fase adiantada da pesquisa e não poderíamos correr o risco de ter que mudar radicalmente o trabalho, estando já próximo seu prazo de entrega, no caso da publicação de novas capas que noticiassem uma grande reviravolta na questão da maconha.

com menos frequência e podem se dirigir a públicos mais específicos. Afinal, elas integram o que se poderia entender como “esfera” de divulgação científica²⁹ e, às vezes, aproximam-se mais de outros gêneros, como o almanaque e o livro, do que da revista – o que acontece no caso de edições especiais, como aquela intitulada “A revolução da maconha³⁰”, cotejada na última seção do último capítulo.

Além disso, essas publicações podem fazer uso de estratégias específicas (é claro, também moldadas pelos valores da esfera jornalística), que não estaríamos aptas a discutir de maneira aprofundada como mereceriam. Com isso, ao deixar de fora do *corpus* as revistas mensais de divulgação científica, tentamos evitar o risco de ignorar aspectos relevantes do *corpus* por desconhecermos suas especificidades ou de desviarmo-nos de nossos objetivos, se optássemos por investiga-los adequadamente.

No entanto, contemplamos essas capas na última seção do trabalho, antes das conclusões, quando cotejamos as capas excluídas do *corpus*, na intenção de mostrar amplitude e dinamicidade da polêmica da maconha na imprensa que, a propósito, está em constante evolução. É o que mostramos ao cotejar, também, a capa de *Isto É* publicada em 2017. Apesar de exceder os limites temporais do *corpus*, acreditamos que esse enunciado é um bom desfecho (que, no entanto, nada fecha ou encerra) para as discussões levantadas em nossa investigação e reforça o caráter ininterrupto das transformações sociais e de seus impactos na língua e nas formas de comunicação social.

Com as capas analisadas ou cotejadas neste trabalho, é possível perceber o desenvolvimento de uma questão que se arrasta há décadas nas capas de revistas brasileiras como um “problema urgente”. Não só isso. O que esses enunciados registram (na verdade, refletem/ refratam) é o próprio fluxo das transformações sociais e da história da maconha na sociedade brasileira - uma história de polêmicas, mitos e verdades repetidamente evocados na imprensa.

Apresentamos, a seguir, uma montagem com as seis capas selecionadas para integrar o *corpus*, que são reproduzidas em tamanho maior no momento da análise de cada uma delas. Em seguida, são apresentados, também, quadros com os textos verbais dessas capas e das demais, que ficaram de fora do *corpus* graças aos critérios descritos.

²⁹ Como os gêneros de divulgação científica podem ser vários (artigo, reportagem, aula) e podem circular em diferentes campos (da ciência, do jornalismo e educacional), como aponta Grillo (2006, p.152), chamaremos essa prática de vulgarização dos discursos da ciência de “esfera de divulgação científica”.

³⁰ O próprio valor do exemplar, quase três vezes mais caro que os demais, já poderia ser considerado um fator restritivo do público, que imaginamos, deve ser interessado por assuntos específicos daquela edição.

Conforme as imagens da Figura 1, organizadas segundo ordem de publicação, fazem parte do *corpus* as capas³¹ das revistas semanais *Veja*, nº 2293 (de outubro de 2012) e nº 2347 (de novembro de 2013); *Carta Capital*, nº748 e nº779, de maio e dezembro de 2013, respectivamente; a capa da revista *Isto É* nº2322, de maio de 2014, e capa do nº897 da revista *Época*, de agosto de 2015.

Figura 1 – *Corpus* (capas de 2012 a 2016)



Fonte: Elaborado pela autora

³¹ No momento das análises, as capas serão apresentadas em tamanho adequado, para melhor observação dos aspectos verbo-visuais de cada enunciado. Também as fontes serão detalhadas no momento da análise de cada capa, além de aparecerem referenciadas no fim deste trabalho.

Observemos, a seguir, um quadro que possibilita observar com mais clareza o texto verbal de cada capa:

Quadro 1 –: Enunciados verbais das capas do *corpus* (de 2012 a 2015)

Ref.	Revista	Texto de capa	Ano	Editora
1	<i>Veja</i>	Maconha. As novas descobertas da medicina cortam o barato de quem acha que ela não faz mal.	2012	Abril
2	<i>Carta Capital</i>	Legalizem as drogas! Seria o fim do tráfico e da violência e corrupção a ele associados.	2013	Confiança
3	<i>Veja</i>	Maconha USA. Repórteres de <i>Veja</i> foram aos estados e Uruguai saber o que muda na vida das pessoas quando a produção, a venda e o uso da droga são legalizados – e viram um negócio altamente lucrativo.	2013	Abril
4	<i>Carta Capital</i>	Maconha na farmácia. Como José Mujica, presidente do Uruguai, e sua política de drogas podem influenciar a América do sul.	2013	Confiança
5	<i>Isto É</i>	Brasil vai liberar o remédio de maconha. ANVISA autoriza na próxima semana a importação de medicamentos feitos a partir da droga. Conheça os benefícios já comprovados para os doentes que se tratam com derivados da cannabis e saiba como essa decisão vai influenciar o debate sobre a descriminalização da maconha.	2014	Três
6	<i>Época</i>	Reprimir não funciona. O supremo tribunal federal começa nesta semana o julgamento que promete pôr um fim a uma prática atrasada: criminalizar o uso de drogas.	2015	Globo

Fonte: Elaborado pela autora

Na figura e no quadro, é possível ver com clareza a recorrência do signo maconha, seja em sua forma verbal ou visual. Esse foi outro critério de seleção das revistas, já que outras publicações podem ter abordado o tema, nesse período e gênero, mas não entraram para o *corpus*, por não explicitarem o tema da maconha na materialidade verbo-visual de suas capas.

Também cotejamos, sem analisar detidamente, as capas das revistas mensais *Galileu*, (nº 258, de janeiro de 2013), e *Superinteressante* (a edição especial de fevereiro de 2014, *A revolução da maconha*, e o nº338, de outubro de 2014). Além das publicações mensais de divulgação científica, também cotejamos o *corpus* com a capa da revista *Isto É*, nº2458,

publicada em janeiro de 2017. Reproduzimos, a seguir, na Figura 2 e no Quadro 1, respectivamente, uma montagem com essas capas cotejadas e com o texto verbal de cada uma delas:

Figura 2- Capas cotejadas (de 2013 a 2017)



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 – Material de cotejo: manchetes das capas de revistas fora do *corpus*

7	<i>Galileu</i>	Maconha. Sim, faz mal., mas proibir não é pior? O grande laboratório da legalização começa no Uruguai e nos EUA em 2013.	2013	Globo
8	<i>Superinteressante</i>	Maconha Medicinal. Com uma guerra judicial envolvendo crianças, mães e o governo, a discussão sobre as propriedades médicas da maconha pega fogo no país.	2014	Abril
9	<i>Superinteressante</i>	A revolução da Maconha. O mundo começou a ver a planta de outro jeito. Entenda por quê.	2014	Abril
10	<i>Isto É</i>	A hora de descriminalizar as drogas. A atual legislação aumenta o tráfico e fortalece a facções criminosas responsáveis pelas barbáries nos presídios. Não é o momento de mudar isso?	2017	Três

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, apresentamos mais um quadro com o texto verbal da capa de cada uma das outras revistas encontradas no levantamento inicial, mas não contempladas pelo *corpus*, apesar de retomadas na análise quando for necessário. Nesses casos, retomamos esses enunciados reproduzindo-os novamente no corpo do texto, antecedidos pelo número que lhes foi atribuído como referência nesses quadros.

Quadro 3- Outras manchetes fora do recorte temporal do *corpus*

Ref.	Revista	Texto de capa	Ano	Editora
11	<i>Galileu</i>	A ciência da legalização da maconha. Alguns dos mais importantes cientistas do Brasil estão saindo de seus laboratórios para defender que a droga seja legalizada. Entenda o que está por trás dessa discussão.	2010	Globo
12	<i>Época</i>	Maconha. Por que é preciso debater a legalização do uso da droga?	2009	Globo
13	<i>Galileu</i>	Maconha. É hora de liberar? Violência do tráfico reacende debate: o Brasil está pronto para a	2007	Globo

		descriminalização?		
14	<i>Superinteressante</i>	Drogas: está na hora de legalizar? Proibir deu certo na Suécia. Liberar funcionou na Holanda. Qual é a melhor solução para o Brasil?	2007	Abril
15	<i>Superinteressante</i>	Maconha. Por que é proibida? O que aconteceria se fosse liberada? Como a ciência aumentou seus efeitos? Faz mal à saúde?	2002	Abril
16	<i>Galileu</i>	A medicina avalia os prós e contras da maconha. Substância proibida é prescrita para doentes no Canadá. Cientistas estudam efeitos em pacientes de câncer e AIDS. Enquanto isso, a droga continua a atrair jovens saudáveis.	2001	Globo
17	<i>Época</i>	Eu fumo maconha. Um número cada vez maior de brasileiros ignora a lei e usa a droga.	2001	Três
18	<i>Veja</i>	Maconha quase liberada. A questão não é mais se um jovem vai experimentar a erva. A pergunta é: quando ele fará isso?	2000	Abril
19	<i>Superinteressante</i>	Maconha. Uma droga perigosa, sim.	1998	Abril
20	<i>Superinteressante</i>	Maconha. Um remédio proibido?	1995	Abril

Fonte: Elaborado pela autora.

Também cotejamos, sempre que se mostrou útil ou necessário, um grupo de enunciados que consideramos representativo do “outro lado da polêmica”, aquele das vozes não institucionalizadas, dos discursos que seguem à margem daquilo que é dito em espaços de prestígio das superestruturas, como é o caso da capa de revista. Incluímos, nesse complexo processo de cotejamento, alguns enunciados que consideramos representativos da voz do usuário, ou pelo menos de um grupo de usuários: aqueles que registram seus valores e práticas discursivamente por meio do que chamamos de “gênero discursivo pichação”.

Essa expansão do cotejamento intenciona apontar lugares de onde emanam outras vozes sociais, igualmente relevantes na produção de sentidos no discurso polêmico sobre a maconha. Para nós, esses dizeres colocam em jogo uma voz de oposição aos discursos “oficiais” sobre a maconha e, por isso, constituem essa polêmica. São vozes como essas (antes marginais e, no caso da pichação, marginalizadas) que, apropriadas, ressignificadas e

adaptadas aos valores da esfera, passam a circular, com novo acabamento e com novo valor, na polêmica da maconha na mídia.

Reproduzimos aqui os enunciados verbais das pichações, conforme mostram as fotos organizadas na figura a seguir:

- (A) Eeeita Porra que cheiro de MACONHA
- (B) MACONHA SALVA!
- (C) XADREZ
- (D) Nem do preto nem do branco é do VERDE

Figura 3- Pichações sobre a maconha: uma voz do cotidiano



Fonte: Elaborado pela Autora

A sequência verbal dos enunciados (B), (C) e (D) acompanha também o signo visual que materializa a folha da maconha de maneira minimalista, feita com apenas quatro linhas que se interseccionam formando a imagem da planta. As pichações se mostraram uma alternativa à “monologização da polêmica”, que pode ocorrer quando damos espaço apenas ao discurso prestigiado da mídia.

Vimos na pichação uma forma de materialização de algumas das várias vozes dispersas da ideologia do cotidiano. Enxergamos, nesse tipo de enunciado, uma produção ideológica não institucionalizada que pode ajudar a ouvir vozes “silenciadas” no *corpus*, como a do usuário, que só de forma velada aparece nas capas analisadas.

As pichações fotografadas foram feitas nos muros de um cemitério (e em seus arredores) na região central da cidade de Araraquara, São Paulo. Acreditamos que esse espaço silencioso é bastante representativo do discurso que circula às margens do midiático: em oposição ao destaque e à influência dos gêneros jornalísticos na opinião pública, o gênero pichação goza de desprestígio, sendo, muitas vezes, considerado sujeira, poluição e, segundo a legislação brasileira, crime. A prática criminalizada da pichação é, portanto, um bom espaço para observar as vozes que polemizam com aquelas da mídia sobre outra prática criminalizada, o uso da maconha.

Embora fora do escopo de nosso trabalho e dos recortes de nosso *corpus* – centrados na imprensa -, o cotejamento com esse tipo de enunciado é uma tentativa de ampliar o diálogo. Num estudo da polêmica, não poderíamos, numa perspectiva realmente dialógica, privilegiar as vozes hegemônicas em detrimento daquelas que circulam informalmente na margem do discurso oficial. A ideia ao cotejar esses enunciados é mostrar como a polêmica da maconha excede os limites da esfera jornalística.

Para finalizar esse capítulo e dar início às análises, falta uma breve explicação sobre a forma como organizamos esses enunciados: no capítulo quatro, a seguir, analisamos as capas de *Veja* e de *Carta Capital*, publicadas entre 2012 e 2013. No capítulo cinco, analisamos as demais revistas, *Isto É* e *Época*, publicadas entre 2014 e 2015, além de apresentarmos os desdobramentos da polêmica nas demais capas, não contempladas por nossas análises.

4. PRIMEIROS INDÍCIOS: UMA POLÊMICA INTERNACIONAL

Este capítulo é dedicado à análise dialógica de quatro dos seis enunciados do *corpus*: aqueles que circularam entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013. Apesar da separação desses enunciados dos demais, motivada pelos critérios temporal e temático, insistimos que só é possível identificar seus temas singulares se as várias relações dialógicas que os constituem também forem consideradas. Assim, observamos cada enunciado em sua integralidade, como um todo de sentido, e como participante de um diálogo mais amplo.

No enunciado analisado a seguir (e nos dois próximos) escolhemos olhar, inicialmente, para os elementos relativamente estáveis do gênero, na primeira subseção, tentando apontar as marcas de sujeito (quem enuncia? A quem se dirige?) e de um contexto (o momento sócio-histórico real que motivou a capa). Passamos gradativamente para os elementos “instáveis”, os que variam em cada capa conforme o projeto de dizer da enunciação, com seu tema particular. Assim, observamos as especificidades verbo-visuais dos enunciados, na segunda subseção de cada análise, buscando marcas de diálogo com outras vozes e esferas (o que e como é dito? No diálogo com quais outros discursos?). Finalmente, terminamos cada uma das três primeiras análises identificando marcas de polêmica e de conflitos ideológicos, na tentativa de, perceber o que significam, quais sentidos são produzidos naqueles enunciados, quais embates e transformações sociais eles refletem e refratam.

Acrescentamos, ainda, que não há como separar esses elementos durante a análise do enunciado, e daí advém a dificuldade de traçar um limite entre uma e outra seção. Todavia, tentamos essa separação na tentativa de organizar melhor os resultados das análises e de perceber algumas estabilidades. Por fim, lembramos que, na análise da segunda capa de cada marca não repetimos as mesmas considerações feitas na primeira - sobre a empresa, a visão de jornalismo e sobre o leitor potencial, tampouco sobre as marcas do gênero naquela publicação, evitando a repetição.

Em outras palavras, este capítulo visa a identificar as primeiras manifestações e vozes da polêmica no período demarcado pelo *corpus*. Observamos os padrões e instabilidades do gênero discursivo, a articulação das linguagens verbal e visual, reveladora de marcas da presença de outros discursos, bem como os conflitos que atravessam o enunciado-capa.

4.1. “Faz mal, sim!” A voz da medicina no discurso de *Veja*

A capa reproduzida a seguir é a primeira das duas revistas *Veja* analisadas neste capítulo:

Figura 4 – *Corpus*: capa da revista *Veja*, outubro de 2012



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*³²

Publicada em 31 de outubro de 2012, esta edição é a primeira que integrou o *corpus*, e, por isso, pode ser interpretada como um movimento de retomada da antiga polêmica sobre a maconha, até então adormecida na imprensa semanal (como mostram os enunciados dos

³² Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/2293>

quadros apresentados no decorrer do trabalho). Essa capa de *Veja* responde ao contexto histórico real e, ao mesmo tempo “convoca” outras respostas (de outros veículos da imprensa e da mídia brasileiras). Mais do que o resgate da velha polêmica sobre a maconha - isto é, da reafirmação de dizeres que já estão estabilizados na sociedade brasileira, de um reflexo do já-dito-, o debate reinaugurado por *Veja* também representa uma renovação (uma refração) do discurso polêmico de outrora, em função das transformações sociais mais recentes.

Nesse entrecruzamento de discursos de ontem e de hoje, estão em jogo, também, os discursos de amanhã. Isto é, nessa polêmica negociam-se, além dos sentidos do signo *maconha* (legal, ilegal, faz mal, não faz mal), avaliações sociais possíveis de determinadas práticas do cotidiano e imagens toleráveis de sujeitos, que se constroem e se tornam reais no/pelo discurso da mídia - em diálogo com vários outros.

4.1.1. O contexto extraverbal nas marcas do gênero discursivo

Para Medviédev (2012, p. 195), todo gênero discursivo “orienta-se na realidade de forma dupla”. De um lado, um enunciado concreto de dado gênero está orientado para seus receptores e para as condições de realização e percepção da enunciação. Por outro lado, ele se volta para a vida real, por meio de seu conteúdo temático. Isto é, o gênero não só instaura uma relação entre interlocutores (revista-leitor, por exemplo), em condições reais e específicas de interação, mas também pressupõe um vínculo, de dentro para fora, com a realidade concreta, pois o tema de cada enunciado está voltado para a vida real, advém dela, de seus “acontecimentos e problemas”, defende o autor. São esses aspectos “extraverbais do enunciado” (que, na verdade, não lhes são externos, mas constitutivos), que tentamos contemplar nesta análise (a relação entre interlocutores e o vínculo do enunciado com o contexto real que o motivou).

Estilisticamente organizado de forma a construir uma identidade visual para a revista, o signo “VEJA”, em seu arranjo específico (e relativamente estável) de letras e formas, faz com que a marca seja prontamente reconhecida pelo leitor. Criada em 1968, ela cria uma imagem de si, que se sedimenta no signo, ao longo do tempo. Assim, o logotipo é a materialização verbal da “identidade” da marca, associada a uma determinada valoração sobre ela, que é compartilhada socialmente.

Posto de outra maneira, é o logo que permite o reconhecimento da marca pelo leitor, levando-o a associá-la a um conjunto de “representações”, ou melhor, de sentidos que formam uma “imagem” daquela instituição, construída não só a partir dos discursos que a empresa emite sobre si, conforme aponta Maingueneau (2004, p.212), mas também a partir daquilo que enuncia (e valora) sobre qualquer assunto. Desde o logo estampado na capa, portanto, o leitor é informado não apenas do nome de uma entidade singular, mas de uma forma de perceber e valorar a realidade, que é incorporada e vendida junto com o produto. Para Maingueneau, os nomes de marca são nomes próprios privilegiados no universo da comunicação midiática:

com essas marcas nosso mundo se povoa de entidades que não são nem seres humanos, nem animais, nem objetos (‘Coca-Cola’, ‘Renault’, ‘Chanel’...) e possuem ainda a particularidade de ser apresentados como os responsáveis pelos enunciados publicitários. (MAINGUENEAU, 2004, p. 207)

Na nossa releitura das palavras do autor, a partir de uma perspectiva bakhtiniana, o logo na capa de uma revista é signo ideológico que significa enquanto produto comercializável da indústria cultural e, ao mesmo tempo, tem um sentido maior, pois materializa concepções de mundo, valorações sobre a realidade, postas em ampla circulação graças a seu caráter publicitário. O nome *Veja* é, portanto, uma das marcas do grupo empresarial Abril que vende a informação como produto, mas que também implica uma dada posição valorativa sobre os fatos noticiados - como todos os outros produtos dessa esfera.

Essa posição axiológica embutida no produto é sugerida desde o signo verbal que dá nome à revista. O verbo “ver”, no modo imperativo, chama o leitor a perceber os fatos ali noticiados por meio de sua capacidade visual e parece priorizar a leitura desse tipo de texto, os não-verbais - já que não é *Leia*, mas *Veja* o nome da revista. É interessante observar que, em suas primeiras edições, o nome estampado na capa era *Veja e Leia*, apesar de o segundo termo ser grafado em fonte bem menor que o primeiro³³. Esses detalhes no logo reforçam a percepção de que o ato de “ver” - de olhar fotos, infográficos, números, ilustrações, quadros e tabelas - se sobrepõe ao ato de “ler” textos verbais, nessa interação leitor-revista, principalmente na interação intermediada pelo gênero capa.

O destaque dado à linguagem visual nas revistas brasileiras está relacionado, como comentamos no capítulo três, ao próprio desenvolvimento da imprensa no mundo (entre os séculos XIX e XX). Também no Brasil, os avanços técnicos possibilitaram a introdução de

³³ Como se vê na capa do nº1 da revista, publicado em setembro de 1968. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34555?page=1§ion=1>

mais imagens no texto jornalístico e fizeram do texto visual uma marca das revistas. As semanais brasileiras, seguindo as tendências da imprensa estadunidense, também se valeram dessa fórmula bem sucedida de apelo aos recursos gráficos para informar e entreter o leitor, além de expô-lo a novas possibilidades de compra, dada a grande quantidade de propagandas que esse novo modelo de imprensa propunha.

Nesse contexto, o nome “Veja” produz sentidos próximos aos de “assista”, “contemple”, e dá indícios de um leitor (não o real, mas o pressuposto pela revista como cliente em potencial) que parece privilegiar mais a leitura dinâmica do texto visual, do que a leitura detalhada ou a compreensão aprofundada de um tema por meio do texto verbal. Afinal, o primeiro, pode rapidamente comunicar uma ideia simples e é mais acessível a diferentes leitores, inclusive os não-letrados ou mais apressados. De antemão, temos um indício de que o leitor presumido poderia ser menos participativo nessa relação, uma vez que consumiria um fato já interpretado, refratado principalmente em imagens.

Para corroborar essa afirmação sobre o leitor, partimos de outro elemento estável no gênero capa, que acompanha o logo em todos os exemplares analisados, marcando, também, a expansão e a adaptação dos gêneros jornalísticos à esfera digital: o endereço online da publicação. No site da revista, assim como no site da Editora Abril, encontramos mais indícios tanto da imagem do leitor, quanto da imagem que *Veja* cria de si mesma, nos discurso sobre si e sobre seu outro.

Junto à letra final do nome da publicação, há a indicação de seu endereço eletrônico, www.veja.com.br; sugerindo que seu conteúdo estivesse disponível online; o que, aparentemente, democratizaria o acesso à informação ali divulgada. No entanto, o conteúdo de cada edição, na íntegra, é acessado por outro site, que não está na capa (<http://acervo.veja.abril.com.br/>), cujo acesso é gradualmente restrito. No momento da transcrição dessas linhas, era necessário efetuar o *login* através de uma conta do *Facebook*, ou de um endereço de e-mail do *Google*. Além disso, a primeira tentativa de acesso ao site é precedida pelo anúncio transcrito abaixo, que alerta para a iminência de maiores restrições:

Acessar os últimos 47 anos da **história do Brasil** e os **fatos mais relevantes do mundo** nesse período ficou ainda mais interessante. O acervo digital de VEJA está mais moderno e fácil de acessar pelo desktop ou celular. **Cadastre-se** e tenha **acesso gratuito** a mais de 2400 edições. Mas é **por tempo limitado**. Aproveite! (VEJA, 2016)

O enunciado avisa que o acesso gratuito ao acervo digital da revista continua aberto ao público, mediante cadastro, “por tempo limitado”. Isso pode significar que dentro de um

período determinado pela empresa, as formas de acesso a esse conteúdo poderão ser mudadas e ele pode não ser mais gratuito; o que acontece em alguns portais jornalísticos online, que exigem cadastro no site e, mesmo assim, limitam o acesso desses leitores cadastrados a algumas leituras mensais, além de restringirem o acesso ao restante do conteúdo a apenas assinantes. Essas assinaturas digitais seriam uma maneira de adaptação ao mercado e de arrecadar parte do que a imprensa perdeu com a competição das mídias online. A imprensa estaria, portanto, integrando-se às mídias digitais, apropriando-se de seu modo de funcionamento, ao invés de tentar inutilmente enfrentá-las no mercado da informação. Isso nos lembra da determinação socioeconômica da esfera - e da relevância do gênero capa nesse cenário.

Além de estabelecer o contato inicial do qual pode resultar uma relação comercial entre a empresa (que vende o conhecimento dos “fatos mais relevantes do mundo”) e o cliente potencial (que deve pagar pelo acesso à notícia anunciada na capa), é possível dizer que uma particularidade deste gênero discursivo é sua acessibilidade. Diferente das reportagens, esse tipo de enunciado está acessível inclusive ao leitor que não compra o produto ou àquele que sequer o tem em suas mãos, dada sua grande visibilidade - sua exposição em bancas de jornal, em estabelecimentos comerciais, bibliotecas, além da TV, de sites e redes sociais, por exemplo. Ademais, muitas publicações dispõem de um acervo digital e, mesmo que o acesso às notícias e reportagens esteja apenas parcialmente disponível, ou seja, restrito a assinantes, a capa é, geralmente, de fácil acesso por meio dos mecanismos de busca da internet, não bastasse sua exposição em espaços coletivos.

Outro aspecto estável do gênero que reforça seu caráter comercial é o logotipo da editora, no caso, no canto superior oposto ao nome da marca. O desenho de uma árvore, símbolo do Grupo Abril, empresa de comunicação que atua em vários segmentos, representa uma instituição responsável por grande parte da produção cultural do país, podendo ser interpretado como uma “árvore do conhecimento”. A árvore de tronco grosso, bastante folheada e na cor verde, portanto viva e sólida, simbolizaria, nesse contexto, o florescimento da produção cultural de Abril, além do crescimento e solidez do próprio grupo empresarial.

O logo da empresa, além de marcar a posição importante que ela ocupa no campo jornalístico, na ausência de marcas de autoria de um sujeito jornalista, pode funcionar como uma assinatura, como se a instituição, de certa forma, se responsabilizasse pelo que é enunciado nesse espaço. Assim, não são as posições individuais de um sujeito jornalista que aparecem ali expressas, já que para o Círculo o homem isolado não produz ideologia (MEDVIÉDEV, 2012, p. 49), mas pontos de vistas de grupos e classes. Essas posições são

legitimadas num espaço de privilégio, num meio de comunicação que está sob a responsabilidade de um dos maiores conglomerados de mídia do país, e que atua como uma ideologia dominante. O texto no site da editora sobre a marca *Veja* sustenta essa interpretação da revista, que tem como missão

“Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos” Roberto Civita. (VEJA, 2016)

Antes que qualquer comentário sobre o texto transcrito seja feito, é importante observar que, como todo enunciado na perspectiva bakhtiniana, ele tem autor e destinatário. As palavras que definem a “missão” da revista são de um de seus fundadores³⁴, Roberto Civita, cidadão ítalo-brasileiro, herdeiro do Grupo Abril, falecido em 2013. A figura do jornalista, ao lado da de Mino Carta, é importante na construção do discurso de/sobre as publicações sob seus respectivos comandos, porque constituem uma polêmica à parte no interior da esfera - é por isso que o agrupamento das revistas *Veja* e *Carta Capital* no mesmo capítulo faz sentido, neste trabalho.

A família Civita seria uma boa representante do que temos chamado de “jornalismo moderno”, no Brasil. Sua prática jornalística é declaradamente (diferente das demais) orientada pelos princípios da economia de mercado (baseada no lucro e na competição acirrada, por exemplo), como vemos na declaração de Roberto Civita. O próprio Grupo Abril caracteriza essa nova fase do jornalismo, já que é fruto da formação de grandes monopólios na imprensa.

Nas primeiras linhas do enunciado transcrito acima, é interessante notar as escolhas lexicais, os advérbios e adjetivos (destacados em negrito) que caracterizam a revista em relação a suas concorrentes de esfera, atribuindo-lhe uma imagem grandiosa: “a maior”, “mais respeitada”, “a principal publicação brasileira, em todos os sentidos”. No trecho, é recorrente a ideia de que *Veja* registraria em seu acervo uma narrativa nacional, “os últimos 47 anos da história do Brasil”. Aquilo que a revista noticia é, portanto, decretado como se fosse de interesse coletivo da sociedade brasileira, como se ela desempenhasse papel semelhante aos livros de História.

³⁴ O outro é Mino Carta, sobre quem falamos na análise da primeira capa de *Carta Capital*.

Ao declarar sua pretensão de se tornar “a principal publicação” do país, *Veja* assume sua postura homogeneizante, materializada, inclusive, na forma linguística do enunciado: ser a maior, a principal “em todos os sentidos”. Para Auhtier-Revuz (2004, p.183), uma sequência verbal como esta é uma marca explícita de heterogeneidade, mais especificamente, uma não coincidência da palavra (“principal”) consigo mesma. Primeiro se aceita a polissemia do termo, admitindo que há vários sentidos possíveis para a sequência “ser a principal” (em números, em relevância, etc.), mas apenas para reafirmar o fato de que *Veja* é a principal em todos esses aspectos, descartando a possibilidade de que alguma outra revista ocupasse essa posição de destaque.

Com base nisso, pode-se dizer que a revista *Veja* age na imprensa jornalística, como uma “força centrípeta”³⁵, num processo de centralização (BAKHTIN, 2002), pois requer para si o status de a principal referência no jornalismo na reconstrução de uma narrativa nacional. Ela apresentaria, portanto, os temas relevantes em discussão no país, e seria a grande responsável por colocá-los em circulação, dado seu amplo alcance e status (de “a mais respeitada revista do Brasil”). Dessa forma, as páginas de *Veja* conteriam, segundo o discurso da revista sobre si mesma, um registro da história brasileira nos últimos cinquenta anos, sendo as capas, portanto, um resumo dessa história – que apresenta em destaque os temas que foram eleitos pela publicação como os mais relevantes de cada dada época, a cada semana.

É interessante observar, ainda sobre o fragmento cotejado, como o conflito fundante da identidade do jornalista aparece aqui: o jornalismo, nobre, que tem uma missão social, a de “consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil”, de um lado; de outro, o discurso do jornalismo moderno, voltado para a produção massiva, para as vendas, o lucro e a competição ou, como conforme os destaques no trecho transcrito, o jornalismo focado nos números de circulação, faturamento publicitário e assinantes.

No referido enunciado, vale notar, ainda, que a sentença se organiza, sintaticamente, de forma a privilegiar esses aspectos comerciais e financeiros, que aparecem primeiro na lista de pretensões de *Veja*, só então seguidos da “qualidade” e da “competência jornalística” e, finalmente, da missão nobre da qual é encarregada. A própria palavra “missão” também ajuda a criar essa ideia de uma tarefa nobre, pois leva à interpretação de que a revista tivesse sido incumbida, por algum poder maior, de levar o saber ao leitor, “melhorando” seu

³⁵ Isso não quer dizer que não se pode identificar, também, a ação das forças centrífugas na construção do discurso de *Veja*, às quais ela se opõe. Afinal, para o Círculo, essas duas forças agem dialeticamente na enunciação (BAKHTIN, 2002, p.82), e, segundo nossa leitura, também na esfera.

conhecimento de mundo. Isso nos leva a pensar nas imagens de leitor que o discurso de *Veja* constrói. A quem chega esse conhecimento? Quem tem acesso à história contada por ela?

Como uma revista semanal de ampla circulação, produto de uma empresa abertamente guiada pelos valores de mercado, como se nota no trecho cotejado, deve estar entre os interesses da publicação a venda da informação ao maior número possível de leitores. Para isso, vale apostar não só num produto nacional de grande tiragem, mas também em outros produtos derivados dessa marca, como as regionais *Veja São Paulo* e a *Veja RJ*, voltadas para os nichos específicos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Trata-se, portanto, de um público heterogêneo, mas com algumas especificidades. Explorar o público do eixo Rio-São Paulo, por exemplo, já indica o interesse específico da marca nessas regiões e em seus habitantes, o que certamente influencia não só na escolha dos fatos noticiados, mas também na forma como eles são organizados enunciativamente. Acreditamos que, com isso, são privilegiados temas que podem interessar à população que habita essas regiões (pelo menos de acordo com a imagem projetada pela revista desses habitantes), em detrimento das outras regiões do país.

É possível afirmar, também, que não se trata de um público heterogêneo no aspecto socioeconômico, uma vez que ele é formado majoritariamente por assinantes. Segundo dados divulgados no site da Abril, as assinaturas constituem 90% da circulação da revista. Dos 8.615.000 leitores estimados, cerca de 50% se concentra na região sudeste; a mesma proporção de leitores faz parte da chamada classe B. Mesmo tendo tantos leitores/consumidores potenciais, o leitor “real” de *Veja* não nos parece tão diversificado, como mostram os dados divulgados pela própria revista ³⁶, aferidos pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação), em 2016.

Isso significa que ela fala principalmente para esse público da região sudeste, mais especificamente de Rio de Janeiro e São Paulo, com alto poder de consumo e estimulado ao consumo pelas numerosas propagandas, entre uma e outra reportagem, geralmente sobre temas como economia e política – os mais comuns nas capas das revistas de “atualidades”. Um olhar geral para a edição cuja capa aparece na figura 4 pode nos servir de argumento: são 50% das páginas dedicadas à propaganda, principalmente de bancos e carros. Tendo isso em vista, o público de *Veja* consome mais propaganda do que notícia, propriamente dita - lembrando que, dos 50% restantes, grande parte são imagens, principalmente fotos de

³⁶ Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>

políticos, artistas e personalidades entrevistadas (o que reforça a relevância de análises que privilegiam a construção verbo-visual dos gêneros jornalísticos).

A força do mercado na esfera fica muito evidente quando levamos em conta esses aspectos – que não deixam de afetar, também, a construção dos enunciados. Afinal, desde a escolha dos assuntos noticiados é o interlocutor quem determina a construção da enunciação. Isso quer dizer que os temas tratados na revista (senão na esfera) são de interesse de uma classe média consumidora, buscando o “poder pelo conhecimento”.

O cotejo com o índice da revista – já que não há manchetes no enunciado de capa – proporciona algumas pistas sobre os assuntos de interesse: dos mais gerais, como os negócios, automóveis, saúde, tecnologia, aviação e artes, aos específicos daquele momento, como o mensalão, as eleições e a comprovação de que a maconha faz mal, segundo as pesquisas.

Se, na concepção do Círculo, todo discurso e todo enunciado é “dirigido à outra pessoa, à sua *compreensão* e a sua efetiva *resposta* potencial” (VOLOCHÍNOV, 2013, p.168), isso significa que ao tratar desses temas, a publicação espera do leitor uma resposta. Falando especificamente do gênero capa, essa resposta do leitor na forma de ato implica mais do que a compra do produto material revista, pois o leva a uma tomada de posição quanto aos temas abordados, que é um posicionamento de natureza política e ideológica.

Para garantir a efetividade desse enunciado, ou seja, para garantir que ele cumpra a função discursiva que tem, e a fidelidade desse leitor assinante, a revista não deve despertar nele algum tipo de discordância ou incômodo, que pode fazê-lo rechaçar seu discurso e evitar a compra. A construção desse enunciado é determinada, então, pela existência de uma “relação sócio-hierárquica, entre ambos os interlocutores” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 168), na qual é preciso manter o leitor satisfeito, dar aquilo que ele espera - o que nos leva a crer que não há aí uma relação polêmica, mas consensual.

No caso, trata-se da relação entre uma organização com fins lucrativos que, além de vender, tenta consolidar ou legitimar articulações políticas e posições ideológicas, de um lado; e, do outro lado, está o leitor majoritariamente de classe-média que busca, mais do que se informar ou se entreter, legitimar seus posicionamentos ideológicos com base nos discursos e vozes de prestígio que ali circulam. Como a maioria da imprensa contemporânea, *Veja* não faz questão de dissimular o caráter ideológico da publicação, e reforça, no texto do site da editora, que não apresenta o fato, mas uma interpretação dele, desconstruindo o mito da “imparcialidade da imprensa”:

Mais do que descrever os fatos, VEJA faz jornalismo por meio da busca da **informação inédita e da reflexão original**, com o compromisso de **filtrar, avaliar e interpretar o noticiário**. Através de uma **linguagem direta**, o conteúdo de VEJA **busca informar, esclarecer, entreter, gerar reflexão, enriquecer a vida pessoal e profissional do leitor e ampliar sua compreensão do Brasil e do mundo**. Os **jornalistas de VEJA não se limitam ao conforto da imparcialidade e travam diariamente um debate intelectual com seus leitores**, caracterizando uma **marca sólida assentada em uma maneira de ver o mundo**. Como resultado, VEJA tem um **perfil de leitores fidelizados** com mais confiança, segurança, clareza e **poder** a partir do conhecimento. (VEJA, 2016)

Nos trechos destacados do enunciado acima, observamos não apenas a desconstrução da ideia de neutralidade, já que o fato é “filtrado, avaliado e interpretado”, portanto, refratado segundo um determinado ponto de vista. Nota-se, também, a postura da empresa e sua valoração sobre o que seria um jornalismo de qualidade, ou melhor, o que caracteriza a qualidade do jornalismo praticado por *Veja*. São outros valores importantes, segundo o discurso da revista sobre si, a capacidade de noticiar algo inédito, ou seja, de conseguir o “furo jornalístico”, que significa estar na frente das concorrentes (CAVALCANTI, 2006, p.16); a originalidade da reflexão, a linguagem direta (por exemplo, por meio do uso abundante de imagens), esclarecedora, que além de entreter ajudaria o leitor a ampliar sua compreensão de Brasil e de mundo.

Além disso, nesse mesmo enunciado encontramos, também, indícios da imagem de jornalista criada no discurso de *Veja*. É aquele que retoma a ideia do jornalismo combativo, do profissional que não se limitaria “ao conforto da imparcialidade” e que chamaria o leitor para um “debate intelectual” – contrariando nossa afirmação, feita com base nas relações comerciais entre os interlocutores, de que o mais importante para esse tipo de revista é atender às expectativas do leitor, buscando o consenso, do que confrontá-lo, polemizando com ele. O debate travado por *Veja* é, segundo o discurso da revista, fundamentado em sua “maneira sólida de ver o mundo” e serve, conforme nossa percepção, apenas para que leitor e revista cheguem às mesmas conclusões, já partilhadas por eles de antemão, visto que a intenção é manter o público fidelizado.

Finalmente, o último termo destacado nesse trecho tão produtivo para a análise do discurso de *Veja* sobre si nos dá uma dica valiosa sobre a função do jornalismo segundo a publicação: trata-se de garantir ao leitor o poder a partir do conhecimento, o que corrobora a ideias de Abramo (2003), segundo as quais o intuito primeiro da imprensa não é apenas financeiro, mas político. Para nós, trata-se principalmente de um aspecto ideológico, portanto relativo ao poder exercido pelos discursos hegemônicos, dos grupos e classes dominantes, que enunciam de lugares privilegiados e que detêm o saber criativo (MIOTELLO, 2001, p.4).

É nesse sentido que defendemos que apenas a capa já é suficiente para instaurar essa relação comercial e ideológica, pois ela estabelece o contato inicial entre a empresa e o cliente, entre a revista e os leitores, e já permite, desde o primeiro contato com a capa, que eles captem “com facilidade e prontidão o *intuito discursivo*, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o *todo* de um enunciado em processo de desenvolvimento” (BAKHTIN, 1997, p.301).

Ainda sobre o aspecto comercial do gênero e sobre sua capacidade de ser produto e propaganda de si mesmo, estão entre os aspectos estáveis materializados no gênero capa, o valor da revista, sua data de publicação, o volume e o número. O primeiro restringe consideravelmente o público, imaginando que não está entre as prioridades do brasileiro (exceto o brasileiro de grupos sociais privilegiados, como aquele atendido por *Veja*) um gasto com o tipo de informação que a revista veicula, disponível “gratuitamente” em outros meios, como a TV e a internet.

Já os outros elementos são marcas da efemeridade do produto “notícia”. A data de publicação, 31 de outubro de 2012, marca o período ao qual a informação se refere e, passada uma semana, periodicidade da revista, seu conteúdo já pode ser considerado desatualizado. Naquela data, a questão da maconha foi eleita como um assunto de interesse, aparentemente tão relevante naquele período que sequer são apresentadas outras chamadas para as demais reportagens, exceto a manchete que convida o leitor a conhecer o conteúdo da reportagem principal. Nesta capa, faz-se, portanto, com que o foco recaia totalmente sobre o tema da maconha, mesmo que houvesse, como se vê no índice, outros assuntos polêmicos, no ano de 2012, como era o julgamento do mensalão.

A data de publicação, em comparação com a dos outros elementos do *corpus*, também nos indica que foi *Veja* quem trouxe o tema de volta ao centro das principais discussões do país, do ponto de vista da imprensa semanal. Se, por um lado, sua ação enquanto força centrípeta tenta centralizar os sentidos produzidos na esfera, por outro, foi a publicação quem colocou novamente em jogo nas capas de revista os sentido do signo “maconha”, reavivando a polêmica que, posteriormente, suscitou respostas de suas concorrentes.

Além de suscitar repostas ao enunciado veiculado na capa, *Veja* é também uma resposta ao que já havia sido dito sobre mesmo assunto, seja no campo da imprensa ou em outros, com o quais ela dialoga. No primeiro caso, o enunciado analisado produz uma retomada daquilo que vem sendo dito por suas concorrentes desde a década de noventa, como mostra o Quadro 3. Nele, vê-se que desde 1998 a revista *Superinteressante* aborda a questão

da maconha do ponto de vista dos perigos da droga, conforme o enunciado 19 do quadro: “Maconha. Uma droga perigosa, sim”.

A própria revista *Veja*, no começo dos anos 2000, já havia trazido a discussão sobre a maconha em posição de destaque, na capa que dizia “Maconha quase liberada”, como se vê no item (18) do mesmo quadro. Já naquele momento, o tom era de preocupação com a tolerância social³⁷ em relação à maconha, já que, segundo a revista, era certo que todo jovem experimentaria, mais cedo ou mais tarde, a droga que, a despeito dessa condescendência, é proibida por lei.

Aqui, fica claro que a polêmica *proibir x legalizar* não é nova nem em *Veja*, tampouco na esfera. A revista *Superinteressante*, por exemplo, questionou a proibição da maconha pela primeira vez num enunciado de capa (de acordo com nosso levantamento), em 1995, conforme o enunciado (20) do Quadro 3: “*Maconha. Um remédio proibido?*”. Sobre a heterogeneidade e a polêmica da legalização tratamos mais detalhadamente na última seção.

Ainda sobre a data de publicação da revista, falta reforçar o contexto real que ela retoma, ou seja, o fato ou situação da qual se originou a reportagem principal de capa. Ao cotejar um trecho da matéria, é possível ter uma ideia mais clara do contexto de produção desse enunciado:

Em novembro, os estados de Washington e Colorado farão um plebiscito sobre a legalização. No Uruguai, o presidente José Mujica pretende estatizar a produção e a distribuição da droga. (VEJA, 2012)

A capa, publicada em outubro, se antecipa a fatos decorrentes de acontecimentos políticos, como o plebiscito marcado para o mês seguinte – votação que levou à legalização da maconha nesses estados norte-americanos - e o projeto de regulamentação da maconha no Uruguai. Mesmo que não seja enunciado explicitamente na capa, esse contexto de transformações no discurso político internacional é parte importante do não dito que significa na capa analisada. Graças à objetividade do gênero, à concisão do texto, que deve apenas despertar o interesse do leitor, dando-lhe uma visão resumida do tema abordado (e da posição valorativa adotada a respeito), pouco é dito e muito está implícito nesse gênero.

Esse implícito, no entanto, pode ser recuperado, e será, em nosso trabalho, principalmente de duas formas: através do cotejo com outros enunciados que dialogam com o

³⁷ Vale apontar que essa “tolerância social” para com o uso da droga é relativa, pois é determinada, como veremos em análises seguintes, pela imagem de usuário tomada como referência que, por sua vez, varia conforme sua cor de pele e origem socioeconômica.

gênero capa - como a reportagem principal, as manchetes, o índice, a entrevista (no caso de *Veja*), e a carta ao leitor, as cartas do leitor, os artigos que antecedem/sucedem à matéria (no caso dos demais exemplares do *corpus*) – e através dos sentidos produzidos pela complexa articulação do verbal e do visual, foco da próxima seção.

4.1.2. Dizendo e insinuando no verbal e no visual

Na primeira etapa da análise, tentamos concentrar esforços na interpretação dos aspectos “estáveis” do gênero a partir da capa de *Veja*, nos sentidos que produzem quanto à imagem de revista, de leitor, quanto à relação entre eles, à esfera jornalística e ao contexto de produção e circulação. A seguir, discutimos como a construção verbo-visual do enunciado, determinada pela busca de uma unidade temática, se adequa e, ao mesmo tempo, transforma o gênero capa de revista (com a moldura e o fundo totalmente branco, atípicos nas capas dessa revista).

Esses aspectos chamam a atenção por não serem nem marcas estáveis do gênero, tampouco marcas estilísticas da identidade de *Veja*. A moldura, em tom de verde escuro, ao redor de toda a página; a mesma cor tomando as letras que compõem o nome da revista, numa nuance de tons que escurecem de baixo para cima; a “limpeza visual” da capa predominantemente branca, que sequer contém chamadas para outras reportagens - geralmente apresentadas no topo ou no rodapé da página, na maioria dos enunciados do gênero - todos esses são elementos significativos na composição do todo do enunciado, aparentemente simples, num olhar superficial.

Contudo, se o enunciado se dá a ver e ler simultaneamente, como defende Brait (2013, p.44), para compreender os sentidos produzidos por esses elementos visuais, é necessário não separá-los de uma leitura, também, do texto verbal da capa. Aliás, é exatamente nessa associação entre o verbal e o visual que se constrói o sentido do signo *maconha* nessa enunciação específica, ou seja, seu tema, tal como o entende Bakhtin/Volochínov (2006). Nesta seção, observamos sua relação com os outros elementos semióticos verbais e visuais que o acompanham, em busca de indícios de certa unidade temática.

Em fonte um pouco menor do que aquela utilizada no nome da revista, posicionada logo abaixo dele, aparece a palavra *maconha*, centralizada, destacada em caixa alta, na cor vermelha. Abaixo dela, em negrito e caixa baixa, está centralizado o texto verbal “as novas descobertas da medicina cortam o barato de quem acha que ela não faz mal” e, abaixo dele, a ilustração da pequena folha de Cannabis, centralizada, no rodapé da página.

Sob o fundo branco, sem nenhuma outra chamada para reportagens secundárias, o signo verbal “maconha”, em vermelho, é ainda mais destacado, e sua alta visibilidade faz com que esse seja o item que mais chama a atenção do leitor. Até o nome da revista, esverdeado nesta edição, fica em segundo plano quando a palavra, com carga histórica negativa e que já foi tabu, como mostramos no capítulo dois, aparece em posição de destaque, na cor geralmente associada ao fogo, ao sangue, ao perigo.

É a própria cor que traz o signo verbal para o primeiro plano. Estimulante emocionalmente, o vermelho acaba incitando reações rápidas, como a que toma o motorista ao ver a luz vermelha no semáforo. A cor simboliza um alerta aos perigos causados pela droga, produzindo certo medo ou receio. O deslocamento da palavra “maconha” em relação ao restante da frase transforma-a num tópico, fazendo de todo o resto da sentença um comentário sobre o elemento colocado em posição inicial.

Essa construção sintática garante o destaque desse signo no enunciado da capa e constitui uma estratégia discursiva que ajuda a deixar claro qual é o assunto principal daquela edição – além da posição da revista sobre ele. Isso quer dizer que o leitor não apenas identifica imediatamente o signo verbal e seu sentido enquanto droga, mas também é levado, pela configuração verbo-visual do signo, a atribuir-lhe valor, a tomar uma posição sobre o que está sendo dito. Em apenas uma palavra, é possível, portanto, ter uma ideia geral da abordagem da reportagem (baseada no argumento da droga perigosa, fato cientificamente comprovado).

O signo visual que materializa a imagem da planta, por outro lado, produz sentidos distintos, até opostos, dada sua aparência inofensiva: o desenho de uma folha verde pequena, que não chega a aparecer por completo. Apenas cinco de suas sete extremidades se exibem para dentro dos limites da moldura que estabelece as fronteiras do enunciado. A própria posição do desenho no todo, no rodapé da página, desprivilegia a imagem em função do texto verbal (visto que ela pode ser facilmente coberta por um outro exemplar, quando organizada nas bancas, por exemplo). É como se a maconha estivesse apenas timidamente adentrando o espaço dessa enunciação, ou o próprio discurso de *Veja*, mas sem ultrapassar por completo o limite da moldura, pois aparentemente não é sem resistência que o tema é abordado na revista.

Na oposição dos sentidos produzidos pelo signo “maconha” em sua representação verbal, de um lado, e visual, de outro, vemos traços de uma polêmica velada, de uma disputa pelos sentidos da palavra: a droga perigosa, no verbal; a planta inofensiva, no visual. Essa

oposição implica, na verdade, o embate entre o discurso da medicina e o discurso do usuário, respectivamente. Sobre a questão da polêmica voltamos a falar na terceira subseção.

Temos falado desde o capítulo três na relação entre o jornalismo e a ciência e, desde o capítulo dois, da relação ente a medicina e a criminalização da maconha. No primeiro caso, a relação vem da vontade de verdade do jornalismo, que o aproxima do cientificismo, de sua tentativa de objetividade e transparência. É essa ideia do jornalismo como uma luz que ilumina a “verdade”, conforme define Cavalcanti (2006, p.73), que ele se constitui enquanto campo do saber, com a diferença de que deve ser “mais claro” para o leitor do que o discurso científico, já que muitas vezes age como seu “tradutor”.

O segundo caso, o da relação entre a medicina e a maconha, no Brasil, tem a ver, historicamente, com a percepção social da elite letrada de um vício que, inicialmente, era atribuído aos escravos e seus descendentes. O processo de consolidação do saber médico formal teve muito a ver com o processo de criminalização das drogas, especialmente da maconha, no caso brasileiro, como mostra o trabalho de Saad (2013). Para a autora, foi a institucionalização da medicina, a partir do final do século XIX, que delineou o limite entre “droga” e “fármaco”, entre o legal e o ilegal (SAAD, 2013, p.4).

No Brasil, foram médicos e juristas, às vezes médicos juristas, como José Rodrigues Dória (que viveu entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX), que sustentaram a cruzada contra a erva (FRANÇA, 2015; SAAD, 2013). Seus estudos médico-psiquiátricos contribuíram para consolidar a imagem negativa da maconha e do maconheiro e para fortalecer a luta contra a “diamba”, culminando em leis que combatiam o vício, o qual, na visão da elite branca pós-escravidão, era culpado pelo ócio, loucura, violência e criminalidade que acometiam o negro na sociedade brasileira (FRANÇA, 2015, p.57-58).

Não é novidade, portanto, que a imprensa contemporânea busque respaldo no discurso da ciência para legitimar suas posições e embasar a “verdade” vendida ao leitor. Tampouco é novo o discurso da medicina contra a maconha, resgatado no enunciado de *Veja*, não só no próprio texto verbal, “as novas descobertas **da medicina**”, como também na combinação das cores, branco e vermelho, que remete ao ambiente médico-hospitalar. O branco predominante na capa, aliás, reforça essa ideia da clareza, da transparência, da verdade que só a ciência poderia atestar.

É importante salientar que, no entanto, não se trata de uma repetição do que tem sido dito, ao longo dos últimos séculos, pela medicina, sobre a droga e os males que pode causar, mas de uma atualização desse já dito, como sugere o adjetivo “novas” que caracteriza as descobertas desse campo do saber. O cotejo com alguns enunciados extraídos do texto da

reportagem ajuda a evidenciar essa relação do enunciado com o já-dito e com o novo contexto em que ele se dá:

MACONHA FAZ MAL, SIM (VEJA, 2012)

O atual liberalismo em torno do consumo da droga está em descompasso com as **pesquisas médicas mais recentes**. As sequelas cerebrais são duradouras, **sobretudo quando o uso se dá na adolescência**. (VEJA, 2012)

O primeiro trecho é o título da reportagem e ocupa quase toda a primeira página, dividida entre o texto, em caixa alta, na parte superior, e um cigarro de maconha manualmente produzido, como sugerem as irregularidades no acabamento do chamado “baseado”, na parte inferior. Dele uma grande quantidade de fumaça verde sobe em direção ao topo da página, acumulando-se na forma de um cérebro. A composição verbo-visual tenta reforçar os sentidos já conhecidos do signo “maconha”, pois não é a folha da planta, mas um cigarro que libera uma densa e aparentemente prejudicial fumaça que aparece ali retratado, retomando o sentido de uma droga que faz mal à saúde, como há muito tempo vem sendo defendido pela medicina, e que prejudica o cérebro (segundo o senso comum, “queima neurônios”).

A afirmação contundente, no presente do indicativo, faz do fato uma verdade quase incontestável, reforçada no advérbio “sim”, inserido ao final da oração, garantindo que o fato é checado e confirmado. A pequena palavra ao fim da sequência tem grande relevância semântica. Pode estar retomando e reafirmando o que já é conhecido, aquilo que vem sendo dito há mais de um século no país, pelas mesmas vozes que ressoam em espaços dominantes como a da medicina. A presença do advérbio também parece a resposta a uma pergunta, por exemplo, “maconha faz mal?”. Está instaurado, portanto, um diálogo e, mais do que isso, alguma dúvida, ou melhor, polêmica sobre a planta, já que há, no mínimo, duas posições em jogo: uma acha que “sim, faz mal” e outra que pode discordar (“não, maconha não faz mal”).

Certamente, não são os mesmos alertas que a medicina do século XIX dava à sociedade brasileira, sobre os riscos de se construir uma nação acometida pelo “vício dos pretos” (FRANÇA, 2015), mas um discurso atualizado que, agora, se preocupa com a saúde do indivíduo, principalmente do adolescente, conforme se antecipa no segundo enunciado transcrito, subtítulo da reportagem.

As “novas” descobertas da medicina, não ditas na capa, dada a concisão do texto nesse gênero discursivo, são explicadas no texto da reportagem, em quadros e infográficos, ilustrando muito bem aquela característica da imprensa de “traduzir” o discurso científico de

uma maneira que isso facilite a compreensão do leitor - melhor ainda se for possível utilizar mais imagens e números ao invés de texto verbal.

No quadro que explica quais são os males comprovados pela medicina, são descritos os impactos do uso da maconha na saúde e no comportamento do usuário, em comparação com quem não usa a droga: haveria o risco aumentado em duas vezes de desenvolver depressão e transtorno bipolar; aumentaria em 3,5 vezes a incidência de esquizofrenia e em cinco vezes o risco de transtorno de ansiedade. Além disso, são apresentados “prejuízos diários”, a “todos os usuários, sem exceção”, como a dificuldade de memorizar informações recentes, de ler textos longos e “mais complexos”, de executar tarefas de forma organizada e rápida. Seriam afetados, também, o convívio social (que seria limitado a pessoas do ambiente de trabalho), o “QI” (quociente de inteligência, que seria reduzido em 8 pontos), e a vida profissional dos usuários (que ocupariam posições “aquém de sua capacidade devido ao baixo rendimento e à incapacidade de mudar a situação).

É interessante observar que essas “novas descobertas” não estão tão distantes do discurso que associava a maconha à “loucura” e a desvios do comportamento considerado padrão. Afinal, a depressão, a ansiedade e a bipolaridade são alguns dos transtornos psicológicos mais comuns da contemporaneidade, formas de “loucura” moderna, ou de não adequação a ela. A preocupação com a forma como o consumo da droga afetaria o comportamento do usuário, conforme a reportagem, também se aproxima do pensamento dos doutores do início do século XX, para quem a preguiça e a vadiagem eram os principais efeitos da droga sobre seu consumidor (FRANÇA, 2015, p.52). Essa preocupação reaparece no discurso de *Veja*, já que os efeitos negativos apresentados comprometeriam o desempenho profissional do “maconheiro”, além de atrapalhar suas relações sociais.

Vale ressaltar que as fontes de tais dados não são fornecidas com precisão. Em letras miúdas, abaixo do texto que introduz o quadro, no rodapé da página, lê-se: Ronaldo Laranjeira, psiquiatra da Universidade Federal de São Paulo; Universidade Duke nos Estados Unidos; Instituto de Saúde Pública da Suécia e King’s Collge, de Londres. Não há referências claras dos estudos, mas apenas das instituições responsáveis por sua realização. Isto porque o leitor não precisaria ter acesso aos dados, já que buscaria uma interpretação do fato (conforme mostramos na primeira seção). Citar instituições renomadas, representantes do discurso da ciência, é suficiente para despertar a confiança do leitor, em sua maioria assinantes, no caso de *Veja* (ou seja, são leitores que já tendem a compartilhar os mesmos pontos de vista da revista).

O mais interessante, no entanto, é que se utiliza como “fonte” não o estudo, mas o estudioso, o sujeito. Ronaldo Laranjeira é figura conhecida no debate sobre drogas no Brasil e é a principal fonte das informações médicas apresentadas na revista. As falas do psiquiatra se espalham por toda a reportagem e são representativas do que seria, em *Veja*, o discurso da medicina sobre a maconha. Vejamos dois fragmentos da reportagem em que aparece a voz do referido médico para comprovar tal observação:

Aqueles **cartazes das marchas** que afirmam que “maconha faz menos mal do que álcool e cigarro” são fruto de **percepções disseminadas por usuários**, e não o resultado de **pesquisas científicas incontestáveis**. [...] Diz um dos **mais respeitados estudiosos** do assunto, o **psiquiatra** Ronaldo Laranjeira, **da Universidade Federal de São Paulo**: “encarar a maconha com leniência é uma tese equivocada, arcaica e perigosa”. (VEJA, 2012)

Os resultados mostram que é falaciosa a tese de que fumar maconha com frequência não compromete a cognição. Diz o psiquiatra Laranjeira: “se **o usuário acha** que está bem, **a ciência mostra** que ele poderia estar muito melhor sem a droga. A maconha priva a pessoa de todo o potencial de sua capacidade”. (VEJA, 2012)

Nos trechos destacados dos dois enunciados, vemos que o discurso da medicina é calcado em duas oposições fundamentais: faz mal x não faz mal; o que o usuário acha x o que a medicina prova. Na última seção damos mais atenção a esses embates. Por ora, gostaríamos apenas de apontar como a voz da medicina é incorporada no discurso de *Veja* como o discurso respeitado, incontestável, que se opõe àquilo que, sem o respaldo da ciência ou de instituições respeitadas, são apenas percepções de usuário, falácias que mascaram a incapacidade cognitiva daquele que consome maconha, segundo o pesquisador.

Apontamos, ainda, que “as novas descobertas da medicina” que comprovam os males causados pela maconha não são, como sugere o enunciado verbal de capa, uma unanimidade na esfera científica. Já no ano de 2001, dez anos antes da publicação de *Veja*, conforme mostra o levantamento do quadro 2, a revista *Galileu* já colocava em jogo as verdades científicas sobre a erva, em enunciados como (16): “**a medicina avalia os prós e contras** da maconha. [...] Cientistas estudam os efeitos em pacientes de câncer”. Mais recentemente, em 2010, a mesma revista trouxe na capa os dizeres “**Ciência da legalização**. Alguns dos **mais importantes cientistas do Brasil** estão saindo de seus laboratórios para **defender que a droga seja legalizada**”, conforme enunciado (11) do referido quadro.

No caso de *Veja*, tratar como homogêneo o discurso da medicina, como se todo o campo compartilhasse os mesmos pontos de vista, tomando a parte pelo todo, e omitir as “novas descobertas” que veem na maconha algum potencial medicinal podem ser

consideradas estratégias discursivas de sustentação de um projeto de dizer conservador, digamos - se pensarmos que o discurso da medicina é usado, aqui, em oposição ao “atual liberalismo” para com a droga e que *Veja* tenta, por meio desse discurso legitimador, conservar os sentidos cristalizados para o signo na sociedade.

O discurso de *Veja* constituiria, portanto, uma força centrípeta na construção do discurso sobre a maconha na imprensa, ou seja, uma força centralizadora, com o intuito de estabelecer sua verdade como “a verdade” socialmente aceitável. Trata-se de numa tentativa de monologizar o signo, de reduzir o diálogo (FARACO, 2009) reforçando os sentidos já consagrados na história e, conseqüentemente, “amenizando” polêmica, reduzindo o espaço de negociação dos sentidos.

Com essas reflexões e cotejos, foi possível esclarecer alguns sentidos subentendidos na materialidade verbo-visual do enunciado – quais e se são realmente novas “descobertas da medicina”. Na próxima seção, falamos mais das relações polêmicas e outras relações dialógicas travadas nesse enunciado.

4.1.3. O resgate da polêmica da maconha

Não por acaso, deixamos alguns elementos verbo-visuais para serem analisados apenas nesta última etapa da primeira análise. Focamos, aqui, na heterogeneidade e na polêmica que se mostram tanto no enunciado verbal quanto em elementos visuais, como a moldura e a cor do logo. Associando esses aspectos às especificidades do gênero e da esfera, ao projeto de dizer de revista e outros aspectos “externos” do enunciado, podemos compreender melhor os conflitos e a polêmica que nele se manifestam, e chegar mais perto de sua unidade temática.

Como apontamos na subseção anterior, o discurso médico é aquele que deixa marcas mais explícitas na capa de *Veja*, o que pode ser produto do “grande diálogo” que faz com que o discurso médico atravesse o discurso jornalístico. Nesse contexto, no enunciado analisado, aquilo que para as normas linguísticas seriam “termos acessórios” da oração, numa perspectiva translinguística, ou melhor, dialógica, são elementos sógnicos produtores de sentidos, refratores de valores sociais, reveladores de diálogos.

Quando falamos que essas marcas linguísticas deixam transparecer valores na materialidade do enunciado, nos referimos, no plano verbal, a elementos como as sequências “as novas” e “da medicina”. Afinal, esses adjuntos adnominais, mesmo não sendo termos sintaticamente indispensáveis (chamados tradicionalmente de “termos acessórios da oração”),

são signos semanticamente relevantes. Ao cumprir função adjetiva, esses sintagmas caracterizam e especificam o sentido do substantivo “descoberta” (as **novas** descobertas **da medicina**), e deixam claro que não são quaisquer fatos que a reportagem vem informar sobre o tópico, a maconha, mas fatos apenas recentemente conhecidos – o que reforça a função “informativa” da imprensa e o caráter de “furo” da informação por ela veiculada - e, principalmente, validados pela voz da medicina.

Nessas marcas linguísticas percebemos a apropriação do discurso da medicina pelo jornalismo, como forma de legitimar a posição construída no discurso de *Veja*. O médico, da posição privilegiada que ocupa na sociedade, é sujeito autorizado a enunciar os sentidos relativos à saúde do corpo e da mente humana, pois seria detentor do saber necessário para autorizar certos sentidos para o signo “maconha”. Como mostramos no capítulo três, essa relação entre a ciência e a imprensa é constitutiva da própria esfera jornalística. O discurso médico, como palavra institucionalizada que exerce influência sobre outros discursos, como aponta Foucault (1999, p.18), é aquele no qual o jornalismo buscaria suporte para sua verdade.

No caso de *Veja*, é a fala do médico Ronaldo Laranjeira, trazida no enunciado cotejado anteriormente, e a do psiquiatra entrevistado no fim da reportagem, Valentim Gentil Filho, que dão ares de verdade ao que é dito, uma vez que está apoiado no saber científico, tratado como verdade incontestável quando se insinua, por exemplo, que os resultados das pesquisas científicas seriam “incontrastáveis”. Assim, suas falas trazem na matéria a polêmica explícita que põe em jogo o que é dito, de um lado, pela medicina (como um campo homogêneo, que chega aos mesmos resultados e compartilha as mesmas posições), a “verdade”, a realidade, comprovada com experimentação científica, de que a maconha comprometeria a cognição; de outro, o discurso atribuído ao usuário, chamado pelo médico de “falacioso”, “equivocado”, “arcaico” e “perigoso”, de que a droga não faz mal.

Não é apenas no discurso direto do médico, trazido na reportagem, que a polêmica se explicita. Na capa também há traços dessa disputa entre o discurso médico e o do usuário, por exemplo, nos trechos destacados do enunciado verbal segundo o qual a medicina “**corta o barato de quem acha** que ela [a maconha] **não faz mal**”.

No texto da capa, a expressão “cortar o barato” não aparece em destaque, não está entre aspas, tampouco em cor diferente, não é marcada como pertencente a outro discurso, externo ao enunciado, semelhante às formas marcadas de heterogeneidade, propostas por Authier-Revuz (2004, p.12). Trata-se de um indício da presença do outro no discurso de *Veja*,

marca da presença de outras vozes sociais, já que a linguagem informal à qual se associa a expressão, não condiz com o estilo da revista, tampouco com a linguagem médico-científica daqueles cujos argumentos embasam sua abordagem. Seria possível dizer que temos nesse exemplo uma “forma não marcada de heterogeneidade”, pois apesar de não explicitar marcadamente que se trata da linguagem do usuário – no entanto, o enunciado deixa ver, ou seja, insinua a presença desse outro no discurso de *Veja*.

O substantivo masculino “barato”, objeto direto do verbo “cortar” na referida expressão, se refere à sensação de embriaguez causada, por exemplo, pelo consumo da droga. Trata-se, de um empréstimo de palavras que se atribui ao outro, incorporadas no discurso da revista; de uma escolha lexical que caracteriza uma forma mostrada, mas não marcada, de polemizar com o discurso do usuário (na perspectiva da mesma autora).

Apesar de utilizar o pronome indefinido “quem” para manter oculto o sujeito que “acha que a maconha não faz mal”, a própria expressão “cortar o barato” é indício de que esse sujeito que ignora as advertências da medicina é o usuário recreativo de maconha, a quem se atribui a linguagem informal e o desejo de “curtir o barato” proporcionado pela droga.

O verbo “achar” e o advérbio “não” também são indícios desse embate entre o sujeito médico e o sujeito usuário recreativo. O primeiro detém o conhecimento necessário e o poder de enunciar, portanto “sabe”, o segundo apenas “acha”. O advérbio de negação, por sua vez, implica uma afirmação (a qual nega) e instaura, em relação a ela, uma oposição, no caso, *faz mal x não faz mal*, retomando, mais uma vez, o discurso “da medicina” em oposição ao discurso “do usuário” (de grupos de usuários e da medicina).

Assim como a revista refrata o discurso da medicina, que autoriza e orienta o debate sobre a maconha na capa, criando uma imagem do sujeito médico, portador desse discurso - aquele que detém o verdadeiro conhecimento, cuja voz traz os resultados incontrastáveis da ciência -, ela também reflete/refrata o discurso do usuário, na expressão “cortar o barato”, criando uma imagem dele já na capa. Quando diz que a medicina “corta o barato de quem acha que ela não faz mal”, *Veja* não só produz uma imagem de usuário recreativo, aquele que faz uso da droga para usufruir dos efeitos embriagantes (o barato) que ela produz, mas também preenche a função de sujeito do verbo “achar”, antes oculta no pronome indefinido “quem”. Quem acha que a droga não faz mal poderia ser, portanto, o usuário recreativo, embriagado pelos seus efeitos, sem controle da própria razão.

No entanto, conforme vimos na análise dos aspectos mais estáveis do gênero, o contexto que deu origem à capa de *Veja* é de uma discussão política mais ampla, que ultrapassa as questões do indivíduo e sua saúde, culminando no debate público acerca da

efetividade das leis sobre drogas em países como Uruguai e Estados Unidos. Isso quer dizer que por trás da polêmica explícita que se materializa na oposição faz mal x não faz mal - que, por sua vez, mostra o embate medicina x usuário recreativo -, estão conflitos ideológicos complexos, que só de forma velada se insinuam e que envolvem, por exemplo, a política internacional e as transformações nas leis sobre drogas ao redor do mundo.

É ao usuário, no entanto, que se atribui o discurso favorável à maconha (e não a outros sujeitos, como políticos e cientistas) e, à primeira vista, é a sua voz que precisa ser combatida na capa de *Veja*. Desmascarar o argumento, segundo a medicina equivocada, de que a droga não faz mal é a base da argumentação de *Veja* contra a maconha e contra o discurso dos “maconheiros”, que ela entende serem aqueles que defendem sua legalização.

Cumprе salientar que não é relevante para nossa análise verificar se a imagem de “maconheiro” criada no discurso de *Veja* condiz ou não com o sujeito usuário de maconha no mundo real. Como explicamos no primeiro capítulo, apoiando-nos nas palavras de Maingueneau (2005), é na forma de simulacro que um discurso lida com seu outro. Concordamos com o autor, no sentido de que é na forma de uma tradução feita pelo “eu” que esse “outro” aparece no discurso “meu” discurso. Isso quer dizer que a imagem do outro (do maconheiro) refletida no discurso de *Veja* é a imagem que ela refrata, conforme seu próprio eixo axiológico, não se trata de um sujeito real cuja imagem ela reflete fielmente³⁸.

A partir de indícios na materialidade linguística da capa já foi possível esboçar a imagem de sujeito usuário, cujo discurso *Veja*, força calcada no discurso da medicina, na tentativa de derrubar o argumento pró-maconha de que a droga não faz mal. Todavia é o cotejo com a reportagem que deixa explícito o embate *medicina x usuário recreativo*. As palavras arrependidas de quem via na planta apenas a fonte de um “barato”, mas que encontrou o fracasso (pessoal, profissional, etc.) no vício ilustram três das nove páginas da reportagem sobre o tema veiculada no número da revista em questão, junto com fotos de ex-usuários, acompanhadas de títulos que resumem suas pequenas narrativas:

Uma vida normal na aparência

“Fumei maconha durante vinte anos. Experimentei na adolescência e adorei. [...] foram **vinte anos de perdas. Perdi um emprego, duas namoradas e me formei com dez anos de atraso.** [...] Quando estava em casa, **passava o dia dormindo. Era um viciado**, mas levava uma vida relativamente normal. [...] Há sete meses **iniciei um tratamento clínico contra a dependência.** Desde então, nunca mais fumei. Hoje, **tenho dificuldade de me concentrar na leitura** [...]” Álvaro Zunckeller, 32 anos, cineasta (VEJA, 2012)

³⁸ Afinal, acreditar numa imagem única e verdadeira desse sujeito “maconheiro” seria minimizar a alteridade constitutiva do sujeito, conforme o entende o dialogismo bakhtiniano.

Porta de entrada para outras drogas

“Fumei meu primeiro cigarro de maconha aos 19 anos, com um primo.[...] **A maconha foi a porta de entrada para outras drogas.** A certa altura, quis experimentar uma sensação mais forte. A maconha havia perdido a graça. Aos 27 anos cheirei cocaína. Aos 35, mudei para o crack. **Virei um rato. Passei por três internações e me salvei.** Estou há onze anos sem usar drogas” Vlândia Ofenheim, 52 anos, comerciante (VEJA, 2012)

Bipolaridade deflagrada pela droga

“[...] Fumei dos 14 aos 20 anos. Até começar a fumar, eu **era ótima aluna** – fui alfabetizada em inglês e ainda falava francês e espanhol com fluência. Meu **raciocínio era rápido e eu era responsável em casa.** Por causa da droga **passei a ter falhas sérias de memória.** Um dia minha mãe descobriu que eu fumava e **me levou ao médico.** Lá, **fui diagnosticada com transtorno bipolar, deflagrado pelo uso da maconha.** Estou há quatro anos limpa. [...]” Milena Gertner, 24 anos, fotógrafa, com a mãe, Sulamita Kramarski (VEJA, 2012)

O discurso direto dos três entrevistados, trazido entre aspas, na reportagem de *Veja*, ajuda a construir uma representação de “maconheiro” que reforça a valorização da maconha. Os depoimentos, que materializam o simulacro de sujeito de ponto de vista da revista, são intitulados conforme as histórias de três ex-usuários, segundo os quais se trata de uma droga aparentemente inofensiva, mas que afeta a “normalidade” da vida de quem usa, funcionando como “porta de entrada para outras drogas”, podendo, inclusive, “deflagrar a bipolaridade”.

Os autores das falas transcritas, os sujeitos fotografados, começaram a fumar na adolescência, sofreram perdas (de emprego, de namoradas, de agilidade, de memória e de responsabilidade), passaram por diagnóstico/ tratamento (internação), ou seja, por intervenção médica e, finalmente, “se salvaram”. Parece interessante apontar que, neste enunciado, a valorização da maconha e do efeito que ela causa na vida dos usuários é oposta àquela refratada na pichação da Figura 3 (B). Ali, a sequência verbal que afirma “maconha salva!” vê na planta não o mal, mas a salvação, ao contrário da abordagem de *Veja*, em que as intervenções médicas e as internações é que salvam.

Enquanto a pichação permite a interpretação de que a planta salva o indivíduo que a consome, a capa de *Veja* enuncia não seu salvamento, mas seu fracasso. O “maconheiro” sobre o qual *Veja* fala é o indivíduo de classe média - que tem ensino superior, que teve alfabetização bilíngue, que fala várias línguas, que pode pagar por tratamento clínico e internações -, que se transforma num “rato”, em viciado, preguiçoso, com dificuldades de concentração, de raciocínio e de memória, direta ou indiretamente (como “porta de entrada”) graças ao vício em maconha.

É interessante notar que essa imagem do “maconheiro” preguiçoso, “emburrecido”, viciado e sem perspectivas se assemelha à imagem criada para o viciado em diamba no século

XIX (associada à figura do escravo negro, que vigorou até a proibição da erva, já no século XX). Segundo o historiador França (2015, p. 39), essa associação entre a maconha e o sujeito afro-brasileiro manteve-se firme pelo menos até a década de 1960, período em que “raro foi o médico, o jurista, o jornalista, o literato, o agrônomo, o botânico ou o político interessado no tema que não tenha lançado mão de tal associação”. Para o autor, “a origem negra da diamba e do diambismo, já na década de 1920, incorporara-se ao senso comum do brasileiro, a ideia naturalizara-se, tornara-se evidente, deixara de cobrar explicação ou demonstração” (FRANÇA, 2015, p. 39).

Para nós, essa relação contribuiu permanentemente na construção de uma imagem do maconheiro, para o senso comum. É claro que hoje já não se associa diretamente o “maconheiro” ao sujeito negro, pois já não seriam aceitas teorias que combatessem a droga com base em argumentos racistas. Entretanto, as mesmas características antes atribuídas aos negros “fumadores de diamba”, hoje são atribuídas ao jovem de classe média acometido pelo vício: o comportamento “preguiçoso” do usuário, a mesma ação “emburrecedora” da planta, o mesmo perigo de afastar o sujeito - antes, a nação - de seu futuro bem sucedido subjagam o usuário a essa condição de fracassado.

Não queremos, com isso, afirmar que *Veja* segue dizendo o mesmo que médicos e juristas vêm defendendo há séculos, mas que, no caso desse campo, a imprensa, aquilo que já foi dito, principalmente por vozes de poder, como as da esfera científica e jurídica, é constantemente retomado e ressignificado, em função das transformações sociais mais recentes. Somos lembrados, com tais retomadas da história da maconha no Brasil, que o discurso sobre a planta na imprensa se constrói em meio ao já-dito de outros discursos, principalmente daqueles com os quais a esfera jornalística trava relação constitutiva, como a ciência e política.

Apontamos, ainda, que essa imagem de usuário construída no discurso de *Veja* foi muitas vezes ressignificada antes de se materializar dessa forma na capa (e mais explicitamente na reportagem) da revista. Ela também dialoga com aquela figura do jovem rebelde dos anos 90 e 2000, cuja família deveria estar atenta, recorrendo inclusive à internação, como já alertava a mídia nos anos 2000 - seja a TV, conforme comentamos no capítulo dois, ou na imprensa, exemplificada pela própria revista *Veja*.

Desde o início do século XXI, a revista vinha alertando as famílias brasileiras que a leem sobre a tolerância social para com a droga, que havia se tornado ameaça certa na vida de

todo jovem, como mostra o enunciado 17 do Quadro 2: “Maconha quase liberada. A questão não é mais saber se um jovem vai experimentar a erva. A questão é: quando ele fará isso?”.

Por fim, é importante salientar que a imagem de “maconheiro” construída em *Veja* é aquela do usuário recreativo que goza de certa tolerância social, não aquela do sujeito marginalizado, como nas canções cotejadas no capítulo dois. O usuário de *Veja* é o que consome a “erva maldita” sem repressão, seja da polícia ou da sociedade, como se vê nos trechos da reportagem reproduzidos a seguir:

O aroma penetrante inconfundível permeia o ar nas **baladas**, nas **áreas de lazer dos condomínios fechados**, nos **carros**, nas imediações das **escolas**. A maconha, que em outros tempos já foi chamada de “erva maldita”, agora ganhou uma aura inocente de produto orgânico. (VEJA, 2012)

Na contramão da **liberdade oficial, legal, e até social** com o uso da maconha, a **ciência médica** vem produzindo **provas cada vez mais eloquentes** de que a fumaça da maconha faz muito mal para a saúde do usuário crônico – quem fuma no mínimo um cigarro por semana durante um ano. (VEJA, 2012)

O “maconheiro” do discurso de *Veja* é o jovem que frequenta a escola, que vai a baladas, que se locomove em um carro, que mora num condomínio fechado. É o sujeito que não sofre com a repressão policial, com as sanções legais, com o julgamento social. Essa questão da liberdade e tolerância social (ou repressão oficial) para com o sujeito “maconheiro” é relevante para a análise na medida em que ressurgem em outros enunciados do *corpus*.

Caminhando para o fechamento desta análise, recapitulamos que a polêmica na capa de *Veja* se revela na forma de um conflito entre o discurso incontestável da medicina e o discurso do usuário, em que ambos disputam indiretamente os sentidos do signo “maconha”: faz mal x não faz mal, respectivamente. Esse usuário é maconheiro “classe média”, que não sofre com a repressão policial, mas sofre perdas cognitivas e sociais.

No entanto, também são recuperáveis nesse enunciado traços de uma polêmica velada mais complexa, que apenas se insinua em detalhes como a moldura e a cor do logo de *Veja*. Estas adquirem novos sentidos, em nossa análise, depois de percorridas as etapas anteriores, que levaram em contato as particularidades do gênero discursivo capa e a relevância da articulação entre as linguagens verbal e visual no enunciado. Retomando os resultados da análise dos aspectos relativos ao gênero, na primeira subseção deste item, e dos elementos verbo-visuais da capa, no segundo subitem, lembramos que, no contexto mais amplo da

discussão sobre a maconha que deu origem a este enunciado, está uma discussão política de grandes proporções, que tem culminado na legalização da maconha nos EUA e no Uruguai.

Lembramos, também, que no contexto da sociedade brasileira, no ano de 2012, a questão da maconha também ganhava espaço em esferas de poder, e até a voz do usuário já aparecia de forma mais organizada, até institucionalizada, na forma de uma passeata em prol da legalização da droga, a chamada “marcha da maconha”. Na última página da reportagem de *Veja*, há uma foto do evento, com a seguinte legenda:

MARCHAR PODE; FUMAR, NÃO. No início do ano, o STF autorizou as manifestações a favor da liberação da maconha em nome da liberdade de expressão. (VEJA, 2012)

A foto situa o leitor no contexto de uma discussão que chegou à esfera jurídica (ao Supremo Tribunal Federal, o STF), também no Brasil, e revela que a polêmica em jogo é, na verdade, aquela em que se discute a legalização da maconha, para além da velha questão *faz mal x não faz mal*. Está em jogo, na polêmica velada que se esconde sob aquele conflito mais explícito, a oposição *manter proibido x legalizar*, na qual entram em embate não só o discurso da medicina apropriado pelo discurso jornalístico, em oposição ao do usuário. Este, organizado coletivamente na forma de um movimento social, polemiza com a lei, questionando os sentidos oficiais do signo “maconha”.

Nesse contexto, observamos que, de um lado, os discursos dominantes da imprensa, da medicina e da justiça exercem sobre as práticas do cotidiano a influência de forças centrípetas, que tentam manter estável o sentido do signo, preservando sua significação consolidada socialmente, ao longo de séculos de retomada e ressignificação de discursos de poder. Por outro lado, os discursos do cotidiano, que procedem da infraestrutura, mas tomam forma nas superestruturas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.39), também exercem sobre elas sua influência, pois o discurso a favor da legalização da maconha - antes marginal - ganha corpo na forma de uma marcha, chegando a ser discutido (ainda que de maneira velada) na capa de uma das “maiores revistas semanais do país”, como *Veja* é autointitulada. E não só isso.

O discurso do usuário é levado a debate em espaços elevados da superestrutura, como o STF, ganhando status de um dos debates importantes da sociedade brasileira da segunda década dos anos dois mil. É contra o fortalecimento do discurso a favor da legalização que *Veja* enuncia, portanto, e não apenas contra o usuário delirante, cujo discurso não é válido diante da incontestabilidade da verdade científica. Se este fosse o caso, não haveria necessidade de rebater um discurso tão irrelevante (dos embriagados, dos leigos, dos loucos)

na capa de um dos periódicos mais conhecidos do país. É em resposta a um diálogo maior e mais complexo que a revista enuncia.

Para provar no texto nossas afirmações, voltamos aos dois últimos elementos verbo-visuais deixados de lado, até agora, mais especificamente a dois detalhes atípicos da composição formal e estilística do enunciado de capa de *Veja*: a incomum moldura verde no entorno de toda a capa, e a mesma cor preenchendo progressivamente o nome da revista. Ambos só ganham sentido no diálogo entre todos esses elementos: as particularidades da revista e do gênero, a verbo-visualidade que o constitui, a heterogeneidade constitutiva da esfera, a polêmica explícita e o contexto de polêmicas veladas que pudemos recuperar.

A unidade temática do enunciado se constrói na relação indissociável desses elementos, o que nos permite afirmar que a cor verde nesses significativos detalhes da capa de *Veja* poderia simbolizar o discurso da legalização da maconha, o “liberalismo atual”, que ela tenta combater com o discurso da medicina. Essa tentativa de combater o que não está de acordo com a verdade científica, com o já dito e já sabido sobre o tema de maconha, se materializa no enunciado na forma de moldura. É ela que garante o fechamento do enunciado em si mesmo, rechaçando outros discursos, aqueles que vêm de fora desse contorno claramente delimitado em volta da página - no caso, o discurso “liberal” da legalização, desconstruído na voz arrependida do ex-usuário.

Apesar desse protecionismo, aos poucos, o discurso da legalização vai adentrando, inclusive, esferas de poder, como a lei, a política e a própria imprensa, representada pelo nome de *Veja*, esverdeado especialmente nesta capa, para produzir esse efeito - de uma onda liberal, que “contamina” e toma de verde até o logo da revista. Esta reage reafirmando o discurso médico sobre os perigos do consumo da droga como forma de rechaçar (indiretamente) o discurso da legalização (trazido na capa como o discurso do maconheiro, da planta inofensiva, quase um “produto orgânico”). A moldura, mais do que um ornamento, configura, então, esse espaço de fechamento, em que se delimitam as fronteiras do enunciado, que o separam de seu outro, aquele ao qual se opõe, o discurso da legalização.

Para Authier-Revuz (1998, p.193), quando se assinala “a presença estrangeira de palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso, um discurso desenha nele mesmo o traçado [...] de uma fronteira interior/exterior”. Enquanto a autora se refere exclusivamente a formas linguisticamente marcadas na superfície discursiva, para nós, os elementos visuais também podem dar sinais da presença de outros discursos no enunciado.

Em outras palavras, apesar de configurar um movimento centrípeto, no sentido de tentar centralizar os sentidos do signo, monologizar a palavra, recusando outros sentidos

possíveis para ela e protegendo-se dos outros discursos, *Veja* reforça a existência dessas outras possibilidades significativas, colocando-as como dignas de serem rebatidas numa matéria de capa, dando-lhes, portanto, maior destaque. Assim, justamente por se esforçar para minimizar a polissemia do signo, assegurando que seus sentidos permaneçam os mesmos (droga ilegal, que faz mal), ela acaba resgatando a polêmica, trazendo-a à tona, colocando em jogo, mais uma vez na história da imprensa, os sentidos vigentes da palavra “maconha”.

De forma resumida, o tema do enunciado é uma reação àquilo que a revista chama de “onda de liberalismo”, e “tolerância social para com a maconha”. Ali, o tema do signo é a droga que, comprovadamente, segundo a medicina, afeta não só o desempenho cognitivo do sujeito, mas suas chances de “sucesso”. É esse sentido do signo que sustenta o tema do enunciado que, em nossa interpretação, é a legalização da maconha e o perigo que ela pode representar, num contexto de flexibilização das leis.

Levando o contexto político da enunciação e as posições ideológicas que atravessam o enunciado, é possível dizer que ele é uma crítica não apenas ao discurso do usuário, mas ao discurso “liberal”, seja aquele que é determinado pelo liberalismo econômico, no caso do discurso da legalização nos EUA, seja o que se aproxima do “progressismo social”, do caso uruguaio – como discutiremos na próxima análise, em que há referências explícitas a esses contextos e discursos.

Consideramos, ainda, que num estudo que se interessa pela polêmica e pelo gênero capa de revista, é interessante observar, além do embate entre os discursos que se chocam no interior do enunciado e do conflito ideológico que nele se trava, a polêmica – ou ausência dela, o consenso – entre a revista e os leitores, ou seja, a polêmica ou o consenso produzidos no momento da recepção do enunciado. Das quatro páginas que a edição seguinte da revista dedicou às cartas dos leitores sobre os temas mais comentados da edição anterior, uma página inteira é dedicada aos comentários sobre a reportagem principal, acerca da maconha.

No total são dez cartas, das quais sete são identificadas como sendo de profissionais da área médica, inclusive são essas que recebem mais destaque. Os leitores aos quais *Veja* dá voz são, em sua maioria, “autoridades” que, aparentemente, têm alguma legitimidade para dizer os sentidos do signo “maconha”: advogada, professor de psiquiatria, psicóloga, psiquiatras, por exemplo. Novamente são as vozes da medicina e da ciência que predominantemente se mostram, na revista, inclusive no espaço reservado ao leitor. A seguir, num movimento final

de cotejo, trazemos fragmentos de mensagens enviadas pelos leitores de *Veja*, selecionadas para compor a edição seguinte³⁹:

Estupenda a reportagem “Maconha faz mal, sim” (31 de outubro)! **Doa a quem doer**, VEJA mais uma vez mostra sua **coragem jornalística** para alertar sobre a **verdade** danosa e enevoada pela “**brisa**” dos **usuários da maconha**, que a **expertise** da revista, contudo, **dissipa como lufada de ar puro**. Espero que os leitores façam o melhor uso possível do conteúdo. Parabéns à equipe. Renata Di Pierro. Advogada, São Paulo, SP (VEJA, 2012)

Excelente a reportagem de VEJA. A entrevista com o **renomado psiquiatra** Valentim Gentil Filho é extremamente **esclarecedora**. Sou **professor associado de psiquiatria** (UFCSPA), **psiquiatra forense e presidente do Departamento de Psiquiatria Forense da Associação Mundial de Psiquiatria** e penso que já era hora de combater a falácia de que a maconha é inócuo. José G.V. Taborda. Porto Alegre, RS (VEJA, 2012)

Ficamos **estarecidos** quando vemos **marchas para a liberação da maconha e políticos, artistas** e tantos outros **defendendo o uso** e alegando que a maconha não faz mal. Edeno Teodoro Tostes. Presidente da Associação de Apoio aos Familiares de Recuperandos, São Paulo, SP (VEJA, 2012)

Além dos comentários que reafirmam o que é dito na reportagem porque também são enunciados da posição de médico, a figura do leitor de *Veja* é representada, nesses fragmentos, pela voz da lei, materializada no discurso da advogada, e da família, também institucionalizada na voz do presidente da associação de familiares de usuários em tratamento de recuperação do vício em drogas.

Todos eles parabenizam ou corroboram o conteúdo da reportagem, classificada como “excelente” e “estupenda”. Se o discurso da revista se dirige ao leitor, exigindo dele uma atitude responsiva - seja na forma verbal ou na forma de uma tomada de posição num debate e no conflito ideológico que o perpassa - essas respostas dos leitores, selecionadas pela edição da revista, servem para indiciar que ela foi bem sucedida em sua missão de transmitir, ou melhor, de consolidar seu projeto de dizer. Elas deixam claro, ainda, que geralmente há pouca ou nenhuma polêmica entre a revista e seu leitor fidelizado (ou pelo menos aquele leitor cuja imagem ela quer reforçar) e que ambos compartilham valores, um pressuposto para que a relação comercial se fidelize na forma de uma assinatura.

Esse consenso entre revista e leitor é intermediado, pelo discurso da medicina, ciência que é, novamente nos comentários, entendida como portadora da verdade, que esclarece com sua “expertise”, “como uma lufada de ar puro”. O lirismo do comentário da leitora advogada

³⁹ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/2294?page=44§ion=1>

exalta, também, a “coragem jornalística de *Veja*, que não se importa com quem possa incomodar (“doa a quem doer”): não só usuário, mas políticos e artistas que, como comentamos desde o capítulo dois, são vozes fundamentais na construção da polêmica da maconha, no Brasil.

Sobrepondo-se a essa voz, no entanto, está sempre a voz da ciência médica – pois outras ciências, como as sociais, poderiam adotar outras posições. Valorizada e socialmente reconhecida, a profissão na área médica é suficiente para legitimar o que se diz, e por vezes se torna mais relevante do que o próprio conteúdo dos discursos. No segundo enunciado cotejado acima, os cargos e qualificações profissionais do psiquiatra são mais relevantes do que o próprio tema da maconha ou sua legalização, que é interessante ressaltar, é tratada pelo leitor como “liberação” (aprofundamos essa questão nas análises seguintes).

O que diz o médico é tomado como uma verdade “estrangeira”, termo que mostra um dos efeitos do enunciado de *Veja*, de despertar o medo como reação, e se opõe veementemente ao discurso “falacioso” do usuário, sempre invalidado, pois não passa de uma “brisa”. Aqui, a leitora se apropria, como fez a revista, da voz atribuída ao usuário, marcando a distância entre seu discurso e o dele por meio das aspas. A palavra, aliás, assim como “barato”, também é utilizada coloquialmente para se referir aos efeitos inebriantes da droga, e nos parece mais atual do que o termo escolhido pela revista. Isso quer dizer que, até nas escolhas lexicais, *Veja* deixa entrever certo conservadorismo, no sentido de preservar o que já foi dito, de conservar do léxico os sentidos e os valores já consagrados.

Por último, é válido lembrar, mais uma vez, que nossa análise não pretende esgotar os sentidos possíveis do enunciado, pois estes jamais estão “completos”, já que são elementos de uma infinita cadeia dialógica, de uma polêmica que ressurgiu, sempre renovada e sempre insolúvel. O que nosso trabalho pode e tenta fazer, nas próximas análises, é aprofundar a compreensão do discurso sobre a maconha resgatado neste enunciado, conforme ele é colocado em diálogo com os outros elementos do *corpus*, que a ele respondem, que o contestam, reafirmam, enfim, com os quais ele dialoga. Levamos em conta, portanto, sua inserção numa cadeia de outros enunciados e no fluxo contínuo da história.

4.2.O discurso do mercado em *Veja*: um futuro nebuloso

A seguir aparece reproduzida a segunda capa de *Veja* a integrar o *corpus*:

Figura 5-Corpus: capa da revista *Veja*, dezembro de 2013



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*⁴⁰

⁴⁰ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/2347>

Datada de dezembro de 2013, esta capa é a terceira em ordem cronológica de publicação, mas a segunda na sequência de agrupamento do *corpus*, pois é apresentada junto à outra revista da mesma marca, já que compartilham informações fundamentais, por exemplo, quanto aos interlocutores da enunciação (o perfil do leitor e a imagem da revista) e à instituição que assina o enunciado (o Grupo Abril).

Num contexto mais específico, esta capa se constitui como uma resposta à concorrente *Carta Capital*, publicada aproximadamente seis meses antes (analisada no próximo subcapítulo, 4.3). Na ocasião, a revista da Editora Confiança clamava pela legalização das drogas como solução para o problema do tráfico e da violência que delas derivam. Além de responder diretamente à concorrente, a capa de *Veja* é, ao mesmo tempo, uma resposta ao contexto de mudanças nas legislações americanas (não só dos EUA, mas das Américas), e a outros enunciados da mesma esfera, mais ou menos distantes no tempo e no espaço, alguns dos quais esta análise pretende resgatar.

4.2.1. O tema no gênero discursivo capa

Nesta análise, dedicamos menos espaço à discussão sobre os aspectos relativos ao gênero discursivo, quando em comparação com a análise anterior, na tentativa de não repetirmos o que foi dito sobre a identidade da revista, os valores do grupo, a imagem de jornalista e do leitor ideal que *Veja* cria em seu discurso por meio dos aspectos estáveis do gênero discursivo capa de revista. O objetivo nesta seção é discutir a construção verbo-visual desse tipo de enunciado, na segunda subseção, porque diferentemente do primeiro enunciado da marca, com poucos elementos verbo-visuais, este é elaborado a partir de uma complexa e detalhada combinação de signos.

Nossa discussão sobre o gênero está mais focada, neste item, na forma como ele se adequa à unidade temática da enunciação; isto é, de que maneira sua composição formal ou estilística são influenciadas pelo conteúdo temático do enunciado, quais aspectos do gênero capa, neste veículo, permanecem estáveis ou se alteram em função do tema e de sua forma arquitetônica.

Para Bakhtin (2002, p.25), a forma arquitetônica é a forma “dos valores morais do homem estético”, a forma “do acontecimento social e histórico” materializado em determinadas formas estéticas singulares; a forma do conteúdo, segundo Faraco (2011, p.21) – e, nesta perspectiva, é ela que determina a forma composicional. Em outras palavras, a capa

de revista, entendida como um tipo de enunciado relativamente estável, não tem sempre uma mesma configuração formal e estilística, mas remodela-se em função de uma historicidade e de um conteúdo temático específico, da relação axiológica entre os sujeitos do enunciado e o conteúdo que ele veicula, diretamente relacionado à vida social e ao momento histórico da enunciação.

Nesses momentos em que a forma costumeira do gênero se adapta ao conteúdo temático, vemos mais claramente os indícios do projeto de dizer do enunciado, bem como do contexto que lhe dá vida. Vejamos o que muda e o que se mantém nessas duas capas de *Veja* e o que tais mudanças podem significar.

Como enumeramos no capítulo três, são mantidos, na maioria dos enunciados desse tipo, os elementos formais que caracterizam a identidade da revista (o logo estilizado com o nome da publicação), da empresa que a produz (o logo da editora), bem como suas características comerciais (o código de barras, o preço, a data etc.), pois estes são aspectos que permitem o reconhecimento imediato da marca e do produto. Quanto ao estilo, mantém-se a posição, a fonte e o tamanho das letras do logo nas capas, o que permite identificar a instituição responsável pela autoria do enunciado.

Em *Veja*, alguns aspectos formais e estilísticos variam em função do tema do enunciado como um todo, como a presença de chamadas para matérias secundárias e a cor do logo. Enquanto na capa anterior ele aparecia estilizado em verde, em função da ideia de legalização sugerida de forma velada no enunciado, nesta capa, ele surge colorido de roxo, novamente para compor o todo de sentido do enunciado, organizado em torno de uma ideia de obscuridade e mistério.

Para nós, detalhes como esses são relevantes porque mostram como a construção do gênero não pode se ater a fórmulas estanques, uma vez que ele se ajusta a uma “ideia central” que une forma, conteúdo e estilo. Outro exemplo, é a presença de chamadas para matérias secundárias, ausentes no primeiro exemplar analisado, que dava destaque total à reportagem sobre a maconha, (como numa edição especial).

Nesta capa, as manchetes de outras reportagens ajudam a construir o clima de polêmica que cerca a questão da legalização da maconha – que, desta vez, é central no enunciado, e não apenas um detalhe velado. Uma delas insinua uma relação obscura entre o presidente e uma mulher que trabalhava no gabinete da presidência; a outra coloca em discussão o tabu da união homoafetiva na igreja católica.

A primeira chamada secundária no canto superior esquerdo tem como título a palavra “exclusivo”, em caixa alta, que dá ao enunciado um tom de “furo”, sugerindo um escândalo

político envolvendo o nome do ex-presidente Lula e de Rosemary Noronha, a mulher cujo rosto aparece ilustrando a manchete, ao lado dos dizeres:

EXCLUSIVO Rosemary Noronha fala a VEJA “Minha **relação com Lula** é de amizade e fidelidade” (VEJA 2013)

Assim como em outras capas do *corpus*, a figura da mulher aparece envolta numa atmosfera de escândalo político, com discreto apelo sexual, já que a funcionária do escritório da presidência (segundo se lê na reportagem) faz questão de explicitar na sua fala que a relação com o presidente é de amizade (não de romance, por exemplo) e de natureza profissional, apesar da intimidade que permite o uso de apelidos, como reforça o texto do índice, “Rose: amiga de Lula, fiel e profissional”.

É interessante observar essa recorrência inesperada no gênero, isto é, a figura da mulher associada a “escândalos políticos”, que aparece em nosso *corpus* mais de uma vez, podendo caracterizar uma estratégia da esfera, ou até mesmo do gênero, de usar a imagem feminina para induzir a imaginação do leitor a instaurar um clima romântico ou erótico em torno do fato noticiado – o que pode fazer parte da função de entreter o leitor além de apenas informá-lo. Apesar de as relações do ex-presidente serem o tema do enunciado, é sobre a figura feminina que recai o foco da manchete, e assim será em outros enunciados do *corpus*, quando se quer “erotizar” a notícia.

A manchete também permite ver que a relação entre revista e leitor se constrói com base no compartilhamento de informações subentendidas, que são tomadas como sabidas pelo leitor e que, por isso, não precisam ser esclarecidas na capa, onde só cabem os fatos mais relevantes e impactantes. Ele deve saber, por exemplo, quem é Rosemary Noronha e deve saber, inclusive, das suspeitas que recaem sobre sua relação com Lula, que a levaram a fazer uma declaração de “inocência” à revista. O que nos interessa sobre a chamada é justamente esse caráter misterioso, suspeito e polêmico que envolve a notícia, pois é isso que ela tem em comum com o todo do enunciado.

Se a seleção de manchetes se dá em função dos interesses do leitor ou daquilo que possa chamar-lhe mais atenção, além dos escândalos políticos e da legalização da maconha, estariam, também, as questões concernentes à igreja católica, mais especificamente quanto à polêmica que envolve o casamento gay a partir do olhar da instituição sob o comando do Papa Francisco, cujo rosto aparece ilustrando a manchete que diz:

Papa Francisco A opinião dos fiéis sobre o **casamento gay** vai ter valor no **Sínodo**? (VEJA, 2013)

Na segunda manchete da capa, o uso do específico termo “Sínodo” pressupõe que o leitor detenha um conhecimento mais aprofundado dessa instituição e de seus procedimentos. A palavra nomeia uma reunião periódica mundial de bispos, presidida pelo papa, para discutir assuntos de interesse da igreja, no âmbito universal - entre eles o casamento gay.

O rosto do papa responsável por colocar em pauta “temas delicados para a Igreja” (como se lê no índice) também aparece na chamada, lembrando a articulação fundamental do verbal e do visual na construção dos enunciados desse tipo. A imagem sorridente do Papa Francisco ilustra a manchete e personifica a questão na figura do religioso que, por si só, é polêmica – já que ele coloca em pauta muitos dos tabus do catolicismo, como mostra o subtítulo da reportagem:

A Igreja de Francisco é definitivamente outra. Em questionário enviado às paróquias de todo o mundo, preparatório para a assembleia de Bispos de 2014, ele toca em temas tabus como o casamento gay e a contracepção. É o papa de pés no chão (VEJA, 2013).

Sobre as chamadas de capa afirmamos, ainda, que elas ajudam a criar uma imagem do leitor pressuposto por *Veja*: aquele que se interessa tanto pela informação política, quanto pelo entretenimento proporcionado pelos escândalos sexuais na política; pelas discussões da igreja católica sobre a concepção de família e pela legislação e o mercado internacional de drogas.

Esse interesse pela política, pelo mercado, pela lei e pela religião pode estar de acordo com os valores da família de classe média, perfil do leitor presumido de *Veja*, cuja imagem projetada se encontra no site da Editora Abril⁴¹. Ali estão dados detalhados sobre a audiência da revista, que seria composta por mulheres (52%) e homens (48%) adultos, principalmente acima de 50 anos - quase 30% desses leitores estariam nesta faixa etária e outros 40% entre 30 e 49 anos-, da chamada “classe social B” (50% pertenceriam a essa “classe média-alta”).

Com esses dados não se pode afirmar quem é o leitor real da revista, já que este não coincide com esse leitor presumido, mas é possível compreender a quem preferencialmente se direciona esse enunciado, visualizar uma imagem criada de leitor nas suas entrelinhas. As “polêmicas” trazidas na capa são polêmicas, portanto, não necessariamente para a “sociedade brasileira”, mas pelo menos para determinados grupos sociais que a compõem.

⁴¹ Para ver dados das projeções da revista sobre sua audiência ver: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impresa>.

Além desses aspectos variáveis do gênero (as manchetes secundárias e a estilização do logo), que nos permitem falar dos interesses do leitor, de sua imagem projetada e da abordagem geral que se faz do tema (obscura, sombria, como a cor do logo sugere), interessamos o contexto histórico que dá vida ao enunciado. Um aspecto deste que pode ser retomado através da data de publicação da revista, elemento fundamental para marcar o “período de validade” da notícia: novembro de 2013, quase um ano após a primeira capa da *Veja* analisada aqui. Outro aspecto histórico a se destacar é que essa capa é motivada pela notícia de um plebiscito, ainda por vir, sobre a legalização da maconha nos EUA, e pela possibilidade de concretização de um projeto de lei sobre o mesmo tema no Uruguai.

Enquanto a primeira capa alertava para os perigos que o “liberalismo” de tais medidas poderia significar para a saúde, principalmente, de jovens, nesta capa, o que antes era um alerta adquire ares de profecia concretizada após a realização da votação popular que aprovou a legalização da maconha nos estados de Colorado e Washington após a aprovação oficial do projeto uruguaio – mesmo antes de tais leis entrarem em vigor.

Para compreender os sentidos desses enunciados, é preciso analisá-los como respostas não ao contexto mais amplo, e como enunciados que respondem uns aos outros, já que, para o Círculo, um ato de compreensão ativa sempre contém “o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de um outro processo evolutivo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.127).

Nesse sentido, esta segunda capa de *Veja* é uma nova réplica nesse diálogo, um novo elemento na corrente de enunciados que constituem a polêmica da maconha na imprensa brasileira e que acompanham o fluxo dos acontecimentos reais, de fatos históricos como a legalização de todas as etapas do processo de produção, venda e consumo da droga. Além de caracterizar uma reação a esse contexto, a revista responde, de forma mais direta, como citamos no início da análise, à concorrente *Carta Capital*, publicada aproximadamente seis meses antes, apontando a legalização das drogas no Brasil como solução para os problemas sociais delas provenientes.

Dessa forma, a cada nova réplica desse diálogo, os sentidos do signo vão sendo negociados e atualizados em função do contexto, em constante mudança. Uma apresentação do contexto que deu origem a tais enunciados é feita na carta que *Veja* dirige ao leitor. Ali, fica clara a posição da revista quanto ao tema da legalização, já no título, “Ima falsa solução mágica”, que é uma clara retomada da ideia proposta por sua concorrente, segunda a qual a

legalização seria uma solução para a violência do tráfico, entre outras questões sociais. Na última subseção deste item, aprofundamos a análise dessas relações dialógicas entre enunciados. Por ora, interessa-nos observar como esse contexto é apresentado nessa edição de *Veja*.

A seguir, apresentamos alguns fragmentos dessa carta que, em *Veja*, não é assinada, e que funciona como um texto explicativo da capa, introdutório da reportagem principal, e capaz de fornecer uma ideia geral do tema central daquela edição.

A legalização da maconha é uma dessas soluções aparentemente simples para um problema complexo que **muitos estudiosos e políticos sérios**, e **outros nem tanto**, defendem **na falta de uma ideia melhor**. (VEJA, 2013)

Pois **os eleitores do Uruguai** e do Colorado e de Washington, **nos Estados Unidos**, decidiram, pelo **voto direto ou de seus representantes**, **ser cobaias da experiência** de legalizar a maconha. **Dentro de alguns meses qualquer cidadão** adulto do **nosso país vizinho** e dos dois estados americanos poderá comprar a droga numa farmácia ou loja especializada. (VEJA, 2013)

Veja **destacou duas de suas repórteres** para **ver de perto o impacto** que a legalização da maconha **está tendo** entre os uruguaios e os americanos. Sim, porque, **mesmo antes da entrada em vigor das leis**, seu **espírito liberalizante** já se instalou. As jornalistas viram uma **realidade menos rósea** que aquela com que os defensores da medida costumam **sonhar**. (VEJA, 2013)

Os destaques feitos no primeiro trecho ratificam os resultados da análise da capa anterior, no que diz respeito ao tema do enunciado como um todo. Na ocasião, afirmamos não se tratar apenas do embate mostrado entre a medicina e o usuário, mas de um conflito político-ideológico em que se disputam os sentidos do signo maconha (legal/ilegal), além do valor social da prática de consumi-la (tolerável/intolerável). Isto é, no discurso de *Veja*, desse a primeira análise, está em jogo a legalização ou a manutenção da proibição da maconha no Brasil e no mundo, ainda que de maneira velada.

Nesse primeiro trecho, o discurso da legalização - que, na capa anterior, era atribuído ao usuário de maconha “que acha que ela não faz mal” -, aparece na voz de “estudiosos e políticos sérios”, que defendem a medida “por falta de uma ideia melhor” ou, ainda, daqueles que não podem ser considerados sérios. Além da oposição entre políticos sérios/não sérios, no segundo trecho da carta ao leitor também percebemos a dualidade nos pares Estados Unidos/Uruguai e voto direto/ voto dos representantes.

Essas dicotomias são indícios de um conflito ideológico mais complexo que, em nossa interpretação, se mostra no discurso da revista na forma de uma oposição entre a legalização

estadunidense (iniciada com voto popular em plebiscito, feita por “políticos sérios”) e a legalização uruguaia (feitas por políticos não sérios, que decidiram, sem aprovação popular, pela controversa medida).

Essas reflexões reforçam o papel fundamental da situação na construção da enunciação, pois se os interlocutores (revista e leitores) “não tivessem uma compreensão comum do que está acontecendo e uma clara atitude a esse respeito, suas palavras seriam incompreensíveis, insensatas e inúteis” (VOLOCHÍNOV, 2013, p173). Portanto, se a comunicação entre revista e leitor se dá de forma efetiva, é graças a uma compreensão comum dessa situação descrita.

A compreensão e a valoração da situação imediata da qual se originou o enunciado são determinantes na construção da enunciação, que deixa ver, por sua vez, a valoração negativa que a legalização ganha nessa capa. O cotejo com a carta ao leitor explicita a postura contrária à legalização, entendida como um experimento incerto, em que a população é uma “cobaia”, e ficará exposta ao perigo de “qualquer cidadão” ter acesso a uma droga que, segundo a edição anterior sobre o tema, faz mal e é perigosa.

Nessa abordagem de *Veja*, o temor recai, principalmente, sobre a mudança nas leis uruguaias. Ainda no segundo trecho, a sequência “nosso país vizinho” traz esse clima de medo e incerteza para perto da realidade brasileira, lembrando que o fato, aparentemente distante de nosso contexto proibicionista, se aproxima com a chegada da legalização no pequeno país da América Latina, o vizinho Uruguai.

No último trecho desse cotejo, na primeira linha, destacamos os termos que reforçam a imagem heroica do jornalista (mais especificamente do sujeito repórter), como explorador, aventureiro, testemunha ocular da história. Quando afirma “destacar” duas repórteres, a revista parece estar convocando-as para uma missão, a de “ver de perto” o impacto que a legalização da maconha “está tendo” no Uruguai e nos EUA.

A locução verbal indica uma ação em acontecimento, o que equivale a dizer que a legalização “está” impactando (no presente, no momento do testemunho das jornalistas) a vida de uruguaio e estadunidenses. No entanto, apesar de serem descritas como se fossem testemunhas presenciais da história - o que daria ao relato um ar de “verdade”, de fato vivido e experimentado – as repórteres relatam apenas percepções, sensações subjetivas, já que as mudanças na lei ainda não haviam se concretizado, como mostram os trechos “dentro de alguns meses”, no segundo fragmento, e “mesmo antes da entrada em vigor das leis”, no último.

Assim, o que as repórteres investigam é algo abstrato, que antecede a regulamentação e aplicação das medidas. À época, as mudanças eram apenas previsões, descritas de forma abstrata (como um “espírito liberalizante”, por exemplo) e, por isso, o “impacto” de tais medidas ainda não poderia ser sentido. Mesmo assim, as previsões de *Veja* não parecem otimistas.

Na última linha do terceiro trecho, a situação é descrita como “menos rósea”, um eufemismo para a atmosfera sombria sugerida nos tons da capa, muito mais próximos do roxo, que predomina na capa, como uma referência ao mistério e à escuridão, do que do rosa, do romantismo e do sonho. Nesse contexto de um futuro obscuro, quem defende a maconha, conforme mostram esses últimos destaques, estaria em estado onírico, sonhando com uma realidade romantizada, uma “falsa solução mágica”, como sugere o título da carta.

Com este primeiro movimento analítico, vimos como elementos relativamente estáveis do gênero, o logo, que se adapta ao tom obscuro com que *Veja* aborda o tema, e as chamadas secundárias sobre “temas polêmicos”, se adaptam ao conteúdo temático do enunciado. Nesse sentido, nossas observações sobre as instabilidades do gênero capa, até o momento, estão de acordo com o que defende Bakhtin (2002, p.57), quanto à forma de uma obra (no caso, do enunciado do gênero discursivo capa de revista) ser “a expressão da atividade criativa, determinada axiologicamente, de um sujeito esteticamente ativo”. Isso quer dizer que a forma composicional do gênero se adequa à forma arquitetônica, ao conteúdo do enunciado como um todo de sentido, materializado verbo-visualmente, conforme detalhamos na próxima seção.

4.2.2. A elaboração verbo-visual da capa

No subitem anterior, vimos que até mesmo os elementos aparentemente estáveis do gênero podem se adequar à unidade temática do enunciado, ao contexto histórico real que ele reflete/refrata. A construção verbo-visual da chamada para a reportagem principal também é determinada por esses fatores e não é fruto apenas da imaginação criativa dos sujeitos por trás do texto, como sugere o comentário da leitora, publicado na edição seguinte, na seção reservada à opinião dos leitores sobre os assuntos mais comentados do último número da revista:

Surpreende a **imaginação criativa** da capa da edição 2347 (13 de novembro): a Estátua da Liberdade segurando um baseado. E de óculos escuros! A fumaça com formato de

cifrão é **surreal! Não compreendo** esse mundo das ervas – **prefiro a lucidez**. Mas a arte deve ser valorizada... Parabéns VEJA! Mara Lúcia Sander Soprana. Itapema, SC

Para a leitora, a complexa elaboração do enunciado é uma obra artística mais próxima do absurdo do que da realidade, como sugere o termo “surreal”. Fruto de mentes criativas, que teriam conseguido captar a loucura do “mundo das ervas” (mundo das drogas?), a “surpreendente” combinação de elementos sógnicos que compõem a capa – que, para a leitora, pertencem a esse universo simbólico da maconha - é incompreensível para aqueles que preferem a “lucidez”, sendo compreensível, portanto, apenas para loucos (em oposição aos lúcidos) ou para artistas, já que estes seriam capazes de recriar esse universo de forma tão criativa e imaginativa, como valora a leitora.

Já numa perspectiva bakhtiniana, como a que adotamos neste trabalho, qualquer enunciado concreto, como esse, é composto de objetos ideológicos significantes, refletores e refratores da existência material (MEDVIÉDEV, 2012, p. 53). A capa de *Veja* não é, portanto, absurda, louca, distante da realidade, porque fruto da imaginação, mas vinda dessa realidade e, por isso, reflete-a e refrata-a, ou seja, não só “retrata” um contexto real, mas também produz sobre ele uma avaliação, remodelando essa mesma realidade, dando-lhe um outro sentido.

Nas palavras de Medviédev (2012, p.187), “uma combinação de palavras em um enunciado concreto é sempre determinada pelos seus coeficientes de avaliação e pelas condições sociais de realização desse enunciado”. Assim, seja na minimalista capa branca, ou nesta sombria e elaborada capa de *Veja*, o que temos é sempre uma combinação de palavras, imagens, cores e formas, enfim, de signos ideológicos, que contêm em si avaliações sociais. Vejamos o que significam e de que forma se ligam ao contexto real da enunciação cada um dos signos visuais apontados no comentário da leitora (a estátua, o “baseado”, a fumaça e os óculos).

A Estátua da Liberdade, oficialmente nomeada A Liberdade Iluminando o Mundo, não é apenas um símbolo turístico e comercial dos Estados Unidos, cuja imagem estampa os mais diversos produtos e souvenirs. O monumento estadunidense acumula sentidos relacionados a vários contextos históricos, ressignificados nesta capa de acordo com o contexto da época - de aprovação de mudanças na legislação sobre drogas, mais especificamente sobre a maconha, na América.

Como forma de estreitar os laços entre os países e de motivar, também na França, a ascensão de valores democráticos, a estátua neoclássica é inspirada na forma da deusa romana

Libertas, e foi um presente francês para a nação americana que completava, à época, seu centenário de independência (cuja data está gravada na tábula de leis que ela porta na mão esquerda). Fixada nos Estados Unidos em 1886, ela originalmente segura, na outra mão, uma tocha e leva, aos pés, uma corrente de grilhões rompidos.

O monumento simbolizava os ideais iluministas de liberdade e democracia, representados na tocha que iluminava o caminho da “liberdade e justiça para todos”⁴², não por meio da violência da revolução, mas da luz e da lei. Além disso, o presente marcava, também, o reconhecimento do marco que a 13ª Emenda representava na história dos EUA, uma vez que deveria trazer consigo o fim da escravidão e de quaisquer formas de opressão e servidão no país⁴³ - como sugere o grilhão rompido, aos pés da estátua, quase encoberto por suas vestes.

O monumento em honra de valores como a liberdade, a democracia e a justiça para todos, tornou-se, posteriormente, símbolo de uma “terra prometida” para imigrantes, o que foi reforçado num poema de Emma Lazarus gravado no pedestal da estátua. Segundo o soneto, ela seria - a partir do olhar daqueles que, de longe, do mar, avistam sua tocha - como um consolo dos exilados sem terra, como um caloroso acolhimento da América, que os recebia com suas boas-vindas.

Certamente nem todos gozaram historicamente da liberdade e da democracia que a estátua representa, já que a segregação racial nos Estados Unidos, por exemplo, perdurou por no mínimo um século após a instalação do monumento. Ainda hoje, as duras leis de imigração, que se enrijecem ainda mais no atual governo de Donald Trump, também são provas de como a estátua é um símbolo ambíguo da “liberdade para todos” na cultura e na história americanas.

Além disso, nos anos 40, a obra foi transformada num emblema patriótico nas propagandas de defesa nacional. Hoje, a estátua em destaque na capa de *Veja* é mais comumente reconhecida como símbolo da cidade de Nova Iorque e dos Estados Unidos, embora nesse enunciado seus sentidos sejam, mais uma vez, renovados e só se completam na associação com o contexto e com os outros signos. Ali, no lugar da tocha que “ilumina o mundo”, cuja luz guiaria os homens rumo à liberdade e à justiça, um cigarro de maconha (o

⁴² Verso do juramento de lealdade à bandeira e à República dos Estados Unidos da América (*The Pledge of Allegiance*).

⁴³ Informações sobre A Estátua da Liberdade Iluminando o Mundo consultadas no site do *National Park Service* (Serviço Nacional de Parks), do governo dos EUA. Disponível em: <https://www.nps.gov/stli/learn/historyculture/index.htm>

“baseado”) aparece no mesmo contexto da fumaça e da escuridão, que toma o fundo em cores que vão do lilás, ao redor da estátua, ao roxo escuro e preto, nas bordas da página.

Quanto ao texto verbal, destaca-se, ao lado da imagem, a palavra “maconha” na cor branca, sobre esse fundo escuro, abaixo do logo da revista, seguida, na linha abaixo, da sigla USA. A abreviação do nome do país norte-americano é colorida com os padrões e as cores da bandeira estadunidense: listras brancas e vermelhas alternadas preenchem as letras S e A enquanto, preenchendo a letra U, pequenas folhas de maconha se espalham sobre o fundo azul, onde originalmente estariam as estrelas que representam os estados daquele país.

Trata-se de uma paródia, que articula o verbal e o visual para colocar a maconha entre os símbolos nacionais. A cada estado norte-americano que legaliza o uso da droga, o que vêm acontecendo há décadas nos EUA, uma estrela é substituída por uma folha de maconha, até que a nação tenha sido completamente “invadida” pelo vício danoso e pelo mercado lucrativo da droga, como mostra a fumaça em cifrão e o texto verbal.

Além do contraste das cores (branco sobre preto) no signo maconha, e do apelo visual à bandeira, numa associação intrínseca com o texto verbal, a topicalização da sequência “Maconha” e “USA” também é um dos recursos que ajuda a chamar atenção para o tema central do enunciado, a legalização da maconha, principalmente nos Estados Unidos, e transforma todo o restante do texto verbal em comentário sobre esse tópico. Além da bandeira e da estátua, a própria sigla, em inglês USA (*United States of America*), e não em português (Estados Unidos da América), destaca o país, sua língua, seus símbolos e valores - ainda que o Uruguai também seja citado, tanto no comentário ao tópico, analisado a seguir, quanto no conteúdo da reportagem principal.

Novamente, nesse conjunto de elementos verbo-visuais, a estátua representaria, segundo a visão de *Veja*, a “democracia” e a “liberdade” (valores promovidos por ela desde a época de sua inauguração) que, dessa vez, justificariam a “onda liberal” e orientariam as mudanças na legislação dos estados americanos de Washington, onde está situado o monumento, e do Colorado. No entanto, a estátua não reproduz fielmente o simbolismo idealizado por seus criadores, uma vez que, como signo ideológico, não é reflexo da realidade que o sustenta, mas uma refração dela, uma ressignificação de acordo com as condições desse enunciado específico, pois é delas que deriva a relação do sentido e do signo (MEDVIÉDEV, 2012, p.184).

Ocupando apenas um terço do espaço lateral reservado à imagem, o busto da estátua divide o destaque da página com o cigarro de maconha aceso, levantado sobre sua cabeça,

soltando fumaça em forma de um cifrão. Se, aparentemente, é a liberdade e a prevalência do voto democrático no plebiscito americano que justificam a adoção de novas políticas de drogas, neste enunciado, a fumaça que toma a forma do cifrão, sinal gráfico de unidades monetárias, sugere, por outro lado, que é a força do mercado e o potencial lucrativo da maconha que favorecem essa mudança nos discursos oficiais sobre a droga.

De acordo com a perspectiva do Círculo,

A **evolução semântica na língua** é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a **evolução do horizonte apreciativo** – no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de um determinado grupo – é inteiramente determinada pela **expansão da infraestrutura econômica**. [...] (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 139. Destaques adicionados por nós)

Ao levar em conta essa reflexão sobre a influência dos acontecimentos econômicos da infraestrutura na evolução da língua, é preciso considerar que a expansão dos interesses econômicos, na era capitalista, atinge todas as coisas, como pontua Bakhtin/Volochínov, (2006, p. 139), e que determina as ressignificações dos signos linguísticos - para este trabalho, dos signos ideológicos, em geral, sejam verbais ou visuais. Sem considerar a realidade socioeconômica que dá vida à língua e aos signos, em geral, a interpretação que fazemos deles pode ser rasa, como aquela que fez a leitora no comentário cotejado.

Dessa forma, numa tentativa dialógica de compreender a produção de sentidos dos signos e dos enunciados, como a que temos tentado empreender, os signos ideológicos acompanham a evolução econômica da sociedade. No caso do enunciado analisado, o sentido da palavra “maconha” (legal/ilegal), do termo “legalização” (aceitável/inaceitável), do signo “maconheiro” (viciado/paciente), por ora identificados em nossas análises, são influenciados por essas mudanças do mercado.

Isso quer dizer que, enquanto na capa anterior, publicada um ano antes, *Veja* reafirmava os sentidos cristalizados do signo maconha – uma droga que faz mal, comprovadamente, principalmente aos jovens, segundo a medicina, que afeta o desempenho cognitivo, impede o sucesso profissional e prejudica as relações pessoais dos usuários/viciados, -, nesta capa, a droga aparece associada ao lucro, a despeito de todos esses riscos. Se, antes do plebiscito americano e da aprovação do projeto de lei uruguaio, a legalização da maconha era apenas uma possibilidade combatida de maneira velada na capa *Veja*, nesse enunciado, aprovadas as mudanças na legislação de ambos os países, ela se torna

uma realidade sombria, mas lucrativa, sugerida nas cores do fundo e na imagem renovada da estátua.

Em outras palavras, as mudanças na realidade social, na base econômica da sociedade, nos interesses do mercado e nas possibilidades de lucro de quaisquer produtos, inclusive a maconha, fazem com que o horizonte apreciativo de um dado grupo social se expanda, de forma a abarcar outras possibilidades de sentido (a possibilidade de legalização da maconha, por exemplo). No entanto, essas novas significações não são livres, não são livres, estão condicionadas ao diálogo e ao caráter sócio-histórico do signo.

Em *Veja*, as possibilidades de sentido da maconha, sua avaliação social tolerável, são bem delimitadas. Algumas delas são refletidas e refratadas na elaboração verbo-visual das capas analisadas, mas também nas próprias formas da língua. Vejamos no trecho da reportagem transcrito a seguir:

Existem, de fato, indicações médicas bem estabelecidas por pesquisadores sérios para os componentes ativos da maconha. As principais substâncias da *Cannabis* são o **THC**, o *tetraidrocanabinol*, que dá o “barato” da droga, e o **CBD**, o *canabidiol*. Esse último é o princípio ativo que tem poder sedativo, alivia a dor crônica, corta a sensação de náusea e atua como anti-inflamatório. (VEJA, 2013 destaque adicionado)

Nesse fragmento da reportagem identificamos duas formas linguísticas que ganham vida no novo contexto de legalizações no continente, e que põem em jogo outros temas para o signo “maconha”: a droga que trata e alivia, o remédio (o canabidiol, materializado, linguisticamente, na sigla CBD), de um lado, e a droga que “dá barato” e vicia (o tetraidrocanabinol, THC), de outro. Essas outras formas de se referir à maconha, através das siglas ou dos termos que designam seus princípios ativos, são sinais de que as transformações sociais que têm levado a uma lenta e gradual mudança de valoração sobre a planta são refletidas/refratadas não só no gênero capa de revista, conforme analisamos neste capítulo, mas nas próprias formas da língua.

As formas da língua e os sentidos do signo se transformam, portanto, conforme a sociedade se modifica. Para o Círculo, a língua não se abstém a essas mudanças sociais e, na verdade, se expande para abarcá-las, uma vez que

a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias. (BAKHTIN/VOLOCHIÍNOV, 2006, p. 139).

Nessa perspectiva, são essas transformações sociais que determinam todo o processo de produção de sentido dos signos e ampliam suas possibilidades significativas. Se a palavra “maconha” foi historicamente cristalizada no léxico do português brasileiro como droga psicoativa, as transformações sociais mais recentes, seguindo o fluxo do mercado, indicam que, nesse percurso de evolução da língua o signo hoje pode ter o sentido de remédio. No entanto, especificamente nessa capa, não é o tema da maconha medicinal, do CBD, que sustenta a construção do enunciado. Fala-se, isso sim, da droga recreativa, que vicia e ameaça a saúde dos jovens, como reforça a imagem do cigarro de maconha na mão da estátua, além dos óculos, também relacionado ao universo simbólico da maconha como erva psicoativa e elemento significativo de movimentos de contracultura.

Nesse enunciado, não é a folha da planta, mas o baseado que materializa a imagem visual do signo, remetendo não aos poderes terapêuticos da planta ou a seu potencial médico, mas ao consumo da droga enquanto forma de recreação por usuários que não são pacientes, mas “maconheiros”, na leitura de *Veja*. Em tal contexto, a fumaça, além de remeter à lucratividade desse novo mercado da legalização, também remete à toxicidade do cigarro. Diferentemente da folha, mais próxima da ideia de produto natural, de “erva que cura”, o baseado e a fumaça reforçam a ideia de substância tóxica e perigosa, e de que sua legalização é tão danosa quanto o hábito de fumar, pois é o uso recreativo e não o medicinal que estariam em jogo, como sugere o texto visual.

Finalmente, apoiamos essa interpretação de que o tema do enunciado continua sendo a maconha enquanto droga de uso recreativo, e não medicinal (apesar das mudanças na avaliação social atingirem até as formas da língua), nos óculos escuros da estátua, que também podem remeter ao consumo recreativo da droga. Isso porque o acessório pode ser usado como forma de esconder os olhos avermelhados, efeito da dilatação dos vasos sanguíneos, que ocorre durante o uso, como descreve a revista *Galileu* (2013). Esse uso dos óculos escuros é cantado, de forma velada, na canção de Raul Seixas, “Como vovó já dizia”, num verso bastante conhecido: “quem não tem colírio usa óculos escuros”.

Nessa e em outras canções, como “Vampiro doidão”, o músico baiano cujo maior sucesso aconteceu nos 70 e 80, um dos pioneiros do rock no Brasil, faz referência ao universo das drogas, um dos temas que o caracteriza como ícone da contracultura nacional. Nas suas fotos mais divulgadas, que hoje estampam produtos de vários tipos, o cantor aparece com óculos escuros, num formato semelhante aos da estátua da capa de *Veja*.

Sua morte, em consequência de problemas de saúde agravados pelo consumo de álcool, em meio a mitos e rumores, ajuda a consolidar a imagem mortífera das drogas e a

certeza de decadência e fracasso que, a exemplo de vários artistas, aguarda os usuários, segundo o senso comum. Suas letras, como a que citamos anteriormente, questionam valores sociais cristalizados e propõem desde uma “sociedade alternativa”, até alternativas como a de usar óculos escuros, na falta de um medicamento adequado, o colírio, como forma de amenizar os efeitos oculares do uso de drogas, na nossa interpretação da canção.

Outro célebre artista que fazia uso de óculos nesse mesmo estilo era John Lennon, figura também ligada aos movimentos de contracultura, de resistência aos valores e à cultura dominantes. Geralmente vistos como representantes de valores típicos do movimento hippie, da loucura, da subversão, do ativismo político, da militância pela paz por meio da arte, do discurso em prol de formas alternativas de organização, esses artistas têm suas vozes retomadas de forma velada no discurso de *Veja* por meio dos óculos adicionados ao rosto da estátua. É interessante apontar que também notamos a presença de elementos que podem fazer referência, à contracultura, ao modo de vida hippie e à busca pela paz e libertação pelas drogas, também na próxima análise, de *Carta Capital* - o que reafirma essa relação dialógica entre a esfera da arte e a imprensa.

A revista, no entanto, ressignifica esse discurso de liberdade, resistência e contestação, uma vez que atribui ao liberalismo econômico e ao mercado essa mudança no discurso sobre a maconha. Segundo o enunciado verbal, que se encerra com o comentário introduzido por travessão, “e viram um negócio altamente lucrativo”, a legalização das diversas etapas do processo de produção e venda da droga são justificadas por sua alta possibilidade de geração de lucros.

Nesse contexto, os óculos da estátua que, aparentemente, eram apenas fruto da elaboração estética e da criatividade da equipe de *Veja*, conforme comentário da leitora, são, na nossa interpretação, um indício da presença do discurso artístico atravessando o discurso econômico. Nesse diálogo, estão em conflito os valores dominantes do mercado, de um lado e, de outro, a ideia de uma “revolução” cultural que, por meio da arte, propõe novas formas de vida e de organização social.

A construção verbo-visual do enunciado revela, portanto, mais do que formas diferentes de atribuir sentido ao signo, mas põe em jogo maneiras distintas de ver o mundo e de valorar as práticas sociais, provenientes de diferentes esferas: da arte, mais especificamente do campo da música, e do mercado. Vemos, no nosso *corpus*, o que o Círculo define como a capacidade de cada campo de criação ideológica refratar a realidade à sua própria maneira,

conforme sua função na vida social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 32), em diálogo num mesmo enunciado, por meio dos signos ideológicos que se articulam no seu interior.

Além dos óculos e do “baseado” emitindo a simbólica fumaça em forma de cifrão, a expressão da estátua também é um detalhe que a ressignifica, pois ela esboça, na capa de *Veja*, um sorriso discreto (diferente do monumento real) como forma de fazer menção ao “barato” associado à maconha. Com os óculos e a insinuação de um sorriso, a face austera da estátua da liberdade é substituída por uma expressão leve, de quem está sob o efeito da droga, como se a América se entregasse aos seus efeitos, abrindo caminho para o futuro misterioso e tenebroso que se anuncia na cor que toma o fundo atrás da estátua e o futuro à sua frente, refletido nas lentes dos óculos.

O acessório pode ser lido, então, como referência ao universo simbólico do usuário, mas também como uma marca de heterogeneidade e de alteridade, da presença de outros discursos no enunciado de *Veja*, já que remete à esfera artística, como mencionamos e, mais especificamente, ao discurso sobre a droga que circula no campo da música, aos movimentos de contracultura – o que discutimos no capítulo dois deste trabalho. Vejamos essas formas de diálogo e as marcas de polêmica desse enunciado no próximo item, onde também analisamos mais detalhadamente o enunciado verbal dessa capa.

4.2.3. Conflito ideológico em *Veja*

Como citamos no item anterior, apesar da construção visual do enunciado se referir exclusivamente à legalização da droga nos Estados Unidos – a estátua, a bandeira, a sigla USA -, o enunciado verbal da capa (assim como a reportagem) contempla, também, a questão da legalização no Uruguai, e é por isso que temos nos referido frequentemente à legalização na América, sem aspas, pois falamos do continente e não país americano. A topicalização dos termos “Maconha. USA”, que já dá destaque à legalização dos EUA em detrimento da legalização sul-americana é seguida do comentário: “Repórteres de VEJA foram aos Estados Unidos e ao Uruguai saber o que muda na vida das pessoas quando a produção, a venda e o consumo da droga são legalizados – e viram um negócio altamente lucrativo”.

Na capa, o repórter, figura privilegiada na construção do discurso do jornalismo sobre si mesmo (CAVALCANTI, 2006, p. 56) - assim como os textos que ele produz, do gênero reportagem -, aparece como testemunha ocular da realidade descrita, ainda que ela não tenha se concretizado, como mostrou o último fragmento cotejado no primeiro subitem desta

análise. Apesar dessa antecipação, os verbos aparecem no presente, como se a mudança já estivesse em curso: “saiba o que muda”, “são legalizadas” e “viram um negócio”.

À época, no entanto, a legalização da maconha, que já havia sido oficialmente aprovada, tanto nos EUA quanto no Uruguai, seguia em fase de implementação em ambos os países, não tendo entrado em vigor até a data da reportagem – que se baseava, então, em impressões e observações subjetivas das repórteres. O discurso de *Veja* acaba antecipando as consequências da legalização para elaborar uma resposta ao discurso favorável a ela – o de *Carta Capital*, por exemplo, no contexto mais restrito da esfera. Para serem capazes de antecipar essas respostas, as repórteres visitaram pessoalmente os dois países, pressupondo que já estariam em curso mudanças no cotidiano “das pessoas” - sem que sejam especificadas quais, sugerindo que a população destes países, de maneira geral, já estaria sendo afetada pela medida.

Apesar de ambos os países serem mencionados no texto verbal da capa, o destaque dado aos Estados Unidos no texto visual se repete também na reportagem, que dedica nove páginas a descrever a questão da legalização estadunidense e apenas três para tratar da situação uruguaia. A primeira parte da reportagem, sobre a legalização nos estados de Washington e Colorado, recebe o título “Estados Unidos da maconha”, o que nos remete à manchete da revista estadunidense, *Time*, cujo enunciado verbal da capa foi cotejado no capítulo dois deste texto.

O título é acompanhado da foto de um homem de barba e cavanhaque brancos, roupas com as cores da bandeira americana e, no chapéu, folhas de maconha ao invés das estrelas que originalmente estampam o símbolo daquela nação. A imagem reproduz a figura do Tio Sam, símbolo da cultura estadunidense que, com o dedo em riste, convocava os cidadãos ao alistamento nas forças armadas nas propagandas da época das grandes guerras. Diferente da representação comum dessa figura, nessa releitura do símbolo americano, *Uncle Sam* leva, entre os dedos, um “baseado”, tem os olhos vermelhos e um sorriso no rosto.

A forma como estão organizados os elementos verbais e visuais da página que a abre a reportagem produz o efeito de que a “América” é invadida, dessa vez, pela maconha recreativa, não pela maconha medicinal, como anunciava a capa da revista *Time*, de 2010, com uma manchete semelhante: “*The United States of Amerijuana*”. Este último termo, como explicamos no segundo capítulo, justapõe as palavras América e marijuana, sugerindo que a erva para uso recreativo (designada pelo signo marijuana) invadia o país americano,

camuflada na forma de maconha medicinal como sugeria o subtítulo “a legalização virou fumaça, mas a maconha ‘medicinal’ se tornou comum”⁴⁴.

Não são é somente nas manchetes que o diálogo entre *Time* e *Veja* se estabelece. Como discutimos no capítulo três, a revista brasileira é inspirada no modelo consolidado pela pioneira, a *Time*. A reportagem de *Veja* também apresenta uma abordagem semelhante à de sua “correspondente” estadunidense: a maconha medicinal (cujo principal princípio ativo é o CBD) seria apenas pretexto para consumo da droga para fins recreativos (cujo princípio ativo é o THC), o que moveria, de fato, o mercado da legalização, conforme sugere o trecho a seguir:

O CBD, porém, não tem relação com os efeitos sensoriais que fizeram da *Cannabis* a droga predileta de milhões de adolescente. O que os clientes das lojas especializadas em maconha para fins medicinais realmente procuram são os produtos com maior concentração de THC, não de CBD. (VEJA, 2013)

O que parecia a tradução empobrecida, feita por *Veja*, do trocadilho “Amerijuaana”, cunhado por *Time*, se confirma, nesse trecho, como um ponto em comum da argumentação de ambas. A revista brasileira retoma no seu discurso as palavras já-ditas por esse outro, ressignificado-as num novo contexto, em que a legalização é uma realidade, se não no Brasil, em outras partes do continente, inclusive no país vizinho, o Uruguai. Vemos nessa proximidade entre *Veja* e *Time*, um exemplo do que defende Bakhtin (1997, p. 316) quando afirma que “os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter”.

Um dos princípios bakhtinianos que tem orientado nossas análises é aquele segundo o qual “o enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera” (BAKHTIN, 1997, p.316). O caráter de resposta de toda enunciação é fundamental neste trabalho, porque é justamente nessa relação responsiva que a polêmica se manifesta mais ou menos explicitamente, na materialidade verbo-visual de cada enunciado analisado. Além do diálogo com *Time*, com a qual concorda, a qual retoma, reafirma e ressignifica, essa capa de *Veja* também se constitui como uma resposta à capa de *Carta Capital*, analisada na próxima seção.

Na nossa interpretação, essa outra relação dialógica é de polêmica velada, uma vez que cada uma das capas reivindica um sentido possível para a legalização da maconha, disputam

⁴⁴ Tradução nossa do texto original: “Legalization went up in smoke, but ‘medicinal’ pot has gone mainstream”.

não explicitamente, mas no interior do signo. Enquanto *Carta Capital*, como veremos a seguir, sugere a legalização das drogas (a maconha inclusa) como solução para questões sociais brasileiras geradas por sua criminalização, *Veja* vê na legalização da maconha, em dados pontos do continente, uma ameaça à saúde dos jovens e ao desenvolvimento da sociedade, como mostram os fragmentos a seguir:

Facilitar a entrada de adolescentes no mundo das drogas é um dos **óbvios riscos** da experiência de legalização na qual **Colorado e Washington estão se aventurando**. Outros **impactos negativos** já aparecem ou **podem ser facilmente deduzidos**. **Sabe-se**, por exemplo, que o risco de uma colisão no trânsito dobra quando o motorista está sob o efeito do THC. (VEJA, 2013)

Como é **comprovado**, o uso da maconha derruba a produtividade. Isso nenhum **empresário sério** quer para seu negócio, mesmo quem está no ramo da *Cannabis*. (VEJA, 2013)

Esses trechos da primeira parte da reportagem, em que se discutem apenas os impactos da legalização na “terra do tio Sam” (expressão retomada por *Veja*, na figura do homem que ilustra a primeira página da matéria) explicitam a valoração negativa da legalização da maconha, que era apenas sugerida na capa, nos tons escuros que davam o toque sombrio ao enunciado. Novamente, a entrada de jovens no mundo das drogas e a ameaça que elas representam à sua saúde seguem sendo as principais preocupações da revista. Aparecem, também, como argumentos contra a legalização, a questão da direção perigosa - que, na verdade, é massivamente associada a bebidas alcoólicas, no Brasil -, e a queda da produtividade de funcionários de negócios “sérios”.

É interessante notar, ainda, que nos termos em negrito, a legalização é tida como uma “aventura”, cheia de “riscos óbvios” e “impactos negativos” “facilmente dedutíveis”, “sabidos” ou “comprovados”, embora não seja necessário comprová-los, já que não são citados dados ou fontes que comprovem essas afirmações – o que provavelmente se dá graças ao pressuposto compartilhamento de uma mesma visão entre o veículo e seu público.

Apesar da valoração negativa atribuída à legalização estadunidense, ela é entendida como uma medida melhor do que a proposta uruguaia, como mostra o quadro que inicia a parte da reportagem dedicada a falar da questão da maconha no país da América do Sul. O quadro é precedido por um pequeno texto introdutório e seguido de uma breve conclusão, que são suficientes para compreendermos o destaque dado aos signos verbais e visuais associados à cultura estadunidense, em detrimento das referências ao contexto uruguaio, na capa. Na

reportagem, o título do quadro também evidencia um conflito ideológico complexo que se esconde por trás da polêmica legalizar/não legalizar:

“Legalização capitalista x legalização socialista”. (VEJA, 2013)

Nos estados americanos do Colorado e de Washington, **o mercado da Cannabis está nas mãos da iniciativa privada**. No Uruguai, vai funcionar no **sistema de comunidade ou de produção de subsistência**. (VEJA, 2013)

Conclusão: Nos Estados Unidos, a droga terá uma **qualidade mais controlada** e seu **uso será coibido** com mais eficiência do que no Uruguai. (VEJA, 2013)

O cotejo com a reportagem e a indissociável relação com o contexto real do qual se originou a enunciação atualizam o tema do enunciado de capa, preenchendo de sentidos os signos que se articulam na capa de *Veja*. Renovam-se, então, os significados da estátua, da fumaça e da própria palavra “legalização”. Os destaque nos fragmentos acima mostram que a disputa pelo sentido da legalização, nesse enunciado, toma a forma de legalização capitalista estadunidense x legalização socialista uruguaia, sendo a primeira aquela que a revista toma como referência na capa e na reportagem, além de ter preferido na conclusão do quadro comparativo.

Na nossa interpretação, a concretização da legalização da maconha em algumas partes do mundo fez com que *Veja* adaptasse seu discurso, já que a simples negação da possibilidade de legalizar, como enunciou de forma velada na primeira capa, não seria mais coerente com o contexto de legalizações, havendo diferentes argumentos a favor da medida de acordo com o pensamento capitalista e com o socialista. Sendo obrigada a atualizar seu discurso em função do contexto atual e a escolher entre uma dessas duas formas de valorar o signo “legalização”, *Veja* opta pelo tema capitalista, privilegiando a legalização americana, tanto na argumentação quanto na construção verbo-visual da capa.

Como empresa do setor privado, conduzida pelos mesmos valores de mercado que orientam as políticas dos EUA, é mais esperado que a revista compartilhe os valores capitalistas que norteiam a legalização norte-americana e se incline a preferi-la, numa comparação com a uruguaia. Fruto de um plebiscito em que o voto popular aprovou a medida, a política do norte do continente seria resultado de um sistema democrático, e deixaria o mercado da erva “nas mãos da iniciativa privada”, o que garantiria o lucro e o controle do consumo. Já a legalização sul-americana, por outro lado, teria sido decisão do Estado, tomada por legisladores e executores das leis, sem consulta ao povo; não traria benefícios econômicos

já que a produção é de subsistência ou comunitária; e não seria eficiente em coibir e controlar o consumo.

Nesse contexto, se *Veja* já não pode ignorar ou negar o tema da legalização, ela pode escolher cuidadosamente a forma de refratá-la em seu discurso e, nele, tem espaço a legalização segundo os modelos dos EUA, valorada como democrática e lucrativa. Nesse momento, a relação entre a estátua e o cifrão, entre o contexto e o enunciado, entre os signos e seus sentidos vai se explicitando.

O monumento nova-iorquino, que recebe grande destaque na elaboração verbo-visual do enunciado, poderia remeter, como vimos, à liberdade e à democracia como valores que simbolizaram momentos da história e parte da cultura estadunidense. Todavia, especificamente nessa capa de *Veja* ele simboliza a liberdade do mercado, que permite que se coloquem em jogo novos temas, não só para o signo “maconha”, mas para sua legalização - ainda que a revista preveja que, com ela, um futuro tenebroso obscurecerá o horizonte da América.

Assim, no contexto de legalizações americanas – tanto na América capitalista quanto na socialista, representadas por EUA e Uruguai, respectivamente -, a estátua que ilumina (ou melhor, obscurece) o mundo com seu “baseado” põe em jogo, para além da polêmica faz mal x não faz mal (como fez explicitamente a primeira capa de *Veja*) e da oposição legalizar x manter proibido (que de forma velada se insinuava naquela edição), o conflito ideológico entre os valores “capitalistas” e “socialistas”, entre a cultura dominante e a contracultura, entre o olhar da imprensa/mercado e da arte para o mesmo objeto, entendido como signo ideológico, a maconha. Ele é, como postula o Círculo, uma arena das tensões ideológicas do meio social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006), refletindo e refratando esses conflitos à maneira da esfera em que o enunciado é produzido e posto em circulação. Cabem nas diversas representações verbais e visuais do signo, no gênero capa, inúmeras avaliações sociais, que se encontram, se ressignificam, e que, ao invés de simplesmente refutarem-se mutuamente, negociam entre si os sentidos da palavra/imagem.

O tema dessa capa de *Veja* coloca em jogo, portanto, não apenas a questão da legalização como uma realidade que toma o continente, ameaçando, também o Brasil, mas questiona suas formas: legalizar como os Estados Unidos (de acordo com os valores capitalistas, do liberalismo econômico) ou como o Uruguai (de acordo com valores socialistas, como a coletivização da produção e a interferência do Estado)? Legalizar a maconha medicinal, com fins nobres de zelar pela vida de pacientes em tratamento de doenças

graves? Ou a maconha cantada por artistas como fonte de inspiração, libertação das coerções sociais ou, ainda, como símbolo de um modo alternativo de vida, natural e pacifista?

Nesse contexto de embates, a revista não se priva de posicionar-se ideologicamente, valorando a legalização uruguaia como ilegítima e as razões do mercado como as reais motivações dessa onda liberal. Nas últimas três páginas da matéria especial, reservadas à cobertura da situação no Uruguai, os fragmentos transcritos a seguir mostram que, para legitimar a legalização estadunidense, como argumento que autoriza o tema na capa de *Veja*, a legalização uruguaia deve ser combatida, deslegitimada:

A NOVA ERVA DOS PAMPAS. O Uruguai quer legalizar a produção e a venda de maconha ainda neste ano, mas... **para quê, mesmo?** (VEJA, 2013)

No Uruguai, há **jovens** apelidados de ni-ni (“nem-nem”, em português): **nem estudam nem trabalham**. Essa parcela a população, cada vez mais familiarizada com a **droga da preguiça**, deveria estar produzindo a riqueza necessária para sustentar a aposentadoria dos idosos. O **futuro** do Uruguai, com o perdão do trocadilho, é **nebuloso**. (VEJA, 2013)

Nessas últimas linhas da reportagem está clara a valoração negativa atribuída especificamente à legalização uruguaia. Se a legalização americana é ruim apenas porque abre as portas de um vício perigoso aos jovens estadunidenses, já que esse país tem boas estratégias econômicas para lidar com a questão, a legalização uruguaia, por sua vez, compromete a produtividade dos jovens e a estabilidade econômica da população.

Para o jornalista Aloysio Biondi, que assina o posfácio do livro de Abramo (2003, p.59), cotejado no capítulo três, não é no início, no chamado “lide”, que estão as informações mais relevantes da notícia, mas no fim, “nas últimas quatro linhas”, que estaria escondida “a verdade”. Num paralelo com os gêneros capa e reportagem, entendemos que no final do texto não está escondida uma verdade, mas indícios para uma interpretação menos superficial do tema desses enunciados - que não é apenas a legalização, mas a forma como ela deve acontecer, de acordo com o modelo dos Estados Unidos ou com o do Uruguai.

No fim do texto, portanto, encontramos pistas para interpretar o enunciado no seu contexto mais amplo, o de um conflito ideológico que é político e econômico, que opõe, de forma velada na capa, mas explícita na reportagem, capitalismo e socialismo na disputa pela valoração da legalização. Pensando na capa como gênero principal neste trabalho, é possível dizer que, somente em contato com outros textos a polêmica da qual ela participa vai ganhando corpo e se preenchendo de sentidos. Mais do que opor-se ao discurso das

concorrentes com quem compete no interior da esfera, mostraremos na próxima seção que, *Veja* remete a outros embates, por exemplo, ao conflito ideológico entre o capital e o social.

A polêmica que predomina na imprensa, conforme nossas análises, por ora, é aquela que põe em jogo não necessariamente discursos opostos de concorrentes em disputa aberta na mesma esfera, mas, como descreve Bakhtin (1981, p. 53), ao falar da obra de Dostoievski, são forças históricas, vozes sociais, políticas e ideológicas que penetram o enunciado, revelando-se em vários aspectos que o constituem.

Levando isso em conta, a estátua que, originalmente, simboliza a “liberdade iluminando o mundo”, é ressignificada no *corpus* e traz não luz, mas, pelo menos por enquanto, “trevas” às Américas. Símbolo dos valores e da cultura dos EUA, quando associada à imagem do cigarro de maconha e do cifrão, ela significa, na capa de *Veja*, a liberdade democrática e o liberalismo econômico que, juntos, anunciam o que pode ser uma irreversível “tendência legalizadora” no continente. Além de sinalizar a tendência liberal, ideologicamente importada dos EUA, *Veja* também profetiza um “futuro nebuloso” no horizonte com a legalização da droga para fins recreativos, em que até a Estátua da Liberdade se rende ao “barato” da droga. Assim, o roxo predominante na capa é ambíguo: pode se tornar tanto um roxo, ou rosa, no caso da prosperidade do mercado da maconha, quanto preto, no caso da expansão do vício e do fracasso dessas novas medidas.

Com as análises dessas duas capas de *Veja*, acreditamos ter ficado claro como afirma Bakhtin/Volochínov (1997, p. 115-116), que “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” e que seu “tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, p.132).

Nesse contexto, para compreendê-lo, não basta, numa leitura dialógica do enunciado, reconhecer os signos como se fossem reflexos da realidade, ou pura obra da criatividade artística, como fez a leitora comentarista. É preciso percebê-los como objetos que refratam a realidade, e interpretá-los na sua relação com os outros signos verbais e visuais que compõem o enunciado, com o contexto mais próximo e mais amplo da enunciação.

Nas palavras do Círculo: “O essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 94). Sem considerar o signo no seio de suas relações dialógicas, a complexa

elaboração verbo-visual do enunciado não pode ser ativamente compreendida, pois “é impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico” (MEDVIEDÉV, 2012, p.185). Dessa forma, corre-se o risco de limitar a compreensão do enunciado a uma leitura que não vê os sentidos sugeridos no não dito que o atravessa, ou na complexa articulação entre os elementos verbais e visuais que constituem sua materialidade; corre-se o risco de considerá-lo “surreal”, uma alucinação dos próprios viciados, como sugeriu a leitora em seu comentário.

4.3. “Legalizem!” O discurso político de *Carta Capital*

A terceira revista a integrar o *corpus*, publicada em Maio de 2013, é a segunda em ordem de publicação e aparece reproduzida para melhor observação na figura a seguir:

Figura 6-*Corpus*: capa da revista *Carta Capital*, maio de 2013



Fonte: Acervo digital da revista *Carta Capital*⁴⁵

⁴⁵ Capa disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/748>

4.3.1. Uma posição ideológica

Com as análises realizadas até agora, notamos que o discurso produzido pelas marcas deve estar em harmonia com seu nome, conforme pressupõe Maingueneau (2004, p. 213). Assim, o nome da revista cuja capa analisamos pode revelar, de antemão, a postura ideológica que ela geralmente adota quanto aos assuntos noticiados. É necessário, para isso, que se faça uma leitura mais atenta, não só do texto verbal, e que se tenha como recorrer ao “exterior” do texto analisado, bem como a outros enunciados com os quais ele dialoga, como forma de perceber o implícito que ali ressoa. É o que tentamos nesta seção, partindo dos elementos relativamente estáveis do gênero capa, nesta publicação.

O nome da publicação ocupa cerca de um quarto da página, reservado para alguns elementos relativamente estáveis, como o **logo da revista**, em vermelho (na palavra “carta”) e preto (na palavra “capital”). O substantivo “carta” faz referência não só ao gênero discursivo que estabelece a comunicação impressa entre sujeitos distantes, transformado, pela imprensa, em gêneros jornalísticos, como a carta ao leitor e as cartas do leitor⁴⁶. Segundo declaração do próprio jornalista⁴⁷ fundador da marca, a publicação leva esse nome em homenagem à editora de seu irmão *Carta Editorial*.

No entanto, além de remeter ao gênero discursivo e constituir uma homenagem ao irmão, Carta é o sobrenome da família do idealizador da revista e diretor de redação (até os dias de hoje), Demetrio Carta. O jornalista ítalo-brasileiro, conhecido como Mino Carta, é, também, fundador de outras importantes revistas, como as semanais *Isto É* e *Veja*. Sua figura e trajetória nos parecem interessantes para esta análise (diferente do que acontece nas outras), porque suas declarações ajudam a compreender a abordagem da revista. Inicialmente, esta parece estar de acordo com aquele “jornalismo romântico”, que se pretende engajado, combativo e transformador, descrito por Jauranice Cavalcanti (2006), em sua tese sobre “o mundo dos jornalistas”.

O adjetivo “capital”, que acompanha o nome Carta, já dá indícios dessa postura heroica assumida pela revista, pois a caracteriza como fundamental, de grande importância ou influência, conforme uma das definições do dicionário que temos usado desde o capítulo dois, o Michaelis (2016). Vejamos porque *Carta* se considera “capital”, a partir do cotejo com um

⁴⁶ A primeira é geralmente assinada pela redação ou, pessoalmente, pelo diretor de redação da revista, e apresenta os temas principais daquela edição, explicando as chamadas de capa, ao mesmo tempo em que justifica as escolhas. As segundas são mensagens enviadas por leitores, comentando as notícias e reportagens do número anterior, hoje, mais comumente enviadas por e-mail.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.abi.org.br/entrevista-mino-carta/>

fragmento do texto disponível no site da revista. O endereço online das publicações, aliás, é um elemento estável do gênero, que tem sido fundamental no aprofundamento das análises, por exemplo, graças ao material de cotejo que pode proporcionar. Ao visitar o site da revista, www.cartacapital.com.br, cujo endereço aparece logo abaixo do logo, ou ao seu lado, como em outras publicações, temos acesso a informações relevantes sobre a postura da revista na esfera, seus valores e a imagem de si que ela quer construir. Vejamos um primeiro fragmento retirado do site:

Alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira e presente em todas as plataformas digitais, *Carta Capital* nasceu calcada no tripé do **bom jornalismo**, aquele baseado na **fidelidade à verdade factual**, no **exercício do espírito crítico** e na **fiscalização do poder** onde quer que se manifeste. (CARTA CAPITAL, 2016, negrito adicionado)

A posição de fundamental importância que a revista atribui a si mesma na esfera jornalística, mais especificamente na imprensa brasileira, é de “única alternativa” ao pensamento dominante nesse espaço, conforme o fragmento. Em termos bakhtinianos, entendemos que o projeto de dizer de *Carta Capital* esteja baseado na sua intenção de agir como uma força centrífuga, descentralizando e desunificando (BAKHTIN, 2002, p. 82) sentidos, dentro do grupo que constitui, das maiores revistas semanais do país.

Nesse trecho, além de assumir o papel de oposição ao restante da imprensa, tratado como um grupo homogêneo, a revista também cria sua ideia do que seria o bom jornalismo: aquele baseado na “fidelidade à verdade factual”, no “exercício do espírito crítico” e na “fiscalização do poder”. Se *Carta* é única entre as demais a praticar esse “bom jornalismo” que define, isso significa dizer que as outras revistas às quais ela se opõe estão calcadas em outros valores, a fidelidade a algo que não seja a verdade (os lucros?), o não exercício da crítica (portanto, a tentativa de “neutralidade”), e omissão quanto ao exercício do poder (a convivência, ou parceria com ele?).

De acordo com o simulacro criado no discurso de *Carta Capital*, as outras revistas e todo o restante da imprensa seriam, diferente dela, representantes daquele jornalismo moderno, mercantilista, que dissimula uma aparência “limpa de valoração”, por exemplo na assepsia visual da capa de fundo branco analisada anteriormente. Nesse cenário, a revista seria a única a assumir o compromisso (que é também político) do “bom jornalismo”, pois não cederia ao poder, ao contrário, se interessaria por vigiá-lo. É no enunciado, também extraído

do texto publicado no site da revista, que percebemos com mais clareza a posição política adotada por *Carta*.

Concebida por Mino Carta, criador de três das quatro revistas semanais hoje em circulação no País (*Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*), a semanal **respeita a inteligência do seu leitor e tem orgulho de afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos**. (CARTA CAPITAL, 2016, negrito adicionado)

A revista se diz orgulhosamente “progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos”. Isto é, ao defender a diversidade, a justiça social e o progressismo, a revista estaria se colocando contra os discursos homogeneizantes (a favor da diversidade, da heterogeneidade, portanto), contra o domínio socioeconômico (defensora da justiça social), contra o conservadorismo (em prol do progressismo). Esta forma de conceber o mundo preconiza reformas nos campos político, social, educacional, econômico. Dessa forma, a identidade que *Carta* constrói para si é baseada no discurso “progressista”, portanto, numa identidade revolucionária, segundo uma das definições do dicionário Michaelis (2016) para o termo.

Sua postura na imprensa e, mais especificamente, no grupo seletivo das semanais de “atualidades”, é a daquela que faz oposição aos discursos de poder, aos valores dominantes (portanto à ideologia capitalista), assumindo, então, o lugar de fala da esquerda no discurso jornalístico - materializado, por exemplo, na cor vermelha do nome *Carta*, geralmente associada às ideologias de esquerda. Ao longo das análises, entretanto, fica claro que o funcionamento discursivo da revista não se limita a rechaçar o discurso hegemônico do capital, por exemplo, mas se baseia na negociação com ele. Afinal, como parte integrante da mídia, *Carta* também faz parte de uma superestrutura e do processo de criação ideológica que é próprio da esfera.

Ainda entre os elementos relativamente estáveis do gênero, o logo, composto do nome *Carta* e do adjetivo *Capital* também pode ser lido como outra referência ao capitalismo, quando esta última palavra é entendida como substantivo. Nesse sentido, a palavra “capital” se refere ao aspecto econômico, às riquezas e bens acumulados – das empresas, indústrias e corporações que detêm poder no sistema econômico do capitalismo (algumas das instituições que *Carta* pretende fiscalizar).

O nome da revista, segundo as palavras do próprio Mino Carta, numa entrevista concedida à Associação Brasileira de Imprensa, ABI, explica “o propósito de uma *Carta*-

capital endereçada ao coração do poder”. Na mesma entrevista, o jornalista afirma, ainda, sobre a criação da publicação:

A Carta Capital não pretendeu suprir nenhuma lacuna, apenas praticar o jornalismo baseado em três conceitos básicos. O primeiro é o respeito pela verdade factual. [...] O segundo é o exercício desabrido do espírito crítico, para o bem ou para o mal. Porque a crítica não é necessariamente negativa. Criticar é postar-se diante da vida. No uso do espírito crítico, você expõe o seu pensamento. O terceiro é a fiscalização do poder, onde quer que ele se manifeste. Seja político, econômico ou qualquer outro. Mesmo na cultura — a ditadura da arte moderna, por exemplo, é uma coisa espantosa. Estamos tentando realmente imbecilizar a Humanidade. (CARTA CAPITAL, 2016, negrito adicionado)

De forma resumida, conforme o próprio discurso de *Carta* sobre si mesma, sua postura é a da revista que verifica a atuação do poder político e econômico, de acordo com os interesses sociais. Esse poder, como se lê no trecho cotejado, não é apenas o da lei ou do Estado, mas também da cultura (da mídia?) e o poder econômico, por exemplo, das empresas privadas. Nas manchetes que aparecem ao topo da página ⁴⁸, essa posição de “fiscalizadora dos poderes” se materializa verbalmente:

DIPLOMACIA Brasileiro preso no Panamá a pedido dos EUA clama por justiça
ESPECIAL A tecnologia 4G e o futuro da telefonia celular
GIANNI CARTA narra do Paquistão o conturbado processo eleitoral
+QI Sexo e política, unidos desde sempre

Na primeira chamada, fala-se da fiscalização das relações internacionais e de fiscalização do poder dos EUA e da legitimidade de prender um cidadão brasileiro em território panamenho. A reportagem é como um apelo à diplomacia brasileira, para que intervenha no caso do cidadão brasileiro que teria sido preso, no Panamá, injustamente - visto que “clama por justiça”-, pelas razões que apenas a leitura da reportagem na íntegra poderia esclarecer. Afinal, como temos insistido, uma das funções principais do gênero capa é justamente a de resumir em frases curtas o conteúdo das matérias principais que serão veiculadas na publicação, de preferência em frases impactantes, intrigantes ou polêmicas, capazes de interessar o leitor e estimulá-lo à compra.

Nessa chamada, portanto, a representante da esquerda na “grande imprensa” brasileira fiscaliza o poder exercido pelos EUA na prisão do brasileiro. Mais do que isso, indo da capa à reportagem, vê-se que *Carta Capital* não só relata o acontecimento, mas assume uma postura

⁴⁸ As manchetes foram transcritas conforme aparecem na capa, com idêntica pontuação, caixa alta e negrito.

diante do evento, cedendo um espaço de meia página (numa reportagem de três) para um “clamor” ao poder público na forma de uma carta escrita pela esposa do detido, endereçada à então presidenta, Dilma Roussef. Essa estratégia, de dialogar diretamente com o poder, especialmente com a então presidenta volta a se manifestar nesta análise.

No segundo fragmento, o tema, caracterizado como “especial” pelo termo em negrito que inicia a chamada, é a tecnologia 4G e o futuro da telecomunicação no Brasil. A tecnologia e seus desdobramentos aparecem em *Carta Capital* entre os assuntos de interesse de seu leitor presumido, entretanto, aqui, o foco da notícia não é a tecnologia em si, mas a promessa das operadoras de fazer um investimento 25 bilhões de reais na ampliação do serviço de 4G no Brasil (como informa o subtítulo da reportagem), e o desafio de fazer chegar o serviço à população – o que até a finalização deste trabalho, três anos depois, não aconteceu de maneira massiva no país. Dessa forma, de acordo com o projeto de dizer de *Carta*, aqui não se trata de um anúncio de futuro melhorado pela tecnologia 4G, mas novamente da fiscalização do poder - no caso, do poder econômico do setor privado, mais especificamente o da telefonia celular. A reportagem confirma: a chegada do 4G no Brasil não é apenas uma novidade, mas um “velho desafio”.

Na terceira chamada, o negrito recai sobre o nome de Gianni Carta, filho de Mino, correspondente em Paris, que narra, direto do Paquistão, potência bélica do sul da Ásia, o “conturbado processo eleitoral” daquele país. Nessa manchete, vemos materializada a imagem romântica do repórter ativo, que está próximo do acontecimento, narrando aquilo que vê ao vivo. A imagem de jornalista aqui produzida é a do repórter enquanto testemunha ocular do fato, que dá legitimidade à narrativa e sustenta o discurso da revista, baseado na ideia de “verdade factual”.

Na manchete, o olhar de *Carta* se volta à fiscalização do poder político exercido em território internacional. As circunstâncias conflituosas do processo eleitoral do país dão à figura do jornalista uma natureza aventureira, ajudando a construir a imagem do repórter que se arrisca pelo bem maior, pela chance de mostrar a “verdade” por trás do “fato” e do exercício do poder.

As chamadas que ajudam a criar a imagem do jornalista por trás do discurso de *Carta* também ajudam a criar uma imagem de leitor, e apontam para seu profundo interesse pela política, por suas várias manifestações (na diplomacia, na economia, no setor público ou privado).

Além de acontecimentos político-econômicos do Brasil e do mundo, há uma última chamada, para uma seção especial da revista nomeada +QI. Acompanhada da foto em preto e

branco de uma mulher, em pose charmosa e olhar enigmático, a chamada traz um outro aspecto do campo político que mereceu figurar entre os elementos da capa (se não pela relevância, pelo interesse e curiosidade que desperta no leitor): os escândalos sexuais envolvendo personalidades políticas. O conteúdo político que, nas outras chamadas, foi abordado enquanto tema diplomático, criminal, econômico, e eleitoral, passa a ser tratado, também, com viés sexual e ganha ares de entretenimento na reportagem que resume “anedotas político-eróticas”.

Com isso, somos lembrados de que o mercado da notícia não só informa, mas também entretém e que *Carta Capital* não está imune a essas determinações da esfera, ao contrário, deve adaptar-se a elas, pela sua própria sobrevivência. Além disso, ao lembrarmos que, na perspectiva do Círculo, toda enunciação é direcionada a um interlocutor, ainda que ele seja “substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.106), esse apelo à figura feminina como estratégia para suprir a necessidade de um pouco de “entretenimento”, mesmo numa publicação que se diz focada no conteúdo político e econômico.

Esses são aspectos influenciados pela imagem de “leitor ideal” pressuposta por *Carta* (aparentemente o homem, heterossexual, a mesma figura geralmente associada ao exercício do poder político no Brasil). Mesmo que o foco da revista seja o conteúdo político e, no caso dessa reportagem especificamente, o comportamento de políticos, todos eles homens, é a foto de uma mulher que aparece ilustrando não só a chamada de capa, mas também toda a primeira página da reportagem (de apenas três páginas)⁴⁹.

Nessa capa, a figura da mulher sutilmente sexualizada⁵⁰, na linguagem visual, associada a uma notícia sobre escândalos sexuais, na linguagem verbal, é um apelo ao interesse do leitor presumido (principalmente do sexo masculino e heterossexual), além de um indício das coerções da esfera (guiada não só pela função de informar, mas também de entreter) e do gênero (que deve atrair, interessar, despertar a curiosidade) na composição do enunciado e na realização do projeto de dizer da revista

⁴⁹ Não poderíamos deixar de notar que não é associada à política, mas ao sexo e ao entretenimento que a figura feminina aparece em *Carta Capital*. Ao trazer na capa a imagem de uma mulher “graciosa”, como sugere a pose das mãos sob o queixo, de cabelos soltos e sem roupas aparentes, para ilustrar a chamada de uma matéria sobre escândalos sexuais de políticos do sexo masculino, revela estratégia comum na mídia de sexualização da figura feminina. Isso sustenta nossa afirmação de que a revista se vale das mesmas estratégias que suas concorrentes, mesmo sendo uma força de oposição a elas, pois não deixa de enunciar conforme os “padrões” da esfera.

⁵⁰ “Sutilmente” porque, na próxima análise, a mesma imagem sexualizada da mulher aparece novamente, mas de maneira mais explícita.

Até aqui, observando os elementos constitutivos do gênero discursivo capa de revista (como o logo e as chamadas), identificamos não só trações dos interlocutores envolvidos nessa interação, mas também marcas do discurso jornalístico “romântico”, “engajado”, predominante na prática de *Carta Capital*. Embora essa imagem de revista engajada e politizada seja reforçada em todas as chamadas de reportagens na capa, percebemos que o enunciado não está livre de marcas que revelam o jogo entre o jornalismo politizado e o mercantilizado.

Apesar disso, o fundador da revista rechaça a ideia de que se submeteria às coerções do mercado e da própria esfera. De acordo com sua declaração, a revista “não pretendeu suprir nenhuma lacuna”, ou seja, não veio para suprir uma demanda, deixada pelas concorrentes, por uma publicação “de esquerda”, que se opusesse à abordagem das demais. Afinal, isso significaria admitir que o discurso de *Carta* seria embasado numa estratégia mercadológica, que o “esquerdismo” na grande mídia seria fruto de um certo oportunismo mercadológico. Para Mino Carta, a revista surgiu apenas para praticar o “bom jornalismo”, baseado na “fidelidade canina à verdade”⁵¹, no espírito crítico e na fiscalização do poder, incluído aí o poder de suas concorrentes.

Quando afirmamos, no começo da análise, que a trajetória de Mino e suas declarações poderiam ajudar a construir a imagem da revista no interior da esfera, era a isso que nos referíamos. A história do fundador de três das quatro revistas semanais mais vendidas do país (*Veja*, *Isto É*, e *Carta Capital*), que rompe com seus parceiros da revista *Veja*, para criar uma publicação que se assume como alternativa a esses discursos dominantes, corrobora nossa afirmação de que *Carta Capital* nasceu do jogo entre o jornalismo moderno, do qual Mino é fundador no Brasil - dada sua participação na criação da revista *Veja*, nos moldes das americanas *Times* e *Newsweek* -, e o “jornalismo romântico”, do qual é entusiasta. Essa relação entre a história do jornalista e a do periódico também ajuda a explicar a postura da revista na esfera que, por sua vez, deixa marcas no nome da publicação (que leva no sobrenome de seu fundador), além de determinar a forma do enunciado e, conseqüentemente, a maneira como ele atualiza o tema da maconha.

A ironia no comentário do jornalista sobre a tentativa de “imbecilizar a Humanidade” (que, originalmente, seria grandiosa, como o *h* maiúsculo sugere) revela uma relação de contrastes que permeia a construção do discurso de *Carta Capital*, que fica entre o

⁵¹ Nas falas de Mino Carta, a “fidelidade canina”, que remete àquela imagem do cão, apontado por Cavalcanti (2006), surge como metáfora da figura do jornalista fiel à verdade, com faro para rastreá-la; o que corrobora a ideia de que a revista praticaria um “jornalismo romântico e engajado”.

pertencimento e a negação de seu próprio campo de criação ideológica. Na declaração de Mino, a primeira pessoa do plural inclui, ironicamente, o enunciador e a revista que ele representa no grupo das instituições que estariam tornando a sociedade menos inteligente ou crítica, enquanto ele se refere, na verdade, à esfera que integra, mais especificamente às suas concorrentes, já que, dentro do grupo da grande imprensa, *Carta Capital*, com seu “espírito crítico” e papel “fiscalizador”, seria uma exceção nesse processo “imbecilizatório”.

No entanto, ainda que se esforce para ocupar uma posição de oposição ao discurso dominante da imprensa, *Carta Capital* também age no interior de uma superestrutura e está, assim como suas concorrentes, sob a influência inescapável das forças do mercado, das relações socioeconômicas e políticas que regem o funcionamento da esfera midiática e não difere tanto de suas concorrentes, como apontam alguns aspectos levantados durante a análise. Afinal, é preciso considerar, numa perspectiva dialógica que opta pelo método sociológico de análise do processo de produção de sentido da linguagem, que as particularidades da esfera de produção são tão relevantes na construção dos enunciados que nela circulam quanto seu atravessamento pela lei socioeconômica dominante, que submete todas as superestruturas aos princípios do capitalismo (MEDVIÉDEV, 2012). *Carta Capital* também age sob influência dessas leis e de acordo com os valores da esfera à qual pertence

Essas observações corroboram a ideia discutida anteriormente, segundo a qual a constituição dialógica e heterogênea do discurso jornalístico instaura a impossibilidade de dissociação entre esses dois discursos, o do “jornalismo romântico”, politicamente engajado, e o do jornalismo moderno, mercadologicamente orientado. Para Cavalcanti, trata-se de um diálogo entre esses “dois jornalismo”, “cada qual construindo sua identidade a partir de seu outro” (2006, p. 38). O diálogo entre eles não seria baseado “em termos de uma total rejeição, exclusão do outro”, segundo a autora. Nesse sentido, o discurso de *Carta Capital*, assim como o de suas concorrentes, seria construído justamente nesse embate, que põe em jogo diferentes formas de entender a prática jornalística e os fatos do mundo.

Prosseguindo com as observações acerca dos elementos “estáveis” do gênero, restam os que estão fora da faixa branca reservada ao logo, ao endereço do site e às chamadas principais. Vale lembrar que não observamos as estabilidades do gênero para defini-lo de maneira estanque, mas para buscar marcas da presença de um leitor de determinado perfil, indícios da imagem que a revista cria de si, pistas sobre o contexto da enunciação, além de dicas que nos levem ao cotejamento com outros textos que complementem o não dito do enunciado.

No espaço reservado à ilustração da chamada principal, estão as mesmas marcas estáveis que fazem de *Carta* o mesmo tipo de mercadoria que suas concorrentes. O pequeno espaço branco reservado para o código de barras, na margem esquerda, sobrepõe-se à imagem e serve de fundo para outros dados característicos dos periódicos desse tipo, como o ano e número do exemplar, o preço, a data de publicação e o ISSN – este faz dela produto seriado, os outros marcam sua comercialidade e a efemeridade.

Os demais elementos estáveis que também nos relembram da qualidade de produto-propaganda do gênero capa são o logo da Editora Confiança, no alto da margem direita e o logo da marca “*The Economist*”, no rodapé. Este será comentado a seguir, já o primeiro nos recorda de que, geralmente, nas capas, não são as ideias livres de um jornalista engajado que circulam. Afinal, não há marcas dos autores, mas sim o nome da empresa, a editora para a qual trabalham, sendo ela, portanto, que assina o todo do enunciado do gênero capa. Nesse contexto, o que se diz na capa deve ser coerente com o projeto editorial da revista, assinado pela empresa, vendido como produto de uma marca, produzido por funcionários, que se vinculam à revista não apenas por afinidade ideológica, mas por laços empregatícios formais.

Nesses detalhes, estão evidentes as relações de trabalho e poder que orientam a organização da revista e dos gêneros discursivos que ela compreende. Fica clara, também, a determinação socioeconômica dos campos de criação ideológica “enquanto superestruturas sobre uma base única, penetradas por uma única lei socioeconômica” (MEDVIÉDEV, 2012, p.44). Posto de outra maneira, as empresas jornalísticas, como qualquer outra instituição organizada no seio do capitalismo, também está sob seu domínio, segue suas regras, tem o lucro como finalidade principal - ainda que, nas palavras do jornalista que a fundou, não se trate de uma publicação lucrativa, mas de “uma revista de que se aguenta⁵²”. Para o jornalista, sua criação “deveria ter muito mais publicidade do que tem”, visto que “tem defendido os interesses do país”.

Nessa tentativa de se posicionar como um veículo de imprensa alternativo, *Carta* tenta ir além da relação comercial com o leitor potencial, relação entre empresa e consumidor, e se põe como mediadora da relação entre o leitor e o mundo político, o mundo da vida pública. Tal laço é estabelecido de antemão, desde o nome da Editora Confiança (cujo pequeno logo aparece abaixo da palavra “Capital”): aquela que, busca estabelecer uma relação calcada na fidelidade e credulidade mútua entre leitor e publicação. No dicionário Michaelis (2016), que temos usado desde o início deste trabalho (como representativo do senso comum), a primeira

⁵² Conforme entrevista de Mino dada à revista *Comunicação e Educação* (PAULINO, 2002).

acepção da palavra a define como “credibilidade ou conceito positivo que se tem de alguém ou de algo”.

Isso quer dizer, que a relação entre o leitor presumido e a revista não é, geralmente, de polémica, de questionamento, mas de crença, de segurança naquilo que é dito. A acepção cinco também ajuda a entender essa relação: “sentimento de segurança e respeito em relação às pessoas com quem se mantém relações de amizade ou negócios”. O que a revista enuncia, portanto, deve corresponder às expectativas de seus leitores e parceiros comerciais, não porque nutrem um laço de amizade, mas alguma afinidade ideológica, mas principalmente relações de negócios que devem ser mantidas, visando a sua autossustentabilidade do veículo.

Esse tipo de relação parece muito mais calcado no consenso do que em polémica, como argumenta o trabalho de Palomino (2014, p. 144), sobre o leitor na reportagem de revista⁵³. Para ele, há mais acordos prévios entre os interlocutores sobre os pontos controversos das reportagens de revista do que discussões que poderiam gerar polémica entre si. No trecho transcrito a seguir, publicado no site da publicação, na seção sobre a editora, a confiança aparece como o traço que une a revista, seus anunciantes e leitores nessa relação que se quer fazer ver não como comercial, mas de proximidade e credibilidade:

Na base de tudo está o nosso **compromisso com nossos leitores**, telespectadores e **parceiros comerciais**, qual seja, a **solidez e a qualidade** de nosso conteúdo, em todas as plataformas. **Pode confiar** (CARTA CAPITAL, 2016, negrito adicionado).

Segundo o enunciado, a relação entre *Carta Capital* e seu público é calcada num compromisso que pressupõe “a solidez e a qualidade” do conteúdo, sendo que, por “solidez” entendemos a firmeza na postura ideológica mostrada no discurso. Assim como em *Veja*, esse ponto vista, geralmente, é compartilhado com o leitor (ao menos o leitor presumido), já que essa concordância é pressuposto para a fidelização do consumidor (principalmente do assinante que, mostramos a seguir, também é importante para esta publicação).

A necessidade de manter-se fiel ao posicionamento ideológico e, conseqüentemente manter satisfeitos seus consumidores é um elemento determinante, também, dos sentidos produzidos na chamada da matéria principal, para a qual a análise se encaminha. Antes, todavia, detenhamo-nos rapidamente na observação dos últimos aspectos relativamente estáveis desta capa - a saber, o endereço do site da revista, de onde retiramos os enunciados

cotejados, e o logo da revista britânica *The economist*, no canto inferior direito da capa. Falta, ainda, aprofundar a reflexão sobre a relação da revista com seu leitor e com seus parceiros comerciais, para, então, partir para a relação desses aspectos com a construção do enunciado principal que compõe a capa.

Segundo os dizeres (“com conteúdo”) que aparecem como um borrão preto na figura, acima do logo vermelho com o nome “*The economist*”, o conteúdo de *Carta Capital* advém de parceria com a revista britânica. Como o nome diz, a famosa publicação inglesa tem como principal interesse as questões econômicas abordadas, curiosamente, a partir de um ponto de vista que vai de encontro à posição da publicação brasileira. Afinal, enquanto esta se coloca como fiscalizadora do poder, como uma “voz de esquerda” na imprensa do Brasil, aquela se coloca entre os que acreditam no liberalismo econômico, no livre comércio e mercado, conforme se lê no site da publicação⁵⁴.

Com foco na política econômica, nos negócios e nas finanças, a revista assume ter apoiado políticas conservadoras, como as de Margaret Thatcher e Ronald Regan (que, a propósito, endossou a guerra às drogas nos EUA, em seu governo, na década de oitenta), além do apoio à Guerra do Vietnam. Na seção “sobre nós” do site, lê-se ainda que, apesar desse conservadorismo político-econômico, mais recentemente, “causas liberais” também têm sido defendidas pela publicação - por exemplo, o apoio ao casamento gay.

Nesse contexto, o conteúdo de *Carta* em parceria com *The Economist*, marcado nesse elemento relativamente estável⁵⁵ das capas da revista, revela uma relação que não é baseada na afetividade ou na mútua identificação ideológica entre as partes. Ao contrário da relação que tenta estabelecer com o leitor, a relação comercial com a gigante inglesa parece ser motivada, isso sim, por razões econômicas e mercadológicas, uma vez que ela pode ter visto na revista brasileira uma oportunidade de investimento que ajudaria a suprir uma lacuna no mercado - aquela que Mino nega ter tentado contemplar com sua criação, conforme observamos anteriormente .

⁵³ Não é o objetivo deste trabalho investigar se essa afirmação é válida também no gênero capa, pois não é a relação gênero-leitor que nos interessa especificamente aqui. A ideia é buscar traços de polêmica no interior da esfera, observar suas formas de materialização de acordo com as especificidades do gênero e perceber a polêmica velada no próprio signo ideológico, que une as capas num só diálogo.

⁵⁴ Conferir em: http://www.economist.com/help/about-us#About_Economistcom

⁵⁵ Pelo menos no ano de 2013 o logo da publicação inglesa foi um elemento “estável” nas capas de *Carta Capital*. Assim, insistimos no advérbio “relativamente” porque acreditamos na constante reformulação do gênero capa (como qualquer outro gênero discursivo, mais ou menos flexível), em seus mais diversos aspectos, por exemplo, a incomum moldura, no enunciado de *Veja*, a cor do texto, inclusive do logotipo de *Galileu*, quase invisível no fundo branco de sua capa, e o símbolo de uma nova parceria comercial, no caso de *Carta Capital*.

Mesmo tendo orientações ideológicas distintas, inclusive opostas, *Carta Capital* e *The Economist* têm um ponto interessante em comum, a imagem de leitor que constroem em seu próprio discurso. Vejamos:

A recent editor, Rupert Pennant-Rea, once described *The Economist* as “a Friday newspaper, where **the readers, with higher than average incomes, better than average minds but with less than average time**, can test their opinions against ours. We try to tell the world about the world, to persuade the expert and reach the amateur, with an injection of opinion and argument.”⁵⁶

Conforme o fragmento, *The Economist* fala para um público “acima da média”, no que diz respeito à renda, à capacidade intelectual e à quantidade de horas trabalhadas - o que o deixa sem tempo para ponderar sobre os acontecimentos do mundo, levando-o a buscar o conhecimento que precisa nas páginas da revista londrina. Ela tenta “contar ao mundo sobre o mundo”, mas não se dirige à parte “mediana da população”, aquele “cidadão médio”⁵⁷ ao qual *Veja* se direciona. Ela fala para os que estão “acima da média”, para os poderosos e intelectualmente aptos a compreender seus argumentos, sejam experts ou leigos.

Carta Capital, apesar de falar sobre o poder no intuito de fiscalizá-lo em prol de mais justiça social, também não fala para os injustiçados socialmente, mas para “um público muito interessado, intelectualmente mais desenvolvido”. Assim, como *The Economist*, a revista brasileira também se dirige a um público intelectualmente “acima da média” e, conforme declaração de Mino Carta:

RCE: Você acha que o jornalismo que ela pratica tem espaço para crescer mais junto ao público leitor?

Mino Carta: Sem dúvida. Isso é uma **questão de dinheiro**, se ela tiver **recursos**, se puder se promover através de **marketing**, através de campanhas de venda de **assinatura**, ela terá uma oportunidade de expansão razoável. No entanto, não me parece possível

⁵⁶ Disponível em: http://www.economist.com/help/about-us#About_Economistcom. Na tradução feita por nós: “um recente editor, Rupert Pennant-Rea, uma vez descreveu *The Economist* como um ‘jornal de opinião, onde **os leitores, com renda superior à média, com mentes superiores às medianas, mas com menos tempo do que a média**, podem contrapor suas opiniões às nossas. Tentamos dizer ao mundo sobre o mundo, persuadir os experts e atingir os amadores, com uma injeção de opinião e de argumento”.

⁵⁷ Esse “cidadão médio” é fruto de um olhar que entende o homem como produto de uma sociedade massificada, também chamado de “homem-massa” (homem-médio), na perspectiva de Ortega y Gasset (1969), ele é “resultado acabado da evolução da democracia liberal, da ciência e do industrialismo sobre todas as esferas da vida humana”. Para nós, a subjetividade não pode ser padronizada dessa forma, exceto como uma abstração motivada por interesses mercadológicos. Não compartilhamos essa visão “acabada” e determinista do sujeito, porque, para nós, ele é sempre incompleto e constituído dialeticamente. No entanto, essa forma de entender a sociedade prevê valores e comportamentos padronizados, principalmente pelo consumo, que é própria da época do desenvolvimento da imprensa. Afinal, previsões desse tipo fazem parte da construção dos gêneros desse campo, que presumem um leitor com base na seu pertencimento a determinado grupo social, com respectivos hábitos e poder de consumo.

imaginar que uma revista dessa possa, num país como o Brasil, ir muito além de 150 mil exemplares de tiragem. [...] E é uma revista que **visa a um público muito interessado, intelectualmente mais evoluído.**⁵⁸

Para o jornalista, além da dependência financeira dos anunciantes e investidores, o que limita o crescimento da publicação no país é o público “intelectualmente seletivo” que ela visa e que não é facilmente expandido, uma vez que, na visão do jornalista, não são quaisquer leitores que estariam capacitados a compreender uma revista como *Carta Capital*, seu “espírito crítico” e sua “postura diferenciada” na esfera, dada a onda de imbecilização à qual ele se referia no comentário anterior.

Ao contar sobre o projeto de uma professora que trabalhou com seus alunos de 15 anos a cobertura de *Veja* e de *Carta Capital* acerca dos atentados de 11 de setembro, nos EUA, Mino dá um exemplo de como a publicação sobre sua direção não é para todos, e reforça o despreparo do jovem leitor brasileiro, por exemplo, que, segundo o jornalista, seria incapaz de compreender a linguagem “complicada” de *Carta*:

Os meninos não entendem o que escreve a *Carta Capital*. Dizem que não estavam entendendo. É linguagem muito complicada. Eles entendem a *Veja*. Isso demonstra que o jornalismo brasileiro conseguiu seu intento, estamos na mão disso tudo.

Para concorrer por um público “capaz” de compreender a abordagem da revista, a para superar seu baixo crescimento - segundo declarações do jornalista precisa ser combatido com mais marketing, mais recursos, e assinaturas -, uma outra estratégia adotada foi investir na sua presença online. Isso nos leva de volta ao endereço eletrônico da revista, último elemento “fixo” do enunciado capa que analisamos, antes de adentrar os aspectos verbo-visuais da chamada principal.

O endereço online, www.cartacapital.com.br, imediatamente abaixo do logo com o nome da revista, aparece quase colado ao nome da marca e revela uma relação indissociável da imprensa com os meios de divulgação digital, pois ali ela também busca sua sobrevivência no mercado. Esse “novo” elemento incorporado aos mais estáveis do gênero capa é fruto de um processo de desenvolvimento da sociedade e da tecnologia que levaram a atividade online a ser arma importante de sobrevivência desses veículos. O fragmento abaixo, retirado do site da publicação confirma seu interesse na presença e ação online:

⁵⁸ Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/comeduc/article/view/37018/39740>

Dos tweets às reportagens mais complexas, o **cuidado com o conteúdo** é o mesmo. O **respeito à sua inteligência também**. Na internet, seguimos firmes na linha editorial **progressista e transparente** que consagrou a revista, de olho na sensível questão dos **direitos humanos** e abrindo espaços para causas nem sempre contempladas pela imprensa brasileira. Essa postura rendeu frutos. O **engajamento dos leitores** e o **alcance de nosso conteúdo digital superam veículos jornalísticos bem maiores**. Todos os nossos números não param de crescer. O digital não tem fim, será sempre beta e estará eternamente em construção. E **essa construção é coletiva. Venha conosco**.

No trecho transcrito acima, principalmente nas partes que destacamos, a publicação defende a qualidade de seu conteúdo (engajado em causas sociais, em prol dos direitos humanos), igualmente confiável nos meios impresso e digital, independente do gênero discursivo - do *tweet*, a publicação em poucos caracteres, compartilhada na rede social *Twitter*, à reportagem, gênero consagrado coração da prática jornalística, conforme também aponta o trabalho de Cavalcanti (2006). Teria sido justamente com essa postura, que a revista conseguiu superar os baixos números de circulação e de investimento da publicação impressa e atingir o público virtual. Igualmente engajado, o público na internet também não seria comum, mas um “leitor inteligente”. Assim, nesses trechos sobre o foco da revista no ambiente digital, também há pistas sobre a imagem do leitor criada por ela: engajado, politizado, inteligente e ativo virtualmente.

Até aqui, analisamos as marcas específicas do gênero capa em *Carta Capital* e refletimos sobre questões relativas à produção, circulação e recepção do gênero, identificando ali relações dialógicas fundamentais entre o jornalismo, o mercado e a política, entre a revista e os leitores, assim como as imagens de ambos e a de jornalista construídas no texto. É possível passar, então, para a análise dos elementos verbo- visuais especificamente relacionados à chamada de capa, sobre a maconha – que não escapa à influência desses aspectos típicos do gênero capa, tampouco dos valores da revista e da esfera.

4.3.2. Não-coincidência entre o verbal e o visual

A capa reproduzida na figura, datada de maio de 2013, é a segunda em ordem de publicação, de acordo com a organização do *corpus*. Ainda que seja tomado como um todo de sentido, aparentemente completo em si mesmo, um enunciado concreto - com autor, destinatário, contexto e função social específicos, - como todo enunciado, é apenas uma resposta a alguma coisa e sua construção depende desse caráter responsivo. O enunciado não passa, portanto, “de um elo da cadeia dos atos de fala”, retomando as palavras de Bakhtin/Volochínov (2006, p. 193).

Assim, é preciso considerar, conforme o pensamento do Círculo, que esse enunciado, como qualquer outro, dá continuidade aos que o precederam, travando com eles relações dialógicas diversas, consensuais ou polêmicas. Tomamos a referida capa, portanto, como uma resposta aos outros enunciados que a precederam, o que significa, num contexto mais recente (o de nosso *corpus*), a revista *Veja*, de outubro de 2012 e a de dezembro de 2013, analisadas antes desta capa. Esse caráter de resposta aparece, por exemplo, na retomada e ressignificação das mesmas cores predominantes em *Veja*, agora em *Carta Capital*.

O branco, o vermelho e o verde se repetem não por coincidência nesses enunciados – assim como o recorrente signo visual, marca do discurso sobre a maconha, na forma de uma folha da *Cannabis*. Todavia, desta vez, as mesmas cores, ou melhor, os mesmos signos, que antes materializaram o discurso da medicina, alertando sobre os males do consumo de maconha e combatendo, de forma velada, os discursos pró-legalização, na capa de *Veja*, produzem, na capa de *Carta Capital*, sentidos distintos.

A polêmica velada entre as semanais deixa ver um jogo de poderes sociais (FARACO, 2009, p. 53), constituído pela interação dessas vozes que aturam como forças centrípetas e centrífugas, respectivamente. A primeira, tentando reafirmar a significação estável do signo, de que a maconha é droga perigosa; a segunda, tentando atualizar o tema do signo, seguindo o fluxo da história, que tem levado a uma lenta flexibilização das leis sobre maconha no mundo.

Ao tomar parte nesse diálogo, *Carta Capital* ressignifica esses signos de acordo com o lugar de fala que ocupa no interior da esfera e passa a disputar a legitimidade de enunciar sentidos para o signo “maconha”, no interior desse campo. Estes são construídos em função da unidade temática do enunciado, e dos outros enunciados que o precederam, do contexto da enunciação, do projeto de dizer da revista. Vejamos como se instauram essas relações de sentido na materialidade verbo-visual dessa capa de *Carta Capital*, iniciando, novamente, pelos aspectos geralmente mais “estáveis” de seus enunciados desse gênero.

Como temos dito desde o começo desta análise, os aspectos não-verbais são bastante significativos nesta capa; inicialmente, porque são capazes de estabelecer uma forma de diálogo com os outros enunciados da cadeia que constitui. Referimo-nos, por exemplo, às cores predominantes na capa, o verde, o branco e o vermelho, e ao signo “maconha”, seja na sua forma verbal ou visual. Em cada enunciado esse signo, as cores, linhas, enfim, os signos que se articulam nesse enunciado, não só retomam uma significação comum, o sentido reiterável e convencionalmente aceito da palavra/imagem, mas são também ressignificados e atualizados com um novo tema, “adaptado às condições de um dado momento da evolução” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 132).

Em *Carta Capital*, não são mais os sentidos relacionados à saúde e à medicina que predominam, tampouco é a legalização em outros países do continente o tema central dessa capa, como nas análises anteriores. Repetem-se, no entanto, alguns elementos sígnicos fundamentais nesse diálogo: a folha da maconha, a fumaça, elementos visuais que remetem à contracultura. Observemos como esses signos são renovados no caso dessa primeira capa de *Carta Capital*, revelando conflitos ideológicos complexos.

Nesse periódico, o espaço branco sobre o qual se organizam o logo (em preto e vermelho) e o endereço do site da revista, além das chamadas para as matérias secundárias (ambos em preto) são características comuns, mas não fixas, do gênero capa, nesta publicação⁵⁹. A faixa branca reservada às manchetes, ao nome e ao site da revista é espaço de informações relevantes, que são postas sobre esse fundo justamente para separá-las, sem diminuir-lhes o destaque, do espaço restante, de três quartos de página, dedicado à arte que compõe a manchete principal. O fundo branco, além de proporcionar bom contraste com as letras em preto e vermelho (no logo e nas manchetes), pode remeter à transparência do jornalismo que a publicação diz praticar, enquanto o preto, de *Capital*, materializa, numa possível leitura, a “solidez de seu conteúdo”, a seriedade e formalidade de uma revista fundamental ao “pensamento crítico”, como se coloca para o mercado e para o público em seu site.

Já o vermelho da palavra *Carta*, como mencionamos anteriormente, poderia fazer menção às ideologias de esquerda, que orientam seu posicionamento, mas é elemento variável conforme as cores do fundo e o tema geral do enunciado. Como em todos os outros exemplares, o nome da revista é o maior texto da capa e, talvez, este sim seja um elemento relativamente estável, o tamanho do logo e a fonte utilizada, funcionando como uma garantia de reconhecimento imediato da marca, mais do que as cores – variáveis, como vimos no incomum logo verde, de *Veja*, e no de *Carta Capital*, cujas cores variam, geralmente, entre o branco, o preto e o vermelho.

Nas chamadas das reportagens secundárias, os negritos nas palavras “diplomacia”, “especial” e “Gianni Carta” em cada chamada no topo da página tornam mais fácil a identificação dos principais assuntos daquela edição, adaptados ao perfil e aos interesses do

⁵⁹ Em outros exemplares do mesmo ano as formas e cores variaram, como no exemplar analisado a seguir, em que o espaço branco é reduzido a uma faixa mais estreita e o nome da revista aparece fora dele, em branco e preto, em função da cor do fundo (variando conforme a temática). Mais uma vez essas observações sobre a instabilidade de características “relativamente estáveis” do gênero justificam porque nossas análises não tentam descrevê-lo de maneira estanque, apontando fórmulas ou receitas que definem o gênero capa de revista, seja quanto à forma, ao estilo ou ao conteúdo.

público: diplomacia, uma matéria especial (sobre tecnologia), uma internacional, sobre política, assinada por Gianni Carta, além daquela que usa a imagem da mulher para remeter a escândalos político-sexuais. O grande destaque na capa, porém, não está no plano verbal, pois são as folhas da Cannabis que chamam mais a atenção no conjunto de enunciados.

O signo visual aparece não uma, mas três vezes, na ilustração, cheia de detalhes e cuja complexa elaboração estética indica certo esforço para chegar o mais perto possível dos efeitos de sentido desejados. Nessa complexa composição verbo-visual, nada deve ser por acaso. A recorrência da folha de maconha, por exemplo, já é significativa, pois faz crer que esse é o tema central do enunciado de capa (portanto, da reportagem principal), e não a legalização das drogas, como sinaliza o texto verbal. Porém, essa é uma visão incompleta da enunciação. O signo isolado não é pleno de sentidos, pois deve ser levado em conta na sua relação com os outros signos que constituem o texto para que se compreenda o enunciado. Para compreendê-lo, é preciso associar esse signo visual aos outros e também aos signos verbais, vendo e lendo simultaneamente esses elementos (BRAIT, 2013).

As três folhas serreadas da maconha, com suas sete extremidades (como descreveu Rabelais no cotejamento do capítulo dois), refletem a imagem da mesma planta historicamente tão falada, mas dessa vez, em novas circunstâncias, adquire um novo tema. O signo verbal aparece, agora, sobre um fundo verde claro, para que não se perca o destaque das folhas em verde mais escuro e mais vivo. A própria cor predominante no fundo, aliás, também é significativa.

O verde é geralmente associado à natureza, à vegetação em seu estado original, no caso, à planta, Cannabis, sem passar por processos que a transformam em droga. A cor verde também está geralmente relacionada ao crescimento, já que é, por exemplo, a cor dos frutos em suas fases iniciais de desenvolvimento. Essa ideia é reforçada pelas folhas despontando no rodapé da página, que parecem crescer para cima, em direção à luz, tomando o espaço da capa, como se o debate sobre a maconha tomasse o espaço, crescesse, se ampliasse. A disposição das folhas também dá a ideia de uma floresta, de uma vegetação que se expande livremente.

A propósito, o verde é comumente associado, também, à ideia de liberdade e, talvez por isso, predomine na capa de *Carta Capital*. Em oposição ao vermelho que, na capa de *Veja*, alerta contra os perigos da maconha à saúde, interdizendo os sentidos relativos à legalização da droga, o verde simboliza, nesse enunciado, o passe livre ao discurso da legalização que, aliás, se estende para todas as drogas, no enunciado verbal.

Por ora, é possível vislumbrar as marcas de diálogo entre a primeira *Veja* e a primeira *Carta Capital* desde a escolha das cores, que se repetem mas se ressignificam em cada capa. Além do branco e o verde, que adquirem novos sentidos associados a outros signos, a cor vermelha também reaparece nessa capa, na forma de uma linha que atravessa a página diagonalmente. Vimos nesse signo ao menos duas leituras possíveis.

Por um lado, ele pode representar a proibição, uma vez que se assemelha às placas de trânsito que instauram impedimentos sobrepondo uma faixa vermelha ao símbolo da ação a ser coibida. A “linha da proibição” vai ficando num plano distante, conforme é encoberta pela folha de maconha que se engrandece no primeiro plano. Nessa leitura, a linha vermelha simbolizaria a política de combate e criminalização das drogas, que estaria ficando ultrapassada, num cenário de legalizações iminentes em várias partes do continente. Nesse sentido, a marca visual no enunciado de *Carta Capital*, estabeleceria, de maneira velada um diálogo polêmico com o discurso da proibição da maconha.

Por outro lado, a linha vermelha poderia fazer menção à Via Expressa Presidente João Goulart, que atravessa alguns municípios do Rio de Janeiro. A rodovia é popularmente chamada de “Linha Vermelha”, numa possível associação à violência que assola comunidades pelas quais ela é margeada. A referência à cor que é, além de um alerta nas placas e sinais de trânsito, pode materializar sentidos relativos à guerra, ao sangue, ao fogo, e parece estar associada, nesta capa e no nome da rodovia, aos conflitos armados, à violência e ao crime que afetam a região.

Sobre a linha se sobrepõe a imagem de uma grande folha de maconha, que a encobre parcialmente, como se a planta pudesse anular parte do poder vermelho (o poder de fogo) do tráfico. Entretanto, são sempre múltiplas as leituras dos sentidos dos signos. Ao mesmo tempo em que as três folhas de maconha que se destacam na capa, saídas dos canos de três armas apontadas para cima, parecem “silenciar” os revólveres, substituindo os tiros pela planta “pacificadora”, elas também podem reforçar a ideia de que a violência causada por essas armas é produto do mercado ilegal das drogas, e que são elas a fonte de problemas sociais como a corrupção e a violência.

Nesse último caso, a legalização não seria a melhor solução, como *Veja* reforça na reportagem da segunda capa analisada, mas apenas uma forma de lidar com problemas sociais de difícil solução para o Estado, que requerem medidas “extremas”, como a legalização das drogas, sugerida pela revista. No entanto, é preciso reforçar que a legalização da maconha – e não a erva em si, como na pichação – adquire caráter pacificador. Assim, *Carta Capital*, como

sua concorrente, acaba reafirmando o poder destrutivo das drogas: para *Veja*, elas afetam a saúde do indivíduo, para *Carta Capital*, impedem que a sociedade viva de forma justa e pacífica.

Por isso afirmamos, na seção anterior, que mesmo tentando ser uma voz de oposição aos discursos dominantes da esfera, *Carta Capital* não pode se desvencilhar de valores cristalizados na sociedade, e acaba reafirmando o já sabido, que as drogas fazem mal, porque afetam negativamente o desenvolvimento da sociedade, seja no campo da saúde individual, seja na saúde da vida em coletividade.

Assim, pelo menos até a data de publicação dessa *Carta Capital*, maio de 2013, ainda não era possível dizer algo que não fosse reafirmar a culpa das drogas no fracasso da busca por uma sociedade harmônica, nem mesmo na capa da “alternativa única” entre as revistas semanais da chamada “grande imprensa”; ainda que ela se orgulhe de seu espírito “crítico” e de sua postura opositora em relação aos valores e à cultura dominante. Ainda eram indizíveis, mesmo na capa de *Carta Capital*, sentidos positivos atribuídos sobre a maconha ou sobre as drogas, por exemplo, aqueles que associam a planta a seu potencial médico e terapêutico – o que será possível em outras capas, em outros contextos discutidos adiante.

Ainda sobre os signos visuais que constituem esse enunciado, nos parece interessante apontar que apenas uma das armas aparece por inteiro, segurada por uma mão de cor “parda”, e que esse é o único indício de uma imagem de sujeito associado à droga, nem branco, nem negro, como a indistinta cor da mão parece propositalmente sugerir. Esse detalhe não é suficiente para identificar de quem seria a mão que segura a arma – do traficante, responsabilizado pela violência e corrupção que abalam a convivência pacífica em sociedade, ou da polícia, em parceria com a mão do Estado que, na guerra contra o tráfico, também mata e se corrompe.

Grillo (2012, p. 242) lembra que, na perspectiva bakhtiniana, “o todo do enunciado não pode ser determinado exclusivamente a partir de seus constituintes”. Dessa forma, é importante articular esses elementos que formam o todo, levando em conta, inclusive, elementos “externos” ao enunciado, os aspectos sócio-históricos que o atravessam, evitando separar seus aspectos constitutivos - verbais ou não-verbais, linguísticos ou não-linguísticos.

Conforme defende Brait, “em determinados textos ou conjuntos de textos, artísticos ou não, a articulação entre os elementos verbais e visuais forma um todo indissolúvel, cuja unidade exige do analista o reconhecimento dessa particularidade” (BRAIT, 2009, p. 143). Concordamos com a autora sobre essa especificidade de certos tipos de textos, ou melhor, de determinados gêneros discursivos. Por isso, aproveitamos para reforçar a inseparabilidade de

imagem e texto verbal no gênero capa, pois é a sequência verbal que ajuda a completar os sentidos daquilo que não está explícito visualmente: “Legalizem as drogas! Seria o fim do tráfico e da violência e corrupção a ele associadas”. O texto verbal sugere que a legalização das drogas – e não da maconha como parecia numa primeira observação da linguagem visual do enunciado –, é solução para a violência e corrupção causadas pelo tráfico, mas não permite afirmar se é o traficante, o estado e seus “aparelhos” ou se são ambos os responsáveis pelas mazelas sociais que decorrem da política de criminalização das drogas.

A mão que empunha o revólver e que causa a violência, na capa de *Carta Capital*, pode ser, portanto, tanto a mão do traficante quanto a mão do policial, resposta do Estado na guerra ao primeiro. Essa ambiguidade também aparece refletida/refratada na cor da mão, que não é branca como a elite que define os rumos políticos e econômicos do país, mas parda, como a maioria da população brasileira, inclusa a polícia e a população carcerária, entre a qual os crimes relacionados às drogas são maioria, como veremos numa próxima análise.

Na reportagem de *Carta Capital*, um fragmento da entrevista com o presidente da CBDD corrobora a possibilidade da mão “parda” fazer referência à questão racial na execução das políticas sobre drogas no Brasil:

Quando em 2006 o Brasil aprovou sua **nova Lei de Drogas**, as perspectivas eram promissoras. Em tese, um **usuário** não seria confundido com um **traficante**. A falta de regulamentação cria, porém, uma distorção. **Cabe à polícia e à Justiça decidirem quem é quem**. “Um cidadão **branco** de bairro **rico** pego **com maconha** será visto como usuário. O **pobre** será visto como **marginal, traficante**, ficará na cadeia até um juiz decidir. E não se livrará mais do **estigma de criminoso**”, diz Paulo Gadelha, presidente da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia (CBDD). (CARTA CAPITAL, 2016. Negrito adicionado)

Segundo a voz que representa uma “autoridade no assunto” das drogas como problema social, do presidente da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia, a lei de drogas atualmente em vigor no país⁶⁰ “distorce”, ou melhor, agrava o problema cuja solução deveria regulamentar quando não distingue traficante de usuário, deixando a decisão a cargo da interpretação de juízes e policiais. Os critérios que classificam o “maconheiro” (o que também é válido para quaisquer outros consumidores de drogas) como traficante ou como usuário, levando-o ou não à prisão e à marginalização que a sucede, são a cor e a origem socioeconômica.

⁶⁰ Segundo a Lei nº11.343 de 2006 que, ao usuário, diferentemente do traficante, caberiam punições como prestação de serviço à comunidade ou medida educativa, ao invés de privação da liberdade. No entanto, não há

É interessante observar que, na foto que ilustra a primeira página da reportagem, o sujeito “maconheiro” que protesta no que parece ser uma “marcha da maconha” é outro, aquele considerado apenas “usuário”, que sofre diferentes sanções da mesma lei. Ali, não são jovens usuários de drogas estigmatizados como marginais ou traficantes, mas que fumam livremente durante o protesto, geralmente observados pela polícia, conforme se vê pela densa fumaça em alguns pontos da foto. Nela, esses jovens protestam pacificamente enquanto tiram *selfies* e empunham cartazes que dizem, entre outras coisas:

Viva a vida **com drogas**
Não beba e dirija! **Fume** e viva!!!
Guerra às drogas mata mais que as próprias drogas

Os apelos dos sujeitos usuários na foto da reportagem principal de *Carta Capital* são em prol do direito individual de consumir drogas, especificamente a maconha, e de fazê-lo abertamente, mas não pelo fim da injustiça social, corrupção e violência associadas à sua criminalização. Dos aproximadamente dez cartazes que apareceram no espaço de meia página reservado à foto em preto e branco que inicia a matéria, somente em um deles o clamor pelas questões sociais, como a violência gerada pela criminalização das drogas, se explicita.

Sobre essa imagem heterogênea de sujeito “maconheiro”, que já apontávamos no capítulo dois – ora tolerado socialmente, ora estigmatizado, a depender de sua condição socioeconômica e étnica - fazemos considerações mais aprofundadas na última seção, sobre a heterogeneidade e a polêmica no discurso de *Carta Capital*. Por ora, finalizaremos a análise dos elementos verbo-visuais da capa aproveitando o gancho dos enunciados acima. Interessamos ali a materialização tanto de sentidos relativos às drogas, de forma geral, quanto à maconha, que aparece, quase sempre, no signo visual na forma de folha. O mesmo acontece na capa de *Carta Capital*.

Se, na linguagem visual, predomina a imagem da folha da Cannabis, sugerindo que a legalização da maconha é ferramenta no combate ao tráfico e à violência dele advinda, na linguagem verbal, o sentido do signo se alarga graças ao uso do hiperônimo “drogas”, como se a legalização da maconha e das drogas fosse equivalente, embora semanticamente essa relação de equivalência não seja verdadeira. Nesse contexto, a verbo-visualidade aparece como lugar de conflito, pois entre as várias formas de relação que pode haver entre a

critérios claros, como a quantidade que caracterizaria um ou outro caso, o que levaria à ambiguidades na interpretação e aplicação da lei.

linguagem verbal e visual estão, inclusive, relações tensas, quando diferentes linguagens produzem diferentes sentidos, que podem não ser excludentes, mas complementares.

No caso do hiperônimo (drogas), é verdade que o sentido da palavra mais geral se aplica à mais específica; portanto, a legalização das drogas incluiria a da maconha. No entanto, o inverso não se aplica, pois as especificidades da parte, do hipônimo (maconha), não se aplicam necessariamente ao todo (as drogas). Dessa forma, a construção do enunciado gera certa ambiguidade, pois inicialmente, os elementos visuais levam a pensar que a legalização da maconha seria a solução “pacificadora” do tráfico, enquanto o texto verbal vem confirmar que, na verdade, trata-se da legalização das drogas como forma de enfraquecimento desse mercado ilegal, ou seja, de uma transformação radical.

Com essas observações sobre o sentido “pacificador” não do signo “maconha”, mas da legalização das drogas – polêmica que o signo evoca em si mesmo -, passamos aos últimos elementos visuais. As manchas brancas sobre o fundo verde, que ora parecem nuvens de fumaça, retomando o sentido da maconha recreativa (e não medicinal ou industrializada), formam, em torno da folha maior, uma espécie de feixe de luz, composto por vários raios, que reforçam essa natureza pacificadora da maconha. Ali, os raios de luz lembram o entorno iluminado das cabeças de imagens sacras, o que conferiria à planta um ar “santificado”.

É interessante observar como esse diálogo entre o discurso sobre a maconha e o discurso religioso também está presente no gênero pichação, manifesto na pichação (B) da figura 3. Ali, o enunciado “Maconha salva!” também parece fazer referência ao discurso religioso. Tanto na pichação quanto na imagem “santificada” que a maconha adquire nessa capa, a erva surge como símbolo de uma solução para “o problema das drogas”, para o qual a legalização desponta como solução possível.

Finalmente, sobre a complexa articulação de elementos verbais e visuais nesta capa, resta-nos comentar sobre as duas borboletas que alçam voam sobre as folhas de maconha que se destacam no enunciado – como se fosse a planta, e não as drogas e sua possível legalização, o tema da enunciação. De acordo com nossa interpretação dos outros signos que compõem o enunciado, os insetos seriam símbolo da transformação radical sugerida pela revista, uma verdadeira “metamorfose” nas leis, como aquela simbolizada pela imagem da borboleta. O inseto, que passa diferentes fases ao longo de seu processo de amadurecimento, geralmente está associado à mudança, principalmente à evolução, visto que a metamorfose das borboletas compreende sua passagem do ovo à larva, desta à pupa (o casulo) e desta à fase adulta, como a borboleta que conhecemos.

Ambas em pleno voo, uma cruzando a linha vermelha, e a outra como se pousasse numa das folhas da planta, as borboletas produzem sentidos relativos à transformação, à passagem da proibição para a legalização da maconha (ou das drogas?), que reduziria o poder do tráfico e, conseqüentemente, a violência que ele sustenta, de acordo com argumentação da revista.

A combinação da fumaça e das nuvens brancas com as borboletas alçando voo sobre as folhas verdes da Cannabis também cria uma atmosfera que parece fazer referência ao universo hippie, ao culto à natureza, à liberdade, inclusive pelo consumo de drogas, ao pacifismo daquele movimento que se opõe à cultura e aos valores dominantes. Esses elementos que retomam os movimentos contraculturais podem ser considerados, como discutimos na próxima seção, um ponto de diálogo entre o enunciado de capa de *Carta Capital* e o de *Veja*, já que aparecem em ambos associados ao mundo das drogas e a políticas “mais liberais”.

Por ora, é possível dizer que a configuração verbo-visual do enunciado se dá como uma resposta aos enunciados anteriores ao mesmo tempo em que incita novas respostas - inclusive de *Veja* que, como mostramos na última análise, atribui à legalização o sentido de uma “falsa solução”, discordando do argumento principal da abordagem de *Carta Capital*. Apesar de não citarem diretamente o discurso uma da outra, a polêmica entre as concorrentes se instaura na forma de uma polêmica velada, em que apenas no interior dos signos (seja o signo “legalização”, “drogas” e, principalmente, “maconha”) se desenrola uma disputa por seus sentidos, que não chega a se manifestar na forma de contestação direta do discurso do outra, mas se revela na articulação dos elementos verbais e visuais do enunciado com seu contexto de produção (circulação e recepção) e com a situação real que o motivou.

Antes de finalizar esta análise, na última seção, com que vozes esse enunciado dialoga e polemiza e de que forma a heterogeneidade e a polêmica se revelam ou se opacificam na materialidade verbo-visual do enunciado.

4.3.3. Polêmica na esfera e entre esferas

Partindo do pressuposto bakhtiniano de que “o enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 316), temos apontado, desde o início da seção anterior, a natureza dialógica e o caráter responsivo do gênero capa de revista, que estabelece um vínculo entre as revistas que circulam semanalmente na imprensa brasileira. Concorrentes

diretas nesse campo, as revistas estabelecem entre si uma disputa pelo direito de dizer algo sobre determinado assunto, e buscam, no apoio do leitor, a legitimidade de enunciar conforme seu projeto de dizer e seu posicionamento ideológico.

Essas relações de diálogo e de disputa - portanto, de polêmica, ainda que velada - se insinuam na organização verbo-visual do enunciado. No caso da capa analisada, percebemos essas marcas na escolha das cores (branco, verde e vermelho) e na imagem principal (a folha da maconha), elementos da primeira capa de *Veja* que se repetem na primeira *Carta Capital*. Esta, ao mobilizar as mesmas cores predominantes na capa da concorrente, publicada cinco meses antes, estabelece com ela uma relação de retomada, não para apenas reafirmar o que havia sido dito (que as drogas são, sim, um problema), mas para atualizar esse já dito (não um problema de saúde individual, mas um problema social, cuja solução é a legalização).

Enquanto esse diálogo se mostra na recorrência das cores, a polêmica se deixa ver (mas não é explicitada), por exemplo, no signo visual materializado na folha da maconha – traço de união mais entre as capas, que tem maior destaque em ambas. Essa polêmica advém das valorações distintas desse mesmo objeto, para o qual as duas capas estão voltadas. Ambas polemizam indiretamente, numa relação explicada por Bakhtin (1981, 229) como um discurso orientado para o seu objeto, que “se choca no próprio objeto com o discurso do outro. Este último não se reproduz, é apenas subentendido”.

Assim, as revistas analisadas até aqui disputam, no interior do próprio signo ideológico “maconha” (seja na sua forma visual, como nas duas primeiras capas de cada marca, ou verbal), os sentidos adequados ao contexto mais recente. A polêmica velada opõe, inicialmente, a droga perigosa - que, apesar de aparentemente inofensiva, ameaça a saúde de jovens e que, por isso, deve ser combatida e permanecer proibida -, à droga cuja legalização pode simbolizar o início de uma mudança nas políticas públicas que, por sua vez, combateriam o tráfico e as mazelas sociais que ele causa ou agrava.

A última capa de *Veja* se junta a essa polêmica que toma a forma de uma oposição do tipo *legalizar x manter proibida* (ora a maconha, ora as drogas, num sentido mais amplo). Com a terceira capa, se inicia uma nova rodada de negociações pelos sentidos possíveis não só de “maconha”, mas da “legalização” na imprensa, conforme as condições mais atuais. Na segunda capa de *Veja* (uma resposta a essa *Carta Capital*, publicada aproximadamente seis meses depois), também é possível dizer que a polêmica se inscreve desde as cores.

Em oposição aos tons claros dos primeiros dois enunciados (em ordem de publicação), como o branco e verde, que remetem, em cada contexto, à saúde, ao cientificismo à liberdade

e, ainda, à paz, a terceira capa publicada (segunda analisada) envolvia a questão num tom sombrio, materializado na combinação de preto e roxo predominante na última capa de *Veja*. Assim, enquanto nessa primeira capa de *Carta Capital* a legalização da maconha representaria o pacifismo e a solução de certos problemas sociais causados pelas drogas, pelo tráfico e pela política de drogas vigente, a mesma legalização, no discurso da concorrente é vista como portadora de um futuro incerto, misterioso, obscuro, mas lucrativo.

Por trás da polêmica velada nas capas de *Veja* e de *Carta Capital*, encontramos, também, outras disputas, na verdade conflitos ideológicos que se dão entre sujeitos (Mino Carta e Roberto Civita), entre discursos da mesma esfera (o do jornalismo “romântico” e o do mercadológico), entre discursos de esferas distintas (entre o jornalismo e a política, a medicina, a arte), entre grupos sociais (brancos ricos, na execução do poder, e não-brancos pobres, recebendo suas sanções). É nesse sentido que concordamos com as ideias do Círculo, segundo as quais que os enunciados, a imagem e a palavra são fenômenos **ideológicos**, que “acontecem no meio ideológico, onde existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem: um vir a ser **dialético** vivo” (MEDVIÉDEV, 2012, p.57).

Esses conflitos ideológicos põem em jogo debates importantes na sociedade contemporânea, não apenas no “nível discursivo”, mas na vida real que o discurso reflete/refrata. Na verdade, são postas em embate diferentes formas de valorar determinados objetos, de lidar com certos temas, a saber, o “problema” das drogas, formas distintas de ver o mundo: de um lado, o “conservadorismo” de *Veja*, na acepção de preservar os sentidos do signo como estão (maconha faz mal e deve seguir proibida) e, de outro, o “progressismo” de *Carta Capital* - visto que propõe uma abordagem radical: a legalização das drogas e não apenas da maconha.

Finalmente, percebe-se, também, entre as capas analisadas até aqui, a disputa ideológica em que se luta pela legitimidade de dizer a legalização capitalista, baseada no lucro e impulsionada pelo voto popular, mas principalmente pela força do mercado, nos EUA, ou a legalização “socialista”, baseada na tentativa de combate à criminalidade e de controle por meio da ação do Estado. Assim, o atravessamento desses discursos que, à primeira vista, se mostra como uma polêmica do tipo “faz mal x não faz mal”, depois “legalizar x manter proibido”, sugere, também, a disputa ideológica entre “direita” e “esquerda”, foco da análise da próxima capa – que, por sua vez, endossa essa leitura.

Tendo percebido todos esses conflitos numa análise dialógica que privilegia o gênero capa de revista, sem esquecer o gênero reportagem, ao qual ela se liga indissociavelmente, é possível afirmar, por ora, que o conflito ideológico, próprio de todo signo, se manifesta nesse

gênero, principalmente, na forma de polêmica velada, que se mostra (ou é ocultada), nos elementos verbo-visuais que constituem o enunciado. Ousamos afirmar, inclusive, que a polêmica é própria dessa esfera ou, ainda, desse gênero discursivo, em que uma revista concorre com a outra por sua saúde financeira no mercado, mas também colocam em jogo formas distintas de ver o mundo e de agir no interior desse campo de criação ideológica.

Para sustentar essa análise, trouxemos aqui o discurso do jornalista Mino Carta, um dos fundadores da revista *Veja* que, rompendo a parceria com a família Civita, criou sua própria publicação – hoje, intitulada por ele como “alternativa ao pensamento único da imprensa”. Aquilo que é enunciado em *Carta Capital* é, por definição, desde a fundação do veículo, uma alternativa ao que foi dito sobre o mesmo assunto na esfera (principalmente em *Veja*, se consideramos as relações pessoais fragilizadas entre os jornalistas chefes de cada publicação), devendo, portanto, polemizar com esse já dito.

Além dos embates entre os sujeitos e os meios de comunicação que dirigem, o próprio discurso jornalístico se constitui na polêmica, ou melhor, na disputa pelos sentidos da palavra “jornalismo”, ou do que seria um “bom jornalismo”. Enquanto *Carta Capital* se aproxima do discurso “romântico” sobre a prática jornalística engajada, dizendo-se não submissa ao capital e ao poder, transformadora de uma sociedade desigual, mantenedora de um compromisso com a “verdade factual” e com a crítica, *Veja* assume-se interessada pelo domínio do mercado e defende que seus jornalistas não se restrinjam ao “conforto da imparcialidade”, mas que façam interpretações dos fatos baseadas na sólida visão de mundo da revista – que também é guiada pelo ideal nobre de “reformular o Brasil”.

É importante ressaltar que o jogo entre essas duas práticas jornalísticas não se dá na forma de uma oposição binária, entre dois discursos que apenas se recusam mutuamente, mas na forma de negociação, já que *Carta Capital* negocia com o próprio poder que vigia e com o capital que a mantém (como na parceria com *The Economist*). Tampouco *Veja* é centrada apenas nos lucros de uma prática voltada totalmente para interesses mercadológicos e para os valores da iniciativa privada, pois também tem interesses políticos nobres, da esfera pública, no sentido de transformar o país - o que é próprio do “jornalismo romântico” e politicamente engajado.

Não são apenas relações conflituosas, entre os jornalistas e suas práticas jornalísticas, ou entre as revistas e as visões de mundo que põem em jogo. Há, ainda, nessa capa, uma polêmica com a atual de lei de drogas, ou seja, uma relação conflituosa entre o discurso jornalístico e o discurso político. A relação entre esses campos, aliás, também é constitutiva

da esfera, conforme discutimos no capítulo três, baseando-nos nas ideias de Cavalcanti (2006) sobre a heterogeneidade da esfera jornalística, dado seu diálogo constitutivo com as esferas política, literária e científica.

Encontramos indícios dessa relação polêmica com o discurso oficial da lei no enunciado verbal “Legalizem as drogas!”. O verbo legalizar (tornar legal, de acordo com a lei, algo que é proibido) no modo imperativo, cuja desinência verbal *-em* indica o sujeito na segunda pessoa do plural (vocês), caracteriza um clamor, um pedido urgente, como reforça a pontuação exclamativa. Feita diretamente aos interlocutores, no plural (como sugere a forma do verbo), portanto não necessariamente um sujeito, mas uma coletividade, o clamor é, no entanto, direcionado a qualquer interlocutor, pois não está ao alcance de qualquer sujeito realizar a ação, senão nas mãos das próprias autoridades do Estado, únicas que têm poder de transformar diretamente as leis.

Dessa forma, a própria semântica do verbo “legalizar” – tornar legal o que é ilegal - implica polêmica velada, ou seja, instaura uma disputa indireta pelos sentidos dos signos, como “maconha” ou “drogas”, e das práticas sociais que eles evocam. Enquanto a lei estabelece a proibição, a imprensa discute a possibilidade de legalização, ainda que motivada pelo contexto internacional, vislumbrando a aproximação dessa discussão no contexto brasileiro. Com essa escolha lexical coloca-se em discussão o sentido oficial institucionalizado na lei, questiona-se sua eficácia e pede-se uma nova política de drogas. O alvo do pedido é o próprio governo federal, como fica claro no artigo que antecede a reportagem principal, intitulado “Uma Carta para Dilma”, do qual recortamos um fragmento, para um último movimento de cotejo nessa análise:

Preocupados com o **projeto retrógado** do **deputado Osmar Terra** e com as intenações compulsórias de viciados, **participantes do Congresso Internacional sobre Drogas** alertam a **presidenta**. (CARTA CAPITAL, 2013)

Os trechos destacados no período transcrito ajudam a compreender de quem parte o clamor da capa pela legalização das drogas (num contexto mais amplo do que aquele da interação entre a revista e seu leitor), a quem ele se dirige especificamente, o contexto que deu origem à enunciação e a valoração da publicação sobre esse assunto.

Apesar de assinado individualmente pelo articulista da revista, Wálter Maierovitch, jurista e ex-desembargador no TJ-SP, segundo o site da revista - portanto, autorizado a falar do assunto com a legitimidade de quem lida profissionalmente com as leis -, o artigo que antecede a reportagem, em acordo com o projeto de dizer da revista, não apenas introduz o

tema que ela abordará, mas explica melhor seu contexto e sua valoração sobre a situação noticiada.

Em resposta ao projeto de um deputado, que previa a volta da prisão ao usuário de drogas e sua internação compulsória, participantes do Congresso Internacional sobre Drogas - do qual participaram professores e pesquisadores, representantes de ONGs e coletivos, autoridades da área da saúde e ex-chefes de Estado, como o ex-presidente da Colômbia, César Gaviria - escreveram uma carta para a então presidenta Dilma Roussef, alertando-a sobre o retrocesso de projetos “retroçados” como esse. O artigo do colunista de *Carta Capital* também introduz o contexto mais amplo da discussão sobre drogas, em que os estados americanos do Colorado e de Washington aprovaram a legalização da maconha⁶¹.

Somente após tomarmos conhecimento do contexto que originou a enunciação, é que vão se esclarecendo as relações menos evidentes entre os aspectos verbais e visuais da capa, por exemplo, a relação entre a legalização da maconha, no plano visual, e a legalização das drogas, no plano verbal. O enunciado que analisamos nesta seção constitui, portanto, não só uma resposta ao discurso de *Veja* sobre a maconha, mas integra um diálogo mais amplo sobre as drogas e sua legalização, no Brasil e no mundo. Trata-se, em nível nacional, de uma discussão política, que envolve desde o poder legislativo (como o deputado mencionado), até o poder executivo, na figura da então presidenta. Ela é destinatária direta do alerta contido na carta dos especialistas, citada no artigo escrito pelo colunista de *Carta Capital*, e destinatária do próprio clamor materializado na capa.

Essa capa participa, num nível ainda mais amplo (o da política internacional), de uma onda de movimentações coletivas e de transformações nos discursos oficiais sobre as drogas, principalmente sobre a Cannabis, em destaque na capa. A reportagem, no entanto, pouco fala sobre a droga, e só indiretamente se insere na polêmica da maconha. Não só de polêmicas é constituído o enunciado, no entanto. Interessa-nos olhar, também, para outros tipos de relações dialógicas que ele estabelece, por exemplo, com outros gêneros da mesma e de outras esferas. Focamos nesses elementos e caminhamos rumo ao fechamento (que é sempre temporário) das análises.

⁶¹ Vão ficando mais claras as transformações da sociedade e os movimentos da história conforme vamos desenvolvendo as análises, aprofundando os cotejos e estabelecendo relações dialógicas entre os enunciados. Neste trecho, por exemplo, vemos que a realização de um plebiscito nos EUA, antecipada por *Veja*, cinco meses antes da publicação desta *Carta Capital*, resultou na aprovação popular e na legalização da maconha naqueles estados americanos. Seguiu-se a isso uma reação do cenário político brasileiro; posteriormente a contrapalavra de vozes sociais organizadas no referido congresso e, finalmente, chegamos à refração desse contexto nos enunciados da imprensa.

A primeira relação entre gêneros que nos pareceu fundamental foi aquela entre a capa e a reportagem, pois esta explicita aquilo que é apenas sugerido na primeira, visto que sua forma composicional é concisa e objetiva, prezando por frases de efeito que possam despertar a curiosidade do leitor, em detrimento do esclarecimento do tema (que deve ser revelado apenas mediante a compra do exemplar). Não só a reportagem, mas o artigo de contextualização que antecede a matéria também desempenha papel importante no processo de compreensão dialógica do enunciado, pois o situa num contexto amplo de discussões nacionais e internacionais, sociais e políticas.

Sem tentar esgotar as análises, conscientes da infinitude do diálogo que o enunciado materializa em si, tomando cuidado para não nos desviarmos de nosso objetivo (centrado na análise do discurso da imprensa), apontamos, ainda, uma última relação dialógica estabelecida nos fios mais distantes dessa trama de sentidos, que excedem os limites da esfera. Falamos das pichações, pois percebemos, no discurso de *Carta Capital*, o diálogo com algumas vozes mais próximas do cotidiano, ou melhor, com o discurso do usuário.

Em oposição ao discurso de *Veja*, que dialogava com a medicina em busca de legitimidade, enquanto rechaçava o discurso atribuído ao usuário (retomado na expressão “cortar o barato”, trazida na capa), o enunciado de *Carta Capital* dialoga com a voz do usuário, apropriando-se dela. A própria sequência “Legalizem as drogas!” na capa da revista, terminada por exclamação, pontuação que é incomum no jornalismo moderno, adquire um tom de protesto, de manifesto, muito mais próximo da “ideologia do cotidiano”, refletida e refratada nos cartazes das marchas e nas pichações dos muros.

Além disso, o ocultamento das questões raciais, que aparecem apenas sutilmente marcadas na mão que não é branca, na capa - e um pouco mais aprofundado na reportagem, como no trecho que cotejamos sobre o julgamento de traficante e usuário, conforme critérios étnicos e socioeconômicos -, desaparece na pichação. Afinal, nesse “gênero discursivo”, que é marcado pelo tom de protesto e pela capacidade de explicitar conflitos omitidos em esferas institucionalizadas, é possível dizer o que ainda é tabu em espaços como a capa de revista.

Na pichação D, seguida de uma folha de maconha desenhada com apenas quatro traços, se lê “nem do preto nem do branco. É do verde”. A frase pintada no muro é um verso da canção “Pilotando o bonde da excursão” de Marcelo D2, ex-vocalista do grupo Planet Hemp, sobre o qual falamos no capítulo dois (e figura conhecida no campo da música, mais especificamente do hip-hop, por ser atuante nos debates sobre a maconha nos anos noventa), e também dialoga com o discurso de *Carta Capital*, na medida em que constrói para o signo “maconha” o sentido de “planta pacificadora”, próximo do tema sugerido no enunciado de

capa da revista, o da “legalização” pacificadora. Na pichação, a cor verde (da natureza, da liberdade, da esperança, como apontamos em nossa análise) usada apenas na palavra “verde” e no desenho da folha, pode estar associada ao caráter pacificador que a erva (e sua legalização) adquire do ponto de vista do pichador. A planta seria, nesse contexto, capaz de apagar as distinções raciais entre preto e branco, ou seja, sua legalização anularia os efeitos da discriminação racial que orienta o julgamento do consumidor como usuário ou traficante, a depender da cor da pele.

Vale ressaltar, no entanto, que nem tudo pode ser dito no gênero e na esfera na qual esse trabalho se concentra, pois enquanto em espaços de dizer como a pichação, é possível colocar em jogo temas como o do racismo ou das drogas como fonte de “salvação” ou como elemento pacificador, na imprensa e, principalmente, no gênero capa, esses sentidos não são dizíveis, nem mesmo naquela revista que se intitula “alternativa” ao pensamento dominante da esfera.

No entanto, nesse diálogo entre a capa e a pichação, vemos que um tema antes reservado a esferas mais informais, como a da arte, ou a gêneros primários, aqueles mais simples, conforme Bakhtin (1997, p. 281) – como seria a pichação, segundo nossa interpretação -, começa a aparecer⁶² ressignificado na imprensa, de acordo com o contexto mais recente. Elaborados no cotidiano, fora de uma esfera de comunicação cultural complexa (como a ciência e o jornalismo, por exemplo), os gêneros primários, frutos de circunstâncias mais espontâneas da comunicação verbal, são, para o autor (como a pichação, para nós), absorvidos e transmutados ao longo do processo de construção dos gêneros secundários (como é a capa de revista).

Consideramos esses diálogos relevantes porque, como aponta Bakhtin (1997, p.281) “não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso”. Interessam-nos, então, diversas formas de heterogeneidade manifestas no enunciado: seja a heterogeneidade mostrada, por exemplo, na capa de *Veja*, com a expressão “cortar o barato”, ou suas formas mais sutis de manifestação, ou melhor, de negociação com a heterogeneidade constitutiva do discurso, usando os termos de Authier-Revuz (1998).

⁶² Antes dessa capa de *Carta Capital*, nenhuma outra revista do *corpus* havia defendido explicitamente (com o uso do modo imperativo, de exclamação, com tom de manifesto) a legalização da maconha, na capa. Antes dela, apenas as revistas mensais, as de divulgação científica – mais propensas a abordar o tema da maconha, dado o interesse da ciência no estudo da planta – trouxeram a questão da legalização na capa e, mesmo assim, de forma indireta, reportando o discurso da medicina, como no enunciado (10) do quadro 2, ou ainda, veladamente na forma de uma interrogativa, como os enunciados (11), (12), (13), (14) e (19) do referido quadro. Neste momento, aproveitamos para apontar mais uma relação dialógica instaurada no enunciado analisado, agora com as outras capas de revistas, fora dos limites do *corpus*.

Ressaltamos, todavia, que enquanto a autora observa as formas de heterogeneidade que se mostram no fio do discurso verbal, ou seja, as formas linguísticas do enunciado que revelam a presença do outro no discurso do “eu”, nós temos observado as marcas de heterogeneidade, de atravessamento de discursos de vários lugares, esfera, e pontos de vistas, também nos elementos visuais – o que torna a delimitação heterogeneidade mostrada ou marcada muito mais difícil e complexa.

Foi olhando também para essas formas não explícitas de heterogeneidade constitutiva do enunciado, para essas relações dialógicas menos evidentes no fio do discurso (buscadas na relação do enunciado com outros enunciados, vozes e esferas) que encontramos, por exemplo, outras polêmicas para além da mais evidente desde um primeiro olhar para as materialidades do *corpus* (sobre a legalização da maconha): a polêmica em que se disputam os sentidos de “maconheiro” (traficante/usuário, calcada num conflito ideológico histórico da sociedade brasileira branco/não branco) e, ainda, aquela em que se disputam os sentidos implícitos na palavra “legalizar” (a maconha ou as drogas?), uma outra polêmica que pode gerar disputas futuras na imprensa, na política e na sociedade.

4.4. O embate com *Veja* na capa de *Carta Capital*

A quarta e última revista analisada neste capítulo é a quarta, também, em ordem de publicação. Observemos, antes da análise, a *Carta Capital*, publicada no fim de 2013:

Figura 7-Corpus: capa da revista *Carta Capital*, dezembro de 2013



Fonte: Acervo digital da revista *Carta Capital*⁶³

⁶³

Imagem

disponível

em:

https://www.google.com.br/search?q=+revista+carta+capital+maconha+na+farm%C3%A1cia&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws_rd=cr&ei=0xm_WPLdDYmDwQTVq6-IDQ

4.4.1. A polêmica na verbo-visualidade

Na última análise deste quarto capítulo, tentando evitar a repetição de reflexões e resultados e na tentativa de mostrar a indissociabilidade dos conceitos que foram “separadamente” trabalhados até aqui – o de gênero discursivo, o de verbo-visualidade e o de polêmica -, não dividimos as reflexões em três subseções distintas, como nas análises das três primeiras capas. Propusemos, ao invés disso, uma discussão que englobe todos esses aspectos, que se influenciam mutuamente, estabelecendo relações mais claras não só entre os conceitos, mas entre esta capa e as anteriores (às quais ela responde), lançadas no intervalo de quase um ano (de outubro de 2012 a dezembro de 2013).

Publicadas num período relativamente curto, cada uma das quatro capas é uma réplica do diálogo em que se discute o mesmo fenômeno social - a legalização da maconha em diferentes partes do continente americano. É em função desse acontecimento histórico e de seus desdobramentos que cada enunciado se constrói. É nesse sentido que tratamos o tema não apenas como o “assunto geral” do qual fala o enunciado, mas como a expressão de uma situação concreta, que acompanha o fluxo da história e as transformações sociais (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006).

Nesse contexto, essa capa de *Carta Capital* encerra - ainda que temporariamente - um ciclo de reações da imprensa à legalização da droga. Essas respostas fazem parte de um único diálogo, que negocia os temas dos signos “maconha” e “legalização” em função dessas transformações, mas também em função do que já foi dito sobre o mesmo objeto/signo nos enunciados do mesmo tipo que circulam na mesma esfera.

A despeito do destaque que é dado à folha da Cannabis, na linguagem visual, e à palavra “maconha”, no texto verbal, não são a erva ou suas propriedades naturais, tampouco seu potencial médico e farmacêutico os temas principais do enunciado. Enquanto a enorme folha verde aparece ao fundo e a sequência verbal “Maconha na farmácia” aparece em destaque, na cor preta, logo abaixo do logotipo da revista, no primeiro plano é a figura do então presidente uruguaio, José Mujica, que se destaca.

O texto verbal na cor branca, em caixa alta, mas em fonte pequena, que segue a chamada da capa, reforça a centralidade da figura do político na argumentação de *Carta Capital*: “Como **José Mujica**, presidente do Uruguai, e sua política de drogas podem influenciar a América do Sul”. O aposto explica verbalmente quem é José Mujica - para o leitor não tão bem informado como Mino Carta pressupõe em suas declarações -, mas é na linguagem visual que se materializa sua descrição mais significativa.

A ilustração em nada lembra a imagem que circula no senso comum acerca dos chefes de governo, geralmente figuras sérias de terno e gravata e expressões austeras. O desenho no canto inferior direito da capa materializa visualmente a imagem do senhor grisalho e sorridente, com roupas simples (ao invés do terno e da gravata, um casaco e um colete de cores sóbrias) e expressão amigável, quase de satisfação. No desenho que estampa a capa de *Carta Capital*, Mujica parece aplaudir a manchete sobre sua cabeça, numa manifestação de aprovação da legalização da maconha no país sul-americano sob seu governo.

É principalmente a figura do uruguaio - posicionada no mesmo canto direito que a estátua da liberdade ocupava na capa de *Veja* - que instaura uma forma de diálogo não declarado com a concorrente da Editora Abril e, mais do que isso, uma forma de polêmica velada. Vejamos como se constrói esse diálogo tenso e implícito entre as duas concorrentes.

Nesta última, o monumento, que é símbolo dos valores e da cultura estadunidense, produz sentidos positivos acerca da legalização conforme os modelos praticados nos estados de Washington e do Colorado, nos Estados Unidos – relativos à liberdade democrática, de mercado, do consumo taxado e com grande potencial de lucro, principalmente para o setor privado, como mostrou a última análise antes desta. Já a capa de *Carta Capital* produz sentidos opostos àqueles produzidos em *Veja*, já que a figura do ex-presidente uruguaio é comumente associada às ideias de uma esquerda político-ideológica, como reforçam os trechos da reportagem resumida no site:

Mujica é, segundo definições mundo afora, “**o político mais incrível**”, “o líder que faz sonhar”, “**o presidente mais pobre do planeta**”, que abriu mão de 90% do salário e preferiu morar em sua chácara em vez de na residência oficial. A revista americana *Foreign Policy* o listou **entre os cem pensadores mais importantes de 2013**, por redefinir o papel da esquerda no mundo (CARTA CAPITAL, 2016 negrito acrescentado por nós)

Pepe despertou uma verdadeira Mujicamania até mesmo entre quem tenta esquecer seu passado de **guerrilheiro que sequestrou e assaltou bancos** durante a ditadura uruguaia e que **passou 10 de seus 14 anos de prisão na solitária**, edulcoração semelhante à produzida pela mídia mundial em relação a **Nelson Mandela** (*a propósito, ler a análise de Antonio Luiz Coelho da Costa a partir da página 54*). (CARTA CAPITAL, 2016, negrito acrescentado por nós)

No primeiro fragmento da reportagem intitulada “A ousadia de Mujica”, principalmente nos trechos destacados por nós, constrói-se uma imagem positiva para o líder uruguaio, cheia de superlativos, a partir de discursos citados entre aspas, que circulariam “mundo afora” (“o político mais incrível” e “o presidente mais pobre”) e discursos que vêm em citação indireta: um dos “cem pensadores mais importantes de 2013”. Tendo se desfeito

do salário e dos luxos que o cargo político lhe garantia, o ex-presidente é figura tão atípica no cenário político mundial, que chega a despertar incredulidade e a “fazer sonhar”.

No segundo fragmento, a reportagem antecipa possíveis reações àquilo que poderia parecer uma tentativa de criar uma imagem imaculada de Mujica, ou como o próprio fragmento admite “edulcorada”, adocicada em prol da ideia de “bom senhor” que se quer transmitir. Ali, principalmente nos trechos que destacamos em negrito, admite-se uma outra identidade do sujeito Mujica, que antecedeu a de estadista desapegado do luxo e do dinheiro que o poder político poderia lhe proporcionar. Trata-se da imagem de jovem “guerrilheiro”, “assaltante” e “sequestrador” que, durante a ditadura uruguaia, foi preso e isolado.

Admitir o passado de “revolucionário” do ex-presidente uruguaio, no entanto, é uma estratégia discursiva que ajuda a reforçar sua imagem heroica e a criar certo status de símbolo de resistência e luta – chegando a ser comparado a Nelson Mandela, personalidade importante na amarração da unidade temática desse enunciado, que voltamos a discutir a seguir. Essas duas imagens de sujeito (o bom senhor esquerdista e o jovem revolucionário) se fundem, criando a ideia de que um “ex-guerrilheiro”, punido como criminoso, que chegou a se tornar um estadista reconhecido mundialmente como um dos responsáveis por “redefinir o papel da esquerda no mundo”.

Um terceiro fragmento da reportagem ajuda a esclarecer o que caracterizaria o político como um representante da “nova” esquerda, quais medidas tomadas por ele têm lhe rendido títulos como o de “ousado” e “progressista”:

Postas em prática, as ideias surpreendem o mundo pelo **viés progressista**. Enquanto, no Brasil, religiosos chantageiam e encurralam o governo, **na terra de Mujica, só neste ano, foram legalizados o aborto até o terceiro mês e o casamento gay. Para culminar, a legalização da maconha**, aprovada pelo Senado por 16 votos a favor e 13 contra na terça-feira 10 e que agora vai à sanção do presidente, é uma **experiência única**. O Estado controlará a produção e a comercialização em farmácias a 1 dólar o grama. Os usuários poderão cultivar até três pés da planta em suas próprias casas e organizar cooperativas de consumo (CARTA CAPITAL, destaque adicionado)

Na prática, as ideias de Mujica que o transformaram em “ícone da esquerda”, conforme o terceiro fragmento da reportagem de *Carta Capital*, passam pela legalização do aborto, do casamento gay e da maconha, medidas consideradas “progressistas”, uma vez que produzem reformas sociais demandadas por grupos minoritários e historicamente adiadas nas esferas de poder, dado seu teor “controverso”.

Nesse contexto de formalização de discursos oficiais sobre temas que só circulavam em vozes do cotidiano, a legalização uruguaia da maconha é, para *Carta Capital*, uma

“experiência única”, diferente, por exemplo, da legalização estadunidense - decidida por voto popular em plebiscito, voltada para o lucro e o mercado, sob o controle da iniciativa privada. A legalização comandada por Pepe Mujica, como é conhecido o líder sul-americano, apesar de não ter sido decidida diretamente pelo povo uruguaio, mas por uma apertada votação no Senado, foi fruto de uma “ousadia” do presidente que “cada vez mais se desprende do atraso latino-americano”, como afirma o subtítulo da reportagem veiculada no site.

Ao contrário do que acontece nos EUA, no país latino, a legalização da droga fica por conta do Estado, que “controlará a produção e a comercialização em farmácias a um dólar o grama”. Nesse trecho do fragmento, também se insinua que a política uruguaia, diferente da estadunidense, não vislumbra o lucro em primeiro lugar, já que o preço é aparentemente baixo, como sugere a proporção “um dólar por um grama” - que, se fosse convertida e enunciada em moeda local, do Uruguai ou do Brasil, certamente faria com que o preço não parecesse tão acessível.

É interesse notar, ainda sobre esse último trecho da reportagem, que além da comercialização da droga em farmácias, como já antecipava a manchete da capa, o usuário também poderá plantar a erva em casa ou participar de cooperativas. A despeito da existência de outras possibilidades de obtenção da droga, como as organizações coletivas e as plantações de subsistência, o fato que mereceu destaque na capa foi a venda da droga em estabelecimentos comerciais, onde se compram substâncias entendidas socialmente e tratadas oficialmente como remédios, não como drogas.

A seleção daquilo que é dito ou omitido nos enunciados do gênero capa obedece não só aos critérios influenciados pelos interesses do leitor, mas também deve se adaptar àquilo que já foi dito na mesma esfera sobre aquele assunto. Assim, se a reportagem de *Veja* acusava a legalização uruguaia de falta de “controle de qualidade” ou de pouca “coibição do uso”, *Carta Capital* responde à crítica ao priorizar o espaço institucionalizado da farmácia na manchete de capa, como se ali estivessem garantidas a qualidade e o controle que um estabelecimento como a farmácia pode garantir. Além disso, ao associar à legalização da droga a sua venda em farmácias - e não ao plantio independente ou coletivo - a capa acaba reforçando sentidos associados à maconha medicinal e não a seu uso recreativo, ao contrário do que fez a reportagem de *Veja*, que tratava a maconha medicinal como pretexto de “viciados” para garantir o uso recreativo que fazem da droga. Revela-se, então, mais um embate no interior da polêmica entre *Veja* e *Carta Capital*, aquele em que se opõe a maconha para usos medicinais, da maconha para fins recreativos.

Aos poucos, conforme aprofundamos as análises dos elementos verbo-visuais da capa e realizamos movimentos de cotejo com a reportagem à qual tivemos acesso, vai ficando mais claro o embate entre as capas de *Veja* e de *Carta Capital*, publicadas com apenas um mês de diferença. Se, por um lado, a construção verbo-visual do gênero faz com que seja mais difícil apontar com precisão a presença de discursos alheios no “fio do discurso”, como faz Authier-Revuz (1998) com as formas linguísticas, claramente marcadas, por outro lado, é justamente essa complexa elaboração verbal e visual que garante a riqueza de indícios que servem como pistas para que recuperemos a heterogeneidade constitutiva do discurso.

Essas pistas, colhidas na análise tanto da linguagem verbal quanto visual, permitem a reconstrução das relações polêmicas que o enunciado trava com seus outros, ainda que elas sejam ocultadas pelas coerções do gênero e que estejam estrategicamente embutidas na construção estética desse gênero discursivo. Para identificar tais pistas, foi preciso colocar o enunciado em diálogo com outros textos, mas foi necessário também - e principalmente - lembrar que, na verdade, a escolha de palavras (e de signos de todo tipo), de suas combinações no enunciado, de sua localização no todo da composição, materializa escolhas, comparações e combinações de avaliações sociais contidas nesses signos (MEDVIÉDEV, 2012, p.186), que são sempre ideológicos.

Com isso, queremos dizer que os signos verbo-visuais que revelam o diálogo implícito entre *Veja* e *Carta Capital* são mais do que marcas de uma polêmica que opõe discursos concorrentes no interior da imprensa, mas que esses signos são espaços de lutas ideológicas complexas, históricas, refletidas e refratadas nas formas da língua e nas formas visuais. Assim, parafraseando Medviédev (2012, p.186), segundo o qual “para o poeta, assim como para todo falante, a língua é um sistema de avaliações sociais”, para o jornalista, os signos verbais e visuais permitem-lhe reorganizar esse sistema de avaliações em favor de um determinado projeto de dizer que é, também, uma linha editorial, mas mais do que isso, uma posição axiológica num debate ideológico muito mais amplo.

As revistas analisadas até aqui incorporam o conflito ideológico entre as doutrinas político-econômicas “de esquerda” e “de direita”, materializando essa disputa na forma de uma “polêmica insinuada” - nem aberta, isto é, totalmente explicitada, mas velada, já que ela não é propriamente “encoberta”, mas suavizada. No gênero discursivo capa de revista, essa polêmica põe em jogo sentidos associados a uma “legalização socialista”, nos moldes daquela praticada pelo governo “esquerdista” e “progressista” de Mujica, em oposição aos sentidos próximos do que seria uma “legalização capitalista” da maconha, seguindo o exemplo dos

estados norte-americanos, cujas políticas estão centradas nos valores da liberdade democrática e mercadológica.

Levando em conta essa primeira seção de análise da materialidade verbo-visual da capa, em diálogo com outros enunciados que a completam ou com os quais ela polemiza, podemos concluir, reafirmando o que defende Maingueneau (2005, p. 111), que a polêmica não se realiza na forma de uma “controvérsia violenta”, no gênero discursivo analisado neste trabalho. O que acontece nesses gêneros verbo-visuais são formas “insinuadas” de polêmica, em que a complexa articulação dessas duas linguagens faz com que sejam muito mais sutis as marcas de presença do outro no discurso.

Assim, enquanto os signos ideológicos materializados verbal ou visualmente e combinados na capa de *Veja* criam sentidos positivos para a legalização americana capitalista, negando a legitimidade da legalização uruguaia socialista, em *Carta Capital*, o inverso é verdadeiro. O que acontece entre os discursos dessas duas revistas é semelhante, portanto, àquilo que Maingueneau (2005, p. 108) identifica na relação polêmica entre o discurso jansenista e o discurso humanista devoto: cada um rejeita como negativos os semas que o seu “outro” assume com “legítimos”.

Sendo concorrentes na esfera jornalística, as duas revistas não podem aceitar o que é dito pelas adversárias sem reagir, uma vez que disputam a legitimidade de enunciar sua versão dos fatos. No entanto, ao contrário do que se pode esperar, partindo de uma definição comum do que seria a polêmica (“controvérsia violenta”), nas capas analisadas, a polêmica se mostrou sutilmente na forma como cada revista constrói sentidos para o mesmo objeto, no caso, a maconha ou sua legalização.

4.4.2. As formas de polemizar do gênero

Chegamos a algumas de nossas conclusões parciais apenas com a análise da capa que encerra esse primeiro capítulo analítico. Baseado nas capas das revistas *Veja* e *Carta Capital*, publicadas entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, esse primeiro turno do debate sobre a maconha na imprensa foi motivado pela legalização da droga no Uruguai e nos Estados Unidos, como mostram nossas análises. No gênero discursivo capa de revista esse diálogo se materializa na forma de uma polêmica velada. Trata-se, em termos bakhtinianos, de valorações distintas no interior de um mesmo objeto/signo (a maconha), e de avaliações sociais antagônicas sobre o mesmo acontecimento histórico (sua legalização) e sobre seus desdobramentos. Nesse tipo de polêmica,

a ideia do outro não entra “pessoalmente” no discurso, apenas se reflete neste, determinando-lhe o tom e a significação. O discurso sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto e a sensação da presença deste discurso lhe determina a estrutura (BAKHTIN, 1987, p. 230).

Essa polêmica entre capas é, na verdade, entre instituições, entre concepções políticas e entre posicionamentos ideológicos antagônicos. Ela determina a estrutura do discurso, como afirma Bakhtin na citação acima, afetando, inclusive, as características relativamente estáveis do gênero.

Um exemplo de como o gênero se flexibiliza em função não só da unidade temática, mas da constituição polêmica de enunciados do tipo “capa de revista”, é a adaptação constante do logo a esses elementos. Até mesmo o logo de cada revista, que deve se manter reconhecível para o consumidor (pois identifica a empresa que se responsabiliza pelo “produto notícia” que ela vende), passa a refletir/refratar o conflito fundante do enunciado.

Se fonte, tamanho e posição do logotipo são sempre os mesmos, são apenas suas cores que podem se ajustar ao tema do enunciado. Nesse contexto, a combinação das cores branca (na palavra “Carta”) e preta (em “Capital) no nome da revista parece materializar – nas oposições claro/escuro, cor/não cor, luz/ausência de luz, positivo/negativo, concretizadas no par branco/preto – as dicotomias que atravessam toda a construção do enunciado (*Veja/Carta Capital*, EUA/Uruguai, capitalismo/socialismo, direita/esquerda...).

Outros elementos específicos desse gênero discursivo também se ajustam a esses embates. As manchetes secundárias, trazidas no topo da página, num espaço branco que as separa da manchete principal sobre a maconha. A escolha dos temas destacados naquela edição ajuda a construir a postura “esquerdista” da revista - que parece, nessa edição, ainda mais preocupada com questões sociais, humanitárias “revolucionárias”, como sugerem as manchetes:

NELSON MANDELA Quem o combateu hoje se aproveita de sua história.
DITADURA Documentos do SNI revelam perseguição a jornalistas e à OAB
DISTRITO FEDERAL Na contramão da maior parte o Brasil, as favelas crescem na capital
+QI As *pin-ups* que desafiaram a censura

Além da maconha, são temas de destaque nessa edição de *Carta Capital* a história do líder sul-africano Nelson Mandela, a perseguição a jornalistas e à OAB no período da

ditadura, o crescimento das favelas no Distrito Federal e a postura desafiadora das *pin-ups*⁶⁴ diante da censura. Entre as manchetes, que tem em comum o tom de luta e resistência (de Mandela, dos jornalistas, das favelas e das *pin-ups*) em relação às ideologias dominantes de cada contexto, destacamos a primeira, sobre Mandela, por revelar muito acerca da relação polêmica entre as revistas e suas capas; e a última, sobre as *pin-ups*, por confirmar uma recorrência inesperada no gênero.

Quanto à última manchete, interessa-nos apenas apontar a presença constante da figura feminina, sempre erotizada ou associada a escândalos político-sexuais nas capas das revistas analisadas até aqui; uma recorrência no gênero. Com exceção da capa branca de *Veja*, em que não havia outras manchetes além da chamada sobre a maconha, a figura da mulher apareceu em todos os enunciados, mas como se ilustrasse notícias “menores”, mais próximas do entretenimento e sempre com viés sexual.

No entanto, essa forma de representar a imagem feminina não é característica apenas do gênero discursivo ou da imprensa, mas da indústria cultural em geral, que reserva um espaço à mulher, mas no qual ela aparece predominantemente desempenhando um papel secundário, de quem deve entreter o leitor, o telespectador, enfim, o consumidor do produto cultural. Nesse sentido, a capa de revista apenas reflete/refrata os valores dominantes em circulação na esfera e na sociedade, de maneira geral.

Quanto à primeira chamada, sobre Mandela, interessa-nos apontar sua contribuição fundamental para a “amarração” da unidade temática do enunciado, tanto em relação à questão dos líderes revolucionários de esquerda e suas contribuições sociais e políticas, quanto em relação à polêmica estabelecida entre *Veja* e *Carta Capital* na capa desses veículos, principalmente por meio da figura do ex-presidente sul-africano. A matéria sobre Mandela ajuda a reforçar um dos pontos centrais da matéria principal sobre a maconha: a eficiência de políticas progressistas de um líder estadista/esquerdista. Assim como Mujica, Mandela foi líder político, revolucionário, que lutou contra as ideologias dominantes de sua época: o primeiro contra a ditadura uruguaia e o segundo contra o regime segregacionista racial, praticado na África do Sul, o apartheid, ambos na segunda metade do século XX.

⁶⁴ O substantivo, originalmente do inglês, designa figuras femininas voluptuosas, parcial ou totalmente nuas (ou as próprias mulheres que posavam como modelos para fotografos que produziam esse tipo de imagem). Ver: <http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/pin-up>. Esses retratos, que eram fixados como quadros nas paredes (o que pode ser expresso pelo verbo *pin*), principalmente de alojamentos de soldados americanos, nas décadas de 1940 e 50 são, hoje, atualizados e ressignificados como parte da cultura pop ocidental. Fonte: <http://super.abril.com.br/cultura/o-que-e-uma-pin-up/>

Ambos aparecem, na capa e nas reportagens de *Carta Capital*, como símbolos da esquerda que, a despeito do passado violento, puderam garantir o “progresso social” de suas nações. Já no fragmento cotejado da reportagem sobre Mujica se apontava a relação de aproximação estabelecida entre os dois líderes políticos, mas no trecho a seguir da reportagem sobre Mandela, resumida no site, também ajuda a respaldar nossas afirmações e a perceber as semelhanças entre eles, apropriadas pela argumentação da revista:

[Mandela] Pensou como marxista, combateu como revolucionário e governou como reformista. Pode ser reivindicado como exemplo tanto pela esquerda radical quanto pela pragmática, embora a lição a ser aprendida seja, mais razoavelmente, que qualquer grau de sucesso depende da disposição de adaptar os meios e fins imediatos ao momento histórico sem abandonar os princípios e os fins últimos (CARTA CAPITAL, 2016).

A aproximação entre as duas figuras (de jovens marxistas rebeldes, que se tornaram senhores respeitáveis na política e na história) não visa apenas a consolidar a imagem positiva de líderes “revolucionários” da esquerda, que se converteram em figuras icônicas da política mundial, mas também a reforçar a polêmica com a concorrente direta na esfera, a revista *Veja*. Mais uma vez, o conflito que só de forma velada se insinua na capa, se explicita na reportagem, conforme mostra o fragmento retirado do site:

Inaceitável é tentar expurgar da sua história os confrontos com a brutalidade do *apartheid* que a marcaram, como se ele tivesse caído do céu em 1990 para trazer a paz e a fraternidade e desde então seu país tivesse vivido feliz para sempre. **Falsificações como a da revista *Veja*, uma editora com 30% de capital do grupo sul-africano Naspers, que defendeu o *apartheid* até o último suspiro, chamá-lo de “Guerreiro da Paz” na capa, enquanto seus blogueiros insistiam em classificá-lo de terrorista, são parte da tentativa de cooptar uma vida revolucionária para fins conservadores** (CARTA CAPITAL, 2016, negrito adicionado).

Neste trecho do texto, fica clara que a escolha das outras manchetes que compõem a capa - assim como sua manchete principal suas cores, a combinação de texto verbal e de imagem, enfim, toda sua construção estética e temática – se dá, entre outros aspectos, em função do diálogo constitutivo que a revista estabelece com suas concorrentes, mais especificamente, com a revista *Veja*.

Além de responder ao que foi dito na edição de *Veja* analisada na subseção anterior, sobre a legalização da maconha na América, *Carta Capital* também responde, nessa capa, à capa da revista concorrente publicada em 11 de dezembro de 2013 (na semana anterior a sua própria publicação), intitulada “O guerreiro da paz”. Em homenagem à morte de Mandela, que ocorreu no início do mês de publicação das revistas, *Veja* traz a imagem “edulcorada” do

líder sul-africano – acusação contra a qual *Carta Capital* se preveniu, antecipando respostas que a acusassem da mesma “edulcoração” em relação à figura de Mujica.

Com isso, concluímos que as revistas usam suas capas para rebaterem os discursos que estão circulando na esfera e que devem ser mais urgentemente respondidos, a fim de evitar sua legitimação e consolidação social. Elas colocam em jogo, de maneira velada, é verdade, sentidos antagônicos para os mesmos signos (“maconha”, “legalização”, “Mandela”, por exemplo), de forma que possam sustentar suas posições axiológicas e mercadológicas no interior da esfera jornalística e do mercado da notícia e, simultaneamente, posicionar-se quanto a assuntos relevantes socialmente – ou eleitos por elas como tal.

Nesse contexto, enquanto *Carta Capital* constrói para si a imagem de “progressista”, porta-voz dos discursos associados à “esquerda”, ela cria, para sua concorrente a imagem de “conservadora”, de propagadora de discursos dominantes. Todavia, reforçamos, mais uma vez, que essa disputa não se explicita no gênero discursivo capa de revista, espaço de diálogos implícitos e polêmicas isinuadas, mas acontece no interior dos próprios signos ideológicos que a constituem com um todo de sentido - explicitando-se mais ou menos no gênero reportagem, constitutivo da capa.

O signo maconha, por exemplo, seja na forma verbal ou visual, quando estampado nas capas das revistas *Veja* e *Carta Capital*, põe em jogo visões de mundo, como a “progressista” e a “conservadora”; atualiza conflitos ideológicos, como aquele entre as doutrinas político-econômicas “de direita” ou “de esquerda” ou ainda, entre o “capitalismo” e o “socialismo”, como explicitou a reportagem de *Veja* e, além dela, o texto publicado no site de *Carta Capital*:

Mujica não dá, porém, sinais de pretender interromper os seus **projetos “revolucionários”**, em nome da conciliação ou da governabilidade. [...] disse, em longa entrevista ao veterano jornalista uruguaio Samuel Blixen no livro *El Sueño de Pepe*. “**Nós, os esquerdistas**, vivemos tempo demais prisioneiros de um marxismo mecanicista, que não é culpa do velho Marx, mas do que veio depois.” (CARTA CAPITAL, 2006 negrito adicionado)

Obviamente, **a ideia do socialista Mujica, ao chamar para o Estado a produção e comercialização da maconha, não é transformar o vício em negócio**. Ao contrário. O presidente do Uruguai conquistou fãs ao redor do mundo por sua **posição anticonsumo**, como ficou explícito no célebre discurso na Assembleia das Nações Unidas, em setembro. “A política, eterna mãe do acontecer humano, ficou limitada à economia e ao mercado”, criticou. Não seria com a maconha, uma planta, que Mujica iria agir diferente, em busca de divisas para sua nação. (CARTA CAPITAL, 2006 negrito adicionado)

O objetivo é acabar com o tráfico da erva no Uruguai e reduzir a criminalidade.

Segundo o presidente, **a maconha não será legalizada, mas regulada**, em substituição a um mercado à margem das regras. (CARTA CAPITAL, 2006 negrito adicionado)

No primeiro trecho, o ex-presidente uruguaio é descrito como aquele que propõe medidas “revolucionárias”, que rompem com as interpretações “mecanicistas” das ideias marxistas, tornando-se o representante de uma nova e liberta esquerda. *Carta Capital* traz as palavras do próprio Mujica na forma de discurso direto introduzido por aspas para justificar essa leitura e, ao se apropriar de suas palavras.

O segundo fragmento explica o que essas ideias “revolucionárias” significam quando aplicadas à política de drogas uruguaia. Diferente da “legalização capitalista” praticada nos Estados Unidos, sob o comando da iniciativa privada e que prevê a criação de um mercado lucrativo (como enuncia a capa de *Veja*), a legalização proposta pelo “socialista Mujica” não tem o lucro como objetivo principal. Rebatendo o que foi enunciado na capa e na reportagem da concorrente, o discurso de *Carta Capital* refuta a ideia de que, no Uruguai, se esteja tentando “transformar o vício em negócio”, como estaria acontecendo nos EUA. Para manter a coerência do discurso atribuído à “nova esquerda” representada por Mujica, a revista reforça que, no governo de um “socialista”, impera a posição “anticonsumo” e o controle estatal da produção e da comercialização da droga.

No terceiro trecho, explicam-se os objetivos “nobres” da “legalização socialista”, já que, diferente da “capitalista”, ela não seria baseada no consumo, no mercado e no lucro. A medida, no Uruguai, teria como objetivo central “acabar com o tráfico” e “reduzir a criminalidade”, objetivos voltados para o desenvolvimento social e humano, como se espera de um governo “progressista”, como é definido o de Mujica. Enquanto a reportagem de *Veja* criticava o modelo uruguaio da legalização, explicitando a preferência pelo modelo estadunidense, em *Carta Capital* valora-se positivamente justamente aquilo que era negativamente avaliado no discurso da outra revista.

Nesse último fragmento é interessante notar, ainda, o discurso indiretamente citado do presidente, segundo o qual não se trata de “legalização”, mas de “regulamentação” de um mercado que já existe, às margens da oficialidade. Com isso, apontamos (sem aprofundamentos, já que este é tema das últimas análises), como essa disputa pelos sentidos da “legalização” na América é refletida e refratada na língua. Diferentes termos nomeiam diferentes propostas, com visam a objetivos distintos, que materializam diferentes formas de interpretar as práticas sociais. Se, de um lado, a “legalização”, termo usado na capa de *Veja*, poderia significar um amparo legal ao vício, tornando-o oficialmente aceito, a

“regulamentação” visaria a um maior controle de um mercado que já existe e que não mais poderia ser ignorada, sob a ameaça de agravar os efeitos sociais das políticas repressivas sobre drogas.

São esses cotejos com a reportagem que permitem aprofundar a análise e explicitar aquilo que era apenas sugerido na capa: que a “regulamentação uruguaia”, ao contrário do que acusava *Veja*, é uma medida positiva, na visão da própria revista. Com isso, a revista se defende das acusações da concorrente sobre a ineficiência da proposta sul-americana, ao mesmo tempo em que ataca o que julga mais relevante no discurso da concorrência.

Dessa forma, as revistas polemizam indiretamente entre si, uma vez que, ao voltarem seu discurso para determinado objeto (a legalização da maconha na América), voltam-se, também, para os outros discursos que comentam sobre o mesmo objeto. Isso quer dizer que, ao dedicarem um espaço de destaque (como é o gênero capa de revista) à questão da legalização da maconha, as revistas colocam em jogo mais do que a velha e simplificada polêmica “legalizar x manter proibido”. Nesses enunciados, cada signo ideológico (sua disposição e sua combinação com outros signos) significa para além de sua materialidade, pois são “fenômenos ideológicos – produtos das esferas de criação ideológica/de atividade humana – acontecem no meio ideológico, onde existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem: um vir a ser dialético vivo” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 57).

São posições ideológicas antagônicas, portanto, que estão em jogo nessa polêmica, disputando mais do que os sentidos do signo “maconha”, ou a legitimidade das legalizações americanas, seja no norte ou no sul do continente. O que se negocia, principalmente entre as últimas capas de cada revista (*Veja* e *Carta Capital*) é, na verdade, uma proposta que esteja adequada à realidade brasileira. Afinal, não é a toa que a imprensa do Brasil deu, no curto prazo de um ano, tanto destaque à questão da legalização da maconha. A imprensa brasileira sugere, a partir dos exemplos de EUA e Uruguai, o melhor caminho a ser seguido por aqui, como reforça este último fragmento da reportagem de *Carta Capital* cotejado nessa seção:

A principal dúvida recai sobre o modelo estatal de produção e comercialização. “Acho excessivamente regulamentado, diante de uma planta tão ‘anárquica’. Pode incentivar a desobediência civil a alguns pontos, como a necessidade de cadastro ou o limite de cultivo. Mas ainda é cedo para julgar”, pondera Tófoli. “O plano está posto. Vamos vê-lo em funcionamento na sociedade uruguaia para podermos criticar, sugerir melhoras e, principalmente, **pensar como proceder no Brasil**” (CARTA CAPITAL, 2016).

Como geralmente acontece nos gêneros jornalísticos, uma voz de autoridade aparece na reportagem de *Carta Capital* como forma de legitimação do que é enunciado ali. Trata-se

da fala do psiquiatra e professor da Unicamp, como detalha a matéria, Luís Fernando Tófoli. Mais uma vez em nosso *corpus*, a voz socialmente respeitada da medicina (mais especificamente da psiquiatria) é trazida como argumento para justificar as posições defendidas na revista. Para o entrevistado, “ainda é cedo para julgar” os possíveis resultados da nova política - ao contrário do que faz *Veja*, ao prever um futuro “nebuloso” advindo dessas medidas -; todavia, ele acredita que o modelo, sujeito a críticas e melhorias, pode ajudar a pensar nos caminhos que o Brasil deve tomar quanto à questão das drogas.

Mais uma vez, vemos que os conflitos por trás da polêmica legalizar/não legalizar são mais complexos do que uma leitura superficial pode sugerir. A redução da ideia de “tema” ao assunto geral ao qual se refere o enunciado acaba contribuindo para a omissão da complexidade da unidade temática de cada enunciado. Não se discute apenas se a droga faz mal ou não, se ela deve ou não ser legalizada, mas a forma de sua legalização (“capitalista” ou o “socialista”) que seria mais adequada ao contexto brasileiro.

Na capa da revista, temos indícios de que o tema do enunciado é não apenas a legalização da maconha no Uruguai, mas principalmente os caminhos a serem tomados no Brasil. As cores predominantes na capa não nos parecem escolhas aleatórias, mas detalhes articulados à construção verbo-visual do enunciado. Além de fazer uma boa oposição ao tom funesto da capa preta de *Veja*, criando uma atmosfera de entusiasmo, luz e otimismo, a cor amarela, predominante no fundo, quando associada ao verde da folha de maconha e da estreita linha na lateral esquerda da página, acaba remetendo às cores da bandeira brasileira.

Arriscamos, ainda, uma outra leitura desses elementos visuais da capa. As extremidades da folha verde em destaque no centro da página tornam-se progressivamente mais claras e quase se fundem ao amarelo do fundo. Este não é preenchido com uma única cor sólida, mas com um amarelo amarronzado, que produz o efeito de uma textura, imitando a de um papel fibroso (como o de um pergaminho). Tal efeito faz lembrar as outras propriedades da maconha, aquelas descritas no dicionário pelo termo “cânhamo”, cuja definição, no capítulo dois deste trabalho, nos lembra do uso da planta como fonte de fibras utilizadas secularmente na produção de papel, tecidos e cordas.

Nesse detalhe da construção verbo-visual da capa, vemos uma possível referência a outras possibilidades significativas do signo ideológico “maconha”: a matéria-prima da indústria (ora papelreira, ora têxtil, ora farmacêutica). Num ciclo ininterrupto, que acompanha o fluxo da história e as transformações sociais, os sentidos antes esquecidos do signo são reavivados por novos contextos. Se, no fim da Idade Média, o texto de Rabelais registrava a polissemia do signo “Pantagruelion” e a versatilidade da planta cuja imagem ele

reflete/refrata, na contemporaneidade são as capas de revista que “capturam” esse momento de negociação dos sentidos do signo e das práticas sociais que ele evoca.

Ao estabelecer relações dialógicas, aparentemente distantes (como essa, entre o texto rabelaisiano e a as capas de revistas), acreditamos ser possível recuperar parte da heterogeneidade mostrada do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004). Isto é, nas marcas na superfície material do enunciado, é possível encontrar indícios e outros discursos e outros sentidos possíveis, ainda que esses discursos sejam desconhecidos entre si. É possível, inclusive, ir além nessas interpretações e no regate desses fios dialógicos perdidos nos caminhos sinuosos da história.

Poderíamos, por exemplo, lembrar, como afirma Robinson (1999, p.80), que a declaração de independência dos EUA (ou pelo menos um de seus rascunhos) teria sido assinada num papel de cânhamo, sendo a maconha, portanto, parte integrante da própria história estadunidense, ainda que seja num papel de coadjuvante. Nessa capa de *Carta Capital*, por outro lado, a planta aparece como protagonista na história da América. Dessa vez, na América do Sul, ela ressurge não apenas como matéria-prima (por exemplo, da indústria farmacêutica, como parecia sugerir a manchete), mas como uma possível solução para problemas sociais, segundo o discurso da revista da editora Confiança. A estreita linha verde que acompanha a lateral da página, ou melhor, que margeia apenas o espaço ocupado pela textura fibrosa do que interpretamos como “papel de cânhamo”, pode ser um indício que sustenta essa interpretação, já que lembra a lombada de livro, como se essa capa da revista fosse um novo capítulo da história do continente, em que a maconha passa a ser protagonista.

No contexto de uma leitura dialógica, como a que propomos aqui, quaisquer detalhes da construção verbo-visual do enunciado podem ser significativos. Além dos aspectos que discutimos até agora e das marcas estáveis do gênero, que continuam as mesmas em relação à capa anterior (o preço, o código de barras, a data, o número da edição, o símbolo da parceria com a revista *The Economist* etc.), um outro detalhe parece bastante significativo. Na margem oposta à linha verde, um segundo código de barras (sem números, apenas com as barras) é estampado sobre uma das extremidades da grande folha de Cannabis que ocupa quase toda a página. Segundo nossa interpretação, ele pode simbolizar a formalização desse mercado, o momento em que a planta torna-se produto ao receber o registro de item comercializável.

Assim, mesmo a revista que se coloca como oposição ao discurso e às ideologias dominantes, acaba por reforçar o caráter formal, oficial e comercial da droga comumente associada à medicina popular, às práticas não institucionalizadas, às ideias e comportamentos

alternativos, ou até mesmo “anárquicos”, como definiu o psiquiatra entrevistado na reportagem de *Carta Capital*.

O pertencimento à mesma esfera de criação ideológica e a submissão às mesmas leis socioeconômicas que determinam o funcionamento de todas as superestruturas (MEDVIÉDEV, 2012), como a mídia, faz com que os discursos antagônicos de *Carta Capital* e de *Veja* se aproximem e produzam sentidos semelhantes, apesar das diferenças fundamentais que apontamos. Ambas as publicações insistem nas superficiais polêmicas de capa, que podem impulsionar as vendas; ambas selecionam cuidadosamente não os fatos mais importantes a serem noticiados, mas as manchetes mais atrativas, e os argumentos das concorrentes que precisam ser rebatidos. Ambas reproduzem valores geralmente associados às ideologias dominantes, como a culpabilidade da maconha e das drogas quanto aos problemas sociais (como reforçou a primeira capa de *Carta*); o “atraso ideológico” da América Latina em relação a países desenvolvidos (como argumentou a reportagem da segunda capa de *Carta*); a formalização, industrialização e o controle do uso de drogas (sob a batuta do Estado ou do mercado).

Em última instância, não são tão distintos quanto se pretendem os discursos de *Veja* e de *Carta Capital*, que se constituem não na forma de uma oposição violenta, apenas, mas na forma de uma constante negociação, de um atravessamento mútuo. Sem levar em consideração essas relações constitutivas entre os enunciados, corre-se o risco de fazer uma leitura superficial dos mesmos, já que, na perspectiva bakhtiniana, não podemos determinar a posição refletida/refratada num enunciado sem correlacioná-la com outras posições, contidas em outras enunciações da mesma esfera (BAKHTIN, 1997, p. 316).

Justamente por causa dessa necessidade de correlacionar um enunciado com seus outros, aqueles com os quais ele dialoga – se não diretamente, no interior de um mesmo signo sobre o qual enunciam – é que nossas análises se estendem para um último capítulo. Nele, focamos nos desdobramentos da questão da legalização da maconha na imprensa brasileira no período seguinte à publicação dessas revistas, de 2014 a 2015, quando duas outras revistas semanais abordaram a temática na capa.

5. DESDOBRAMENTOS DA POLÊMICA: O CONTEXTO BRASILEIRO

Neste capítulo analisamos outros dois enunciados do *corpus* que atualizam a polêmica em função de acontecimentos nacionais. Além disso, cotejamos as revistas excluídas do *corpus* enquanto fazemos um apanhado do que foi percebido durante as análises.

5.1. *Isto é* maconha medicinal

Nesta seção analisamos a capa da revista *Isto É*, publicada em 20 de maio de 2014.

Figura 8-*Corpus*: capa da revista *Isto É*, maio de 2014



Fonte: Acervo digital da revista *Isto É*⁶⁵

⁶⁵ Disponível em: http://istoe.com.br/364676_MACONHA+MEDICINAL+NO+BRASIL/

5.1.1. O modo típico de refração da esfera

Nesta seção, partimos da materialidade verbo-visual da capa mostrada na Figura 8, para conhecer alguns desdobramentos da polêmica, já que entendemos esse enunciado como mais uma réplica no diálogo instaurado na imprensa em torno do signo ideológico “maconha” e dos sentidos e práticas que ele evoca. Especificamente nesta subseção, ao mesmo tempo em que identificamos o acontecimento que deu origem à enunciação, ou seja, a situação concreta da qual ela se originou, também apontamos algumas recorrências, quanto à forma como a imprensa refrata os acontecimentos que noticia.

A escolha por privilegiar os aspectos relacionados à esfera se justifica porque, na perspectiva bakhtiniana o enunciado, além de ser determinado pela situação real, pelos padrões do gênero e pelo diálogo constitutivo com outros enunciados, também reflete as “condições específicas e finalidades” da esfera (BAKHTIN, 2003, p. 280). Por isso, apontamos aqui algumas características próprias do funcionamento da esfera jornalística, que afetam a forma como o fato é refratado, o modo como o enunciado é construído (para além das especificidades do gênero, já bastante discutidas no capítulo anterior).

Uma das características que se repete nos enunciados do *corpus* e que pode ser observada também na capa de *Isto É*, desde o logo da revista, é a “vontade de verdade”. Segundo Mendonça (2006, p. 35), que se baseia em Foucault (2001), essa vontade de verdade constitui um “discurso verdadeiro” que, em determinado contexto histórico, apoia-se num “suporte institucional” que o reforça.

O nome da publicação pretende transmitir uma “ideia de verdade”. Composto pelo pronome demonstrativo “isto”, ele cria uma relação de proximidade entre o enunciador (a revista, como instituição, e os jornalista, enquanto sujeitos que nela trabalham) e o objeto/fato sobre o qual fala, como se ele estivesse em contato direto com o fato enunciado, podendo, portanto, descrevê-lo tal como ele “é”. O verbo que aparece no logo, no presente do indicativo, designando um fato, uma “verdade absoluta”, reforça a ideia de que a postura da revista, comum na esfera, é a de quem busca a “verdade dos fatos”. Nesse contexto, é como se o logotipo anunciasse: “**Isto**”, o evento noticiado, “é o fato; é a verdade” - contada por quem tem com ela uma relação de proximidade, como insinua o pronome.

A “vontade de verdade” que se mostra desde o nome da marca não é característica própria de uma ou outra revista, mas do próprio campo do jornalismo e da identidade do sujeito jornalista, como aponta Cavalcanti (2006). Em *Isto É*, ela aparece, mais uma vez, no discurso da revista sobre si mesma, divulgado no site da editora:

ISTO É pratica um jornalismo crítico, plural, democrático e compromissado apenas com o Leitor. Assim, investe todo seu esforço investigativo para levá-los à **verdade dos fatos**, através da **informação precisa** e independente. (ISTO É, 2017 destaques adicionados)

Seu compromisso seria levar a “verdade dos fatos”, a “informação precisa e independente” ao leitor, como mostram os destaques adicionados ao fragmento. Nele, é interessante notar, também, como a publicação define sua própria prática jornalística: ao mesmo tempo, “crítica” (portanto, produtora de avaliações sobre a realidade), mas também isenta (apenas “refletora” da realidade, da verdade que vê e noticia, sem tomar partido, mantendo-se “independente”). Mais uma vez, lembramos que essa ambiguidade atravessa não só o discurso de *Isto É*, mas a própria esfera jornalística e seus gêneros, na forma de um conflito entre um jornalismo “objetivo” e “informativo” e um jornalismo “livre” e “opinativo”, como mostra Cavalcanti (2006).

Essa “vontade de verdade”, típica da esfera e dos gêneros jornalísticos, esbarra no fato de que “toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 46). Assim, cada revista se esforça, valendo-se de inúmeras estratégias discursivas, para convencer o leitor da validade da sua verdade. No caso de *Isto é*, como se nota desde o nome da publicação, a busca pelo efeito de verdade afeta diretamente a construção não só do enunciado, mas também do discurso da revista sobre si mesma – que se assemelha, por exemplo, ao discurso de *Carta Capital*, reforçando, mais uma vez, o caráter de semelhança que marca os produtos da esfera.

Na materialidade verbo-visual da capa de *Isto É*, em diálogo com outras capas da mesma publicação, uma das estratégias identificáveis para atingir o efeito de verdade é o uso de fotografias ilustrando as manchetes principais, e não de ilustrações, como as concorrentes analisadas no capítulo anterior. Além da foto do sujeito sobre o qual se fala na manchete secundária, no topo da página, em tamanho pequeno, a única fotografia da capa retrata um frasco transparente de remédio, com tampa, comprimidos e rótulo brancos, na mesma cor do fundo – aliás, a predominância da cor na capa não é por acaso, mas falamos disso a seguir.

A foto aparece centralizada na página, sobrepondo-se parcialmente ao nome da revista e antecedendo a manchete: “Brasil vai liberar o remédio de MACONHA”. Tanto o recurso da fotografia, quanto a escolha da cor predominante e a própria construção da sequência verbal ajudam a reforçar o efeito de verdade: enquanto a foto aproxima o leitor de uma verdade factual, não de uma imagem que é produto da criatividade de sujeitos (conforme pontuava o comentário da leitora de *Veja*, cotejado anteriormente), a cor branca predominante, produz,

entre outros sentidos, o de “neutralidade”, transparência e clareza no relato da verdade; e, finalmente, até a perífrase verbal “vai liberar” dá à manchete a ideia de um futuro dado como certo, de um fato que, mesmo antes de acontecer, já pode ser antecipado como verdade, provavelmente graças aos “esforços investigativos” dos quais a revista se orgulha

Na principal sequência verbal da capa as palavras-chave da manchete antecipam como fato a “liberação da maconha”, colocando o acontecimento na posição de o mais relevante daquele exemplar. Aparentemente, o “fato da semana” superava (em relevância) temas como o da manchete secundária: “Refinarias de Papel. O golpe de mais de R\$ 1 bilhão que o ex-diretor da Petrobrás estava preparando”. No entanto, para nós, a escolha da principal notícia em destaque não se dá em função da relevância do tema para o país, mas em função de outra marca da esfera, que afeta diretamente a construção do enunciado: a busca constante pela polêmica. Assim, o tema da legalização da maconha é mais polêmico, na leitura que fazemos da capa de *Isto É*, do que o escândalo de 1 bilhão de reais que fica em segundo plano no enunciado.

Considerando que a capa desempenha a função de vender o produto reportagem, de antecipar apenas seus pontos principais na tentativa de chamar a atenção do leitor sem, no entanto, revelar aquilo que ele só deve saber acessando a matéria, entendemos que a disposição dos elementos verbais e visuais nesse enunciado visa à polêmica, na medida em que ela pode configurar uma boa estratégia de mercado. Justificamos essa interpretação com uma observação mais cuidadosa da sequência verbal em destaque na capa, principalmente das escolhas lexicais e do destaque que o signo verbal “maconha” recebe, mais uma vez, numa das capas de nosso *corpus*.

Grafada em preto contra o fundo branco, em caixa alta e fonte maior do que todo o restante do texto da capa, isolada numa linha entre a manchete e o texto que descreve o conteúdo da reportagem principal, a palavra maconha recebe tanto destaque nos enunciados do *corpus* porque, em nossa interpretação, o signo carrega em si um potencial de polêmica que é explorado no gênero (e talvez na esfera) como forma de chamar a atenção do leitor.

Em *Isto É*, a carga semântica da palavra é potencializada não só pela posição de destaque dada ao termo “maconha”, mas também pela escolha do termo “liberar”, em detrimento de termos como “autorizar” (preferido, por exemplo, no texto verbal de menor destaque, no rodapé da página) ou “legalizar” (preferido em outras capas). Segundo nossa interpretação, essa escolha lexical produz a ideia de liberdade, como se, de um estado de criminalização da droga, o Brasil estivesse passando (radicalmente) para sua liberação.

Estratégias como essa podem ajudar a despertar o interesse do leitor, que é levado a pensar que o Brasil “liberou” a maconha, a despeito das ressalvas que cercam a medida.

Assim, a necessidade de competição na esfera, de causar surpresa e interesse no leitor do gênero capa, fazendo-o tornar-se um “consumidor” do gênero reportagem, culmina no “sensacionalismo”, típico da esfera midiática. Para nós, trata-se de uma “vontade de polêmica”, que se materializa na construção verbo-visual do enunciado, por exemplo, através de escolhas lexicais e da disposição de elementos verbais e visuais na capa – que nunca é aleatória, mas determinada por um projeto de dizer.

Ressaltamos, no entanto, que a polêmica se dá justamente no interior desses signos, na forma de polêmica velada, nos termos de Bakhtin (1981), e não da forma de uma disputa violenta, de uma refutação explícita de outros discursos, marcada na superfície enunciativa. Afinal, a capa deve esconder tanto quanto revelar, assegurando que o leitor vá buscar na reportagem, onde os dizeres são mais explícitos, mais informações sobre a polêmica apenas insinuada na capa.

Nesse contexto, a despeito da “vontade de verdade” das revistas, que querem fazer crer que noticiam o fato como ele é, são valorações sobre tal fato que aparecem, de forma velada, na materialidade verbo-visual do gênero capa, pois “a expressão verbal, a enunciação, não reflete passivamente a situação”, ela é, na verdade, uma “conclusão avaliativa” sobre ela (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 172). Na próxima subseção, falamos sobre as avaliações sociais e temas postos em jogo no enunciado assinado pela Editora Três.

Ademais, graças à “vontade de polêmica”, impulsionada pela competição fundamental na esfera jornalística, essas avaliações estabelecem, mesmo que de forma sutil, algum conflito com o que já foi dito na mesma esfera, já que não se pode enunciar o mesmo que as concorrentes. Por ora, identificamos, em cada revista, não apenas o fato noticiado, mas uma avaliação geral sobre ele, refletida/refratada sutilmente na materialidade verbo-visual do enunciado, que entra em conflito com as demais.

É nesse sentido que afirmamos que a segunda capa de *Veja* não noticia apenas a legalização da maconha nos EUA e no Uruguai, mas a valoração negativa de tal legalização, entendida como presságio de um futuro sombrio, em que uma droga perigosa (valor construído na primeira capa) é transformada num mercado lucrativo (conforme a segunda capa sugere). Foi possível identificar, ainda, que *Carta Capital* não valora positivamente a legalização da maconha, de forma irrestrita, mas apenas por se tratar de uma possível solução para problemas sociais, tanto no Uruguai, quanto no Brasil. Finalmente, observando a capa de

Isto É, verifica-se que a revista não noticia simplesmente a legalização (ou liberação?) da maconha no Brasil como um olhar desatento ao enunciado pode fazer crer. Na verdade, a valoração que emana desse enunciado é a de que a legalização é positiva enquanto a maconha é vista como medicamento. Voltemos à materialidade linguística da enunciação para embasar essa primeira leitura.

O texto da manchete, “Brasil vai liberar **o remédio de maconha**” deixa claro que aquilo que autoriza a discussão sobre a legalização da maconha num espaço privilegiado com as capas de revista é a possibilidade de entender a droga como remédio. O complemento do verbo “liberar” não é, portanto, o signo linguístico que aparece destacado na capa, a “maconha”, mas aquilo que os elementos visuais ajudam a reforçar: o medicamento feito da planta.

Parece-nos relevante observar que, enquanto visualmente o enunciado se refere à planta (*Cannabis*) e ao olhar que a ciência lança sobre ela, já que o termo científico é preferido no rótulo do frasco de remédios que ilustra a capa, a sequência verbal, por outro lado, opta pelo destaque no signo “maconha”, termo mais conhecido do leitor e potencialmente mais polêmico, por fazer referência à droga, e não à planta ou a um medicamento. Entendemos que, ao preferir enunciar a “liberação do remédio de maconha” no Brasil e não, a “autorização de medicamento à base de *Cannabis*”, por exemplo, a revista dá uma demonstração de como os enunciados da esfera jornalística são moldados não só pela vontade de verdade, mas pela vontade de polêmica e pela necessidade de um furo jornalístico.

Esta última característica da esfera é visível, por exemplo, na perífrase verbal de futuro “vai liberar”, na qual se nota a tentativa de antecipar acontecimentos ainda não concretizados na capa da revista, não só para levar a “verdade ainda desconhecida” ao leitor, deve ser surpreendido pelo texto de capa, mas principalmente como uma forma de sair na frente das concorrentes, noticiando algo que ainda não tenha sido dito. Os “furos jornalísticos” aparecem, inclusive, como “marcas registradas” da revista, no discurso de *Isto É* sobre si mesma, divulgado no site:

Marca registrada da revista, a independência de ISTOÉ faz parte de sua linha editorial, jamais atrelada a grupos políticos ou econômicos. Em decorrência disso, colecionou, ao longo dos anos, uma sucessão de **furos jornalísticos** e o reconhecimento da sua qualidade editorial através de vários prêmios que lhe foram agraciados ou conquistados por seus profissionais. (ISTOÉ, 2017 destaque adicionado)

Conforme o fragmento, os “furos” dos quais *Isto É* se orgulha seriam fruto, além do “esforço investigativo” de quem busca “levar a verdade ao leitor”, de uma postura

“independente”, “jamais atrelada a grupos políticos e econômicos”, e não de uma necessidade de superar concorrência, como aponta Cavalcanti (2006, p.16), baseando-se nas ideias de Bourdieu. Para os autores, com os quais estamos de acordo, trata-se de um traço constitutivo do campo do jornalismo, este de buscar sempre antecipar-se às concorrentes, conseguir o “furo” de reportagem que garantirá maior audiência.

Dessa forma, entendemos que tal busca pelo furo jornalístico não é característica exclusiva de *Isto É*, mas uma marca da própria imprensa, que atravessa a construção de seus gêneros discursivos. A autora, ainda de acordo com o sociológico francês, aponta que o efeito dessa busca pelo furo culmina num outro traço típico do campo jornalístico, a “uniformização”, a cópia. Desde o primeiro capítulo, quando trouxemos uma breve referência às ideias propostas pelos autores da Escola de Frankfurt, já apontávamos essa homogeneização como efeito da transformação da imprensa em parte do que esses pensadores chamavam, à sua época, de “indústria cultural”.

A despeito das inúmeras mudanças pelas quais a esfera tem passado, refletindo o próprio desenvolvimento da sociedade em mais de meio século, tempo que nos separa do período de atividade de autores como Adorno e Horkheimer, acreditamos na atualidade de suas reflexões, por exemplo, no que diz respeito à uniformização dos produtos culturais. Para os autores, as distinções entre os produtos ideológicos da esfera da cultura, como as revistas, estão mais associadas aos critérios mercadológicos de classificação e organização de consumidores do que a uma real diferença entre o conteúdo de cada uma delas (ADORNO; HORKHEIMER, 1969/1947, p. 58).

Esse traço atravessa a constituição da imprensa enquanto campo de criação ideológica, afetado por um processo de homogeneização próprio de uma “indústria cultural”, e também deixa marcas na construção verbo-visual da capa de *Isto É*. As semelhanças entre as capas das publicações analisadas até aqui incluem a repetição do signo visual que materializa a imagem da folha de Cannabis; o destaque dado à palavra “maconha”, dado seu potencial polêmico, enquanto signo atravessado por conflitos ideológicos; e, finalmente, a combinação das cores branca, vermelha e verde, como na primeira capa de *Veja*.

Para nós, a recorrência das cores, verde, vermelho e branco não é coincidência, mas constitui uma marca do diálogo constante entre os enunciados dessa esfera, que negociam com o que já foi dito sobre o mesmo assunto, em outros enunciados do mesmo gênero, pois é preciso retomar esses dizeres para que sejam ressignificados de acordo com os acontecimentos mais atuais, com o último “furo”.

A repetição dessas cores, além de marcar o diálogo com a concorrente, cujos dizeres foram superados e atualizados em *Isto É*, em função dos eventos mais recentes (a liberação do remédio de maconha, agora, no Brasil), também reforça o último traço da esfera que discutimos nesta subseção: a necessidade de legitimar o que é dito na esfera, por meio da apropriação de vozes de autoridade. No caso do *corpus*, são recorrentes as marcas de uma relação constitutiva da imprensa (e do jornalismo, em geral) com a ciência, mais especificamente com a medicina, cuja voz de autoridade legitima sentidos e valores que se pretendem “verdadeiros”.

Na verdade, segundo nossa leitura, essa relação se apoiaria não necessariamente no “discurso científico”, mas num “discurso científicista”, que não chega a representar o ponto de vista da ciência, mas que tem a função de apenas garantir à esfera a legitimidade de enunciar sentidos que podem ser socialmente aceitos como “verdade”, uma vez que foram confirmados e autorizados por vozes de prestígio, como a da medicina.

É essa mesma voz de autoridade do médico, da medicina e/ou da ciência que ressoam tanto na capa de *Veja e Carta Capital*, quanto na capa de *Isto É*. Enquanto a primeira trazia a voz da medicina “cortando o barato” do usuário, lembrando-lhe do impacto negativo da droga sobre a saúde e sobre a capacidade cognitiva de quem usa a droga, a segunda enfatizava a chegada da maconha nas farmácias uruguaias, como se a reportagem antecipada na capa tratasse da planta enquanto medicamento. Na verdade, também fazia parte da notícia veiculada por *Carta Capital* a autorização do plantio caseiro ou da associação a cooperativas de consumo da erva (também para fins recreativos). No entanto, é o aspecto “oficializador” da legalização uruguaia, que associa a droga a farmácias e a medicamentos, que ganha destaque na capa. Afinal, só podem ser legitimamente aceitos na imprensa os sentidos autorizados por vozes de autoridade, como aquela materializada no discurso médico-científico.

Temos discutido, ao longo do trabalho, a relação constitutiva da esfera jornalística com a esfera científica, pois é nesta que a primeira vai buscar a legitimidade que precisa para ser respeitada enquanto discurso verdadeiro. Como temos insistido, com base nos estudos de Cavalcanti (2006), desde seu surgimento, o campo da imprensa, enquanto atividade jornalística, alinhava seu discurso ao da ciência na tentativa de causar o mesmo efeito de “objetividade” e “neutralidade” creditados a ela pelo senso comum.

Assim, a recorrência do fundo branco, além de ser marca do diálogo com a concorrente, é uma referência ao discurso científico, que seria transparente e “neutro” (como a cor), “isento de valoração” e autorizado a enunciar sentidos positivos para a maconha, uma vez que eles seriam comprovados por pesquisas científicas e pelo saber médico formalizado.

Mais uma vez, a combinação do vermelho e do branco remete ao ambiente médico, e traz o discurso da medicina novamente numa capa do *corpus* - mas em contextos totalmente diferentes, até mesmo opostos.

Em *Veja*, o discurso médico aparecia como aquele que legitimava a valoração negativa da maconha, como droga prejudicial à saúde e ao desenvolvimento cognitivo do usuário. Em *Isto É*, o discurso médico também aparece como legitimador de dizeres e valorações, mas dessa vez, a medicina é aquela que autoriza sentidos positivos para a maconha, como a droga que pode ser medicamento, portanto, não causa, mas trata problemas de saúde.

Na esfera jornalística, somente o veredito da ciência poderia autorizar esses sentidos positivos para um signo que, por séculos, tem sido valorado socialmente como droga, ilegal e prejudicial. Num espaço de “verdades”, como a imprensa, somente os dizeres oficializados, institucionalizados e/ou socialmente prestigiados são entendidos como “verdadeiros”. Dessa forma, não importa, na esfera jornalística, que o valor medicinal da maconha não seja “novidade” em outros espaços, como na arte, seja na literatura (como em Rabelais) ou na música (de Bezerra da Silva e do Planet Hemp, por exemplo), conforme mostramos no capítulo dois; ou no cotidiano, como na pichação que diz “maconha salva”, na Figura 3. No campo do jornalismo, se o tema só foi recentemente validado por um discurso formal e “legítimo” (o da medicina e da ciência, no caso) ele ainda pode ser considerado um furo, digno de capa e de destaque como reportagem principal.

Por ora, com as reflexões desta subseção, concluímos que traços constitutivos da esfera jornalística, como a vontade de verdade, a vontade de polêmica a necessidade do “furo” e de uma “voz legitimadora”, além da homogeneização de seus produtos, também determinam a construção do enunciado e a forma de refração do fato noticiado.

5.1.2. O acontecimento e novas imagens de sujeito

Verificamos, no capítulo quatro, que os primeiros enunciados do *corpus* estabelecem uma relação de polêmica velada, ou seja, que eles se relacionam na forma de uma disputa que acontece no interior de signos como “maconha” e “legalização”, e que apenas discretamente se deixa ver na materialidade verbo-visual do gênero capa de revista. Já na primeira subseção deste capítulo, vimos que esses enunciados também estão ligados pelas semelhanças impostas pela forma de funcionamento da esfera jornalística, e que a polêmica se adapta aos valores desse campo (ao mesmo tempo em que o constitui).

Neste item, o objetivo é perceber como as formas linguísticas que compõem o enunciado refletem/refratam a evolução dessa polêmica, que acompanha o próprio fluxo das transformações sociais. Contemplando esses elementos ao longo do trabalho, acreditamos contribuir para reforçar a indissociabilidade entre eles, mostrando que as formas da língua (e as formas visuais), organizadas de acordo com os padrões do gênero discursivo e conforme os valores da esfera, refletem/refratam a evolução do “horizonte apreciativo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006) da sociedade.

Nesse contexto, a polêmica, que só de forma sutil se manifesta nos enunciados, põe em jogo novos temas para os signos e atualiza seus conflitos ideológicos constitutivos em função dos acontecimentos mais recentes. Defendemos, nesta última parte da análise de *Isto É*, que uma observação mais cuidadosa da materialidade linguística do enunciado ajuda a compreender não só a evolução do processo de produção de sentidos sobre a legalização da maconha na imprensa brasileira, mas as transformações sociais reais que ativam esse processo.

Já discutimos, brevemente, alguns aspectos da construção verbo-visual do enunciado, principalmente a manchete e alguns elementos visuais, como as cores predominantes. Todavia, ainda não exploramos o texto verbal que explica a manchete, pois são vários os signos linguísticos que ajudam a compreender mais profundamente os temas e valores em jogo nessa polêmica. O texto, em fonte pequena, é disposto no rodapé da página, na cor preta, com destaques em vermelho e caixa alta (em negrito e caixa alta, na reprodução) a seguir:

Anvisa autoriza na próxima semana a importação de medicamentos feitos a partir da droga. Conheça **OS BENEFÍCIOS** já comprovados **PARA OS DOENTES** que se tratam com derivados da *cannabis* e saiba como essa decisão vai influenciar o debate sobre a **DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA**.

Como já tínhamos observado na análise da manchete, a necessidade de buscar sempre um furo jornalístico faz com que sejam comuns, pelo menos no gênero capa, formas linguísticas que remetem ao futuro, como a perífrase verbal “vai liberar”, no título, e o sintagma “na próxima semana”, no subtítulo da manchete. Essas escolhas produzem o efeito de que o fato enunciado era desconhecido, antes do trabalho jornalístico por trás da capa, como se somente o sujeito jornalista fosse capaz de antecipar fatos do futuro através de seu “esforço investigativo”.

No entanto, para legitimar tal furo, também faz parte das estratégias de persuasão da esfera jornalística que seus gêneros se apropriem de vozes de autoridade, na tentativa de

convencer o leitor de sua credibilidade e da legitimidade do que está sendo dito. A instituição que desempenha o papel de “voz de autoridade” na capa de *Isto É* aparece logo no início da sequência verbal, na sigla ANVISA, que designa a Agência Nacional de Vigilância Sanitária⁶⁶, órgão público ligado ao Ministério da Saúde. A voz da ANVISA no enunciado explicita a oficialização de dizeres que se concretiza no interior o discurso sobre a maconha no Brasil e que permite a circulação de sentidos antes à margem do discurso da grande mídia, como o da “maconha medicinal”.

Aquilo que antes era dito principalmente em esferas como a arte, ou por discursos não institucionalizados do cotidiano, como a pichação, é ressignificado pelo discurso oficial de uma instituição do governo, responsável por classificar substâncias como apropriadas ou não ao consumo e à saúde (ou ao tratamento dela) e, só então, posto em circulação na imprensa. Deve ficar claro, no entanto, que não são os mesmos sentidos de “erva medicinal”, como enunciava Bezerra da Silva, ou de “planta que salva”, como sugere a pichação B na Figura 3, que podem circular hoje na capa de revista, com a autorização do discurso oficial da ANVISA.

Isso ocorre porque os sentidos e valores enunciados pelas “vozes do cotidiano”, como aquelas que ressoam nas pichações e marchas, sofrem a ressignificação da esfera e do gênero, antes que possam circular nesses espaços. Assim,

antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída [...], no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologias do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.123)

De acordo com a forma de funcionamento da esfera, portanto, rechaça-se o que não é validado socialmente, em prol daquilo que foi autorizado oficialmente por vozes de prestígio. Ao mesmo tempo, *Isto É* mantém aquilo que julga positivo no discurso de cada uma das concorrentes sobre o mesmo tema falado, a legalização da maconha. Para *Carta Capital*, a legalização uruguaia da droga, ou a legalização das drogas (em geral), eram valoradas

⁶⁶ Conforme divulgado no site da ANVISA, o órgão “tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados”. São assuntos que concernem à instituição os agrotóxicos, os alimentos, os cosméticos, os medicamentos, o tabaco etc. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/institucional>.

positivamente, como solução de problemas sociais. Em *Veja*, a legalização da maconha era valorada negativamente, apesar de se mostrar como um mercado potencialmente lucrativo, por representar uma ameaça à saúde, principalmente do jovem.

Isto É, por sua vez, se aproxima de *Carta Capital*, na medida em que autoriza sentidos positivos para a legalização da maconha em sua capa, mas rechaça a ideia relacionada à legalização de todas as drogas (reprovada socialmente e carente de argumentos científicos, pois a ciência se volta para a maconha e não para outras substâncias). Por outro lado, o discurso da revista se assemelha ao de *Veja*, porque também prioriza o argumento da saúde, apesar de resignificá-lo - já que, dessa vez, a maconha é tratamento de saúde - e, além disso, porque incorpora elementos que o aproximam do discurso do mercado, como a concorrente.

Se, em *Veja*, a legalização americana da maconha parecia mais aceitável do que a legalização uruguaia, porque transformava o mercado da droga (inclusive recreativa) num mercado oficializado e lucrativo, em *Isto É*, o mercado da maconha também é oficializado, mas exclusivamente na forma de importação de um medicamento (não da droga para outros fins, como o recreativo).

Aliás, o termo “importação”, ainda na primeira linha do enunciado verbal extraído da capa de *Isto É*, também é significativo na composição do tema da enunciação. Ele nos informa que, no Brasil, seria liberado não o cultivo caseiro, o consumo ou a produção nacional do remédio de maconha, mas, segundo a sequência verbal, a importação do medicamento industrializado, como mostra a imagem centralizada na capa, de um frasco de remédios. No rótulo, um código de barras, ao lado do nome “Cannabis” e da imagem da folha da planta, é marca da industrialização da droga, da mercantilização da planta.

Nesse contexto, não é a uma planta que *Isto É* se refere (como se referiam a canção e a pichação), mas à droga industrializada e importada, que somente com ressalvas - em condições específicas, utilizada por sujeitos específicos e com as devidas autorizações e procedimentos formais - pode ser interpretada como medicamento. O trecho “**medicamentos feitos a partir da droga**” reforça essa leitura e deixa claro que não se fala das propriedades terapêuticas e medicinais de um “produto da natureza”, mas do potencial medicinal, industrialmente aproveitável, daquela que é socialmente reconhecida e linguisticamente estabilizada (dicionarizada) como uma droga.

Passando para a segunda linha do enunciado verbal transcrito acima, vemos que a polêmica que, no início das análises, colocava em jogo sentidos para o signo “maconha” (como faz mal/não faz mal, manter proibida/legalizar) e “legalização” (uruguaia/americana, capitalista/socialista, pelo lucro/pelo social), se desenrola, nessa capa, ao mesmo tempo

propondo e restringindo os sentidos de uma “legalização brasileira”. As condições específicas em que a legalização da maconha se torna possível no Brasil aparecem sugeridas nos termos destacados em vermelho e caixa alta: “os benefícios”, “para os doentes” e “descriminalização da maconha”.

Aproximando-nos, mais uma vez, das ideias de Authier-Revuz (1990), vemos nesses termos destacados manifestações da heterogeneidade constitutiva de todo discurso. Para a autora, há formas marcadas da presença de um “outro” no discurso enunciado (como aspas ou itálicos não glosados), ou seja, formas de alteridade que remetem a um “exterior” do discurso, deixando ver um ponto de heterogeneidade. Para nós, os termos destacados em vermelho no texto verbal configuram marcas desse tipo de alteridade, pois assinalam, não de forma explícita, a presença de um “outro” atravessando a construção do enunciado – como é típico na polêmica velada, em que não se retoma o discurso do outro na superfície enunciativa.

Primeiramente, esse “outro” pode ser, em nossa interpretação, o leitor, uma vez que os destaques servem para chamar sua atenção para palavras-chave, fundamentais no processo de compreensão de enunciado e da avaliação social que ele contém, ou melhor, que materializa. Nesse caso, o sintagma nominal “os benefícios”, destacado na capa de *Isto É*, chama atenção do leitor para o caráter de novidade da valoração positiva da maconha, provocando-lhe um efeito de surpresa. Afinal, o termo que o antecede, “conheça”, deixa claro que o leitor presumido de *Isto É* desconhecia, até o momento da leitura do enunciado, a valoração positiva do signo “maconha”, já que estaria acostumado a associá-lo aos malefícios à saúde e à sociedade, já que as drogas (a maconha inclusa) são lidas, nessa esfera - mesmo na concepção de *Carta Capital*, que se diz alternativa ao pensamento único da imprensa –, como a fonte de um problema, senão à saúde do indivíduo, à convivência harmônica em sociedade.

Seguindo o pressuposto de que as ênfases em determinadas palavras do texto visam, inicialmente, a chamar atenção do leitor (o outro imediato da enunciação), quando aplicado ao adjunto adnominal “para os doentes”, o destaque especifica o substantivo “benefícios”, restringido seus sentidos e guiando a interpretação de quem lê. Ao restringir os benefícios apenas para os doentes, evita-se que o leitor rechace um discurso que, aparentemente, enuncia valores positivos para uma droga proibida e, até então, dotada de uma carga semântica negativa, acumulada ao longo de séculos.

Para nós, essa necessidade de restringir ao paciente em tratamento a imagem de sujeito consumidor que pode ser aceita na imprensa é uma marca de como o enunciado se constrói em função das avaliações e reações presumidas do destinatário; no caso, o leitor que talvez

não aceitasse outras imagens de sujeito, como a do usuário recreativo, por exemplo, já que o vício, sempre socialmente reprovável, não poderia ser valorado como “benéfico”. Para o Círculo, quem enuncia sempre leva em consideração o fundo apreciativo sobre o qual sua fala será recebida. Assim, conforme afirma Bakhtin (2003, p. 322), na construção da enunciação são sempre levadas em conta as opiniões, convicções, simpatias, antipatias e preconceitos do destinatário (pelo menos, segundo o ponto de vista do falante).

Em nossa interpretação, é por isso que a imagem do sujeito consumidor de maconha medicinal é permitida no gênero capa, enquanto outros sentidos continuam indizíveis. O leitor se solidarizaria com o sofrimento de um paciente em tratamento, que precisa da droga para fins medicinais, mas não legitimaria os argumentos de um indivíduo que vê como viciado, que usa a droga como forma de recreação. Essa pressuposição das simpatias e antipatias do leitor acaba afetando a produção de outras imagens de sujeito associadas ao discurso sobre a maconha.

Se, geralmente, a imagem de sujeito associada ao signo “maconha” costumava ser, de um lado, a do jovem usuário em busca do “barato” (como apreendemos a partir da análise de *Veja*) e, de outro, a do traficante (que empunharia a arma e geraria violência, como numa de nossas leituras da capa de *Carta Capital*), na capa de *Isto É* o sujeito não é mais o “maconheiro”, mas o paciente em tratamento. Alguns trechos⁶⁷ valem o cotejo, para observação mais detalhada de quem é o novo sujeito consumidor de maconha sobre o qual se fala na imprensa (e sobre o qual é possível enunciar valores positivos, “benefícios” nas palavras da revista).

Maconha medicinal no Brasil

Vítimas de câncer, esclerose múltipla e mal de Parkinson vão se beneficiar da decisão da Anvisa, que deve autorizar a importação de remédios feitos a partir da cannabis. Saiba como essa decisão pode enriquecer o debate para a descriminalização da droga. (ISTO É, 2017)

Símbolo da luta contra a burocracia. Anny Fischer, 6 anos

Com apenas 6 anos, Anny Fischer, de laranja, é um símbolo na luta pela importação de um medicamento à base de canabidiol (CBD), usado para tratamento de um tipo de doença genética rara. Os pais [...], desesperados ao verem Anny tendo 80 convulsões por semana, souberam da droga que poderia ajudá-la e a importaram ilegalmente de uma empresa americana. [...] “Queremos que o CBD se torne acessível a todos que precisam”. (ISTO É, 2017)

Vida nova depois do câncer. Thaís Carvalho, 34 anos.

⁶⁷ Trechos obtidos no conteúdo divulgado online, já que não tivemos acesso ao exemplar físico. Disponíveis em: http://istoe.com.br/364676_MACONHA+MEDICINAL+NO+BRASIL/

Em 2010, ao dar à luz sua primeira filha, Gaia, Thaís Carvalho descobriu um câncer no ovário. Logo começou a quimioterapia. “Tinha dor, enjoo, não comia, mal saía da cama. Estava definhando”. Em pesquisas pela internet, o marido, Jairo Carvalho, 32 anos, encontrou informações sobre a propriedade medicinal da maconha de aliviar esses efeitos. O oncologista não quis nem ouvir a possibilidade. Na primeira vez que Thaís fumou, os incômodos diminuíram e a fome voltou. [...] Thaís superou o câncer e não fuma mais. “Mas se não fosse a maconha, eu não teria aguentado os efeitos devastadores da quimioterapia”. (ISTO É, 2017)

Óleo para doença genética. Sofia Langebach, 5 anos

A advogada Margarete Britto chegou a importar a mesma pasta de canabidiol usada pela menina Anny Fischer (p.57), para dar à filha, Sofia Langebach, 5 anos, também portadora da doença genética CDKL5. [...]. Foi quando soube de um profissional da saúde que fabricava óleo com compostos de maconha. “Perguntei se era possível produzi-lo sem THC, só com o canabidiol, e ele começou a fazer para mim”. Sofia recebe o óleo há 40 dias. A mãe já notou melhoras. “ela ficou quatro dias sem ter crise e agora até sorri. São pequenas coisas que só a mãe e o pai notam.” (ISTO É, 2017)

Nos fragmentos selecionados, é interessante notar que o sujeito que consome maconha, autorizado a figurar na reportagem de *Isto É*, não é qualquer um, mas aquele que padece de doenças graves, como as listadas no primeiro trecho, que abre a reportagem online: câncer, esclerose múltipla, mal de Parkinson. É este uso medicinal que permite o debate na capa da revista, e é o propósito moral de salvar vidas que parece autorizar a discussão sobre a maconha e sua valoração positiva - capaz de trazer benefícios a alguém e de “enriquecer o debate sobre a descriminalização da droga”.

Os outros três fragmentos acompanham as fotografias de três pacientes (e suas respectivas famílias) - que são reproduzidas na Figura 9:

Figura 9 – Imagens de sujeito na reportagem de *Isto É*



Fonte: Elaborado pela autora

Não acreditamos que seja aleatória a seleção das imagens que ilustram a reportagem, tampouco que seja desprezioso o destaque dado à família e às crianças nessas imagens. Para nós, o apelo à figura infantil e à da família constitui uma estratégia discursiva que visa a convencer o leitor da legitimidade de se discutir a questão da maconha nos grandes meios de comunicação. Dos cinco pacientes que dão seus testemunhos na reportagem, os três primeiros aparecem acompanhados de suas famílias, mesmo quando o paciente não é uma criança. Com isso, a argumentação da revista parece apoiar-se em valores como a saúde e integridade física da criança e da família, que tornam possível valorar a maconha positivamente.

Nessa leitura, só se pode tolerar socialmente a maconha e negociar outros sentidos para esse signo por que há “pais desesperados”, fazendo importações ilegais; porque há crianças sofrendo “80 convulsões por semana” (construção verbal que causa mais surpresa do que “11 convulsões diárias”); porque há pacientes, com marido e filhos, “definhando” com os “efeitos devastadores da quimioterapia”. São razões morais, portanto, as que justificam o “novo valor social” da planta na sociedade brasileira.

Ressaltamos que não se tolera qualquer sujeito ou qualquer uso. Fala-se especificamente do canabidiol (CBD), princípio ativo medicinal não associado aos efeitos

entorpecentes da droga (diferente do THC). Por isso, enfatiza-se que o remédio da criança foi “importado por uma empresa americana” (não simplesmente adquirido por intermédio do tráfico, como fazem os usuários recreativos); que foi feito sem THC e que é o CBD que as famílias querem “acessível a todos que precisam”. No caso da paciente que fumou maconha, e não consumiu o CBD isolado, é importante mencionar, também, que depois de ter superado o câncer, ela deixou de fumar.

É com base nessas observações que voltamos a argumentar que a questão da maconha na imprensa não reflete uma completa flexibilização das leis ou aceitação social irrestrita da droga. O que é possível, hoje, no Brasil, é tolerar a droga parcialmente, com ressalvas, já que apenas seu uso medicinal seria legítimo. Assim, não se fala, na capa de *Isto É*, em legalização da maconha (como em *Carta Capital*), ou descriminalização das drogas (como em *Época*), mas na “descriminalização da maconha”, já que família tem agido ilegalmente e pacientes têm sido impedidos de ter acesso a seus tratamentos graças à criminalização dessa droga específica.

Aliás, voltando aos sentidos produzidos pelos destaques no texto verbal e às formas de heterogeneidade que eles manifestam, resta-nos falar da sequência “descriminalização da maconha”, finalizando o enunciado e nossa análise dos destaques feitos nele.

Por um lado, tais destaques podem marcar a presença constitutiva do leitor na construção da enunciação (o primeiro deles ressalta o caráter de novidade para o leitor, que desconhecia os “benefícios” da maconha medicinal), ou restringir a interpretação do leitor sobre tais benefícios (que devem ser associados somente ao paciente em tratamento). Por outro, eles também podem marcar o afastamento do discurso de *Isto É* em relação ao que já foi enunciado por suas concorrentes na mesma esfera, no mesmo gênero e, além disso, marcar a posição da publicação quanto ao fato noticiado.

Nesse contexto, o termo “descriminalização”, grafado em vermelho e caixa alta, serviria para marcar a distância entre o discurso de *Isto É* e os discursos sobre o mesmo tema, diferenciando-o, por exemplo, do que é dito na segunda *Veja* ou na primeira *Carta Capital* analisada. Enquanto esses enunciados se organizaram em torno de signos verbais como “legalização” e “legalizem”, a capa de *Isto É* traz à tona, pela primeira vez no *corpus*, o signo “descriminalização”, colocando novos sentidos em jogo, na polêmica da maconha na imprensa.

Se, na perspectiva do Círculo, “toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo

com alguma coisa” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 109), é válido afirmar que o discurso de época está de acordo não com a legalização da maconha ou, ainda, das drogas, questões sobre as quais se posicionavam suas concorrentes, mas com a descriminalização da droga. Afinal, não se trata de tornar legal um vício perigoso, mas de não punir como criminoso o consumidor de maconha que, por questões de saúde, recorre à droga na forma de medicamento (cientificamente estudado, industrializado e regularmente importado), como tentam fazer as famílias das crianças mostradas na reportagem.

É nesse sentido que afirmamos que as palavras destacadas na capa de *Isto É* são mais do que marcas da imagem pressuposta do leitor, mas também marcas da presença de outros discursos, dos quais a publicação quer se diferenciar, e de seu posicionamento sobre a questão da maconha. Assim, quando destaca o termo “benefícios”, a revista polemiza de forma velada com o já dito, por exemplo, aquele que circula nas revistas que anunciaram os malefícios da droga (como a primeira capa de *Veja*). Ao destacar a sequência “para os doentes”, o periódico se opõe a discursos que preconizam outros usos da droga, que não os medicinais (como o discurso de *Carta Capital*, sobre a legalização indiscriminada das drogas, defendida explicitamente na primeira capa da marca). Finalmente, quando põe em evidência o signo “descriminalização”, o enunciado marca sua posição no debate, atualizando a polêmica da maconha para além da dicotomia *legalizá-la/mantê-la proibida*, abrindo caminho, para outros sentidos: descriminalizá-la. *Isto É*, coloca em jogo, portanto, a possibilidade de uso e de comercialização da **maconha medicinal** deixarem de ser crime.

Acrescentamos, ainda, que tais interpretações das marcas deixadas na superfície verbo-visual do enunciado só são possíveis quando se procede a sua leitura de um modo dialógico. Dada a complexidade da produção de sentidos enquanto produto da articulação dessas duas linguagens, sem conhecer o contexto mais amplo do enunciado e sua relação com outros elementos da cadeia enunciativa que ele compõe, não se pode interpretar propriamente essas marcas, que acabam se tornando lacunas na leitura do enunciado.

Apesar de serem direcionados à análise de marcas linguísticas, ao domínio da palavra - enquanto nosso trabalho se debruça, simultaneamente sobre o verbal e o visual, entrelaçados -, os estudos de Authier-Revuz parecem úteis para explicar nossa leitura acerca dos destaques feito no texto de *Isto É*, quando do uso de caixa alta e da cor vermelha. Quando reflete sobre marcas como aspas e itálico, a autora defende que se trata de pontos de emersão da heterogeneidade, de um dizer que “não é evidente”, porque retomam o interdiscurso que, se não compartilhado por leitor e enunciador, deixam uma lacuna na interpretação do enunciado:

[A] modalização autonímica de pura marcação tipográfica (aspas, itálico) ou entonativa: não em harmonia com uma glosa que especifique o porquê de seu destaque-da-palavra, ela abre nesse ponto do dizer um vazio interpretativo – impropriedade, metáfora, jogo de palavras, empréstimo ao já-dito, a qual já-dito? – que, não preenchido, põe o interlocutor em falta. Authier-Revuz (2011, p. 15)

Para nós, um processo semelhante acontece com o texto verbo-visual. Afinal, sem conhecer o já-dito com o qual ele dialoga, o contexto do qual ele emergiu, as marcas deixadas tanto nas formas gramaticais quanto nas imagens, cores e linhas do enunciado não podem ser preenchidas de sentido para além da realidade que tentam refletir. Assim, seja a grafia do termo “descriminalização”, em letras maiúsculas, ou a cor com a qual ele foi destacado no texto significam para além da tentativa de chamar atenção do leitor.

Finalmente, quanto à interpretação dos signos linguísticos que constituem o enunciado, consideramos importante apontar que alguns deles revelam mais do que relações dialógicas entre leitor e revista, ou entre uma revista e outra, ou entre uma capa e outra. No caso de palavras como “cannabis” e “descriminalização”, por exemplo, não basta reconhecer a forma linguística e seu sentido dicionarizado, por exemplo, pois é preciso compreender aquilo que ela significa no contexto específico não só da enunciação, mas também de uma época.

A palavra “cannabis”, por exemplo, é preferida em dois pontos distintos do texto verbal da capa, o que não ocorre por acaso. Primeiro, ela aparece no frasco de remédio que ilustra o enunciado, depois no texto verbal que explica a manchete, no trecho “conheça os benefícios para os doentes que se tratam com derivados da cannabis”.

No primeiro caso, não é sem razão que se escolhe o signo “Cannabis”, ao invés de “maconha” para nomear o conteúdo do frasco de remédio industrializado (e não uma erva fumada), devidamente rotulado e pronto para se tornar comercializável (não cultivado em casa, tampouco “informalmente adquirido”), e autorizado por vozes oficiais (não de vozes do cotidiano ou da arte popular, mas da ciência e da lei, por exemplo). Atualizado em função do momento histórico da enunciação, o termo científico “Cannabis” dá ao enunciado a legitimidade que a esfera requer, pois remete à planta estudada, nomeada e dominada pela ciência, hoje transformada em matéria-prima da indústria farmacêutica, lucrativa para o mercado (como sugeriu a concorrente, *Veja*) e aprovada pela imprensa – ou, pelo menos, por *Isto É*, que vê a droga como benéfica, para pacientes.

Considerando, portanto, que o tema do signo é a realidade que lhe dá origem (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.44), esse enunciado coloca em jogo, para o signo

ideológico Cannabis, muito mais do que sua significação estável, relativa à classificação do termo conforme a biologia, a “erva da família das moráceas”. O tema do signo, na situação particular que lhe dá sentido na capa de *Isto É*, se aproxima da droga medicinal, cujos efeitos benéficos para os doentes são comprovados pela ciência, e que, justamente por isso, pode ser legalmente apropriada pela indústria, transformada em mercadoria e autorizada pelo discurso oficial a entrar no mercado e aparecer, valorada positivamente, na imprensa.

Um processo semelhante de expansão das possibilidades de significar da palavra foi o que ocorreu na evolução do signo “cânhamo”, sobre a qual comentamos no capítulo dois, quando da análise da significação da palavra “maconha”. Colocados em diálogo e considerados na particularidade dos contextos que lhes preenchem de sentidos, termos como maconha/cânhamo e maconha/cannabis são exemplos concretos de como as formas da língua se adaptam à expansão da base econômica da sociedade e colocam em jogo conflitos ideológicos reais.

Ocorrendo simultaneamente ao termo “maconha”, a palavra grega “cannabis” circula no gênero discursivo capa de revista pela primeira vez, conforme dados coletados e apresentados nos quadros do capítulo três, causando o efeito de separação entre “a droga que vicia”, ideia materializada na primeira palavra, e o “medicamento que trata”, expresso na segunda. Se, no contexto contemporâneo, a cannabis pode ser valorada positivamente porque é matéria-prima da indústria farmacêutica, de um medicamento importado que ajuda no tratamento de doentes, a palavra cânhamo, no contexto dos séculos XVI a XVIII, também diferenciava a valoração positiva da matéria-prima de produtos da indústria têxtil e naval, como a vela e as cordas de navios, da avaliação social negativa quanto à erva embriagante consumida por escravos africanos.

Ambos os termos, cannabis e cânhamo, são valorados positivamente conforme a planta adquire valor econômico (de matéria-prima de indústrias poderosas em cada um dos cronotopos), e como forma de separar suas propriedades oficialmente reconhecidas, com fins lucrativos, autorizados e destinados a “um bem maior”, das propriedades psicoativas, dos usos não autorizados e socialmente condenáveis da “maconha”. Isso quer dizer que novas formas de nomear “o mesmo objeto” são validadas na língua conforme se alarga o horizonte apreciativo da sociedade.

É importante ressaltar que nem cannabis nem cânhamo substituíram o signo “maconha”, mas que as várias formas linguísticas que nomeiam os vários usos e valorações sociais da mesma planta convivem conflituosamente no léxico da língua. Nos termos do Círculo,

Os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetem-nos a uma reavaliação, fazem-nos mudar de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa evolução dialética reflete-se na evolução semântica. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.139)

Levando a reflexão para a capa de *Isto É*, entendemos que o uso simultâneo dos dois termos, cannabis e maconha, nesse enunciado especificamente, materializa justamente a existência conflituosa de formas distintas de valorar o mesmo objeto: como droga medicinal (o “novo” aspecto da maconha que interessa à sociedade) e como droga recreativa (o sentido firmado no horizonte apreciativo, com o qual os novos temas do signo precisam negociar).

De acordo com essa leitura, a própria disposição visual orienta a leitura dos elementos verbais no enunciado, deixando ver esse conflito na coexistência e estratégica organização dos signos maconha e cannabis: enquanto este aparece no alto, adentrando, via ciência, outros estratos superiores de criação ideológica, como a imprensa - parte do frasco de remédio se sobrepõe ao logo de *Isto É*, como se a maconha medicinal invadisse, também essa esfera - e a lei (na voz da ANVISA), o signo “maconha” aparece na parte de baixo da página, como se seu sentido de “droga recreativa” fosse mantido nas camadas inferiores da ideologia, no cotidiano, às margens do que pode ser dito “oficialmente”.

Nesse sentido, entendemos que os conflitos instaurados de forma velada na materialidade verbo-visual dos enunciados do *corpus* não se dão na forma de uma dicotomia que apaga outras diferenças, como a do tipo legalizar/não legalizar, pois algumas formas de consumo da droga poderiam ser legalizadas, apenas. Em outras palavras, não ocorre uma “quebra de tabu” que, bruscamente, permite que tudo o que antes era silenciado possa ser dito. Afinal, vimos, no início deste capítulo, que as próprias coerções da esfera restringem o que pode ser dito em determinados gêneros ou de quem pode enunciar em determinadas esferas – lembrando que, no caso da imprensa, tem preferência as vozes de autoridade, portanto o discurso da ciência sobre a validade científica da Cannabis.

Finalmente, antes de dar início à última análise do *corpus*, consideramos importante pontuar (para desenvolver mais profundamente na última parte deste capítulo) que a discussão que fizemos nesta subseção sobre a expansão do horizonte apreciativo social, está centrada tanto nos signos verbais, quanto em sua materialização visual.

Se, na concepção bakhtiniana da linguagem é possível pensar o texto, em seu sentido ampliado, como um “conjunto coerente de signos” (BAKHTIN, 1997, p.329), não só a palavra, o signo verbal, mas também o desenho, a pintura, o som, o gesto, são formas materiais e estruturadas de expressão da consciência, em sua imensa força social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.120). É devido a essa capacidade de exercer uma “força social”, ao seu poder de comunicar sentidos socialmente estabilizados e desestabilizações desse sentido, que também as imagens têm tido papel fundamental na nossa análise.

A dimensão visual do signo “maconha” também passa por um significativo processo de transformação, no gênero capa de revista. Uma análise bakhtiniana também do signo visual, ou melhor, em que as dimensões verbal e visual sejam inseparáveis, como propõe Brait (2013), poderia interpretar essas transformações como um processo de ressignificação, que se dá em função do contexto (tanto imediato, quanto sócio- histórico) e das especificidades do gênero discursivo.

Dando continuidade ao encadeamento de enunciados do qual é parte, esta capa de *Isto É* atualiza, mais uma vez, a imagem da maconha que, acompanhada do signo verbal “Cannabis”, no rótulo de um frasco de medicamentos, pode significar, em seu contexto evolutivo, a apropriação da planta pela indústria: enfrascada, rotulada, cientificamente comprovada e oficialmente autorizada (para determinados sujeitos, em determinadas circunstâncias). Sendo tão relevante no processo de produção de sentidos que constitui o discurso polêmico sobre a maconha na imprensa, a imagem da folha (único elemento que se repetiu em todos os enunciados do *corpus*), estilizada de diferentes maneiras em cada capa, é centro da discussão da última seção deste capítulo.

Para encerrar as discussões dessa primeira seção, sobre a capa de *Isto É*, podemos afirmar que são enunciados nesse gênero discursivo sentidos positivos para a maconha medicinal, ou melhor, para o medicamento industrializado, cientificamente comprovado, oficialmente controlado (enquanto outras formas de consumo da droga seguem às margens daquilo que pode ser explicitamente enunciado).

A polêmica da maconha na imprensa – que é reflexo e refração de conflitos ideológicos reais da sociedade brasileira contemporânea - não se reduz, portanto, a uma oposição do tipo “manter proibida” ou “legalizar”, pois ela põe em jogo várias outras questões, que se manifestaram de forma mais ou menos explícita no *corpus*. Por exemplo: sobre o que se fala? A maconha ou as drogas, em geral? Como a questão deve ser abordada no Brasil? Por meio da descriminalização, da legalização, da proibição, da “liberação” total ou

apenas parcial, por exemplo, de substâncias com fim medicinal? Para quais sujeitos essa discussão é relevante (pacientes, cientistas, usuários, políticos, empresários, traficantes)? O que faz dela um tema de interesse, pelo menos para determinados grupos sociais e esferas de atividade humana?

A análise dos conflitos que se manifestam na materialidade verbo-visual poderia continuar nesta seção, por exemplo, analisando o uso e o destaque do termo “descriminalizar”, na capa de *Isto É* - pela primeira vez no *corpus* -, ou aprofundando a questão da evolução da expressão visual do signo “maconha” em cada capa. A ocorrência desses signos merece, no entanto, atenção maior, do que receberia no encerramento desta subseção. Optamos, por isso, por aprofundar a reflexão sobre a materialização verbo-visual do signo “maconha” na última seção do capítulo, e pelo aprofundamento da discussão sobre o signo “descriminalização” na próxima seção, durante a análise da capa da revista *Época* - já que a palavra é fundamental na compreensão do tema daquele enunciado, ainda que ela se manifeste apenas implicitamente, no não dito que o constitui.

5.2. Negociando o “tabu” de uma *Época*

Nesta última seção, analisamos a capa da revista *Época*, publicada em agosto de 2015 e reproduzida a seguir para melhor observação.

Figura 10 -Corpus: capa da revista *Época*, agosto de 2015



Fonte: Acervo digital da revista *Época*⁶⁸

⁶⁸ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/08/drogas-reprimir-nao-funciona.html>

5.2.1. Transformação social nos enunciados

Para além da dicotomia protagonizada por *Veja* e *Carta Capital*, com a análise de *Isto É*, foi possível identificar que a ressignificação do signo “maconha” não se dá na forma de uma oposição radical, em que as posições “contra” e “a favor” da legalização da maconha rivalizam explicitamente nas capas das revistas analisadas. Na verdade, vimos que o diálogo na imprensa se dá nos contornos de uma polêmica velada, que se insinua apenas no interior de signos verbais, como “maconha”, “legalização” e “descriminalização” (no caso da última capa analisada), assim como na forma material da imagem que simboliza a droga (a planta, o cigarro, o remédio).

Além disso, esse diálogo tenso, essa polêmica velada nas capas de revista, não coloca em jogo apenas duas maneiras de atribuir sentido à maconha, “proibida” vs. “legalizada”. Estão em negociação, no interior do discurso polêmico da imprensa, temas diversos sobre a maconha (medicinal, recreativa, lucrativa, pacificadora, legalizada, proibida, descriminalizada), atualizados conforme os acontecimentos que deram origem a cada enunciado, visto como uma réplica do diálogo, na perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2003).

Para perceber as formas veladas da polêmica, temos investido na observação atenta da articulação entre as dimensões verbal e visual do enunciado. Nesse contexto, esta subseção foca na construção verbo-visual do enunciado como reflexo/refração das transformações sociais reais que lhe deram origem. Passemos, então, ao exame das dimensões verbal e visual da capa de *Época*, para compreender sentidos mais e menos explícitos nesse enunciado, começando pelo texto verbal, desde o início, indissociavelmente ligado ao texto visual e àquilo que não foi silenciado:

REPRIMIR NÃO FUNCIONA

O Supremo Tribunal Federal começa nesta semana o julgamento que promete pôr fim a uma política atrasada: criminalizar o uso de drogas

Desde a manchete, aquilo que não se diz também produz sentidos, na capa da publicação do Grupo Globo. A omissão do complemento direto que preencheria de sentidos o verbo transitivo “reprimir”, por exemplo, deixa margens para ambiguidades. Se por um lado a palavra “drogas”, que encerra o período, poderia desempenhar a função de objeto direto, por outro lado, numa leitura em que são inseparáveis as dimensões verbal e visual dos enunciados (como aquela que fazemos do gênero capa de revista), a imagem da folha da maconha,

centralizada e com grande destaque na capa, também completaria satisfatoriamente a “lacuna” no sentido da sequência verbal.

Se na capa física o complemento do verbo “reprimir” é ambíguo, na reportagem (parcialmente divulgada em meio digital) ele é explicitado já no título, em posição de destaque, iniciando o período:

Drogas: reprimir não funciona

Um julgamento no Supremo Tribunal Federal pode legalizar o porte para consumo próprio. O Brasil deve examinar as experiências internacionais para atualizar sua política antidrogas (ÉPOCA, 2017).

Enquanto no texto visual da capa o objeto do verbo “reprimir” parece ser a maconha, o texto verbal da reportagem fala sobre a ineficiência da repressão às drogas. É interessante notar que, como em outros dois enunciados do *corpus* (nas capas de *Carta Capital*), o signo “maconha” se destaca no visual, enquanto o signo “drogas” expande os sentidos do enunciado para todas as outras substâncias assim classificadas. Nesses casos, a relação de hiperonímia sobre a qual discutimos anteriormente é invertida. O termo mais amplo, o hiperônimo “drogas”, que abarca outros termos desse campo semântico (como “maconha”) e que lhes atribui suas características, é agora representação de seu hipônimo, fazendo com que os sentidos atribuídos à maconha, se estendam às drogas em geral.

Assim, visualmente, as revistas apostam na imagem da *maconha*, mas verbalmente elas enunciam a legalização *das drogas* (no caso da primeira *Carta Capital*), uma nova política *de drogas* para a América do Sul (no caso da segunda) e o atraso que representaria a criminalização *das drogas* (em *Época*). Várias são as leituras possíveis dessa preferência pelo signo visual maconha, e pelo signo verbal drogas, mas em nenhuma delas a escolha por um ou outro é aleatória ou insignificante.

Algumas das explicações possíveis para essas escolhas têm a ver com a própria **constituição da imprensa** enquanto campo discursivo ou da capa enquanto gênero que nele se constitui e circula. Diríamos, por exemplo, que o termo “**drogas**” pode produzir o efeito de isenção desejado na imprensa, uma vez que não distingue as substâncias que agem no funcionamento do organismo. Assim, a escolha seria uma forma de não “tomar partido” na questão da maconha, de não defender uma ou outra droga, e de fazer uso de termos “formais” – como a própria linguagem verbal – que aparentem “reduzida carga subjetiva”. Como vimos no capítulo dois, a significação dicionarizada do termo define, de acordo com o discurso médico (marcado na sigla MED, que a antecede), que droga é qualquer substância utilizada

em homens ou animais, seja “para fins de alívio, de diagnóstico, profilaxia, tratamento ou cura de doenças” (MICHAELIS, 2016).

Nesse sentido, ao optar por enunciar a “criminalização das drogas” como “uma política atrasada”, *Época* se manteria isenta de julgar o que é ou não droga e o que deve ou não ser legalizado/descriminalizado, afirmando, apenas que a criminalização das drogas não é forma eficiente de lidar com elas.

Segundo nossa interpretação, o termo drogas também dá ao enunciado um sentido muito mais amplo, levando o leitor a pressupor que o Supremo Tribunal Federal (STF) estaria prestes a “pôr fim”, em breve, como sugere o advérbio “nesta semana”, não só à criminalização da maconha, mas de todas as drogas. Entendemos essas escolhas lexicais também como parte da estratégia da imprensa de tornar as notícias sempre extraordinárias. Afinal, não bastaria, por exemplo, enunciar o debate sobre a descriminalização da maconha, que já foi antecipado pela concorrente (*Isto É*) publicada meses antes, noticiando a “liberação” da maconha medicinal.

A própria revista *Época* já noticiava o debate sobre a maconha décadas atrás, conforme os enunciados a seguir, apresentados no Quadro 3:

(12) Maconha. Por que é preciso debater a legalização do uso da droga? (ÉPOCA, 2009)

(17) Eu fumo maconha. Um número cada vez maior de brasileiros ignora a lei e usa a droga. (ÉPOCA, 2001)

Também nas revistas de divulgação científica⁶⁹ o tema já circulava, desde a década de noventa, e atravessava o começo do século XXI:

(16) A medicina avalia os prós e contras da maconha. (GALILEU, 2001)

(20) Maconha. Um remédio proibido? (SUPERINTERESSANTE, 1995)

⁶⁹ Nos textos de divulgação científica, os temas relacionados às ciências médicas e biológicas são centrais e, com isso, a questão da maconha, dado o crescente interesse científico pela droga, aparece com mais frequência nas capas de revistas desse tipo, como *Superinteressante* e *Galileu*, do que nas outras revistas impressas, como as semanais de atualidades. Levando em consideração particularidades desse tipo, optamos por não incluir as capas de revistas mensais de divulgação científica entre os enunciados analisados, pois apesar das semelhanças com os outros gêneros da esfera jornalística, os gêneros de divulgação científica se dirigem a um público mais específico e se valem de estratégias particulares que demandariam mais atenção. No entanto, não deixamos de fora as capas dessas revistas, inicialmente cogitadas como parte do *corpus*, lançando um breve olhar sobre elas na última seção deste capítulo. Para aprofundar a compreensão acerca da forma de funcionamento da esfera de divulgação científica, trabalhos como os de Grillo (2006) podem ser de grande valia.

Nesse contexto, em que a manchete sobre a legalização já se tornou antiga, anunciar a legalização das drogas, sem distinção de substâncias, pode proporcionar a *Época* o furo do qual necessita para estar à frente de suas concorrentes diretas (as outras semanais) ou indiretas (as mensais de “divulgação científica”). Também caracteriza essa estratégia de produzir um furo, como já mencionamos, a antecipação de acontecimentos ainda por vir, e o destaque dado à aparente novidade da notícia.

No *corpus*, o caráter de originalidade da informação noticiada é reforçado verbalmente, por exemplo: na primeira capa de *Veja* analisada (que anunciava “as novas” descobertas da medicina); na capa da revista *Isto É*, que antecipava a ação da ANVISA da “próxima semana”; e, novamente, na capa de *Época* na dimensão verbal do enunciado, essa estratégia se materializa na locução adverbial “nesta semana” e no verbo “promete”, que prenuncia o fim de “uma política atrasada”.

A antecipação de acontecimentos que são prováveis, mas que podem estar ainda distantes no tempo, como a legalização/descriminalização das drogas, é parte da própria estratégia da imprensa, já que estão entre seus valores (além da “isenção” e da “correção”) a “agilidade”, como se lê nos princípios editoriais⁷⁰ publicados no site da Editora Globo, responsável pela publicação de *Época*.

Além da tentativa de isenção (de fazer soar “científico” o discurso da imprensa) e de antecipação de acontecimentos futuros, a preferência pelo termo “drogas”, no plano verbal, também está relacionada às especificidades do gênero discursivo. Na perspectiva do Círculo, cada enunciado, enquanto unidade viva e significante da comunicação, “assume uma forma fixa precisamente no processo constituído por uma interação verbal particular, gerada num tipo particular de intercâmbio comunicativo social” (VOLOCHÍNOV, 2013, p.159). Nesse contexto, são as formas de interação, no caso do gênero capa, entre revista e potencial leitor/comprador, que afetam forma gramatical e estilística da enunciação.

São as coerções do gênero discursivo, conforme nossa interpretação, que operam simplificações e generalizações em prol da objetividade e concisão que devem marcar o texto verbal dos enunciados do tipo capa (que devem deixar os detalhes para o texto da reportagem). Nesse contexto, o termo acaba produzindo o efeito de apagamento das especificidades de cada substância que ele abarca, e provoca certa homogeneização dos sentidos em circulação nos discursos sobre as drogas.

⁷⁰ Disponíveis em: <http://corp.editoraglobo.globo.com/principio/>

Tal tradução da realidade em termos mais simples ou gerais abre espaço para generalizações⁷¹ típicas do senso comum. Nesses casos, não se distinguem diferentes substâncias (maconha de outras drogas, por exemplo), seja porque cientificamente são igualmente drogas do ponto de vista de sua interferência no organismo, ou porque, para o senso comum, “drogas são todas iguais” (pelo menos, as ilícitas). Para nós, no entanto, apesar da aparente equivalência nas capas das revistas, enunciar a legalização das drogas e a da maconha não é necessariamente a mesma coisa – ainda que a regulamentação desta última leve à regulamentação de outras substâncias classificadas como drogas ilícitas, ou mesmo que o senso comum apague, no termo “drogas”, as diferenças entre substâncias distintas.

Nisso acreditamos porque, pelo menos na sociedade brasileira contemporânea, diferentes drogas são valoradas de diferentes maneiras. Substâncias distintas (às vezes derivadas da mesma matéria-prima) são mais ou menos toleráveis socialmente não apenas de acordo com o discurso oficial da lei ou com as descobertas da ciência, mas com a imagem que se cria do sujeito usuário e com a interpretação que se faz das circunstâncias do consumo.

Alguns exemplos podem sustentar tal afirmação: ser usuário de crack, por exemplo, certamente não significa a mesma coisa, na sociedade brasileira, e não evoca as mesmas imagens de sujeito que se constrói para o usuário de cocaína, mesmo que ambas sejam drogas igualmente ilícitas. Fumar maconha sem sofrer de doenças graves não é socialmente “aceitável”, como lentamente passa a ser o tratamento com a mesma droga, mas industrializada e para fins medicinais. A explícita distinção entre a maconha recreativa e a medicinal vai se produzindo, inclusive, na imprensa e na lei, conforme vimos em *Isto É*, e caminha para sua concretização também na língua – última que reage às transformações sociais nesse processo de evolução da palavra (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 127). Afinal, o uso do termo científico Cannabis transcende a esfera da ciência e passa a ocorrer também na imprensa, marcando na língua a distinção entre a droga que vicia e a que trata.

Segundo nossa interpretação, é justamente a avaliação diferente de drogas diferentes que levou a maconha – e não outras drogas ilícitas – a estampar tantas capas de revista. Explicamos melhor: para nós, não é por acaso que, com frequência em nosso *corpus*, se apela visualmente ao signo “maconha”, mesmo quando o texto verbal se refere às “drogas”. Afinal, na perspectiva bakhtiniana, a escolha dos recursos linguísticos é determinada também pela relação entre o autor do enunciado e o objeto de sua fala (BAKHTIN, 1997, p.209). Por isso,

⁷¹ Generalizações como “todas as drogas são ruins” ou “todas as drogas devem ser legalizadas”. Tais universalizações, segundo nossa leitura, acabam contribuindo para o “esvaziamento” da polêmica, muitas vezes, uma refração empobrecida da realidade.

esses enunciados não podem, ao contrário do que a editora prega, ser “isentos”, neutros, pois mesmo os detalhes de sua construção são significativos, frutos de decisões cuidadosas e de estratégias, ao mesmo tempo, discursivas e mercadológicas.

Primeiramente, o signo maconha visualmente materializado numa capa instaura diálogo, quase imediatamente, com o leitor - cuja atenção é captada pelo signo já carregado de sentidos historicamente. No caso específico de *Época*, o acabamento semelhante ao de uma placa de trânsito que expressa proibição chama prontamente a atenção do leitor, como faz a placa com o motorista.

Esse mesmo signo estabelece relações, ainda, com os outros enunciados do gênero capa e da esfera jornalística, com os quais polemiza no interior da própria imagem. Essa polêmica velada institui mais do que um embate no discurso, pois caracteriza uma competição mercadológica própria desse campo. Nele, cada revista tenta atualizar o signo de acordo com os acontecimentos mais recentes, cumprindo sua promessa de reportar a realidade com “rapidez”.

Além de despertar reações diversas (interesse, temor, surpresa, curiosidade) no leitor, de ligar os enunciados do gênero no interior da esfera e de carregar em si mesma a polêmica, a imagem da folha da Cannabis é capaz, principalmente, de vender⁷². A popularidade da droga, que é a mais consumida do mundo (UNODC, 2015), condiz com a popularidade de sua imagem no mercado. Outras drogas (lícitas ou ilícitas) não gozam atualmente do mesmo status: não se estampam capas de revista ou camisetas com imagens de seringas, cocaína em pó ou comprimidos; não se fazem bonés e chaveiros com a figura de um cigarro.

A capa de *Época*, revista que se diz “atenta às últimas tendências”, confirma a “moda” da Cannabis e reforça a ideia de que este é um signo fundamental não só na construção da polêmica sobre a maconha, mas na questão das drogas, de forma mais ampla. Essa “mesma” imagem estilizada de formas diversas atualiza também, a cada enunciado, os sentidos de signos como “maconha”, “drogas”, “legalização”, “descriminalização”, e a valoração social sobre as práticas sociais que eles evocam e sobre as imagens de sujeitos que implicam. Ampliamos essa discussão (sobre as imagens de sujeito apreendidas na relação entre o verbal e o visual) nas próximas seções deste capítulo.

Por ora, basta mencionar que a folha da planta outrora chamada “veneno verde” (FRANÇA, 2015, p.58), vai se convertendo num elemento da “cultura pop”, conforme é

⁷² Além dos produtos da imprensa essa mesma imagem aparece, por exemplo, em produtos diversos, como chaveiros, bonés, camisetas, além de produtos próprios para o consumo da erva (como papeis e artefatos adequados para a confecção manual do cigarro).

ressignificada, como signo ideológico, pela ciência, pela mídia, pelas leis e, principalmente, numa sociedade capitalista, pelo mercado. Não é à toa, portanto, que mesmo quando o tema enunciado verbalmente são as drogas, e não a maconha, o signo visual da planta, em todo seu potencial comercial, é acionado como estratégia de mercado.

Entendemos a incorporação desse signo visual pelo mercado (em produtos de mídia, de vestuário, de tabacaria, em fármacos etc.) como parte de um processo em que os discursos do cotidiano “invadem a arena da ideologia oficial constituída” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 123) – e esta, ao mesmo tempo, apropria-se de tais ideologias cotidianas. Nesse processo, ambos os espaços de criação ideológica (as ideologias oficiais e as do cotidiano) influenciam-se mutuamente, dialeticamente.

Assim, os discursos formalizados nas superestruturas (na ciência, na imprensa, na lei) são desestabilizados pelos discursos antes à sua margem (o discurso pró-legalização, por exemplo, que toma cada vez mais espaço em esferas de poder). Igualmente, os discursos e práticas do cotidiano também são afetados pelos novos discursos oficiais, que “dão o tom” (BAHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 121) a essas ideologias não institucionalizadas, determinando, por exemplo, comportamento dos consumidores - como acontece quando o mercado passa a vender produtos com o símbolo ressingificado da maconha.

Obviamente, como já pontuamos, não se trata de uma simples apropriação de discursos, ou de uma passagem brusca, do discurso proibicionista para um discurso permissivo. As transformações na valoração do signo são lentas, acumuladas ao longo de séculos e não necessariamente se concretizaram porque foram dadas como fato na esfera jornalística. O acontecimento noticiado por *Época*, o julgamento iniciado em 2015 sobre o porte de drogas ara consumo próprio, segue indefinido, dois anos depois, como explicaremos na próxima seção.

Isso reforça o que temos afirmado ao longo deste trabalho: que não se trata de uma passagem do tabu à liberdade de enunciar quaisquer sentidos. Primeiro, porque há décadas a questão não é propriamente um “tabu”, uma vez que vem sendo discutindo na imprensa desde 1995, como mostram os enunciados do Quadro 3. Além disso, não é possível atestar uma “quebra de tabu”, já que muitos sentidos seguem ainda não ditos na polêmica da maconha, porque certos valores seguem arraigados na sociedade, ou pelo menos em determinados espaços e esferas de atividade humana. Não acreditamos, portanto, que o “canabismo” tenha deixado de ser entendido como um vício e passado a ser socialmente tolerável, porque é,

agora, um “hábito economicamente viável” (FRANÇA, 2015, p 118). Muito segue ainda indizível, como mostramos na seção a seguir.

5.2.2. Imagens não ditas de sujeito

Na subseção anterior, observamos como a complexa relação entre o verbal e o visual deixa ver, na materialidade discursiva, um processo de negociação constante entre a infra e as superestruturas. Essa interação é refletida e refratada nos signos, cuidadosamente mobilizados na construção do enunciado, e dela resultam desestabilizações nos sentidos historicamente cristalizados na sociedade.

Especificamente na capa de *Época*, o discurso oficial da lei é desestabilizado e outros sentidos possíveis para signos como “maconha” e “drogas” se mostram – assim como outras valorizações sociais sobre as práticas e sobre sujeitos refletidos/refratados na polêmica da maconha na imprensa. Nesta subseção, focamos nesses “outros sentidos”, às vezes não evidentes na superfície do discurso, mas identificáveis no diálogo com outros enunciados e na articulação das linguagens verbal e visual do enunciado. Entre eles, são temas importantes a descriminalização da maconha e as imagens de sujeito produzidas nesse “outro discurso sobre as drogas”.

Para Bakhtin (1987, p. 261), se a ideia evidente determina o *conteúdo* do discurso, a velada, por sua vez, “determina a *construção* do discurso, lançando sobre ela a sua sombra”. No texto verbal da capa, o implícito se faz presente em vários pontos, e também significa. Afirma-se que “reprimir não funciona”, sem que se explicita o objeto da repressão (a maconha? As drogas?) ou o porquê do fracasso dessa política. No subtexto da manchete, outras informações também são mantidas ocultas, devendo ser reveladas apenas na reportagem. É o caso da identidade do sujeito do julgamento “que promete pôr fim” à criminalização das drogas - um protagonista sem espaço na capa - ou, ainda, da política que deveria substituir a atual e “atrasada” política de repressão.

Quanto ao objeto da repressão, como vimos, não se trata apenas da maconha, já que esta passa a representar as drogas, de forma mais ampla, como se aquilo que lhe acontecesse se estendesse às demais substâncias ilegais. É por isso que temos insistido que a negociação pelos sentidos do signo “maconha”, que se desenrola ao longo de anos nas capas das revistas brasileiras, não se reduz à oposição das posições a favor ou contra a legalização da droga. Afinal, a discussão sobre o assunto passa, por exemplo, pela discussão sobre a relação da sociedade com as drogas, em geral, e sobre os efeitos da política antidrogas em vigor no país.

Na reportagem - gênero discursivo que, conforme temos mostrado em nossas análises, complementa os sentidos expressos no conciso gênero capa - encontramos elementos que permitem tais afirmações, sobre o amplo escopo da questão da maconha (que acaba se estendendo às drogas), sobre os impactos sociais de sua proibição e sobre as imagens de sujeito que ela implica.

Primeiro, no subtexto de abertura da reportagem, segundo o qual “um julgamento no Supremo Tribunal Federal pode **legalizar o porte** para consumo próprio. O Brasil deve examinar as experiências internacionais para atualizar sua **política antidrogas**”. Desde o início da reportagem, fala-se da política de drogas, e não se restringe o que é dito à maconha, como se vê nos termos destacados por nós. Em outra parte da reportagem, colhem-se as opiniões de dois especialistas no tema (um ex-secretário nacional de Justiça e um jurista e professor universitário), que respondem “sim” ou “não” à questão, em negrito no cabeçalho da página dupla: o consumo **de drogas** deve ser **descriminalizado**? Assim, ora se fala da maconha (principalmente na linguagem visual), ora dos entorpecentes, sem distinção entre as drogas (como geralmente na linguagem verbal).

É interessante observar, ainda, que os termos “legalizar” e “descriminalizar” – apesar da relevante distinção entre eles - são intercambiáveis, em *Época*: no subtítulo da reportagem se fala da possibilidade de “**legalizar o porte** para consumo próprio” e, nas páginas finais, reservadas às opiniões dos especialistas, fala-se de “**descriminalizar o consumo** de drogas”. Há, portanto, certa ambiguidade, seja quanto ao objeto regulado pela lei (maconha? Drogas?) ou quanto à política que se deve usar como alternativa à “atrasada” política antidrogas em vigor no Brasil (legalização? Descriminalização?).

Alguns indícios na materialidade visual da capa também ajudam o leitor a completar os sentidos não enunciados, já que, nas palavras de Brait (2013, p.61), a articulação visual/verbal preenchem possíveis “lacunas” deixadas no texto verbal. Na detalhada elaboração visual do enunciado, percebemos a **descriminalização** da maconha (ou das drogas, representadas visualmente pela maconha?), como um dos temas possíveis do enunciado.

A folha da maconha sobrepondo-se ao círculo que delimita o espaço de proibição ao seu redor, como se ela não mais coubesse nos limites oficialmente impostos, indica o enfraquecimento da lei que determina seu consumo como prática criminosa. Entretanto, a faixa da interdição que sobre ela se estende desprende-se apenas parcialmente, sugerindo a

flexibilização da lei, mas não na forma de uma liberação completa, já que parte da planta ainda se mantém sob o símbolo da proibição.

Outro sinal de que o discurso sobre a maconha se encontra, na capa de *Época*, numa fase intermediária de sua evolução e não num extremo (proibição) ou outro (legalização), é a cor amarela do fundo, outra referência ao contexto das leis de trânsito (além do desenho da placa de proibição). A cor que, no semáforo, simboliza um momento de transição, entre o vermelho do impedimento e o verde da passagem livre, pode ser lida, neste enunciado, como símbolo de um momento de instabilidade nos sentidos dos signos “maconha” e “drogas”.

Mais do que isso, é possível interpretar esses sinais como uma fase do desenvolvimento da sociedade brasileira em que nem a liberação (o verde) nem a proibição (o vermelho) são consensuais, enquanto avaliações sociais acerca do consumo de drogas. Entre essas duas políticas, a capa de *Época* insinua uma terceira (o amarelo, entre uma fase e outra), presumível a partir da construção verbal do enunciado: se “criminalizar o uso de drogas” é uma “política atrasada”, a **descriminalização** surge, então, como um dos sentidos não ditos, velados no enunciado.

No *corpus* desta pesquisa, o termo apareceu, pela primeira vez, na capa de *Isto É*, analisada anteriormente. Todavia, naquela revista, tais dizeres eram autorizados pela confirmação do potencial medicinal da maconha, feita pela Anvisa (o que ameniza sua histórica carga negativa, enquanto droga ilícita). O termo predominantemente utilizado nos enunciados do *corpus* e nas demais capas, conforme se pode observar nos quadros do capítulo três, é “legalização”. Outro embate se insinua, portanto, na capa de *Época*, além da polêmica proibir/legalizar a maconha: criminalizar ou descriminalizar o uso de drogas?

Apesar da proximidade, os termos “descriminalizar” e “legalizar” implicam diferenças relevantes, por exemplo, na imagem de sujeitos produzida no discurso sobre a maconha (e sobre as drogas) no Brasil. O primeiro, formado pelo acréscimo do prefixo –des ao verbo “criminalizar”, significa inocentar, isentar de culpa do sujeito sobre o qual poderiam recair punições por prática de ato criminoso. Legalizar, por outro lado, significa tornar legal, legitimar, regulamentar uma prática conforme as leis.

Não basta, no entanto, entender as diferenças morfológicas e semânticas entre os termos em voga hoje na imprensa para que se compreenda a polêmica da maconha, se levamos em conta o postulado do Círculo. Na perspectiva bakhtiniana, segundo a qual a língua é produto da interação entre sujeitos socialmente organizados, e é capaz de refletir e refratar as transformações sociais pelas quais a sociedade passa ao longo de seu

desenvolvimento, é necessário conhecer os efeitos reais que cada termo (se oficialmente legitimado) poderia implicar.

Como sugeriu a segunda capa da revista *Veja* (e afirmou a respectiva reportagem), a legalização envolve lucro proveniente da regulamentação e da taxação, além de possibilitar, ao menos teoricamente, maior controle do Estado (ou da iniciativa privada). Já os efeitos da descriminalização recaem sobre os sujeitos, mudando a forma como o consumidor de drogas é lido socialmente, uma vez que deixaria de ser oficialmente considerado criminoso. Tais palavras (legalização/descriminalização) carregam em si “lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 40).

As mudanças que esses termos implicam estão relacionadas, por exemplo, com a potencial mudança na valoração social do sujeito que consome a droga, fundamental na construção do discurso de *Época*, apesar do seu apagamento na capa. Mais uma vez, detalhes explicitados na reportagem nos permitem compreender melhor o não dito nas capas, isto é, as imagens de sujeito em negociação na polêmica da maconha. Vejamos alguns fragmentos⁷³:

Em julho de 2009, o **mecânico cearense** Francisco Benedito de Souza estava recolhido, com mais **32 detentos, em uma cela** do Centro de Detenção Provisória de Diadema, na região metropolitana de São Paulo [...]. Numa inspeção de rotina, agentes penitenciários encontraram 3 gramas de maconha dentro de um marmitex – e **Francisco foi acusado de ser o portador da droga**. [...] Responsável pela defesa de Francisco, o defensor público Leandro Castro Gomes não aceitou o veredicto da Justiça nas instâncias inferiores e apresentou recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF). Seu argumento: a condenação de alguém pelo porte de drogas para consumo próprio é inconstitucional, porque **ninguém pode ser punido por uma decisão pessoa que não interfere em direitos alheios**. (ÉPOCA, 2017)

Se o Supremo acatar o recurso do defensor Leandro Castro Gomes, a decisão significará a **descriminalização do porte de drogas para consumo próprio no Brasil** – uma medida que poderá ter profundo **impacto na forma como a sociedade brasileira lida com essa questão**, sempre incandescente, e também **no lotado sistema penitenciário do país**. (ÉPOCA, 2017)

Desde 2002, a legislação brasileira estabelece que **o usuário de drogas não é mais punido com pena de cadeia** – apenas com sanções alternativas, como prestação de serviços à comunidade ou a participação em cursos educativos. Isso é a tese. Na prática, pela **falta de critérios objetivos na distinção entre usuário e traficante**, que fica a cargo da polícia e dos promotores, grande parcela da população carcerária brasileira, enquadrada como traficante é, na realidade, formada por **consumidores de drogas** ou **microtraficantes**, geralmente **mais pobres**. (ÉPOCA, 2017)

⁷³ Disponíveis em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/08/drogas-reprimir-nao-funciona.html>. Destaques adicionados por nós.

Uma pesquisa coordenada pelo Instituto Sou da Paz na cidade de São Paulo – capital do Estado com a maior população carcerária do país – afirma que 80% das pessoas presas por tráfico de drogas no município podem ser consideradas como **microtraficantes**, das quais **59% são negros e pardos**, e **80% tinham até o ensino fundamental de escolaridade**. Além disso, **57% não tinham antecedentes criminais e 97% estavam desarmados**. Segundo Ministério da Justiça, 27% dos 60773 presos brasileiros cumprem penas por tráfico de drogas. (ÉPOCA, 2017)

Nesses enunciados, junto com a desestabilização dos discursos oficiais que criminalizam o uso de drogas, especificamente da maconha, também se desestabilizam as imagens de sujeito implicadas no discurso sobre ela. Questiona-se a eficiência da legislação brasileira que, somente “em tese”, diferencia usuário de traficante, e falha em atribuir a cada um deles tipos de penas diferentes. Questiona-se, também o pertencimento desse sujeito à classe de “criminosos”.

Na prática, Se, as primeiras revistas analisadas associavam a figura do “maconheiro”⁷⁴ ao jovem inconsequente e desinteressado, ao “viciado” em busca do “barato” da droga (como em *Veja*) ou, ainda, (como na primeira *Carta Capital*) ao traficante e à violência do tráfico, as últimas revistas, *Isto É* e *Época*, parecem propor outras imagens de sujeito. A primeira cria a imagem do consumidor de maconha que é paciente em tratamento, buscando na droga o alívio para doenças graves. Já em *Época*, o que está em jogo é a imagem do sujeito enquanto criminoso ou não.

Nos fragmentos cotejados, constrói-se uma imagem de sujeito “maconheiro” que pertence a grupos socioeconomicamente desprivilegiados (um detento nordestino, preso na capital de São Paulo, que divide cela com outros 32 presos e que exercia trabalho manual de mecânico). É, no entanto, a figura marginal de Francisco (omitida na capa) que protagoniza o debate que chegou às capas de revista e aos estratos superiores da esfera jurídicas (ao STF). É a partir de seu caso que se questiona a legitimidade de tratar como criminoso o sujeito que porta drogas para consumo pessoal - mesmo depois da alteração na lei de drogas, em 2006, que retirava a pena de encarceramento do usuário.

Um dos argumentos principais que sustentam a polêmica aberta entre o discurso da revista e o da lei é baseado na constituição, no direito individual de escolha de cada cidadão, que “não pode ser punido por uma decisão pessoal que não interfere em direitos alheios”. Além do argumento pelos direitos individuais do sujeito, a descriminalização das drogas também é apresentada enquanto problema social. Afinal, por não distinguir claramente usuário de traficante, segundo o discurso de *Época*, a lei estaria contribuindo para perpetuar o

grave quadro brasileiro de injustiça social, pois seriam punidos principalmente “os mais pobres”, “negros e pardos”, aqueles “com baixa escolaridade”. Esse julgamento subjetivo (que caberia a policiais e promotores segundo a revista), baseado na condição socioeconômica e/ou grupo étnico ao qual pertence o usuário, também levaria ao esgotamento o sistema prisional do país, já que muitos consumidores seriam classificados como “microtraficantes” baseados nesses “critérios” discriminatórios (ou melhor, na ausência de critérios definidos por lei).

Nos fragmentos, acaba-se questionando, portanto, a efetividade da lei, seus efeitos no sistema penitenciário brasileiro e na forma como os sujeitos são vistos socialmente. Afinal, não necessariamente os presos por crimes de drogas eram criminosos – quase metade não tinha antecedentes criminais -, tampouco estavam diretamente envolvidos com a violência, já que quase 100% estavam desarmados. Ressaltamos que somente na reportagem essas questões podem ser desenvolvidas, dada a concisão do gênero capa. Neste, questões complexas como esta do usuário/traficante e do caos no sistema prisional não têm tanto espaço. O que não quer dizer que sejam questões totalmente silenciadas no gênero. Dois exemplos merecem menção.

O primeiro é da própria publicação: a capa de *Época*, de 2001, que trazia uma fotografia do rosto da então apresentadora Soninha, seguida dos dizeres “Eu fumo maconha. Um número cada vez maior de brasileiros ignora a lei e usa a droga”⁷⁵. Trata-se de uma das únicas capas protagonizadas pelo usuário recreativo encontradas em nosso levantamento (apresentado nos quadros 1, 2 e 3), que teve grande repercussão e gerou polêmica para além dos limites da imprensa. Na vida real, as consequências de enunciar “eu fumo maconha” num gênero de ampla circulação como a capa de revista, culminaram na demissão da apresentadora⁷⁶.

Mais uma vez insistimos na ideia de que aquilo que está implícito no enunciado, os conflitos velados que nele ressoam, também significa porque mostra que nem tudo pode ser dito em determinados gêneros ou esferas. No caso do discurso sobre a maconha, não era possível dizer impunemente, em meados dos anos 2000 - pelo menos no gênero capa de revista semanal -, que se consome a droga. Ainda hoje, mais de 15 anos depois, defender abertamente o consumo livre da droga recreativa (seja por meio da legalização ou da

⁷⁴ Termo que, no senso comum, pode designar qualquer usuário de drogas.

⁷⁵ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI136959-15228,00-EU+FUMO.html>

⁷⁶ Uma cobertura do caso na imprensa foi feita pelo Observatório da Imprensa e está disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp281120014.htm>

descriminalização) não parece ser algo dizível nesse gênero, por aqueles que não são pacientes em tratamento, mas é algo sugerível, principalmente na articulação das linguagens verbal e visual.

Assim, é possível dizer que a palavra “maconha” ainda tem peso quando enunciada nesse gênero discursivo e ainda não aparece valorada positivamente em quaisquer circunstâncias. O que é possível, nesse gênero, é apenas sugerir, por meio de recursos verbo-visuais, como a ilustração da capa, mudanças que são lentas e sutis, e não uma “quebra de tabu”, em que tudo é dizível ou possível.

Não queremos dizer, com isso, que as vozes que enunciam a favor da descriminalização/legalização da maconha estão silenciadas, mas sim que circulam à margem dos discursos “oficiais” e são, aos poucos, ressignificadas e só então incorporadas pelas superestruturas, como a esfera jornalística, jurídica e médica, por exemplo. Um exemplo dessa evolução dialética do discurso sobre a maconha, da infra para as superestruturas e vice-versa, está no diálogo entre a capa de *Época* e a pichação C da Figura 3.

Enquanto na capa da revista apenas se insinua, de forma velada, a flexibilização das leis diante da ineficiência da proibição das drogas e de seus efeitos sociais, na pichação, por exemplo, o discurso sobre a maconha pode adquirir tom de protesto mais explícito. Nesses gêneros discursivos mais próximos de algumas vozes do cotidiano, há espaço para aquilo que não pode ser dito em esferas de poder, como a imprensa. Nesses campos, têm preferência sujeitos com autoridade de enunciar “verdades” socialmente aceitas como “consenso”, como o sujeito médico, mas não o sujeito usuário (apagado, como mostramos, na capa de *Época*, mesmo sendo protagonista do fato que gerou a notícia).

A pichação constitui-se, portanto, como um espaço de disputa, de polêmica com a lei e com os discursos dominantes. A figura em que o desenho minimalista da folha de maconha, seguida da palavra “xadrez”, coloquialmente utilizada para se referir à cadeia, pode ser lida como uma crítica ao discurso que criminaliza o uso e a venda de produtos feitos a partir da planta e, ao mesmo tempo, a prática que materializa sua imagem no portão de uma instituição privada (a pichação).

Como aponta Mendonça (2006, p.49), os grafites (e pichações, no caso), configuram um espaço em que, as vozes marginais perante o mundo letrado “utilizam a escrita como

forma de protesto⁷⁷”. Entendemos que esses gêneros não institucionalizados, como o grafite e a pichação, são instrumentos de luta pelo poder de dizer outros sentidos, para além daquilo que é “autorizado pelo círculo de prestígio político e econômico”, nas palavras da autora.

Nesse cenário, vozes que são omitidas no gênero capa de revista (que tem sua forma de funcionamento específica, onde enunciam sujeitos específicos), podem circular em outros espaços (como a pichação), reagindo às coerções do discurso oficial, mas também afetando esse discurso, na medida em que o forçam a se adaptar aos novos contextos da existência humana. Assim, quando há justificativas científicas, morais e sociais, como no caso do discurso sobre a maconha, o que antes só poderia circular em gêneros cotidianos passa a adentrar o espaço das esferas constituídas da ideologia, como a mídia, ou como o próprio STF, no caso específico da capa de *Época* - espaços sempre mais estáveis e resistentes às mudanças.

Se “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 46), o signo verbal “maconha” (assim como as imagens que o representam), quando de seu acontecimento na esfera jornalística, e em diálogo com os termos “descriminalizar” e “legalizar”, registra em si uma fase de lenta transformação social. Nesse momento, quando convivem – de forma polêmica – valorações sociais distintas sobre a droga e sobre seu consumidor, a polêmica se explicita, chamando atenção, por exemplo, daqueles que se interessam pela evolução social dos signos ideológicos, como nós.

Finalmente, vale apontar que “esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 46), como acreditamos ser essa segunda década do século XX, pelo menos no que tange ao discurso sobre a maconha. São nesses períodos de instabilidade que se revela a polissemia do signo e que se desestabiliza sua significação valorada como verdade no passado, mas que nem sempre é válida no contexto atual. Nessas circunstâncias, a polêmica acaba se revelando e, com ela, a evolução constante da palavra enquanto fenômeno ideológico, que “reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais”.

⁷⁷ Certamente não é possível afirmar que foram esses os sentidos pretendidos pelo pichador, que pode ser, simplesmente, um simpatizante ou usuário da planta que assina com o codinome “Xadrez”, por exemplo. No entanto, não nos interessam as intenções do autor do enunciado, senão os efeitos que essa enunciação produz, as leituras possíveis que dela podem ser feitas.

O destino da palavra é, portanto, o destino da sociedade que fala (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 199) e, assim, nos reflexos e refrações do signo “maconha” na imprensa do Brasil, é possível vislumbrar os caminhos futuros da sociedade brasileira. Tais caminhos são incertos, e podem incluir tanto a legalização, quanto a descriminalização, tanto da maconha quanto de outras drogas, tanto o uso recreativo quanto o medicinal e nenhum desses caminhos está claramente definido.

Na nossa leitura, medidas como a descriminalização da maconha podem tanto ser um passo natural na evolução da sociedade brasileira, quanto uma promessa de futuro que não se concretiza, apontada por Biondi (ABRAMO, 2003, p.60) como típica dos padrões de manipulação da mídia. Afinal, a valoração dos signos e das práticas sociais e sujeitos que ele implica acompanha a própria evolução da história, que não é linear.

5.3. Outras réplicas do diálogo

As análises deste capítulo possibilitaram identificar o modo de funcionamento da imprensa e sua forma de refratar as transformações sociais no gênero discursivo capa de revista (através de vozes legitimadoras, dos efeitos de “verdade”, do diálogo com os outros enunciados da esfera, que se dá, geralmente, de forma velada). Nesse tipo de enunciado, a articulação das linguagens verbal e visual tem papel fundamental. É por meio da verbo-visualidade que a polêmica se deixa perceber e revela uma negociação constante entre os vários temas em conflito no discurso sobre a maconha na imprensa. Entendemos que a associação dessas duas linguagens é constitutiva da esfera jornalística, principalmente da imprensa, e merece mais espaço em nossas reflexões. Nas palavras de Brait (2009, p.155), o “projeto discursivo” desse campo é “constitutivamente verbo-visual”:

Essa marca identitária pode ser constatada na abundância de desenhos, ilustrações, gráficos e infográficos, cujas presenças implicam textos verbais com os quais a dimensão visual está *geneticamente* articulada, e, também, na forma singular de disposição das matérias numa página, num determinado caderno. O diálogo entre diferentes textos constrói sentidos por meio das especificidades da dimensão verbo-visual.

Para nós, é isso que acontece, também, no que consideramos ser um gênero discursivo, a capa de revista. Por isso, nesta subseção (que já encaminha o trabalho para seu fechamento), fizemos um apanhado das formas de relação entre o verbal e visual e dos temas expressos na materialidade verbo-visual dos enunciados do *corpus*. Aproveitamos para reforçar a natureza

dinâmica da polêmica, que é atualizada a cada acontecimento, e para contemplar, de alguma forma, mesmo que seja por meio do cotejo e não de análises detalhadas, as capas que excederam os limites do *corpus* (por causa da data de publicação ou das especificidades do gênero).

Tais enunciados também constituem a polêmica da maconha na imprensa e, por isso, são parte do diálogo que nos interessa neste trabalho, ainda que sejam afetados pelas características específicas da “esfera de divulgação científica”, como as capas de *Galileu* e as de *Superinteressante*. No caso da capa de *Isto É*, não contemplamos o enunciado nas análises do *corpus* porque sua publicação aconteceu num momento já avançado de desenvolvimento do trabalho, fora dos recortes temporais estabelecidos, e porque uma questão tão complexa como o crime organizado e as condições dos presídios brasileiros, intrinsecamente associadas à questão das drogas no Brasil, exigiria mais tempo para pesquisas e análises.

O diálogo que une todos esses enunciados (inseridos ou não no *corpus* deste trabalho) foi resgatado há cinco anos, com a publicação da primeira revista *Veja* analisada no quarto capítulo. Insistimos que se trata de um resgate e não do “início da polêmica” na imprensa. Afinal, quase duas décadas antes, o debate sobre a maconha já se mostrava em enunciados do gênero capa, principalmente nas revistas mensais especializadas em “divulgação científica”.

Conforme nosso levantamento inicial, apresentado nos Quadros 1, 2 e 3, entre 1995 e 2010, das dez capas encontradas, sete eram de revistas mensais (*Galileu*, da Editora Globo, e *Superinteressante*, da Editora Abril). Já entre os anos de 2011 e 2016, período pelo qual esse trabalho se interessa, houve o dobro de publicações semanais com a maconha na capa, em comparação com as revistas mensais. A popularização dos assuntos “da ciência”, segundo nossa interpretação, começaria, no caso da imprensa, nas revistas de divulgação científica e se estenderia às revistas “de atualidades”, conforme eles se tornam assuntos de interesse também em outras esferas, como a família, a política, a lei.

A ocorrência mais frequente dessa temática nas revistas de divulgação científica, sua periodicidade distintas, e alguns outros detalhes relativos à sua forma de funcionamento fizeram com que não as contemplássemos em nossas análises. No entanto, sendo produto das mesmas empresas que produzem as revistas semanais, estando sob as coerções do mesmo gênero discursivo, a capa de revista, e estando submetida aos mesmos valores da esfera jornalística, não poderíamos deixar de dialogar também com esses enunciados.

Voltando à revista *Veja*, de onde partiram nossas análises, o tema da maconha, que já não era novidade na esfera jornalística, volta à tona quando se torna oficial a discussão sobre a

legalização da droga nos Estados Unidos, exportador de tendências para o restante da América, e no Uruguai, país vizinho (o que pode significar que a “ameaça” da legalização se aproxima).

A posição daquela revista quanto a esses acontecimentos se mostra na articulação entre as dimensões verbal e visual do enunciado. Visualmente, a planta é representada por uma pequena folha de Cannabis, no rodapé da página, como se apenas timidamente a maconha adentrasse o limitado espaço de capa da revista *Veja* (determinado uma moldura). Verbalmente, contrastando com a descrição da imagem, a palavra maconha, destacada em vermelho, dá o tom de alerta que predomina no enunciado. *A linguagem verbal parece “desmentir” o que é insinuado no plano visual (a aparência inofensiva da planta), como se a primeira explicasse o segundo, anulando seus efeitos, combatendo-os.*

Nessa construção verbo-visual *se insinua uma polêmica, entre a medicina e o usuário ou, na verdade, entre os que acham que ela faz mal e, por isso a condenam, e os que acham que ela não faz mal e, por isso, defendem-na* - ou a consomem, o que não faz diferença na visão da revista. Ali, o discurso médico é evocado para desmentir o discurso pró-maconha (atribuído principalmente ao usuário), sua presença dominante se materializa tanto no verbal (na “medicina” que “corta o barato”) quanto no visual, na cor branca predominante.

Aliás, a recorrência desse aspecto visual pode ser, na nossa leitura, marca da presença constitutiva do discurso da ciência na imprensa, já que esta “se inspira” naquela, na busca pela legitimidade e pelo poder de enunciar verdades “quase científicas”. É o que acontece no caso da revista *Galileu* (Figura 11), cuja brancura do fundo também causa o efeito de limpeza, clareza, isenção, isto é, a ideia de “verdade” que só a ciência pode garantir, principalmente numa revista de “divulgação científica”⁷⁸.

⁷⁸ Trata-se do chamado jornalismo científico, definido por Grillo (2006) como “prática discursiva sujeita às coerções do campo da esfera midiática”, que lhe atribui certas características típicas, como a atualidade, a periodicidade, a objetividade, a informatividade e captação do leitor.

Figura 11 – Capa da revista *Galileu*, Janeiro 2013



Fonte: <http://www.diariodaerva.com/2012/12/aqui-em-primeira-mao-esta-capa-da.html>

Em gêneros jornalísticos que têm a vulgarização do conhecimento produzido na esfera da ciência, ocorre uma espécie de “recodificação da linguagem especializada numa linguagem não especializada acessível ao grande público” (Grillo, 2006, p.4). Entendemos que parte desse processo de “tradução” do discurso da ciência na imprensa se dá por meio da linguagem

visual. No caso da capa de *Galileu*, o texto em cinza prateado, colocado contra a luz, desaparece e deixa em destaque a folha da maconha, protagonista nesse enunciado. *O verbal e o visual se articulam nessa capa para produzir, juntos, o efeito de apagamento do texto escrito e de realce da imagem, que coloca a planta como protagonista do enunciado.*

O destaque dado à folha de maconha na capa de *Galileu* configura, em nossa leitura, uma estratégia de “captação do leitor”, como defende Grillo (2006, p.7). Para a autora, o leitor de textos jornalísticos de divulgação científica, como o leitor de *Galileu*, busca, mais do que os fatos da ciência, sua aplicação prática no cotidiano, principalmente terapêutica (Grillo, 2006, p.8). Nesse contexto, justifica-se a presença constante da maconha nas capas de revistas desse tipo, como *Galileu* e *Superinteressante*, já que seu potencial medicinal tem sido reconhecido pela ciência. É justamente isso que permite que o signo “maconha” seja valorado positivamente, ou melhor, menos negativamente, como mostra a sequência verbal da capa:

MACONHA. Sim, faz mal. Mas proibir não é pior? O grande laboratório da legalização começa no Uruguai e nos EUA em 2013 (GALILEU, 2013)

Além do diálogo constitutivo de *Galileu* com a ciência, materializado na cor branca (e no termo “laboratório” da manchete), esse enunciado também estabelece diálogo com a capa anterior, de *Veja*. Afinal, o discurso da concorrente é retomado não só no signo maconha (verbal e visualmente representado em ambas as capas), mas na própria sequência verbal “sim, faz mal” – lembrando que o título da reportagem de *Veja* era “faz mal, sim”. Se, por um lado, *Galileu* retoma e reforça o discurso de *Veja*, por outro, polemiza com ele, e com a lei, ao questionar (na verdade, insinuar) “proibir não é pior?”. De forma velada, através de uma pergunta e calcada no cientificismo que atravessa o discurso da revista, se insinua a legalização da maconha como solução melhor do que a proibição, como uma “boa nova” para o ano de 2013, trazida na primeira *Galileu* do ano. *A construção verbo-visual da capa branca de Galileu estabelece, portanto, relações dialógicas, ao mesmo tempo, com a capa anterior, com a esfera científica e com o contexto imediato.*

Alguns meses depois que *Galileu* insinua a legalização da maconha como uma possível alternativa, *Carta Capital* polemiza com as concorrentes e com o poder público ao demandar a legalização das drogas numa capa tomada não por uma, mas por várias folhas de Cannabis. Saindo de canos de revólveres, a “mesma” imagem da folha verde da maconha adquire novos sentidos, nesse outro enunciado. Assim, a planta que, em *Veja*, “faz mal” para a saúde do indivíduo consumidor, em *Carta Capital*, “faz bem” para a sociedade. Na verdade, é

sua legalização, no plano visual, que representaria a pacificação da sociedade (e, no plano verbal, esta seria resultado da legalização das drogas).

Nessa revista, *a articulação do verbal e do visual gera certa ambiguidade*, pois ora se fala em drogas, hora em maconha. Nesse contexto, entendemos que a imagem da planta passa a representar o grupo maior ao qual pertence, o das drogas ou, ainda, que não é relevante a distinção entre a maconha e as outras drogas. O enunciado evoca, ainda, o discurso pacifista que rejeita a proibição das drogas, na imagem das borboletas, símbolos da paz e da liberdade, nesse enunciado.

O tom oposto é predominante na próxima capa, a segunda da revista *Veja*, que troca o branco e o verde predominantes nas capas anteriores pelas cores preta e roxa. Elas dão ao enunciado a entonação dramática, o clima funesto que, na visão da revista, se instaura sobre a América, com a agora oficializada legalização da maconha, nos EUA e no Uruguai. Também muda a forma de representação visual da maconha, que não mais aparece na forma de uma folha natural, mas de um cigarro. Do cigarro sai uma fumaça em forma de cifrão, numa referência ao mercado da maconha, que se inicia junto com esse outro discurso sobre a droga.

O texto verbal e o visual se reafirmam, nessa capa, reforçando a ideia de que a legalização que invadiu a América (representada, na revista, pela Estátua da Liberdade) é negativa, pois traz consigo um horizonte de escuridão e incertezas, mas que, ao mesmo tempo, é lucrativa. Na articulação dessas dimensões, e na comparação com a primeira capa da revista, percebemos a influência do discurso do mercado no discurso sobre a maconha na imprensa. Afinal, a mudança no valor de troca da planta leva a uma mudança no discurso sobre ela que, de erva maldita, como se chegou a dizer na reportagem da primeira revista, a “negócio altamente lucrativo”, como anuncia essa segunda capa. Nos termos de Volochínov (2013, p. 172- 173), “diferentes situações determinam a diferença dos sentidos de uma mesma expressão verbal” e, para nós, também visual.

A industrialização da planta também é visível na segunda capa de *Carta Capital*, cuja análise finalizou o capítulo quatro. A enorme folha de maconha ao fundo é acompanhada do texto verbal que anuncia sua mercantilização: “maconha na farmácia”. No entanto, diferente da abordagem de *Veja* - que valorava a legalização na América como um mercado lucrativo sustentando por um vício perigoso -, *Carta Capital* centra seu discurso na legalização da maconha como uma política progressista, aplaudida pela figura sorridente de José Mujica.

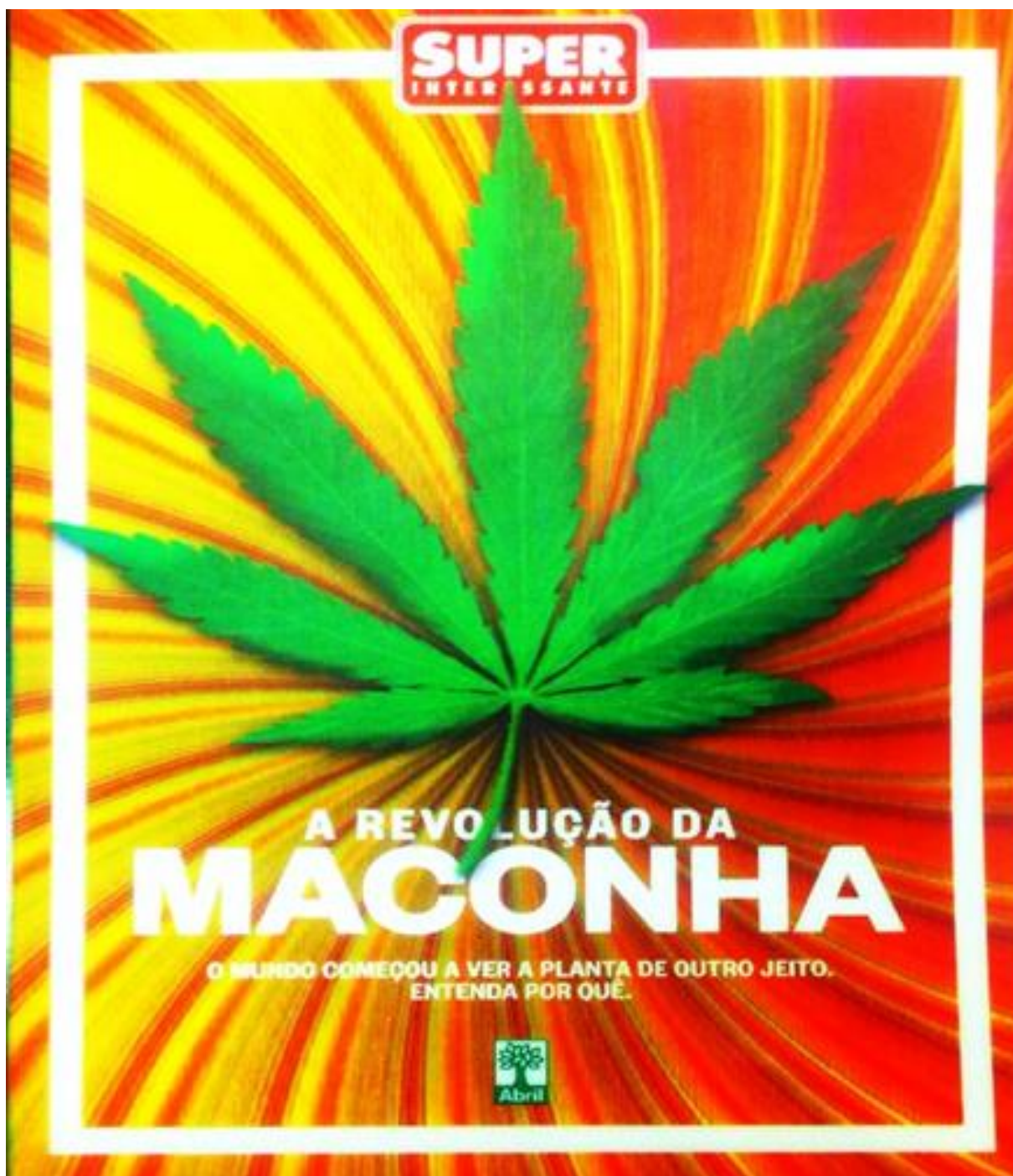
Novamente, na construção verbo-visual do enunciado, vemos não apenas o diálogo entre enunciados do mesmo gênero, no interior da mesma esfera, mas entre esferas (entre a

imprensa e a ciência, entre a imprensa e a política, no caso) e entre visões de mundo. Apropriando-nos das palavras de Brait (2009, p.159), quando de sua análise dos sentidos da palavra “mandioca”, é possível dizer que os enunciados do *corpus*, postos em relação dialógica, “revelaram-se enunciados concretos, cujos componentes verbo-visuais explicitam, pela materialidade e pelos discursos que os constituem e por eles são constituídos, as tensões a que uma palavra está submetida, histórica e socialmente”.

Nesse contexto, em que a verbo-visualidade é reveladora de conflitos, enquanto a “legalização capitalista estadunidense” era um dos temas possíveis na capa de *Veja*, na de *Carta Capital*, as dimensões verbal e visual lindas simultaneamente produziam sentidos mais próximos da “legalização socialista uruguaia”. *Mais do que polêmica entre o discurso de uma e outra revista, são conflitos ideológicos que se mostram na materialidade verbo-visual dos enunciados.*

O “mesmo” signo visual, a grande folha verde de maconha, aparece novamente na capa de *Superinteressante*, outra das revistas não abarcadas no *corpus*. Resgatando os pressupostos teóricos do Círculo, lembramos que a recorrência dessa imagem reforça a importância da dimensão visual dos enunciados e de compreender a linguagem a partir de uma teoria dos signos ideológicos, e não apenas de signos linguísticos (deixando de fora outras linguagens, como a visual). Segundo os pensadores, “**toda imagem artístico-simbólica** ocasionada por um **objeto físico** particular já é um **produto ideológico**” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.29). Assim, não é somente a planta que aparece ilustrada na capa, mas um símbolo atravessado pela história, por conflitos ideológicos e por transformações sociais. “Converte-se, assim, em **signo** o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.29); no caso, uma realidade de transformações, de “revolução”, nas palavras da publicação:

Figura 12 – Capa da revista *Superinteressante*, edição especial 2014



Fonte: https://almanaquedasdrogas.files.wordpress.com/2014/02/capa_revolucao_maconha.jpg

Em cada enunciado, a mesma imagem coloca em jogo outros sentidos, conforme se associa a outros signos, verbais e visuais. A disposição das cores (amarela e vermelha), por exemplo, reproduz um efeito de rotação em espiral que, no exemplar físico dessa revista, acompanha um acabamento holográfico. É como se esse psicodélico arranjo de cores do

fundo acabasse produzindo efeitos “alucinantes”, tal como a droga “alucinógena” retratada em destaque no centro da página e na sequência verbal:

A revolução da MACONHA. O mundo começou a ver a planta de outro jeito. Entenda por quê. (SUPERINTERESSANTE, 2014)

A intrínseca articulação entre o verbal e o visual se deixa ver, nessa capa, quando a ideia de mudança, aparece tanto no movimento simulado pelas cores, semelhante ao de um redemoinho ou turbilhão, se materializa também no signo verbal “revolução” ou, ainda, nos padrões de cor da capa, que mudam conforme a incidência da luz - assim como muda no plano verbal, a forma como “o mundo vê a planta”.

Sobre a sequência verbal “o mundo começou a ver a planta de outro jeito”, chamamos atenção para a visão ocidentalizada de “mundo” que esta palavra evoca no contexto desse enunciado. Afinal, não é o mundo, mas algumas culturas ocidentais que passam a “ver a planta de outro jeito”, que não seja como droga, perigosa e criminalizada. Como mostramos ao longo de segundo capítulo deste trabalho, em diversas culturas orientais (asiáticas e africanas) - ou mesmo ocidentais, como a cultura rastafári, por exemplo - a erva já era vista como planta terapêutica, ritualística, recreativa e como matéria-prima há décadas, séculos, e até milênios.

Notamos, ainda, que pela primeira vez no *corpus*, o termo “maconha” é anaforicamente retomado não pela palavra “droga”, mas por “planta”. Aparentemente, a revolução sugerida por *Superinteressante* consiste em afirmar que o mundo (na verdade a América, levando em conta o contexto mais amplo do enunciado, o momento histórico que o produziu), começa ver a maconha como planta.

A verbo-visualidade materializa, nesse enunciado, a ideia de transformação, de transcendência das significações estáveis desse signo ou, no mínimo, de instabilidade no discurso sobre a maconha. Nossas análises corroboram, portanto, a interpretação do Círculo, segundo a qual, a significação da palavra (ou melhor, do signo ideológico, já que falamos de palavra e imagem) “é inseparável da situação concreta em que se realiza. Sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação. Dessa maneira, o tema absorve, dissolve em si a significação, não lhe deixando a possibilidade de estabilizar-se e consolidar-se” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.133).

Os próximos enunciados mostram que a transição entre um e outro sentido potencial de um signo não é simples, direta ou linear e que graças aos acontecimentos e transformações sociais reais que lhe dão vida, seus sentidos são sempre dinâmicos, instáveis e imprevisíveis.

Na prática, isso significa que a planta estigmatizada e criminalizada não se livra por completo de sua valoração negativa, não é socialmente aceita como consenso. A aceitação da maconha na sociedade se restringe ao uso medicinal.

É isso o que se nota também na capa de *Isto É*, analisada no capítulo cinco. Mais uma vez um exemplar do *corpus* evoca o discurso médico-científico: na combinação das cores branco e vermelho, também na representação visual da maconha em comprimidos, industrializada e nomeada segundo o termo científico "Cannabis", que identifica a matéria-prima do produto enfrascado. Ali, são dizíveis e valoráveis positivamente os sentidos de maconha enquanto medicamento, apenas. A sequência verbal explica e restringe esses sentidos visualmente construídos, nos destaques adicionados aos termos “benefícios”, “para doentes” e “descriminalização”: há benefícios no consumo da droga medicinal, para doentes em tratamento e é isso que fortalece o debate sobre a descriminalização.

Assim, na construção verbo-visual do enunciado são deixadas pistas acerca da posição axiológica da revista e, mais do que isso, indícios de imagens de sujeito, recuperáveis no/pelo discurso. A figura do consumidor de maconha se converte, nesse enunciado, no paciente que se trata de doenças graves e que, por isso, não merece ser criminalizado pela lei como outros usuários da mesma droga, para fins recreativos. A polêmica da maconha ganha reforço, dessa vez, com um argumento ético a favor da descriminalização do uso da droga.

O tema da maconha medicinal e os indícios dessas “novas” imagens de sujeito “maconheiro” se repetem na capa da segunda *Superinteressante*. Aliás, o novo usuário e maconha não pode mais ser nomeado nesses termos, mas com palavras como “consumidor” ou “paciente”, como se vê no trecho a seguir:

MACONHA MEDICINAL. Com uma guerra judicial envolvendo crianças, mães e o governo, a discussão sobre as propriedades medicinais da maconha pega fogo no País. Por Camila Almeida p.34

- Substâncias da maconha são úteis para dezenas de doenças crônicas
 - Mais de 20 países já legalizaram o uso medicinal
 - 60 pacientes brasileiros têm autorização para usar remédios à base da planta
- (SUPERINTERESSANTE, 2014)

O tema da maconha para fins medicinais (não mais como entorpecente ou como droga causadora de problemas sociais, como o tráfico, e de saúde, principalmente dos jovens) é explicitado verbalmente na capa de *Superinteressante*. A atualização do tema é materializada visualmente na folha de maconha que recebe, nessa capa, um novo acabamento, depois de ser

estilizada de tantas formas distintas em cada enunciado do *corpus*. Vajamos mais uma capa excluída do *corpus*, mas bastante significativa na evolução do processo de produção de sentido sobre a maconha na imprensa:

São diversos comprimidos, cápsulas e drágeas coloridas que, cuidadosamente dispostos sobre um fundo verde e margeada pela costureira moldura vermelha, tradicional da revista, atualizam os sentidos da imagem já carregada de valor historicamente acumulado. Observemos na figura X, a seguir:

Figura 13 – Capa da revista *Superinteressante*, outubro de 2014



Fonte: <http://www.libertar.in/2015/05/revista-veja-ganha-mais-de-400-milhoes.html>

A droga que, durante o longo período escravagista brasileiro, foi associada à figura do escravo negro e, posteriormente, ao movimento hippie, ao sujeito artista, ao jovem, ao viciado, ao criminoso, implica, na capa de *Superinteressante*, a imagem do paciente, principalmente infantil. As cores variadas dos comprimidos, aliás, também parece constituir uma referência ao universo lúdico das crianças.

A verbo-visualidade, nesta capa, também instaura novas imagens de sujeito construídas no discurso sobre a maconha: é a voz da família (mais especificamente da mãe) que, polemizando com a lei, tenta desestabilizar os sentidos formalizados do signo “maconha” e, conseqüentemente, do signo “maconheiro” – ou melhor, “consumidor de maconha” que, hoje, pode ser uma criança gravemente enferma.

Nesse contexto, são questões morais e éticas, que passam pelos valores da família e pelos direitos individuais dos sujeitos –além, é claro, de questões históricas, sociais e econômicas -, que permitem um outro olhar para a questão da maconha. Pouco a pouco, vozes antes dispersas, vão sendo absorvidas pelas esferas mais elevadas da ideologia constituída, até chegar em órgãos como o STF, voz que legitima o debate sobre a maconha na capa da revista *Época*, última de nossas análises.

Naquela capa, o discurso favorável à descriminalização da maconha já atingia a esfera judicial, abalando a solidez de discursos relativamente estáveis como o da lei. Com ele, eram desestabilizados, também, os sentidos cristalizados de termos como “drogas” e “maconha”. Isso não quer dizer, no entanto, que tudo pode ser enunciado, que todas as práticas e sujeitos são aceitos ou igualmente valorados.

Na verdade, os sentidos produzidos pela fusão do verbal e do visual sugerem que o discurso sobre a maconha no Brasil vive uma fase intermediária, entre a proibição e algo que ainda não se ousa afirmar. A cor amarela do fundo, como na fase transitória do semáforo materializa esses sentidos, colocando o debate sobre a flexibilização das leis como pauta urgente, mas inconclusa.

Prova disso é que, após chegar ao estrato mais elevado da esfera jurídica no Brasil (o Supremo Tribunal Federal), a questão é, mais uma vez, temporariamente amornada, ou melhor, ofuscada por questões mais polêmicas, mais urgentes ou importantes, de acordo com os critérios de seleção daquilo que é notícia – como os escândalos políticos sucessivos, predominantes na imprensa e na mídia, nos últimos três anos.

Prova disso é que, até o fechamento dessas análises, transcorrido quase um quarto do ano de 2017, o julgamento anunciado na capa amarela de *Época*, publicada em

2015, permanece interrompido. A fase transitória acaba se prolongando, as previsões da imprensa não se concretizam e os desdobramentos futuros são imprevisíveis. Afinal também é imprevisível o fluxo dos acontecimentos reais, do qual dependem os sentidos produzidos não só na comunicação verbal, como defende Volochínov (2013, p.145), mas também na verbo-visual, como mostramos aqui.

Um dos imprevisíveis desdobramentos da questão da maconha no Brasil aparece estampando a manchete secundária da capa da última revista sobre o tema à qual tivemos acesso, a revista *Isto É*. Publicada já no ano de 2017, ano de finalização deste trabalho, esse enunciado excedia os limites temporais de recorte do *corpus*, mas trazia elementos que certamente interessam às nossas análises.

Entre eles, está a descriminalização explicitamente verbalizada, o fuzil “pacificado” pelo branco da capa e silenciado pela folha de maconha que lhe tapa o cano, além da morte do ministro Teori Zavascki, noticiada no topo da página.

Vejamos na figura, a seguir, como esses elementos são materializados verbo-visualmente:

Figura 12- Capa da revista *Isto É*, janeiro de 2017



Fonte: <http://somjah.blogspot.com.br/2017/01/materia-de-capa-da-revista-istoe-hora.html>

O falecimento do relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal que significou, para a imprensa, a “paralisação da Lava Jato”, também significou (na prática) uma interrupção na discussão oficial sobre a maconha, na esfera judicial. Estava nas mãos do

ministro Teori Zavascki - cuja foto aparece no topo da página, numa faixa preta que simboliza o luto – o processo anunciado na capa da revista *Época*, aquele que poderia culminar na descriminalização da maconha, ou das drogas, como sugeria a publicação.

Depois de três votos a favor da descriminalização da maconha (especificamente) e faltando os votos de outros sete ministros, em 2016, o magistrado solicitou a revisão do processo - alegando que analisaria o cenário da descriminalização em outros países -, mas faleceu antes de proferir seu voto⁷⁹. Na capa dessa revista confirmamos, portanto, como são imprevisíveis os desdobramentos da questão da maconha no Brasil e como não são lineares ou óbvios os caminhos que o debate toma na sociedade brasileira.

Consideramos importante ressaltar, ainda, como a construção verbo-visual de *Isto É* estabelece diálogo com enunciados mais ou menos distantes, no tempo, mas ligados pela temática, pela esfera, pelo gênero e por alguns signos verbais e visuais recorrentes ao longo de nossas análises: o branco do fundo, a folha da maconha, o tema da descriminalização das drogas. Esses signos têm, mais uma vez, seus temas atualizados pelas condições imediatas, pelo contexto real que dá vida ao enunciado.

A cor predominante nesta capa, por exemplo, não simboliza (como era em *Veja*, *Galileu* e na primeira *Isto É*) a cientificidade que embasa a argumentação das reportagens, mas a pacificação da sociedade, fruto da descriminalização das drogas. Uma nova legislação seria capaz de enfraquecer o poder do tráfico e do crime organizado (segundo a revista), pois até hoje foram fortalecidos pela política repressiva de drogas, conforme o texto verbal da capa:

A HORA DE **DESCRIMINALIZAR** AS DROGAS. A atual legislação aumenta o tráfico e fortalece a facções criminosas responsáveis pelas barbáries nos presídios. Não é o momento de mudar isso? (ISTO É, 2017)

Nesta capa, diferentemente das outras capas brancas, o que legitima a discussão acerca da descriminalização das drogas (mais uma vez representadas visualmente pela folha de maconha) é a necessidade de conter “o tráfico”, “as facções criminosas” e a “barbárie nos presídios”, atribuída a eles – e não o potencial medicinal da droga. A palavra “descriminalizar” aparece, aliás, com grande destaque na capa, como em nenhuma outra. A cor vermelha atrai parece sinalizar que é urgente a adoção dessa política de drogas, uma vez

que ela seria a responsável por graves mazelas sociais, como o caos no sistema prisional brasileiro.

O diálogo com outras revistas também é retomado na imagem fotográfica de uma arma na posição vertical, de onde sai a pequena e verde folha de maconha que se sobrepõe ao nome da revista - como se ela tivesse invadido o espaço da publicação, se instaurado como tema relevante ali, agora por motivos de cunho social. Imagem semelhante ilustrava a capa da primeira revista *Carta Capital* analisada no capítulo quatro, mas detalhes como o modelo do fuzil, produzem nuances de sentido que não devem ser ignoradas.

No Diferente da concorrente, não se trata mais de uma arma pequena, que poderia ser de uso tanto da polícia quanto dos “bandidos”, como aparentava ser o revólver na capa de *Carta Capital*. Em *Isto É*, trata-se de um fuzil AK-47, arma reconhecidamente associada ao tráfico, no contexto brasileiro, e ao terrorismo e às milícias em outros contextos, por sua facilidade de compra, no mercado paralelo, além de facilidade de manuseio e manutenção⁸⁰. Em letras de funks e raps, manifestações culturais “periféricas” e socialmente marginalizadas, a arma é símbolo do poder do tráfico, assim como em filmes brasileiros que abordam a questão, como *Tropa de Elite*, conforme se percebe no trabalho de Adoue (2012, p.217).

O destaque dado ao fuzil e à sua relação com a descriminalização das drogas (mais especificamente, da maconha), também é relevante porque acaba reforçando a ideia de que, do ponto de vista adotado pela revista, é o tráfico que causa o crime, a violência, o caos nos presídios, e não uma série de questões relacionadas à injustiça social, ao racismo, à violência entre milícias e polícia, à ineficiência e ambiguidade das leis. Enfim, nas capas de revista, a complexa questão da maconha e das drogas não é tratada com produto de uma articulação complexa de circunstâncias sociais, políticas e econômicas, mas se restringem, mesmo em revistas ditas “progressistas”, como *Carta Capital*, ao maniqueísmo que opõe o tráfico ao restante da sociedade - como se aquele, sozinho, fosse responsável por todas as mazelas sociais, historicamente desenvolvidas.

Com o resumo, a retomada e o diálogo propostos nesta seção, esperamos ter sido capazes de mostrar a complexidade e amplitude da polêmica sobre a maconha na imprensa, que se estende para muito além daquilo que nosso *corpus* contempla, uma vez que está

⁷⁹ Conforme noticiaram vários meios de comunicação, como o portal de notícias G1 (disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/teori-deixa-para-novo-ministro-acoos-sobre-porte-de-maconha-e-prisao-de-senador.ghtml>) e a página de Carta Capital (disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/morte-de-teori-zavascki-afeta-debate-sobre-descriminalizacao-das-drogas>).

⁸⁰ Sobre a importância da icônica arma na história, ver: <http://super.abril.com.br/historia/ak-47-a-arma-do-seculo/>

relacionada, intrinsecamente, a discursos de outras esferas (a política, a lei, a família, a ciência, a arte, o cotidiano). Esperamos ter deixado clara, também a importância do conceito de verbo-visualidade, neste trabalho, já que só uma leitura que articulasse essas duas dimensões nos possibilitou compreender para além do óbvio, os sentidos velados nessa polêmica, em pleno e constante desdobramento.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante este trabalho, propusemos que se estudasse a polêmica a partir de um viés dialógico. Isso resultaria, segundo nossa leitura das ideias do Círculo, numa compreensão do discurso polêmico que excedesse o que de mais explícito se pode notar na superfície dos enunciados do *corpus*, e que proporcionasse a identificação de conflitos ideológicos constituídos historicamente, em função das transformações sociais de cada época.

Entre essas transformações sociais, identificamos por meio de uma análise dialógica do *corpus* a legalização da maconha na América, mais especificamente nos EUA e no Uruguai; a autorização da venda do remédio de maconha para pacientes em tratamento, no Brasil; além de um julgamento que poderia culminar na descriminalização da droga (ou das drogas) no país. Esses acontecimentos, quando refratados na imprensa, de acordo com os valores da esfera jornalística e com as estabilidades do gênero discursivo capa de revista, nutrem a polêmica da maconha, que é ressignificada há séculos na história e na cultura brasileiras; desestabilizam a significação cristalizada de signos como “maconha”, ao mesmo tempo em que reafirmam temas historicamente atribuídos a ele; produzem novas imagens de sujeito “maconheiro”, não necessariamente associadas ao sujeito marginalizado, viciado ou fracassado como aquela que se consolidou no senso comum.

Nossas análises nos possibilitaram perceber que a forma de refração da esfera jornalística é intensamente dialógica, graças a sua própria constituição enquanto campo de criação ideológica, e que ela produz seus discursos no contato com discursos de outras esferas. No entanto, podem circular nesse espaço, principalmente, as vozes das ciências médicas, da política, da lei e do mercado. Isso não quer dizer que as vozes dispersas do cotidiano ou que os discursos produzidos nessa esfera são totalmente apagados na imprensa, mas que, para figurarem nesse espaço, devem ser apropriados, ressignificados e legitimados por sujeitos a quem é dado o “poder de dizer”, como o médico, o juiz e o próprio jornalista.

Essas vozes de prestígios, esses discursos oficiais, “traduzem” a realidade noticiada para o leitor segundo seus próprios valores, e produzem o efeito de verdade e legitimidade que a revistas precisam para se consolidar como fonte “confiável” de informação perante público e suas concorrentes. Aliás, valores de mercado, como o lucro e a competição também são constitutivos da esfera jornalística e afetam a forma como ela refrata os acontecimentos.

Graças à necessidade constante de superar a concorrência e de sobreviver financeiramente no mercado da notícia, a busca por um “furo” e por uma polêmica que alavanque as vendas ou, no mínimo, que dê visibilidade ao tema em debate, acaba resultando

numa certa homogeneização dos produtos e da cobertura realizada pela imprensa, como se pode observar em nosso *corpus*. A recorrência temática, que é produto da necessária competição entre as revistas, acaba produzindo relevâncias, principalmente quando se trata de tema abordado em gêneros jornalísticos de destaque e de ampla circulação, como é o caso da capa de revista.

Nesse contexto, se a mídia não é capaz de impor o que se deve pensar - pois para o sujeito dialógico há sempre como escapar de tal “assujeitamento” - ela é, no mínimo, capaz de sugerir temas sobre os quais se deve discutir, questões consideradas, pelo menos por ela, “de interesse público”. O gênero discursivo tem, nesse cenário, papel fundamental, pois ainda que não se concretize a venda do produto revista, ou a leitura da reportagem (que deve “aprofundar” os temas da capa), o leitor potencial que tem contato com esse gênero discursivo é inserido no círculo de “debates nacionais urgentes” e conhece, pelo menos de forma geral, a posição do veículo sobre o tema noticiado (mesmo que tenha sido superficial sua leitura do texto). Afinal, a capa de revista, como mostraram as análises, é gênero sucinto, conciso quanto ao texto verbal, e rico em imagens que “facilitariam” uma leitura rápida e dinâmica do enunciado.

O que encontramos, no entanto, foi uma complexa elaboração verbo-visual do enunciado que, além de estabelecer diálogo com os outros enunciados no interior da mesma esfera, também possibilita que muito seja expresso sem ser verbalmente dito. É nesse sentido que defendemos que uma leitura dialógica de enunciados verbo-visuais pode desempenhar papel importante num processo de compreensão de textos que seja verdadeiramente responsivo. Em outros termos, percebemos que a elaborada construção verbo-visual da enunciação requer uma leitura mais cuidadosa e atenta ao que está implícito na articulação dessas duas linguagens - a despeito da pressuposta facilidade de interpretação de um texto verbal em comparação com um texto visual. Somente ao proceder a uma leitura que tratasse como indissociáveis os elementos verbais e visuais do enunciado, foi possível perceber os sentidos implícitos na materialidade enunciativa.

Considerando que a concisão e o apelo comercial são mais relevantes no gênero capa do que o esclarecimento ou o aprofundamento de questões que só devem ser explicitadas no gênero reportagem, compreende-se que sua construção verbo-visual acaba velando mais do que revelando. Por isso, segundo as reflexões desenvolvidas neste trabalho, o debate sobre a maconha se manifesta, no gênero discursivo capa de revista, principalmente na forma de uma polêmica velada.

Isso quer dizer que, ao invés de polemizarem abertamente, de entrarem numa disputa declarada em que uma revista retoma o discurso da outra para deslegitimá-lo, as capas de revista instauram disputa apenas no interior dos signos, ao valorarem de forma distinta um “mesmo” signo verbal ou visual. Em cada enunciado, a cada acabamento específico que lhe é atribuído, a mesma palavra e mesma imagem tornam-se signos diferentes, porque materializam sentidos e valorações distintas.

Assim, enquanto aparentemente todas as revistas discutem a possibilidade de legalização da maconha, numa leitura mais atenta da materialidade verbo-visual do enunciado, percebem-se outros temas da maconha em negociação na polêmica que, apenas de forma velada, se insinua na mídia. Entre esses temas estão a maconha medicinal, a maconha recreativa, a descriminalização da maconha, a descriminalização das drogas, o lucrativo mercado da maconha, o perigoso vício na erva.

A partir dessa interpretação da polêmica, segunda a qual não precisa haver controvérsia violenta entre discursos para que haja disputa entre eles, entendemos que o discurso polêmico da maconha na mídia, principalmente em suas manifestações veladas, deixa ver uma série de conflitos que transcendem as simplificadas oposições do tipo “faz mal x não faz mal” ou “proibir x legalizar”.

Dessa forma, se à primeira vista o debate nas capas de revista é sobre a possibilidade de legalização da droga, tendo em vista, principalmente, seu novo valor de troca, se uso medicinal, ou melhor, sua entrada no mercado formal, taxado e regulamento pelos poderes oficiais, um olhar dialógico percebe contradições ideológicas históricas, ressignificadas em função dos acontecimentos mais recentes. Estão em negociação no interior dessa polêmica, questões ideológicas, de profundo impacto social, político e econômico, como os efeitos da política antidrogas no Brasil - o aumento dos índices de criminalidade e de sujeitos criminalizados, o caos do sistema penitenciário, a injustiça social e racial no julgamento de crimes envolvendo drogas, os gastos públicos na fracassada guerra empreendida há mais de um século contra elas, a falta de acesso a tratamentos produzidos a partir de substâncias consideradas ilícitas etc.

Todos esses aspectos só se deixam ver quando se empreendem esforços para ler e ver o enunciado simultaneamente, indo além daquilo que ele diz para, só então, chegar àquilo que ele significa, num contexto mais amplo do que o da interação imediata entre leitor e revista: o contexto sócio-histórico do qual participa a enunciação. Trata-se no caso, de um contexto de grande instabilidade, mas no qual nem tudo pode ser dito.

Se, por um lado, é possível desestabilizar os sentidos consagrados do signo maconha, valorado socialmente como droga entorpecente, como vício perigoso, por outro lado, não acreditamos que essa instabilidade resulte numa passagem brusca da proibição à plena aceitação social de um hábito historicamente estigmatizado. As transformações sociais que afetam diretamente o sentido dos signos ideológicos se dão de forma lenta, gradual e imprevisível.

Primeiro, reagem a elas as relações cotidianas, depois as formas concretas de comunicação social (os gêneros discursivos, como a capa de revista) e, só então, essas mudanças no horizonte apreciativo social se concretizam e se estabilizam nas formas linguísticas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.127). Há sinais de que, aos poucos, as transformações sociais que refletem no discurso sobre a droga afeta, também, as formas da língua. São exemplos disso o uso do termo “Cannabis”, fora da esfera científica, como se suas propriedades descobertas pela ciência já circulassem também em outros espaços. Outro exemplo é a distinção entre os princípios ativos da droga, o “THC” e o “CBD”, siglas que antes só interessariam aos estudiosos da planta, e que passam a servir, na imprensa, para ilustrar a distinção entre a droga recreativa e a medicinal. Finalmente, o desenvolvimento do debate sobre a maconha na sociedade brasileira culminou no uso mais frequente de palavras como “descriminalização”, nas capas de revista, despolarizando a discussão que, geralmente, termina na reafirmação da proibição ou no argumento da legalização como únicos sentidos possíveis.

Na nossa leitura, parece positivo que se avance no debate sobre uma questão que se mostra relevante a cada novo desdobramento, superando as oposições simplistas que figuram na mídia (e na sociedade, há muito mais tempo) há mais de 20 anos sem grandes desfechos ou soluções. Nesse sentido a polêmica na imprensa, ou na mídia, pode ser entendida como um espaço de negociação de sentidos, onde se desestabilizam as significações não mais compatíveis com a sociedade em constate desenvolvimento. No entanto, essa evolução social, tanto da palavra, quanto da imagem e das práticas dos sujeitos, não é linear ou previsível, voltamos a enfatizar.

Exemplo disso é a morte do ministro que daria o próximo passo no julgamento que discute a questão, Teori Zavascki. Seu falecimento significou o silenciamento da “polêmica oficial” sobre a droga. Mais do que isso, sua substituição no SFT por Alexandre de Moraes, novo Ministro da Justiça, corrobora nossa ideia de que a história e seus reflexos no discurso

são imprevisíveis e até surpreendentes – principalmente quando se leem manchetes como: “Novo ministro da Justiça que erradicar comércio e uso da maconha no Brasil”⁸¹.

Com isso, entendemos que a polêmica é manifestação discursiva de conflitos ideológicos insolucionáveis, que se manifestam de formas distintas conforme as transformações sociais, o gênero discurso e a esfera em que aparece; um espaço de negociação, de polissemia, em que muito se diz, muito se cala e pouco se pode prever.

⁸¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/12/17/ministro-da-justica-quer-erradicar-comercio-e-uso-de-maconha-no-brasil.htm>

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Perdeu Abramo, 2003.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1947). **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ADOUE, S. Tropa de Elite: e as narrativas da violência. Passages de Paris. N.7, p. 213-222, 2012. Disponível em: http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7_varia6.pdf

ALVARES, C. **Nome de profissões: uma oposição sufixal**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2005. Disponível em: http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_mdt/nomes.pdf

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Cadernos de Estudos Linguísticos. Tradução de Celene Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas: UNICAMP, n. 19: 25-42, jul.; dez.1990. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>

_____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. **Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1981.

_____. **Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, A.; PERES M. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. Revista Periferia. Vol 3, nº 2, 2011.

BRAIT, B. A palavra mandioca do verbal ao visual. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 8, p. 43-66, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3004/1935>

_____. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-32.

_____. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. 251

_____. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 1, n.1, p. 142-160, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/16568>

BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78.

CAVALCANTI, J. No mundo dos jornalistas: interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros. Tese de doutorado em Estudos da Linguística. Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270827/1/Cavalcanti,%20Jauranice%20Rodrigues.pdf>

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. *Jornal brasileiro de psiquiatria*. nº55 vol. 4, 2006. P. 314-317. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000400008

CEREJA, W. Tema e significação. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 201 – 220.

COLLINS. *English Dictionary*. Harper Collins Publishers, 2016. Disponível em: <http://www.collinsdictionary.com/>

FARACO, C.A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANÇA, J.M.C. **História da maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

FREYRE, G. **Nordeste**. Aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Ed., 1967.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGe. **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. Caderno de estudos IV para iniciantes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19-39

GREGOLIN, M.R.V. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. n.11, v.4, São Paulo, p. 11-25, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/6865/6201>

GRILLO, S. Esfera e Campo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, p. 133-160, 2006.

_____. Fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais. *Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 14, v.2, p. 235-246, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59912>

HENMAM, A.; PESSOA JR, O. **Diamba Sarabamba**. Coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Frases sem texto**. Tradução de Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARCHEZAN, R.C. Diálogo. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-132.

MARX, K. (1859). **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDVIÉDEV, P.N. **O método formal nos estudos literários**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, M.C. J. A luta pelo direito de dizer a língua: a linguística e o purismo linguístico na passagem do século XX para o Século XXI. Tese de doutorado em Estudos da Linguística. Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000380367>

MICHAELLIS Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Melhoramentos, 2016. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

_____. A questão dos discursos hegemônicos. In: **Primeira versão**. Ano 1, nº 19. Vol. II. Porto Velho: Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), 2001.

PALOMINO, R H. O leitor na reportagem de revista: um estudo das marcas da interação no gênero. Tese de doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115818>

PAUL, W. Ordem e progresso: origem e significado dos símbolos da bandeira nacional brasileira. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Vol. 95, 2000. P.252-270. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67468/7>

PAULA, L. de. Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5099>

RABELAIS, F. **Gargântua and Pantagruel**. Livro 3. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica Ediotas Reunidas, 1991.

_____. (1653). **Gargantua and Pantagruel**. Book III. In: Five Books Of The Lives, Heroic Deeds And Sayings Of Gargantua And His Son Pantagruel. Project Gutenberg. 2004. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/8168/8168-h/8168-h.htm>

ROBINSON, R. **O grande livro da Cannabis**: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Trad. Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 253

SAAD, L.G. Fumo de Negro: a criminalização da maconha no Brasil (c.1890 – 1932). Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13691/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20LUIZA%20SAAD.pdf>

SILVESTRIN, M.L. A fumaça e o feitiço: maconha e umbanda em Bezerra da Silva. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/antropologia/files/2012/11/SILVESTRIN-Mauro-Leno1.pdf>

SOBRAL, A.U. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-36.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

VOLOCHÍNOV, V. P. (1930). **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. (1926) Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica. Tradução para uso didático de C. A. Faraco e C. Tezza de Discourse in life and discourse in art: concerning sociological poetics. In: _____. **Freudianism**. New York: Academic Press, 1976.

UNODC (United Nations Office On Drugs And Crime). World Drug Report 2015. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2013.html/>

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

CORPUS E REVISTAS COTEJADAS

CARTA CAPITAL. Nº 748, ano 18. São Paulo: Editora Confiança, 15 de maio de 2013a.

CARTA CAPITAL. Nº 779, ano 18. São Paulo: Editora Confiança, 01 de dezembro de 2013b.

ÉPOCA. Nº 897, ano 20. São Paulo: Editora Globo, 17 de agosto de 2015.

GALILEU. Edição 258, Janeiro de 2013.

ISTO É. Nº 2322. Rio de Janeiro: Editora Três, 28 de maio de 2014.

ISTO É. Nº 2458. Rio de Janeiro: Editora Três, 20 de janeiro de 2017.

SUPERINTERESSANTE. Nº 338, ano 27, nº11. São Paulo: Editora Abril, outubro de 2014a.

SUPERINTERESSANTE. A Revolução da maconha. São Paulo:

VEJA. Nº 2293, ano 45. São Paulo: Editora Abril, 31 de outubro de 2012.

VEJA. Nº 2347, ano 46. São Paulo: Editora Abril, 13 de novembro de 2013.